

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO

*Apresentado ao Presidente da República
dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro
de Estado das Relações Exteriores*

ANO DE 1949



SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

RELATÓRIO

Apresentado ao Parlamento da República
dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro
de Estado das Relações Exteriores

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL
ANO DE 1949



**RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES CORRESPONDENTE
AO ANO DE 1949**

RELATÓRIO DO COMITÊ DE REVISÃO DO REGISTRO DE
EXERCÍCIOS DE 1998

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETIVO

RELATÓRIO DO COMITÊ DE REVISÃO DO REGISTRO DE
EXERCÍCIOS DE 1998

O presente relatório tem por objetivo apresentar os resultados da revisão dos registros de exercícios de 1998, realizada pelo Comitê de Revisão do Registro de Exercícios. A revisão foi realizada em conformidade com o disposto no Regulamento do Registro de Exercícios, aprovado pelo Conselho de Administração da Associação dos Contadores do Brasil (ACB).

A revisão foi realizada em duas etapas: a primeira etapa consistiu na análise dos registros de exercícios de 1998, e a segunda etapa consistiu na análise dos registros de exercícios de 1999.

Os resultados da revisão dos registros de exercícios de 1998 são os seguintes:

- 1. Análise dos registros de exercícios de 1998: foram analisados 100 registros de exercícios de 1998, sendo que 80% dos registros estavam em conformidade com o Regulamento do Registro de Exercícios.
- 2. Análise dos registros de exercícios de 1999: foram analisados 100 registros de exercícios de 1999, sendo que 85% dos registros estavam em conformidade com o Regulamento do Registro de Exercícios.

Conclui-se, portanto, que a maioria dos registros de exercícios de 1998 e 1999 estão em conformidade com o Regulamento do Registro de Exercícios.

ÍNDICE DO RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES RELATIVO A 1949

I — INTRODUÇÃO

II — EXPOSIÇÃO

Págs.

A — RELAÇÕES INTERNACIONAIS

<i>Visita do Presidente Dutra aos Estados Unidos da América</i>	19
<i>A questão dos bens italianos</i>	21
<i>Declarações de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Itália</i>	25
<i>Relações diplomáticas com a Espanha</i>	25
<i>Primeiro Embaixador do Brasil na Índia</i>	27
<i>Retirada dos diplomatas brasileiros na China</i>	28
<i>Representação do Brasil junto ao Supremo Comando das Potências Aliadas no Japão</i>	28
<i>Relações com a Alemanha</i>	28
<i>Conferência Diplomática de Genebra</i>	30
<i>Reconhecimento de Governos</i>	30
El Salvador	30
Venezuela	31
Israel	31
Síria	31
Coreia	32
Paraguai	32
Panamá	32
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	32

	Págs.
Nações Unidas	
Assembléia Geral	
II. ^a parte III. ^a Sessão	33
IV. ^a Sessão	41
Conselho Econômico e Social	52
Fundo Internacional de Socorro à Infância	55
Conselho de Tutela	56
Côrte Internacional de Justiça	57
Organismos Especializados	
Organização Internacional do Trabalho.....	58
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	59
Organização Educativa, Científica das Nações Unidas	61
Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura	64
Organização Mundial de Saúde	65
Repartição Sanitária Panamericana	67
Organização Internacional de Refugiados	68
Organização de Aviação Civil Internacional	71
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	71
Comissão de Paz	74
Incidente entre o Haiti e a República Dominicana	75
Situação no Caribe	76
ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA INTERNACIONAL	76
UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.....	77
UNIÃO INTERNACIONAIS DE TELECOMUNICAÇÕES	77
CONTRIBUIÇÕES DO BRASIL AOS ORGANISMOS INTER- NACIONAIS	78
ASSNTOS ECONÔMICOS	80
Conferência Internacional do Trigo	80

	Págs.
Conferência de Annecy	81
Acôrdos bilaterais	84
Argentina	84
Grã-Bretanha	84
Portugal	84
Uruguai	85
Espanha	87
Uruguai	87
Venezuela	87
Equador (denúncia)	87
Comissão de Reparações de Guerra	88
Junta de Fiscalização do Comércio Exterior	88
Elevação do frete do óleo de mamona	89
Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo	89
ASSUNTOS CONSULARES	90
Jurisdição consular	90
Exercício cumulativo das funções consulares pelas Missões diplomáticas acreditadas junto ao Go- vêrno brasileiro	91
Emolumentos consulares	91
Renda Consular	92
Concessão de "Exequatur" e reconhecimentos pro- visórios	96
Legalização de documentos	96
Repatriações	96
Entrada de estrangeiros	98
Concessão de Passaportes	98
Vistos em Passaportes	99
FRONTEIRAS E VIAS DE COMUNICAÇÕES INTERNACIONAIS .	99
Bolívia	99

	<i>Págs.</i>
Paraguai	100
Uruguai	100
Venezuela	101
Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra	102
ASSUNTOS CULTURAIS	102
Convênios culturais	103
Bolsistas estrangeiros no Brasil	103
Bolsistas brasileiros no exterior	104
Institutos Brasileiros de Cultura	104
Subvenções a Institutos e Sociedades Culturais....	105
Missão Científica no Paraguai	105
Missão Cultural no Uruguai	106
Ciclo de Conferências do Itamaraty	106
 CORTESIA INTERNACIONAIS	
Visitantes Ilustres	107
Lord Chancellor da Grã-Bretanha	107
Ex-Presidente da República do Uruguai	108
Ministros de Estado Estrangeiros	108
Cartas de Gabinete e de Chancelaria.....	108
Plenos Poderes	108
Credenciais e Revocatórias	112
Cartas de Gabinete	113
 ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL	
Relação das personalidades agraciadas com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul no ano de 1949 ..	115
 ATOS INTERNACIONAIS (LISTA GERAL DOS)	
Atos firmados em 1949	123
Atos ratificados em 1949	127
Denúncias tornadas públicas em 1949	129

CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS INTERNACIONAIS

Relação das reuniões internacionais às quais o Brasil compareceu em 1949	130
---	-----

B — SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ORÇAMENTO	139
PESSOAL	140
MATERIAL	141
COMUNICAÇÕES E ARQUIVOS	142

DOCUMENTAÇÃO

Arquivo Histórico	145
Biblioteca	145
Mapoteca	146
Gabinete de Fotografia e Fotostática	147
Oficina de Encadernação	147
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES	148
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES	150
INSTITUTO RIO-BRANCO	152

C — SERVIÇO JURÍDICO

RELAÇÃO DOS PARECERES EXARADOS EM 1949 PELA CONSUL- TORIA JURÍDICA	161
---	-----

ANEXO A

1. PROGRAMA OFICIAL DO PRESIDENTE DUTRA AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
2. COMITIVA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM SUA VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
3. DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM 19 DE MAIO DE 1949 PERANTE O CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

4. DECLARAÇÃO DE AMIZADE BRASIL-ITÁLIA ASSINADA NO RIO DE JANEIRO A 11 DE OUTUBRO DE 1949. DISCURSOS TROCADOS NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA.

ANEXO B

1. QUADRO DO PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO EM 31-12-1949.
2. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO EM 31-12-1949.
3. QUADRO DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS EM 31-12-1949.
4. QUADRO DAS REPARTIÇÕES CONSULARES DE CARREIRA EM 31-12-1949.
5. QUADRO DOS CONSULADOS PRIVATIVOS EM 31-12-1949.
6. QUADRO DOS CONSULADOS E VICE-CONSULADOS HONORÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949.
7. MOVIMENTO DO CORPO DIPLOMÁTICO ESTRANGEIRO DURANTE 1949.
8. MOVIMENTO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO DURANTE 1949.
9. RELAÇÃO DO CORPO DIPLOMÁTICO ESTRANGEIRO EM 31-12-1949.
10. RELAÇÃO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO EM 31-12-1949.
11. ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES RELATIVO A 1949.

ANEXO C

1. LEIS EXPEDIDAS EM 1949.
2. DECRETOS EXPEDIDOS EM 1949.
3. CIRCULARES EXPEDIDAS EM 1949.

I — INTRODUÇÃO

!-PRODUÇÃO

Senhor Presidente da República,

*Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência
o resumo das atividades do Ministério das Relações Exteriores no
decorso do ano de 1949.*

a.) RAUL FERNANDES.

II — EXPOSIÇÃO

A) RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VISITA DO PRESIDENTE DUTRA AOS ESTADOS UNIDOS

A visita feita aos Estados Unidos da América pelo General de Exército, Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, foi, sem dúvida, acontecimento da maior relevância em nossas relações exteriores. (1) A viagem teve caráter de retribuição à visita feita ao Brasil, em 1947, pelo Presidente Harry S. Truman, e resultou de um convite que, naquela ocasião, o Chefe de Estado norte-americano dirigiu ao General Dutra. O Presidente foi o primeiro Chefe de Estado do Brasil, sob o regime republicano, a visitar os Estados Unidos da América, quando no exercício de suas funções. O Imperador D. Pedro II compareceu, no ano de 1876, à exposição comemorativa do centenário da independência norte-americana, em Filadélfia, mas não visitava oficialmente a República amiga. Nessas condições, a viagem do Presidente brasileiro, assistido pelo Ministro das Relações Exteriores, (2), revestiu-se de excepcional significação e permitiu aos dois Chefes de Estado um exame direto, franco e cordial das relações de toda a ordem entre os dois países.

O Presidente Dutra permaneceu no território dos Estados Unidos da América entre 17 e 29 de maio de 1949. Durante a sua estada em Washington, o Chefe da Nação foi recebido em sessão conjunta do Congresso, perante o qual pronunciou um discurso que teve grande repercussão (3). O Presidente da República salientou, nessa oração, o interesse com que o Brasil acompanhava a ação do Congresso "para preservar o povo norte-americano — e, com êle, o mundo — de nova hecatombe". Pôs, também, em relêvo a tradicional amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, "fundada em identidade de propósito e harmonia de interesses", sentimento que, no campo internacional, "é a maior garantia de bom entendimento e de compreensão entre as demais nações irmãs deste Hemisfério".

O Presidente Dutra recebeu, durante a sua permanência nos Estados Unidos, homenagens oficiais e extra-oficiais numerosas e cordialíssimas. Em Washington, os dois Presidentes conferenciaram longamente sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, verificando-se completa harmonia de vista quanto à conveniência e interesse de serem desenvol-

(1) Veja-se o Programa Oficial da viagem — anexo 1.

(2) Para a relação completa da Comitativa oficial, veja-se anexo 2.

(3) Anexo 3.

vidas e fortalecidas, cada vez mais, as relações econômico-sociais e culturais entre os dois países. O Presidente Truman reafirmou o interesse dos Estados Unidos no maior desenvolvimento econômico e progresso social do Brasil, ficando assentado que teriam imediato início as negociações para a conclusão de um Tratado para estimular as aplicações de capital norte-americano no Brasil. Foi também reconhecida a necessidade de ser negociada uma convenção cultural entre os dois países. As conclusões a que chegaram os Presidentes Dutra e Truman foram objeto de duas declarações conjuntas, dadas à publicidade no dia 21 de maio, e cujos textos são os seguintes :

“O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte encontraram-se em Washington e discutiram, em seus diversos aspectos, a necessidade de se incrementar o desenvolvimento social, através de um intercâmbio de conhecimentos técnicos e pessoal especializado, de todos os tipos, assim como através de uma cooperação econômica e financeira, os quais trarão benefícios mútuos.

“Essas conversações foram inspiradas pela tradicional e firme amizade, a qual tem prevalecido por mais de um século, nas relações entre os dois países.

“O relatório da Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, recentemente publicado, o qual esboça um programa de desenvolvimento econômico para o Brasil, igualmente, foi discutido. Em resposta à expressão de aprêço manifestada pelo Presidente Dutra, pelos serviços prestados por técnicos norte-americanos a êsse relatório, o Presidente Truman frisou os antecedentes de interdependência dos dois países, em tempos de paz e guerra, e assegurou ao Presidente brasileiro que os Estados Unidos encontram-se, no momento e, continuarão interessados num maior desenvolvimento do seu país, quer seja por intermédio da aplicação das recomendações feitas no relatório conjunto, ou em outros campos de esforços correlatos. Ficou sugerido que as discussões técnicas, referentes a êsse relatório, poderão ter lugar, mais tarde, êste ano, por ocasião da visita do Ministro da Fazenda brasileiro, aos Estados Unidos.

“O Presidente Dutra mencionou a necessidade de investimentos estrangeiros e particulares, no Brasil. Os dois Presidentes reconheceram o importante papel dos investimentos particulares no desenvolvimento econômico e no progresso social. De acôrdo com êsse ponto de vista comum, os dois Presidentes deram instruções aos técnicos de seus respectivos governos a fim de começarem, imediatamente, as negociações para um Tratado apropriado, o qual estimularia o estabelecimento de uma corrente de investimentos particulares, de mútuos benefícios.

“Os dois Presidentes também concordaram completamente, quanto ao fato de que um estudo conjunto e bem amplo sobre as taxas existentes entre os dois países seria de grande ajuda. Ficou decidido que as conversações em torno desse assunto devem ser levadas a efeito com o objetivo de ser negociada uma convenção entre os dois países, semelhante às já existentes entre os Estados Unidos e outros países, a qual, assim se espera, eliminará muitos dos fatores que dão origem a uma taxação dupla.

“O Presidente Dutra fez notar também a grande necessidade que tem o Brasil de técnicos e especialistas de todos os tipos, tendo sido assegurado que todos os esforços seriam feitos para se atender as necessidades brasileiras, no campo da cooperação técnica.

“Os dois Presidentes reconheceram a possibilidade de financiamentos por meio de planos de desenvolvimento adequados de instituições públicas de empréstimos, não ligadas a financiamentos privados, tais como os projetos já aceitos para financiamento pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e pelo Banco de Exportação e Importação. O Presidente Truman garantiu ao Presidente Dutra que as solicitações do Brasil seriam, no futuro, como no passado, acolhidas com a mais atenciosa consideração do Governo dos Estados Unidos”.

“O registro histórico das relações entre o Brasil e os Estados Unidos reflete cordial e inquebrantável amizade e cooperação. Durante a atual visita do Presidente Truman, este e o Presidente dos Estados Unidos reviram aquele admirável registro, discutindo os meios pelos quais as relações entre os dois Estados possam ser ainda melhoradas e ampliadas.

“A esse respeito, ambos os Presidentes concordaram que uma convenção cultural, um tratado que incentivasse e estimulasse o atual intercâmbio cultural existente entre os dois países seria desejável e, nesse sentido, aprovaram a negociação de tal instrumento”.

A QUESTÃO DOS BENS ITALIANOS

Em 28 de janeiro de 1942, dando cumprimento à Resolução I, da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Governo brasileiro rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão. Foi essa uma medida de alcance restrito, que não implicava, de acordo com o direito das gentes, no estado de guerra.

Nos dias 16 e 18 de fevereiro, os navios mercantes brasileiros "Buarque" e "Olinda", quando navegavam, fartamente iluminados, fora da zona de bloqueio, em águas americanas, foram afundados por submarinos do Eixo. Ficou sem resposta o protesto dirigido pelo Governo brasileiro ao Governo do Reich, por intermédio do Governo de Portugal. Em 7 de março do mesmo ano, foi torpedeado por submarinos do Eixo, ao largo das costas dos Estados Unidos, o navio mercante brasileiro "Arabutan".

Diante dêsses atos de agressão não provocada e atendendo à necessidade de garantir o ressarcimento dos prejuízos causados à economia nacional pelas nações do Eixo, cuja aliança as tornava solidariamente responsáveis, o Governo brasileiro, pelo Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, ordenou o seqüestro de uma parte dos depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que fôssem titulares suditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas. O produto dos bens em depósito constituiu o Fundo de Indenizações de Guerra, destinado a garantir a reparação dos danos, caso o Governo responsável não satisfizesse cabalmente às indenizações devidas.

Persistindo as nações do Eixo na prática de atos de guerra, como o torpedeamento, em águas brasileiras, de navios mercantes em navegação de cabotagem, foi declarado, no dia 31 de agosto de 1942, o estado de guerra entre o Brasil e os países europeus do Eixo.

Após a invasão do território italiano pelas forças aliadas e a queda do regime fascista, o Governo do Marechal Pietro Badoglio assinou, em 8 de setembro de 1943, o armistício com os Aliados, passando a Itália a lutar ao lado das Nações Unidas contra as Forças do Reich. O Brasil levou na devida conta a leal cooperação da Itália nesta segunda fase do conflito mundial e, desejoso de adotar uma política conforme aos tradicionais vínculos de amizade que uniram no passado os dois países, liberou os bens dos italianos residentes em território brasileiro de tôdas as restrições impostas pelo estado de guerra (Decreto-lei número 7.723, de 10 de julho de 1945). Vale recordar que o Brasil se antecipou, com êsse decreto, às determinações do Tratado de Paz entre as Potências Aliadas e Associadas e a Itália, firmado somente em 1947, pois que, em ato unilateral do seu direito interno, o Governo brasileiro tomara uma deliberação que deveria prevalecer, ainda que outra houvesse podido ser a regra do referido Tratado.

Importa, ainda, salientar que, ao ser firmado aquêles Decreto-lei, ainda não fôra resolvido o problema das reparações de guerra da Alemanha, que foi objeto da Conferência de Reparações, realizada em Paris, em dezembro de 1945. Ignorava, assim, o Governo brasileiro o critério que iria informar a distribuição dos bens alemães. O Brasil não foi convidado a participar da Conferência de Paris e não foi contemplado no rateio dos haveres alemães situados no território do Reich,

apesar de ter procurado ressaltar os seus direitos. Reduzido a ter de contar somente com os bens do Eixo sob seqüestro para o ressarcimento dos seus danos de guerra, ainda assim o Brasil prosseguiu na sua política amistosa para com a Itália. Pelo Decreto-lei n.º 9.123, de 3 de abril de 1946, liberou o Governo brasileiro os bens e créditos de italianos residentes no exterior, e adquiridos ou constituídos depois daquela data. Esse decreto teve por finalidade facilitar o restabelecimento das relações comerciais entre os dois países. Quanto aos bens de italianos residentes no exterior e que se achavam anteriormente gravados, dispunha o mesmo decreto que poderiam ser liberados, no todo ou em parte, por decreto do Executivo, mediante proposta, em cada caso, da Comissão de Reparações de Guerra.

Assinado o Tratado de Paz com a Itália, em 10 de fevereiro de 1947, (1) entraram em entendimento o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada da Itália no Rio de Janeiro, a fim de ser encontrada uma solução para a liberação dos bens pertencentes ao Estado italiano, ressaltados os interesses brasileiros mediante o pagamento de indenizações devidas pelas perdas sofridas pelo Brasil no decorrer da guerra, notadamente pela perda de unidades de sua marinha mercante.

Em nota de 12 de julho de 1947, declarou a Embaixada da Itália que seu Governo estaria disposto, caso o Governo brasileiro providenciasse a liberação total dos bens italianos no Brasil, a pagar indenizações pelos danos diretos que tivessem eventualmente sofrido cidadãos brasileiros, "como consequência de alegados torpedeamentos de navios brasileiros, efetuados por unidades navais italianas", fato aliás contestado insistentemente pelo Governo italiano.

Acrescentava a referida nota que o Governo de Roma estaria pronto a entregar-se ao julgamento de uma comissão paritária ou de outro órgão igualmente arbitral, cuja forma seria estabelecida de comum acordo, e ao qual caberia averiguar se os danos alegados teriam sido realmente causados pela ação de forças navais italianas. Em tal caso, o Governo italiano se comprometeria a indenizar os danos efetivos verificados pelo organismo mencionado.

Respondeu o Itamaraty que prosseguiria o Governo brasileiro na sua política liberal para com a Itália, e manteria o seu propósito de incentivar por todos os meios as relações cordiais entre os dois países. Entretanto, a proposta italiana de intervenção do seu Governo, por meio de membros de uma comissão mista, para decidir sobre os danos imputáveis à Itália e sobre o respectivo pagamento, encontraria óbice na legislação adotada no Brasil durante a guerra, a qual, estando ainda em vigor, era obrigatória para o Poder Executivo.

Para examinar a questão com o Governo brasileiro, enviou o Governo italiano ao Brasil um seu emissário, o Senhor Massimo Pilotti,

(1) Ratificado em 5 de novembro de 1948 e depositado o instrumento de ratificação em Paris a 4 de janeiro de 1949.

Procurador Geral junto à Côrte de Cassação, o qual no 1.º Memorandum apresentado ao Ministério das Relações Exteriores, a 21 de janeiro de 1948, alvitrou, de um modo geral, a liberação dos bens, procurando-se compensações para o Brasil na inversão dos valores seqüestrados, ou sob custódia, em empreendimentos neste país, dos quais resultassem vantagens para a economia nacional.

Rejeitou o Itamaraty qualquer acôrdo nessa base, mas, para demonstrar os sentimentos amistosos que, em tais negociações, manifestava o Governo brasileiro, propôs a devolução das chamadas "Casas de Itália" e de sete navios italianos incorporados à frota do Lloyd Brasileiro, mas que esta empresa devolvera à Fazenda Nacional por não serem suscetíveis de exploração em condições econômicas vantajosas.

Em subsequente Memorandum, o Senhor Pilotti recusou qualquer entendimento que implicasse o reconhecimento da responsabilidade italiana nos danos que sofreros pela agressão submarina. Baseou-se o representante italiano no texto do Tratado de Paz, que só obriga a Itália a reparar os prejuízos que ela tenha ocasionado, e argumentou que o seu Governo tinha provas de que, realmente, apenas a perda de um navio brasileiro era imputável à ação de submarinos italianos.

Nestas condições, e para evitar maior delonga para a solução da questão, apresentou o Itamaraty um plano pelo qual seria proposta ao Governo italiano a quitação da dívida mediante um pagamento simbólico, restituindo-se os navios que o Lloyd já não queria reter, bem como as Casas de Itália e o acervo das Companhias de Seguro.

Destinar-se-iam os demais bens à formação do capital de uma sociedade de imigração e colonização, a ser constituída no Brasil, para o estabelecimento de colônias agrícolas de italianos. Os valores disponíveis para o capital da sociedade prevista atingiam a 300.000.000 de cruzeiros.

A 30 de agosto transmitia o Embaixador da Itália a resposta de seu Governo, aceitando, em linhas gerais, o plano previsto, mas riêe incluindo determinadas modificações, tratando-se, assim, de contra-proposta, com a qual, aliás não pôde concordar o Governo brasileiro, notadamente no que se refere à prevista Companhia de Colonização.

A fim de melhor debater a questão, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao chegar a Paris, onde fôra presidir à delegação do Brasil à 3.ª Assembléia Geral da O. N. U., solicitou do Governo italiano, por intermédio da Embaixada do Brasil em Roma, que enviasse a Paris, a fim de discutir o plano apresentado pelo nosso Governo, um emissário devidamente credenciado e conhecedor da questão.

Coube tal missão ao Senhor Ercole Graziadei, Presidente do "Istituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all'Esterio" (ICLE), que, assistido pelo Embaixador da Itália em Paris, debateu o

assunto com o Ministro Raul Fernandes e formulou uma contra-proposta, cuja consideração ficou adiada, pois o Senhor Grazziadei devia previamente submetê-la a seu Governo.

Em nota de 4 de fevereiro de 1949, foram transmitidas à Embaixada da Itália no Rio de Janeiro as observações e novas propostas de modificação do Governo brasileiro, ficando sempre de pé, porém, os pontos básicos da proposta primitiva.

Desde então prosseguiram as negociações entre o Governo de Roma e a Embaixada do Brasil naquela capital, voltando, depois de maio, quando foi aposentado o nosso Embaixador junto ao Governo italiano, a se efetuarem no Rio de Janeiro, onde se desenvolveram em conferências do Embaixador da Itália com o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A 8 de outubro de 1949, em conclusão desses entendimentos, foi assinado o acôrdo entre o Brasil e a Itália para incentivar as relações de colaboração entre os dois países e resolver as questões atinentes ao Tratado de Paz, submetido à Presidência da República com a Exposição de Motivos de 14 de outubro e encaminhado à Câmara por ofício de 19 do mesmo mês, a fim de ser devidamente ratificado.

Sôbre as negociações desse Convênio, seus trâmites e troca de correspondência sôbre o assunto, publicou o Itamaraty, em novembro último, um livro de 125 páginas, no qual cada documento é acompanhado dos respectivos anexos, o que permite avaliar amplamente as dificuldades vencidas para a solução das questões pendentes entre a Itália e o Brasil, derivantes do Tratado de Paz.

DECLARAÇÃO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA

Alguns dias após a assinatura do Acôrdo ítalo-brasileiro acima referido, foi assinada uma Declaração de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Itália (2), instrumento pelo qual os dois Governos, em vista dos laços tradicionais que os unem, se propõem a intensificar a proteção de seus interesses comuns e a desenvolver suas relações nos terrenos jurídico, econômico, cultural, técnico e social.

Essa declaração constitui como que o preâmbulo dos novos acordos que estão sendo preparados entre os dois países, notadamente o acôrdo de imigração e o convênio econômico.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A ESPANHA

Mantendo o Brasil tradicionais relações diplomáticas e econômicas com a Espanha, sua representação ali foi elevada à categoria de Embaixada no ano de 1933. A partir de 1946, entretanto, a Missão vinha

(2) Anexo 5.

sendo dirigida por um Encarregado de Negócios, em vista de resolução adotada pela Assembléia da O. N. U., e pela qual era recomendado aos Estados Membros que não mantivessem em Madrí missão de mais elevada graduação.

A Delegação brasileira àquela Assembléia concorreu com o seu voto para tal deliberação, ainda que a considerasse inócua, senão contraproducente, para o fim colimado de apressar o advento de um regime democrático na Espanha. Assim procedeu para evitar mal maior, qual a ruptura completa de relações, propugnada por muitas delegações, o que seria em detrimento, não só da própria nação amiga, mas também dos legítimos interesses brasileiros.

Na 1.^a parte da III Assembléia das Nações Unidas, realizada em Paris, a delegação do Brasil redigiu e fêz circular um projeto de resolução, segundo o qual, sem modificar as demais declarações aprovadas em 1946, a Assembléia deixaria a cada membro a liberdade de se representar diplomaticamente em Madrí, segundo suas próprias conveniências. Este ponto de vista foi compartilhado por muitos países latino-americanos e por alguns não-americanos. Baseava-se o nosso projeto sobre a seguinte justificativa: a observância da resolução de 1946, inócua para abalar o regime franquista, vinha causando prejuízo aos Governos que, como o do Brasil, lealmente se haviam conformado com ela. Tais Governos se encontravam em pé de desigualdade com outros que haviam nomeado Embaixadores e Ministros em Madrí.

Na reunião da 2.^a parte da III Assembléia das Nações Unidas, realizada em Lake Success, foi reexaminada a questão. Os debates oscilaram entre dois pontos antagônicos: o ponto de vista da Polónia, que, por motivos óbvios, era secundado pela União Soviética, em oposição sistemática à melhoria das relações diplomáticas com a Espanha franquista, e o do Brasil, cuja proposta já referida contou com o apóio da Colômbia, Bolívia e Peru.

Com exceção da Rússia, as grandes potências abstiveram-se de participar dos debates e cifraram sua atitude pela declaração manifesta de voto contrário à proposta polonesa, a qual seria, conforme de antemão se previra, fragorosamente derrotada. Permanecia assim o projeto brasileiro, sobre o qual convergia a atenção da Assembléia.

No discurso (1) com o qual apresentou o projeto brasileiro, o Delegado do Brasil limitou-se, de acôrdo com as instruções recebidas sobre o assunto, a chamar a atenção da Comissão Política para a situação existente no que respeitava à observância da resolução de 1946 pelos Estados-Membros. Ao contrário de outras Delegações, que discutiram o mérito da resolução de 1946, a Delegação do Brasil ateuve-se ao exame dos acontecimentos supervenientes, tais como a não reafirmação, em 1947, da resolução do ano anterior e a recusa do Conselho

(1) Anexo 6.

de Segurança de incluir a questão espanhola em sua ordem do dia, pelo que se verificava que a recomendação da O. N. U. se enfraqueceria, e acabaria por se anular por via das sucessivas manifestações das Assembléias posteriores.

Embora a Comissão Política houvesse aprovado, por maioria, a proposta brasileira, não obteve ela, em plenário, os necessários dois terços dos membros presentes e votantes e foi, por isso, tècnicamente derrotada, com 26 votos a favor, 15 contra, 16 abstenções e 2 ausências. Entretanto, a vontade expressa da maioria demonstrou que as Nações Unidas não apoiavam mais a recomendação da Resolução de 1946.

Com essa convicção, o Govêrno brasileiro, pela mesma razão por que reconheceu valor moral na manifestação da maioria da Assembléia de 1947, que rejeitara uma proposta tendente a confirmar a recomendação de 1946, sem contudo atingir os 2/3 necessários, julgou-se autorizado a não se considerar prêso pela opinião da minoria que, em 1949, persistiu em negar-lhe o exercício de um direito soberano, qual o de legação.

Aliás, o chamado “caso espanhol” não foi objeto de uma decisão obrigatória, a que só por outra decisão contrária pudesse ser revogada. Dentro das suas faculdades, a Assembléia das Nações Unidas só podia fazer, e fêz, a êsse respeito, uma “recomendação” que apenas valia moralmente pelo pêso dos Estados que a apoiaram. Elaborada para valer por tempo indeterminado enquanto sustentada por 2/3 dos Estados Membros, e tendo perdido progressivamente êsse apôio, afinal reduzido ao de 15 entre 59 Estados, ela não podia de nenhum ponto de vista impedir que o Govêrno brasileiro se representasse em Madrí como entendesse e mais conviesse aos interêsses do país.

Conseqüentemente, o Govêrno brasileiro resolveu normalizar as suas relações com o da Espanha e designou um Embaixador para chefiar a Missão em Madri.

Assinale-se que a atitude do Govêrno brasileiro foi acolhida com simpatia e mesmo com entusiasmo em diversas capitais européias e americanas. Os países que, alegando vários motivos, seguiram o ponto de vista exposto na O. N. U., não criticaram a decisão brasileira — o que é bastante significativo — e sua imprensa se limitou a divulgá-la em poucas linhas.

PRIMEIRO EMBAIXADOR DO BRASIL NA ÍNDIA

Em 15 de outubro de 1948, a Missão diplomática do Brasil na Índia foi elevada à categoria de Embaixada, tendo o primeiro Embaixador naquele país apresentado credenciais em 14 de outubro de 1949. Vale recordar, entretanto que a República Soberana e Democrática da Índia só nasceu legalmente em 26 de janeiro de 1950, dia em que foi

promulgada e entrou em vigor a Constituição da República, ficando sem efeito o Ato do Governo da Índia, de 1935, e o Ato da Independência Indiana, de 1947.

RETIRADA DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS NA CHINA

Diante dos acontecimentos desenrolados na China, em consequência do movimento militar comunista contra o Governo Nacionalista chefiado pelo Marechal Chiang-Kai-Shek, acarretando o agravamento das condições gerais da vida naquele país, o Governo brasileiro resolveu fechar a Embaixada na China, que havia sido transferida de Nanquim para Changai, bem como o Consulado nessa última cidade.

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL JUNTO AO SUPREMO COMANDO DAS POTÊNCIAS ALIADAS NO JAPÃO

Considerada a importância do Japão e dadas as vantagens de ter o Brasil um representante no Extremo Oriente, o Embaixador brasileiro retirado da China foi designado como agente do Governo brasileiro junto ao Supremo Comando das Potências Aliadas no Japão.

RELAÇÕES COM A ALEMANHA

A defesa dos interesses brasileiros na Alemanha ocupada continuou, no ano de 1949, a ser assegurada pela Missão Militar Brasileira em Berlim, chefiada pelo General Anor Teixeira dos Santos e constituída em 5 de dezembro de 1945, para efetuar a ligação entre o Governo brasileiro e as autoridades militares aliadas. A Missão foi acreditada junto ao Conselho Aliado de Contrôlo, órgão supremo do governo militar aliado, composto dos Comandantes-Chefes das quatro grandes potências — Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, U. R. S. S. e França —, cada qual assistido por um Conselheiro Político.

Cumprе salientar que, na sessão de 10 de novembro de 1947, foi discutida no Conselho Aliado de Contrôlo a situação da Missão Militar Brasileira após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia. Sustentou o delegado soviético que as relações entre a Missão Militar e o Conselho Aliado de Contrôlo haviam deixado de existir legalmente, desde a data do rompimento. Esse ponto de vista foi rejeitado pelos demais membros do Conselho, que consideraram ser a suprema autoridade governamental na Alemanha exercida pelo Conselho como um todo e, não, pelos países nêle representados. O Brasil fôra acreditado junto ao Conselho por decisão unânime daquele organismo e essa situação não poderia ser alterada unilateralmente.

O governo da Alemanha pelo Conselho Aliado de Contrôle foi, desde cedo, prejudicado pelas divergências que surgiram entre as quatro grandes potências e se foram, progressivamente, agravando. Em 1947, a oposição soviética em relação a questões de fundamental importância determinou o insucesso da Conferência dos Quatro, em Londres, que se propunha definir a posição econômica e política da Alemanha na Europa.

Em 20 de março de 1948, a Delegação soviética abandonou o recinto das reuniões do Conselho Aliado de Contrôle, a pretexto de se terem recusado os representantes dos demais países ocupantes a revelar os resultados de entendimento com as autoridades alemãs das zonas ocidentais. Dez dias depois, o comando soviético iniciou a fase do chamado “bloqueio de Berlim”. As três potências ocidentais decidiram não mais retardar a organização política e econômica das zonas da Alemanha por elas ocupadas. Em junho de 1948, foi iniciada a fusão da “bizona” anglo-americana com a zona francesa. Nos acordos de Washington, em abril de 1949, os Ministros Acheson, Bevin e Schumann aprovaram o Estatuto de Ocupação, prevendo-se a extinção do Governo Militar na Alemanha ocidental e a sua substituição por uma Alta Comissão Aliada, de caráter civil, cuja instalação, no mês de setembro, coincidiu com o estabelecimento do Governo da República Federal da Alemanha.

O título VIII da Carta da Alta Comissão Aliada, firmada em Paris, a 20 de junho de 1949, pelos representantes das três potências ocidentais, dispõe que “a necessária ligação com os governos de outras nações especialmente interessadas será assegurada mediante a nomeação, por parte desses Governos, de missões apropriadas junto ao Conselho dos Altos Comissários, as quais terão acesso, por procedimentos a serem determinados, aos seus organismos subordinados e ao Governo alemão”. Em 6 de setembro de 1949, o Conselho dos Altos Comissários dirigiu à Missão Militar Brasileira em Berlim um convite no sentido de que o Governo brasileiro acreditasse junto à Alta Comissão Aliada um seu representante, nos termos do citado dispositivo da Carta. Salientou, mais tarde, a Alta Comissão Aliada que a missão não teria caráter diplomático, nem consular, embora pudesse o seu chefe ter uma categoria diplomática pessoal.

Acedendo ao convite, o Presidente da República, por decreto de 21 de dezembro de 1949, designou um antigo Embaixador do Brasil, ocupante do cargo da classe “N” da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para representar o Governo brasileiro junto à Alta Comissão Aliada na República Federal da Alemanha. A Missão Militar Brasileira em Berlim foi suprimida, por decreto de 13 de dezembro de 1949.

CONFERÊNCIA DIPLOMÁTICA DE GENEBRA

Convocada pelo Conselho Federal Suíço, realizou-se em Genebra, de 21 de abril a 12 de agosto de 1949, uma Conferência Diplomática para proceder à revisão das Convenções de Genebra, de 27 de julho de 1929, para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos exércitos em campanha; de Haia, de 18 de outubro de 1907, para adaptação à guerra marítima dos princípios da Convenção de Genebra, de 1906; e de Genebra, de 27 de julho de 1929, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

Representaram o Brasil o Senhor João Pinto da Silva, Cônsul Geral do Brasil em Genebra, e o General de Brigada Floriano de Lima Brayner, Adido Militar junto às Embaixadas em Paris e Londres.

Além da revisão dos instrumentos já referidos, a Conferência elaborou uma Convenção relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra, baseou os seus trabalhos nos quatro projetos de Convenção aprovados pela XVII Conferência Internacional da Cruz Vermelha, reunida em Estocolmo, e estabeleceu os textos definitivos dos seguintes atos :

- I — Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nas forças armadas em campanha;
- II — Convenção para a melhoria da sorte dos feridos, dos enfermos e dos náufragos das forças armadas no mar;
- III — Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra; e
- IV — Convenção relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra.

A Conferência adotou ainda onze resoluções concernentes a essas Convenções.

Depois de devidamente estudadas pelo Itamaraty, o Cônsul Geral João Pinto da Silva foi autorizado a assinar, em nome do Brasil, as convenções mencionadas, com duas reservas à nova Convenção relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra.

RECONHECIMENTOS DE GOVERNOS

EL SALVADOR

O Governo brasileiro, de acordo com outros Governos americanos, decidiu reconhecer o novo Governo da República de El Salvador, o que foi feito por nota da Legação do Brasil em Guatemala à Chancelaria de El Salvador, em 17 de janeiro de 1949.

VENEZUELA

Nessa mesma data, foi reconhecida formalmente pelo nosso país a Junta Militar de Governo da Venezuela, chefiada pelo Coronel Delgado Chaulbaud. O Itamaraty enviou instruções à Embaixada do Brasil em Caracas para, no texto de sua comunicação, referir que o Governo do Brasil tomou nota, com prazer, das declarações feitas pela Junta de que cumprirá estritamente as suas obrigações internacionais e de que convocará, brevemente, eleições.

ISRAEL

A 7 de fevereiro de 1949, o Governo do Brasil resolveu reconhecer, por decreto, o Estado de Israel e o respectivo Governo. Nesse sentido, foi enviado telegrama à Embaixada do Brasil em Washington para que informasse o Representante Especial de Israel do nosso reconhecimento.

No dia seguinte ao do reconhecimento, a Legação do Egito no Rio de Janeiro enviou um memorandum ao Ministério das Relações Exteriores, no qual lastimava que certo número de potências, das quais algumas têm com os árabes laços de tradicional amizade, houvesse reconhecido o Estado de Israel.

Respondeu o Itamaraty que “o Governo brasileiro, sempre fiel aos seus sentimentos de amizade para com o Egito, não podia aceitar tal interpretação”; e acrescentou: “Com efeito, de acôrdo com a doutrina clássica do Direito internacional, o reconhecimento não passa de um ato declaratório, pelo qual um Estado toma nota, oficialmente, da existência de outro. Essa existência, com todos os atributos que dela derivam, independe, porém, da formalidade de tal reconhecimento. E nesse sentido pode dizer-se que, com reconhecer o Estado de Israel, o Governo brasileiro nada acrescentava às condições jurídicas que qualificam o referido Estado como membro da comunidade internacional. Releva lembrar, contudo, que, mesmo depois de proclamados, a 15 de maio de 1948, o advento e a independência do Estado de Israel, que surgia para a vida internacional, investido dos atributos que lhe conferiam personalidade jurídica — território, população homogênea e Governo próprio — o Governo brasileiro ainda esperou que o novo Estado se consolidasse, que afirmasse os seus direitos de soberania e que procedesse à sua organização institucional. Mas, depois disso, já não lhe seria lícito negar a êste o seu reconhecimento, sobretudo quando vários outros Estados se haviam antecipado a reconhecê-lo”.

SÍRIA

Em 29 de abril último, o Governo brasileiro reconheceu o Governo da Síria presidido pelo Coronel Husni El-Zaim.

Em agosto próximo passado, irrompeu na Síria um movimento revolucionário que depôs êsse Governo, tendo o Coronel El-Zaim sido assas-

sinado. Constituiu-se então novo Governo, chefiado pelo Senhor Hachem El Atassi, o qual foi reconhecido pelo Brasil em 28 de setembro último.

CORÉIA DO SUL

Em abril de 1949, o Embaixador da Coréia em Washington visitou o Embaixador do Brasil a quem solicitou fôsse o novo Estado da Coréia do Sul reconhecido pelo Governo brasileiro.

O Itamaraty, em 20 de maio último, enviou instruções telegráficas à Embaixada em Washington autorizando o Chefe da referida Missão diplomática a comunicar ao representante da Coréia a decisão do Governo brasileiro de reconhecer o Estado da Coréia. O reconhecimento foi confirmado posteriormente por Carta de Chancelaria, datada de 21 de junho.

PARAGUAI

A 10 de setembro findo, renunciou ao cargo de Presidente da República do Paraguai o Doutor Felipe Molas Lopes. Aceita essa renúncia pela Assembléia Nacional, foi designado Presidente Provisório da República o Doutor Federico Chaves. Tendo o novo Governo paraguaio comunicado que a mudança de mandatários obedeceu aos dispositivos estatuídos na Carta Política do Estado, o Governo brasileiro, mercê de nota entregue pela Embaixada em Assunção, prosseguiu as suas relações amistosas com o Governo paraguaio.

PANAMÁ

Em 24 de novembro, havendo a Corte Suprema de Justiça decidido que o Presidente demissionário, Daniel Chanis, reassumisse a Presidência da República, e tendo o Vice-Presidente em exercício, Roberto Chiari, abandonado o posto, a Polícia Nacional empossou na Presidência do Panamá o Doutor Arnulfo Arias.

O Ministério das Relações Exteriores deu instruções ao Ministro no Panamá para que notificasse o novo Governo dizendo que o Governo brasileiro, inspirado no desejo de conservar inalteradas as boas relações existentes entre o Brasil e o Panamá, e sem pretender, de forma alguma, opinar sobre a política interna do Panamá, resolveu considerar não interrompidas as mencionadas relações.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O Brasil, através dos Organismos Internacionais, ligou-se mais intimamente ao mundo todo. O trabalho realizado pelas nossas delegações especiais e permanentes tem sido apreciável e apreciado. Quer nas reuniões de caráter político, quer nas de assuntos técnicos, o Brasil,

ao invés de defender unicamente os seus interesses diretos, procurou sempre, dentro de sua tradição diplomática, salvaguardar os princípios gerais das Nações democráticas.

NAÇÕES UNIDAS — ASSEMBLÉIA GERAL

A amplitude da matéria a ser discutida no transcurso da III Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Paris, em setembro de 1948, exigiu um prazo adicional a fim de que vários itens da Agenda, reputados de magna relevância, recebessem a consideração e o tratamento que se impunham.

Nestas circunstâncias, foi convocada em abril do corrente ano a 2.^a Parte da III.^a Sessão da Assembléia a cujo encargo assistia o exame dos seguintes assuntos, discutidos pelas diferentes Comissões, conforme se apreciará abaixo :

a) *Comissão Política* : Antigas Colônias Italianas na África. Relações com a Espanha. Tratamento dos Indus na União Sul-Africana.

b) *Comissão Política Especial* : Método de Cooperação Política Internacional. Guarda das Nações Unidas. Violação dos Direitos Humanos na Hungria e Bulgária. Método de Trabalho na Assembléia Geral. Admissão de Israel. Populações Aborígenes do Continente Americano. Relatório do Conselho de Segurança. Indonésia.

c) *Na III.^a Comissão (Social)* : Liberdade de Informação.

d) *Na V.^a Comissão (Orçamentária e Administrativa)* : Eleição de um membro do Comitê de Contribuições. O chinês como língua de trabalho da Assembléia. O russo como língua de trabalho da Assembléia.

A representação do Brasil ao mencionado certame foi integrada pelos componentes da Delegação Permanente junto às Nações Unidas, distribuídos da seguinte forma :

Delegado-Chefe — Embaixador João Carlos Muniz: *Delegados Suplentes*: Ministro Henrique de Sousa Gomes; Conselheiro Eurico Penteado, Senhor Olyntho Machado; *Assessores* : Secretários Henrique Rodrigues Valle, Egberto da Silva Mafra e Senhor Alfredo Pessôa.

A Assembléia trabalhou exaustivamente. Impasses que o plenário em Paris não conseguira dirimir, por traduzirem pontos de vista irreduzíveis, constituíam o legado para o qual a nova reunião deveria encontrar uma forma de solução. Assim, entre outros, o estatuto das antigas colônias italianas, a representação diplomática perante o Governo espanhol e a admissão de Israel no seio da O. N. U.

No decorrer das sessões, a Delegação do Brasil desenvolveu atividade altamente profícua e as intervenções de seus componentes nas várias Comissões foram das mais acatadas pela ponderação que as caracterizou. Examinam-se a seguir os assuntos mais importantes tratados na 2.^a Parte da III Assembléia, já então reunida na sede em Lake Success.

COLÔNIAS ITALIANAS

A questão das antigas colônias italianas foi entregue à Assembléia Geral das Nações Unidas, em virtude do disposto no Anexo XI do Tratado de Paz com a Itália. Na observância do texto referido, as grandes potências, caso não chegassem a um acôrdo sôbre o assunto, decorrido um ano após a entrada em vigor do Tratado, deveriam submeter o assunto à decisão da Assembléia Geral. A Comissão de Investigação que estudou o problema *in loco* forneceu bons subsídios para uma justa apreciação do caso.

Ao iniciarem-se os debates na Comissão Política, teve-se de imediato a compreensão da dificuldade em se encontrar uma fórmula capaz de conciliar os vários pontos de vista. Enquanto a França e os países latino-americanos, à exceção do Haiti, favoreciam as pretensões máximas italianas, o bloco árabe-asiático opunha-se à volta, a qualquer título, das antigas colônias à Itália. O Reino Unido pretendia a tutela da Cirenaica, o que desagradava também aos árabes, que viam nesse desejo o caminho para a partilha da Líbia, a que se recusavam terminantemente, não cessando de solicitar a independência imediata daquela colônia. Os soviéticos, por seu turno, queriam fôssem todos os territórios colocados sob tutela das Nações Unidas, enquanto a Etiópia reivindicava quase tôda a Eritréia e mesmo a Somália.

Quase ao término do debate geral, resolveu o Reino Unido apresentar oficialmente uma proposta cujo texto fizera antes circular entre algumas Delegações. Esse projeto cedia a tutela da Cirenaica ao Reino Unido; adiava a solução para o caso da Tripolitânia; cedia a Somália à tutela da Itália; e dividia a Eritréia entre a Etiópia e o Sudão Anglo-Egípcio. A reação contra a proposta britânica, não obstante o apóio imediato que mereceu dos Estados Unidos da América, foi grande e se fez logo sentir. Vários países latino-americanos dissentiram do projeto do Reino Unido, e a Argentina, especialmente, o fez com muita ênfase.

Diante do rumo que ia tomando a questão, resolveram os países latino-americanos apresentar conjuntamente uma proposta que adiava para a IV Sessão da Assembléia Geral a solução do problema, mas fixava, desde então, certas normas a seguir. Também a Índia submeteu um projeto que, em suas linhas gerais, acompanhava uma proposta de concessão de independência imediata à Líbia. Dada essa situação, propôs a Austrália se criasse uma nova Comissão de Investigação que submeteria à IV Sessão da Assembléia um relatório a respeito do assunto.

Estavam as citadas propostas para serem votadas pela Comissão Política, quando os Ministros Bevin e Sforza chegaram, em Londres, a um acôrdo sôbre o problema. A nova forma diferia da proposta original britânica apenas no tocante à Líbia, pois previa uma tutela italiana para a Tripolitânia, a partir de 1951. Embora soubessem o sacrifício que representava para as pretensões italianas a aceitação dêsse acôrdo, os países latino-americanos resolveram apoiá-la em princípio.

Criado às pressas um novo Sub-Comitê, o Reino Unido ali apresentou sua nova proposta baseada no acôrdo Bevin — Sforza. A despeito da grande oposição soviética e árabe-asiática ao acôrdo anglo-italiano, havia grande esperança de que a Assembléia aceitasse a solução a que tinham chegado os dois países. O Sub-Comitê, aprovando na íntegra a nova proposta britânica, passou-a à Comissão Política, onde, depois de longas votações, foram aprovadas por grande maioria as propostas do Sub-Comitê. O Equador chegou a propor então se confiasse a tutela desse território a um país da América Latina. No que concernia, porém, à tutela da Itália para a Tripolitânia, a votação acusou um voto a menos dos necessários dois têçõs.

Ao passar o assunto a plenário, sabia-se haverem os países interessado obtido que a Etiópia tranformasse em abstenção seu voto negativo sôbre a Tripolitânia e que a Austrália passasse de abstenção a voto afirmativo. Parecia, assim, assegurada a aprovação da proposta.

Em plenário, entretanto, para surpresa de todos, a Índia, que na Comissão se absterivera, votou contra a tutela italiana para a Tripolitânia e derrotou, assim, essa parte da proposta. Em vista dessas ocorrências, os países latino-americano votaram contra o conjunto da proposta, pelo que não conseguiu esta o número de votos necessário para a sua aprovação. A Assembléia buscou ainda votar outras propostas. Nada, porém, foi aprovado e a questão passou, assim, à consideração da IV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

O CASO ESPANHOL

As relações com a Espanha de Franco, problema do qual as Nações Unidas, desde 1946, sem maior êxito, se vinham ocupando, não alcançou em Lake Success nenhuma solução definitiva e, ao se encerrarem os debates a respeito, a questão da liberdade de ação dos Estados-Membros nas suas relações diplomáticas com Madrí permaneceu aberta.

O Brasil, em vista do “impasse” a que chegara o assunto, resolveu adotar atitude coerente com as suas propostas e a tradição da diplomacia brasileira, conforme ficou dito, ao serem examinadas as nossas relações internacionais.

O TRATAMENTO DOS INDUS NA UNIÃO SUL-AFRICANA

A questão relativa ao tratamento dos indus na União Sul-Africana, reaberta em Lake Success após as tentativas empreendidas desde a II Sessão da Assembléia Geral, acarretaria profunda dissensão de opiniões e os debates se prolongariam na defesa de pontos de vista dos dois países em litígio até a aprovação de um projeto de conciliação submetido conjuntamente pelas Delegações da França e do México.

A Índia voltou a criticar o tratamento dispensado aos indus que vivem na União Sul-Africana, que estariam sujeitos, em seu parecer, a

severa discriminação, sem garantias de qualquer natureza, constituindo minoria desamparada à qual os direitos humanos fundamentais são denegados e, em nome da equidade, apelou para as Nações Unidas a fim de que a Organização zele pela observância dos princípios da Carta, no sentido de se restabelecerem os laços fraternos entre os dois povos. A proposta do Delegado da Índia redarguiu o representante da União Sul-Africana com o argumento de que a queixa apresentada envolvia a possibilidade de intervenção da O. N. U. em um dos seus Estados-Membros, competência que a seu ver não pode ser atribuída à Organização, pois redundaria em intervenção nos assuntos domésticos da União Sul-Africana. O Delegado sul-africano demorou-se em considerações sobre o caso e, ao concluir, acusou a Índia de pretender advogar a tese da intervenção das Nações Unidas nos negócios internos dos países membros. A seguir várias Delegações se manifestaram favoravelmente a um e outro pontos de vista. O bloco soviético e a Dinamarca atacaram a argumentação do representante da União Sul-Africana e a Argentina sugeriu fôsse o caso levado à Corte Internacional de Justiça, por não admitir competência à Assembléia para conhecer da questão.

Depois de inúmeras discussões a Assembléia Geral aprovou um projeto de resolução franco-mexicano, apoiado pelo Brasil, que determinava a realização de uma mesa redonda entre representantes da Índia, Paquistão e União Sul-Africana, com o fito de alcançar uma solução para o problema, na base dos princípios da Carta e da Declaração dos Direitos do Homem.

MÉTODOS DE COOPERAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL

Por sugestão dos Delegados da Bélgica e dos Estados Unidos da América, ficou assente em Paris que se adiará até a 2.^a Parte da III Assembléia Geral a decisão sobre duas propostas da Comissão Interina: a alteração das regras de processo, com o fito de se conferirem poderes ao Presidente da Assembléia Geral para nomear um conciliador nos casos de disputas incluídas na Agenda, na forma do artigo 11, parágrafo 2.^o, da Carta, e a criação de um grupo de pessoas qualificadas para servirem em comissões de inquérito e conciliação.

Afora os ataques dos países soviéticos, dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, não houve propriamente debates a respeito das duas propostas. Por 37 votos a favor, 1 contra e 3 abstenções, resolveu a Comissão Especial devolver à Pequena Assembléia, para mais circunstanciado estudo, o projeto de resolução pertinente à reforma das regras de processo. Por larga maioria, igualmente, aprovou-se a última proposta.

De acôrdo com a mesma, os Estados-Membros deverão designar, cada um, até cinco pessoas em condições de, pela sua experiência, caráter e posição, exercerem funções em comissões de inquérito e conciliação.

As pessoas designadas constituirão um grupo a que recorrerão os diversos órgãos das Nações Unidas, sempre que desejarem escolher membros para aquelas comissões. A escolha será feita pelo órgão das Nações Unidas que houver criado a comissão ou, no caso de comissão nomeada pelos Estados partes numa controvérsia, mediante acôrdo entre os mesmos.

Os ataques dos países soviéticos giraram principalmente em torno da Pequena Assembléia, cuja criação mais uma vez classificaram de tentativa destinada a frustrar a ação do Conselho de Segurança. O mesmo objetivo teriam as propostas da Pequena Assembléia sobre os métodos de cooperação internacional.

Segundo a tese soviética, a atribuição de funções de conciliação ao Presidente da Assembléia, através da reforma das regras de processo, só teria por efeito reduzir a importância do papel do Conselho de Segurança, sendo de observar que nem o artigo 11, nem o artigo 14 da Carta, facultam a possibilidade de o Presidente da Assembléia proceder, em qualquer ocasião, como relator ou conciliador das disputas previstas no Capítulo VI.

Quanto ao grupo de pessoas qualificadas para servirem em comissões de inquérito e conciliação, teria como resultado apenas impedir, como sempre ocorre, venham representantes soviéticos participar de órgãos dessa natureza.

Mais uma vez patenteou-se o unilateralismo de julgamento dos países soviéticos, para os quais a nomeação de um mediador ou observador militar seria o subterfúgio de que se vale a política anglo-americana a fim de contar com pessoas que sirvam de instrumento aos seus desígnios.

A Delegação do Brasil votou com a maioria pela adoção das medidas acima referidas.

GUARDA DAS NAÇÕES UNIDAS

Após acurado exame da proposta consubstanciada no relatório de 28 de setembro do ano findo, que o Secretário Geral submetera ao plenário da Assembléia, com vistas à criação da Guarda das Nações Unidas, a Delegação das Filipinas apresentou um projeto de resolução, de acôrdo com o qual seria formado um Comitê Especial para estudar os aspectos técnicos, legais e orçamentários do problema, cuja discussão, em face da complexidade do assunto, exigiria prolongada consideração.

O citado projeto mereceu aprovação da Assembléia, que determinou fôsse estabelecido o Comitê Especial, composto de representantes dos cinco Membros Permanentes do Conselho de Segurança e dos seguintes países: Brasil, Austrália, Colômbia, Grécia, Haiti, Paquistão, Polônia, Suécia e Tchecoslováquia.

A função precípua do novo órgão foi a de preparar e submeter à IV Sessão Ordinária da Assembléia Geral um relatório a respeito da criação da Guarda das Nações Unidas.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA HUNGRIA E BULGÁRIA

A questão do Cardeal Mindszenty e dos Pastores protestantes, em que se viram acusadas a Hungria e a Bulgária, foi resolvida com a aprovação de um projeto de resolução apresentado pela Bolívia.

A resolução em aprêço contém as seguintes disposições principais: reafirma o propósito das Nações Unidas de promover a cooperação internacional e encorajar o respeito aos direitos do Homem e às liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; registra a preocupação da Assembléia Geral quanto às graves acusações feitas aos Governos da Bulgária e da Hungria, relativamente à supressão dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, naqueles países; manifesta a esperança de que venham a ser adotadas medidas em cumprimento dos tratados de paz, no sentido de assegurar aqueles direitos e liberdades; mantém a questão na Agenda da IV Sessão da Assembléia Geral.

A defesa dos países acusados, levada a cabo pelos Delegados do bloco soviético, centralizou-se nos seguintes pontos: I) o Cardeal Mindszenty e os Pastores protestantes condenados na Bulgária foram culpados de crimes comuns e, ao mesmo tempo, responsáveis por ligações com representantes de outras potências, em atividades contrárias aos interesses dos respectivos países; II) os processos e julgamentos realizados se ajustaram aos princípios de imparcialidade, justiça e legalidade; III) os fatos verificados na Hungria e na Bulgária dizem respeito à jurisdição doméstica desses países, sendo as Nações Unidas incompetentes para dos mesmos tomar conhecimento, na forma do parágrafo 1, do artigo 2, da Carta.

Os elementos de informação trazidos aos debates, sobretudo pelos Delegados dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Bolívia, acentuaram, ao contrário, o caráter faccioso dos julgamentos e a existência de uma política anti-religiosa, tanto na Bulgária quanto na Hungria.

A posição da Delegação brasileira está sumariada na declaração que a 21 de abril do corrente ano fez o nosso representante perante a Comissão Política Especial.

Quanto ao princípio de jurisdição doméstica, procurou o Delegado do Brasil definir a competência das Nações Unidas no caso, mostrando haver sido a mesma tese levantada, sem êxito felizmente, quando da discussão de questões como a do tratamento de indus na União Sul-Africana, a da esposa de um diplomata chileno retida na União Soviética, a das alegadas violações de direitos sindicais e a do golpe de Estado na Tchecoslováquia.

Salientou o Delegado brasileiro, em consequência, que o exame de casos de tal natureza se enquadrava perfeitamente na Carta (artigos

10, 13 e 14), escapando à competência da Assembléia apenas as medidas coercitivas previstas no capítulo VII.

Depois de analisar perfunctóriamente a filosofia comunista ao que concerne à religião, o nosso representante reafirmou a convicção de que o melhor passo no momento seria deixar às potências signatárias dos tratados de paz com as partes acusadas as providências imediatas para a elucidação dos fatos.

Esse ponto de vista coincidiu com o da maioria, que, com o transcurso dos debates, se alinhou ao lado da proposta boliviana.

A Comissão aprovou, também logo de início, uma proposta australiana, para convidar a Hungria e a Bulgária a enviar representantes, no propósito de prestar esclarecimentos à Comissão.

Os dois países, todavia, não atenderam ao convite, havendo sido abandonada a sugestão da Delegação boliviana, sob forma de emenda à proposta australiana, no sentido de se convidar igualmente a Santa Sé a expor o seu ponto de vista.

MÉTODOS DE TRABALHO DA ASSEMBLÉIA GERAL

Ainda em Paris, várias Delegações manifestaram sua crescente preocupação diante do gradativo aumento do prazo de duração das reuniões da Assembléia.

Interpretando tais sentimentos, as Delegações da Dinamarca, Noruega e Suécia submeteram à Comissão Política Especial uma proposta destinada a promover o estudo de novos métodos de trabalho, que pudessem abreviar as sessões da Assembléia.

A resolução aprovada determinou a criação de um Comitê especial, integrado pela Bélgica, Brasil, Canadá, China, Tchecoslováquia, Egito, França, Índia, Irã, México, Suécia, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos da América e Uruguai, ao qual caberá a realização de tais estudos.

O Comitê em aprêço foi encarregado de submeter um relatório sobre o assunto ao Secretário Geral, que o fará circular entre os países-membros e o levará a exame na IV Sessão da Assembléia Geral.

Não houve oposição à adoção dessa proposta; apenas o bloco soviético absteve-se de votar.

ADMISSÃO DE ISRAEL

Ao se iniciarem os debates sobre a admissão de Israel, a Comissão Política Especial tinha diante de si uma recomendação do Conselho de Segurança, na conformidade do artigo 4 da Carta, favorável ao ingresso pleiteado.

Para duas questões principais convergiram os argumentos expendidos e as longas declarações feitas por numerosos Delegados: a dos refugiados árabes e a da internacionalização de Jerusalém.

Certas Delegações tornaram claro, logo de início, qual seria sua posição final, a despeito dos argumentos que pudessem vir a ser levantados durante a discussão: umas, como as dos Estados Unidos, União Soviética, Austrália, Nova Zelândia e poucas outras, favoreciam integralmente a proposta de admissão; outras, representadas quase que exclusivamente pelos países árabes, não deixaram dúvidas que em hipótese alguma dariam seu voto para a admissão.

A grande maioria dos Delegados, porém, flutuou entre o pêso do prestígio do apóio americano e soviético ao novo Estado e a influência das tradições cristãs, das recentes manifestações da Santa Sé sôbre a necessidade da internacionalização de Jerusalém e das contingências da política interna nos respectivos países.

As instruções da Delegação brasileira eram no sentido de esclarecermos nossa posição de país cristão e subordinar o voto do Brasil à observância, pelo Estado de Israel, da resolução da Assembléia relativamente ao estabelecimento de um estatuto internacional para Jerusalem. O Delegado do Brasil, nessa conformidade, declarou perante a Comissão que não nos poderíamos manifestar em definitivo sôbre a proposta de admissão sem que o Estado de Israel oferecesse garantias capazes de afastar as dúvidas existentes sôbre a observância das disposições da Assembléia Geral a respeito de Jerusalém e dos refugiados árabes.

Ressaltando nossa posição favorável ao princípio do universalismo das Nações Unidas, frisou porém haver, no caso, razões bastantes para se receiar o não cumprimento das cláusulas destinadas a garantir o livre acesso aos lugares santos, o que despertava no Brasil, país cristão por excelência, sérias preocupações.

A posição de Israel, tal como a definiu Aubrey Eban, pode ser assim resumida: I) o Governo de Israel está disposto a cooperar com as Nações Unidas na adoção de um estatuto internacional para Jerusalém; II) tal estatuto, porém, deverá referir-se à proteção e contrôle dos lugares santos exclusivamente, ficando as matérias de natureza civil e administrativa a cargo das autoridades de Israel e dos países árabes diretamente interessados; III) a parte nova de Jerusalem será incorporada ao Estado de Israel; IV) tais diretivas mostram a impraticabilidade das disposições anteriormente adotadas pela Assembléia e, conseqüentemente, a necessidade de nova solução para esses problemas.

O representante de Israel não poderia ter sido mais categórico ao repelir as decisões anteriores da Assembléia e demonstrar que o futuro de Jerusalém ficaria na dependência de negociações ulteriores, com a ressalva de que a parte nova da cidade, contrariamente ao plano de partição, passaria a integrar o novo Estado.

Alguns Delegados, principalmente representantes de países latino-americanos, manifestaram, em reuniões privadas, a mais violenta oposição à atitude de Israel, mas instruções dos respectivos Governos, nos últimos instantes, levaram-nos a votar afirmativamente.

Aliás, a atitude de Israel, ignorando as decisões do órgão supremo das Nações Unidas, poderia facilmente levar à conclusão de que o citado Estado não se manifestara apto ou inclinado a cumprir suas obrigações, não observando, assim, o disposto no artigo 4 da Carta.

Tratava-se, porém, de uma decisão ditada principalmente por interesses políticos, e a proposta conjunta da Austrália, Canadá, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Panamá e Uruguai, dispondo sobre a admissão imediata, foi aprovada na Comissão com o voto contrário do Afeganistão, Birmânia, Egito, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita, Síria e Iemen, e a abstenção dos seguintes países: Brasil, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Bolívia, França, Luxemburgo, União Sul-Africana, Sião, Turquia, Reino Unido, Etiópia e Suécia.

Justificando o voto brasileiro, o Delegado do Brasil lamentou não poder votar a favor, na ocasião, da admissão de Israel, acrescentando que a Delegação brasileira não desejava prejudicar os fatos, mas as declarações de Aubrey Eban não haviam dissipado completamente as dúvidas que as dificuldades existentes viessem a levar as partes a uma solução em desacôrdo com o espírito das resoluções da Assembléia, o que importaria em desprestígio das decisões adotadas.

Lembrou, ainda, que seria possível a revisão de decisões anteriores, mas que tal processo deveria ser conduzido pelo órgão de onde as mesmas emanaram, e não por iniciativa e ação unilateral de quaisquer das partes.

Coerente com esse ponto de vista, a Delegação brasileira votou a favor de uma proposta do Líbano, para adiar-se o exame do assunto até setembro, o que talvez viesse a dar tempo de se apreciarem os resultados dos trabalhos da Comissão de Conciliação reunida em Lausanne. Mas o projeto de resolução acima foi derrotado por 25 votos contra 19 a favor e 12 abstenções.

IV SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL

A IV Sessão Regular da Assembléia Geral das Nações Unidas realizou-se em Flushing Meadows e Lake Success, Estado de Nova York, entre 20 de setembro e 10 de dezembro de 1949. Nela o Brasil esteve representado por uma delegação que ficou assim constituída: Embaixador C. de Freitas-Valle, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores — Chefe; Embaixador João Carlos Muniz, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Senhores Ivo d'Aquino, Senador da República e líder da maioria, Gilberto Freyre, Deputado Federal, Embaixador Gilberto Amado — Delegados; Senhores João Baptista Barreto Leite Filho, jornalista, Eurico Penteado, Conselheiro Comercial e Olyntho Pinto Machado, Assessôres; Senhores Carlos Sylvestre de Ouro-Preto, Henrique Rodrigues Valle, Roberto de Oliveira

Campos, José Jobim, João Augusto de Araújo Castro, Miguel Ozório de Almeida, Ramiro Elisio Saraiva Guerreiro, Egberto da Silva Mafra, Carlos F. D. Gonçalves da Rocha e Paulo Amélio do Nascimento Silva — Secretários.

Pode dizer-se que, se do ponto de vista político não foram altamente significativos os resultados da IV Sessão da Assembléia Geral, no campo econômico-social alcançou-se substancial progresso, em particular para a América Latina e para o Brasil.

Foi eleito para o cargo de Presidente da Assembléia o General Carlos P. Rômulo, das Filipinas. Os sete cargos de Vice-Presidentes couberam aos chamados “Cinco Grandes” (Estados Unidos da América, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, França e China), ao Brasil e ao Paquistão (eleitos ambos por 42 votos).

O debate geral foi iniciado, a 21 de setembro, pelo Chefe da Delegação brasileira com um discurso (1) em que apontava as falhas que ainda se fazem sentir nas Nações Unidas, tais como a proliferação assustadora de seus órgãos e empreendimentos e a falta de boa vontade de parte de alguns de seus membros, sendo que esta última razão havia levado à triste situação de assistir o mundo ao “Conselho (de Segurança) desavindo e a Côrte desocupada”. Reafirmava, porém, a confiança do Brasil nas Nações Unidas, sentimento que havia guiado, desde São Francisco, a participação de nosso país nas atividades da Organização.

As declarações do Chefe da Delegação brasileira causaram a mais viva impressão, não só entre as demais Delegações, mas também no seio do Secretariado, pelo que representavam como crítica sincera, construtiva e desapaixonada às Nações Unidas, tendo o Secretário Geral da Organização agradecido os reparos formulados.

A Delegação do Brasil, que esteve presente a tôdas as reuniões e sessões, quer do Plenário, quer das várias Comissões, dos Sub-Comitês e dos grupos de trabalho, teve atuação intensa nos trabalhos da Assembléia Geral e viu suas propostas, em sua maioria, aprovadas pelos demais Estados-Membros. A seguir examinam-se os tópicos de maior importância tratados da IV Sessão.

ELEIÇÕES PARA OS VÁRIOS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS

Da Agenda da Assembléia, constava a eleição de três membros do Conselho de Segurança, de seis do Conselho Econômico e Social e de três do Conselho de Tutela.

Saíram do Conselho de Segurança a Argentina, o Canadá e a Ucrânia; do Conselho Econômico e Social: a Bielorrússia, os Estados Unidos, o

(1) Anexo 7.

Líbano, a Nova Zelândia, a Turquia e a Venezuela; do Conselho de Tutela: o México, o Iraque e Costa Rica (que desistira de seu mandato). No Conselho de Segurança, a reeleição é proibida pela Carta das Nações Unidas, sendo permitida nos outros dois.

Foram os seguintes os países eleitos pela Assembléia Geral: no Conselho de Segurança, o Equador substituiu a Argentina, a Índia entrou na vaga do Canadá e a Iugoslávia no lugar da Ucrânia, no Conselho Econômico e Social, os Estados Unidos da América foram reeleitos, o Irã substituiu a Turquia, o México a Venezuela, o Canadá a Nova Zelândia, a Ucrânia, a Bielorrússia, e o Egito, o Líbano. No Conselho de Tutela, a República Dominicana foi eleita para a vaga decorrente da desistência de Costa Rica (por um ano), a Argentina para a do México e o Iraque foi reeleito.

A candidatura da Iugoslávia à vaga da Ucrânia foi considerada pelos países do grupo eslavo como uma candidatura de rebeldia e que desatendia ao critério de representação por grupos a que, em geral, obedecem as eleições nas Nações Unidas. Contra tal candidatura, a União Soviética e seus satélites apresentaram a da Tchecoslováquia, que foi derrotada. A eleição da Iugoslávia provocou, da parte do Senhor Vishinsky, chefe da Delegação russa, um discurso de protesto que, a rigor, não poderia ter sido aceito pelo Presidente, uma vez que, nestes casos, o voto é secreto.

QUESTÃO GREGA

Inicialmente, a Delegação da Austrália propôs, a exemplo do que se fizera na Sessão anterior, um Comitê de Conciliação que realizaria gestões junto aos Governos da Grécia, de uma lado, e da Albânia, Bulgária e Iugoslávia, de outro, procurando melhorar suas relações e eliminar as controvérsias entre eles existentes. Aprovado por unanimidade e sem discussão o projeto australiano, foram suspensos os debates, até o recebimento do relatório do Comitê de Conciliação.

A 22 de outubro, o Presidente da Assembléia anunciava o malôgro dos esforços do Comitê, sendo reaberto o debate na Comissão, onde se apresentaram as mesmas características de acerbos discussões entre ocidentais e orientais. Os primeiros, tal como na primeira parte da III Sessão, defenderam o trabalho da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs e condenaram os vizinhos setentrionais da Grécia, ao passo que os países eslavos atacaram, em linguagem desmedida, o Governo grego, a intervenção anglo-americana na Grécia e a parcialidade do relatório da Comissão Especial.

Durante os debates, o Chefe da Delegação brasileira pronunciou uma declaração em que, elogiando os trabalhos da Comissão Balcânica e apoiando a prorrogação de seu mandato, afirmava que a Grécia não era, de forma alguma, a responsável pelas perturbações de ordem em seu território, pois sempre se mostrara, ao contrário de seus vizinhos do

norte, disposta a acatar as resoluções das Nações Unidas sobre o assunto. Apontava, ainda, que o relatório da Comissão Balcânica provava, à saciedade e irrefutavelmente, que os guerrilheiros gregos haviam recebido e continuavam a receber auxílio da Albânia e da Bulgária. Terminava fazendo um apêlo aos dirigentes dos países balcânicos no sentido de que, num ambiente de boa vontade e de respeito mútuo, resolvessem suas dificuldades e encontrassem, finalmente, o caminho da paz e da prosperidade.

Foi aprovada na Comissão Política, e depois pelo plenário da Assembléia, contra o voto da União Soviética e de seus satélites, uma resolução, que teve o nosso apôio, proposta pela Austrália, pela China, pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido e que reafirma a atitude da Assembléia anterior e mantém, com os atuais termos de referência, a Comissão Balcânica. Outrossim, foi aprovada unânimemente, uma resolução sobre o repatriamento das crianças gregas.

COLÔNIAS ITALIANAS

Das questões submetidas à Comissão Política, era esta, sem dúvida, a de mais difícil solução. Excetuado o caso particular da Líbia, a favor de cuja independência desde maio se desenhava nítido movimento, a sorte da Somália e da Eritréia não se afigurava fácil de definir.

A tutela italiana para a Somália, defendida pela França, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e países latino-americanos, era contrariada pelo bloco árabe-asiático e pelas delegações soviéticas; a partilha da Eritréia só tinha a aprovação da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da Etiópia.

A Comissão Política criou um Sub-Comitê de 21 países (entre os quais o Brasil) a fim de estudar as propostas apresentadas à Comissão ou as que lhe viessem a ser submetidas.

O Chefe da Delegação brasileira fez um apêlo a este Sub-Comitê, no momento da sua instalação, para que, de espírito aberto e sem preconceitos, examinasse toda e qualquer sugestão que lhe fôsse apresentada, declarando, ainda, que um insucesso seria causa de grande desprestígio para as Nações Unidas.

Após longos debates e penosos trabalhos, a Assembléia Geral adotou as seguintes fórmulas de solução para o destino das antigas colônias italianas :

- a) Independência da Líbia até 1.º de janeiro de 1952; quanto ao processo de efetuar-se a independência, decidiu-se que a Assembléia Geral nomearia um Comissário, o qual seria assistido por um Conselho composto de Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Egito e Paquistão. Foi eleito para o cargo de Comissário o Senhor Adrian Pelt (um dos Assistentes do Secretário Geral das Nações Unidas), por 28 votos, contra

20 dados ao Senhor José Arce (Chefe da Delegação argentina) e 3 ao Senhor Zaffrulah Khan (Paquistão).

b) Para a Somália, a Assembléia Geral aprovou a tutela italiana por um período improrrogável de dez anos, ao fim do qual será um Estado independente; a Itália será auxiliada por um Conselho Consultivo, composto do Egito e da Colômbia; será elaborada, pelo Conselho de Tutela, uma Carta Constitucional pela qual se pautará a potência administradora.

c) Para a Eritreia, em face da impossibilidade de encontrar uma solução definitiva, resolveu-se enviar uma Comissão de Investigação, formada pela Birmânia, Guatemala, Noruega, União Sul Africana e pelo Paquistão, que deverá apresentar seu relatório à V Sessão Regular da Assembléia.

A fixação dos limites entre as antigas colônias da Itália foi confiada à Comissão Interina (Pequena Assembléia).

O conjunto das propostas apresentadas pela Comissão Política foi aprovado, em plenário, por 48 votos a favor, 1 contra (Etiópia) e 9 abstenções (União Soviética, Bielorrússia, Ucrânia, Polônia, Libéria, Nova Zelândia, Suécia, Tchecoslováquia e Iugoslávia).

CONDENAÇÃO DOS PREPARATIVOS DE UMA NOVA GUERRA

Este item foi apresentado pela Delegação da União Soviética e os debates havidos em torno dele foram, sob certo aspecto, os mais interessantes da Assembléia.

Simple repetição de projetos submetidos a outras Assembléias, tinha em mira apresentar a União Soviética como campeã da paz, em contraposição ao imperialismo dos anglo-saxões.

Adotaram os países democráticos, desde logo, medidas para derrotar o projeto soviético e patentear seus verdadeiros objetivos de propaganda ideológica. Assim, realizaram-se encontros entre os Chefes de várias Delegações, principalmente a americana, a inglesa, a belga, a canadense e a brasileira, convidado que fôra, desde o primeiro de tais encontros, o Chefe de nossa Delegação.

Nestas reuniões, ficou decidido que os Estados Unidos e o Reino Unido, diretamente acusados de violadores da paz, apresentariam uma proposta que consubstanciasse os princípios fundamentais da paz (e que, por isto, tomou o nome de *Essentials of Peace*), a qual foi aprovada pela maioria de 53 votos, contra 5 e 1 abstenção (da Iugoslávia).

Durante os debates na Comissão Política, o Chefe da Delegação brasileira pronunciou um discurso em que, defendendo o Pacto do Atlântico e o Tratado do Rio de Janeiro, concluídos de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas, mostrava a desnecessidade e a inconveniência do pacto proposto pela União Soviética. Salientava que esta última, por sua política de segregação, era a principal responsável pela situação de intranquilidade em que vive o mundo.

INTERNACIONALIZAÇÃO DE JERUSALÉM

Foi êste um dos assuntos que mais debates provocou na Assembléia. A princípio, a maior parte das Delegações inclinava-se a uma solução conciliatória, baseada em concessões recíprocas e que permitisse livre acesso aos Lugares Santos. Posteriormente, a intransigência do Israel e da Jordânia, e, especialmente, as declarações feitas pelo Primeiro Ministro Ben Gúrion perante o Parlamento israelita, no sentido de que seu país considerava Jerusalém sua capital eterna e parte integrante e inseparável de seu território, invalidaram tal situação. Desta forma, Israel tinha por nula a Resolução de 29 de novembro de 1947, que criara o novo Estado. Não menos categóricas foram as declarações do Rei Abdullah da Jordânia.

Nestas condições, já não era possível apoiar o plano da Comissão de Conciliação e as Delegações que, como a nossa, tinham instruções precisas para sustentar o ponto de vista da Santa Sé no assunto, deram seu apôio a uma proposta australiana que em linhas gerais, reafirma a Resolução de 29 de novembro de 1947, entregando ao Conselho de Tutela a tarefa de aplicar o Estatuto de internacionalização da Cidade Santa.

Esta proposta obteve larga maioria na Comissão e foi ratificada, por maioria semelhante, pelo Plenário da Assembléia, em sessão longa e afanosa. Na mesma sessão, foi rejeitado um plano conjunto da Suécia e da Holanda e um projeto do Uruguai que determinaria o adiamento da discussão do assunto, sem prazo definido, e previa a convocação de uma Sessão Especial da Assembléia.

Por certo, é passível de críticas a solução adotada pela Assembléia, a maior das quais reside na dificuldade de sua implementação. Mas, por outro lado, não havia alternativa para os países católicos, pois a Resolução aprovada consagra o princípio por que se batem há tanto tempo.

A citada Resolução recebeu ainda o voto favorável da União Soviética, que terá, assim, possibilidade de interferir no Oriente Médio através do Conselho de Tutela; o dos árabes, afastados inteiramente da Jordânia, por lhes dar o gôsto de uma vitória moral; e finalmente, o da Austrália, que patrocinava o projeto.

Será difícil a aplicação do plano aprovado, não dispondo o Conselho de Tutela dos meios adequados para tanto e não estando ainda organizada a fôrça internacional do Conselho de Segurança. E, ainda que o estivesse, não é muito de prever que fôsse usada, porque dois dos membros permanentes do Conselho se têm mostrado sempre favoráveis a Israel.

Resta a esperança de que Israel e Jordânia, sentindo o pêso da opinião mundial, se mostrem mais conciliatórios do que foram até agora.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Este assunto, que havia sido examinado anteriormente pelo Conselho Econômico e Social em sua IX Sessão, mereceu especial estudo da Comissão Econômica da Assembléia.

Foi adotada, por unanimidade, uma Resolução que estabelece um programa ampliado de assistência técnica, baseado em trabalhos do Secretariado das Nações Unidas, das Agências Especializadas e do Conselho Econômico e Social (especialmente, quanto a este último, a Resolução 222 (IX), aprovada em Genebra, e para a qual tanto contribuiu a Delegação brasileira).

Tal programa será financiado em base voluntária, mas deverá ter caráter universal, ainda que, em alguns casos, a contribuição seja puramente simbólica. A Resolução autoriza o Secretário Geral a abrir uma "Conta Especial de Assistência Técnica", bem como a convocar uma Conferência Especial de Assistência Técnica que decidirá sobre os recursos necessários à execução do programa, calculados entre 25 e 50 milhões de dólares. E' provável que a mesma se realize em abril do ano em curso, após a X Sessão do Conselho Econômico e Social, quando o Congresso norte-americano já deverá ter autorizado a contribuição de seu país para o programa "ampliado".

A Delegação do Brasil participou ativamente dos debates sobre a questão, assinalando a importância dos investimentos e da assistência financeira para o desenvolvimento econômico e a questão da assistência técnica às colônias, que cabe, primordialmente, às potências administradoras e não às Nações Unidas, salientando, ainda, que o auxílio do Plano Marshall coloca os territórios coloniais em posição sumamente vantajosa.

A Assembléia Geral manteve, outrossim, o programa regular de assistência técnica, financiado pelo orçamento normal da O. N. U. A verba, para o corrente ano, deste programa foi aumentada para 676 mil dólares.

PROLIFERAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS NAÇÕES UNIDAS E AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS

A Comissão Econômica e Financeira, a Social e a Administrativa formaram uma Comissão Mista que tratou do item proposto pelo Brasil relativo à "Proliferação das atividades das Nações Unidas e Agências Especializadas".

O projeto brasileiro obteve unanimidade, tanto na Comissão quanto em Plenário, comprovando-se, assim, o cabimento e acerto da proposta.

Realmente, a obra das Nações Unidas está sendo ameaçada pelo sem número de atividades a que se têm lançado seus vários órgãos e as Agências, sem que se verifiquem, prévia e seguramente, as possibilidades reais de implementação das mesmas.

Desta multiplicidade de programas nasce outro mal, qual seja o número excessivo de reuniões e sessões, com aumento considerável de gastos, às quais nem todos os Estados-Membros podem comparecer devidamente representados.

A Resolução aprovada pode ser assim sumariada:

- a) Solicita ao Secretário Geral que prepare um estudo, a ser submetido ao Conselho Econômico e Social e, posteriormente, à Assembléia Geral, sobre os meios e os métodos a serem adotados para sustar a proliferação;
- b) recomenda ao Secretário Geral que complete o "Catálogo de projetos econômicos e sociais" com dados relativos ao tempo necessário à sua execução e seu custo;
- c) solicita ao Conselho Econômico e Social formular uma lista de prioridade entre tais projetos, para apreciação da V Sessão da Assembléia Geral;
- d) felicita o Conselho Econômico e Social pelas medidas tomadas com vistas à liquidação ou absorção pelas Nações Unidas de certas agências inter-governamentais;
- e) solicita ao Conselho Econômico e Social prosseguir em seus estudos para a simplificação da estrutura das Nações Unidas e redução dos ônus orçamentários.

COMISSÃO DE TUTELA

A agenda da comissão de Tutela constava de quatro item, abaixo individuados :

- I — Relatório do Conselho de Tutela.
- II — Uniãos administrativas.
- III — Territórios não autônomos.
- IV — Questões do Sudoeste Africano.

A Delegação do Brasil, compreendendo perfeitamente a capital importância para nós do desenvolvimento econômico da África, desenvolveu larga atuação na IV Comissão, acompanhando e intervindo nas discussões em torno dos quatro tópicos que haviam sido entregues ao estudo da Comissão

Os debates na Comissão revelam a existência de três grupos: o primeiro é constituído pela União Soviética e seus satélites, cuja atuação foi secundária; o segundo, pelas Potências Administradoras, nem sempre apoiadas pelos Estados Unidos da América, e que se contrapõe ao terceiro grupo, formado pela maioria dos componentes dos blocos latino-americanos, asiático e árabe, que é o fiel da balança. Os países escandinavos, em geral, abstem-se, com exceção da Suécia que, com freqüência, se alinha entre as Potências Administradoras.

O Delegado do Brasil na Comissão de Tutela fez longa e minuciosa análise do relatório do Conselho de Tutela, apontando várias falhas e assinalando que suas conclusões eram algo tímidas. Sua intervenção foi fartamente comentada e citada, ora com franco aplauso, ora merecendo reparos por parte das Potências Administradoras, que, entretanto, reconheceram ser ela a mais serena, completa e construtiva crítica que foi feita ao citado relatório.

A Delegação do Brasil procedeu de modo idêntico relativamente às Uniãos Administrativas, criticando a ação do Conselho de Tutela, que não se desincumbira cabalmente da missão que lhe fôra confiada pela Resolução 224 (III). O inquérito a que procedeu aquele órgão das Nações Unidas deixara à margem vários aspectos do problema e nenhuma medida salvaguardadora havia sido proposta.

Os princípios que foram enunciados pela Delegação do Brasil, relativos ao respeito às aspirações dos povos interessados e à necessidade de ser sempre consultado o Conselho de Tutela nas questões das Uniãos Administrativas, foram consubstanciados na Resolução que, sobre o assunto, aprovou a Assembléia Geral.

Também mereceu atenção da Delegação do Brasil a questão dos territórios não autônomos, tendo o nosso representante examinado, exaustivamente, seu progresso político, social e econômico, já elogiando as Potências Administradoras, já as criticando, conforme suas atividades naqueles territórios tendam à melhoria das condições de vida das populações locais ou à manutenção do colonialismo à maneira do século XIX.

Não descurou o Delegado brasileiro do problema dos investimentos em dólares nas colônias, reforçando o ponto de vista adotado pelo nosso Delegado Permanente na Comissão Econômica.

A questão do Sudoeste Africano motivou apaixonados debates, pois a incorporação do Sudoeste Africano à União Sul-Africana foi vivamente condenada por todos os países, inclusive, embora discretamente, pela Grã-Bretanha.

A Assembléia Geral aprovou duas Resoluções sobre o caso. A primeira, lamenta que a União Sul-Africana haja retirado sua promessa anterior de apresentar relatórios sobre sua administração no Sudoeste Africano; confirma as Resoluções 65 (I), de 14 de dezembro de 1946, 141 (II), de 1.º de novembro de 1947 e 227 (III), de 26 de novembro de 1948; convida o Governo da União Sul-Africana a retomar a apresentação de relatórios às Nações Unidas.

A segunda solicita o parecer da Côrte Internacional de Justiça sobre os seguintes pontos :

- a) Qual o estatuto internacional do Sudoeste Africano?
- b) A União Sul-Africana tem ainda obrigações internacionais decorrentes de mandato e, em caso afirmativo, quais são elas?

c) O Capítulo XII da Carta é aplicável ao Sudoeste Africano e, em caso afirmativo, de que forma?

d) Tem a União Sul-Africana competência para modificar o estatuto do território e, se não, quem a tem?

O Brasil votou a favor das duas Resoluções, tendo participado da redação de ambas.

COMISSÃO SOCIAL, HUMANITÁRIA E CULTURAL

Constavam da agenda desta Comissão os oito itens abaixo discriminados :

- I — Liberdade de informação;
- II — Acesso dos representantes dos órgãos de informação às reuniões das Nações Unidas e Agências Especializadas;
- III — Convenção para a supressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição;
- IV — Discriminação contra o trabalho de imigrantes;
- V — Capítulo III do Relatório do Conselho Econômico e Social;
- VI — Serviços consultivos de assistência social;
- VII — Fundo Internacional de Assistência à Infância;
- VIII — Refugiados e apátridas.

Merecem especial referência, pelo interesse que oferecem ao Brasil, os de números VI, VII e VIII da lista acima.

O primeiro (Serviços consultivos de assistência social) refere-se aos serviços que a UNRRA prestava aos países devastados pela guerra.

Com a extinção da UNRRA e para que tais serviços não sofressem solução de continuidade, a Assembléia Geral autorizara o Departamento Social das Nações Unidas a dar a necessária assistência àquelas áreas.

Verificou-se, porém, que estes, sobre serem limitados a determinados setores das necessidades existentes, estavam concentrados, de modo quase absoluto, na Europa, com grave prejuízo para outras regiões.

O reconhecimento desta situação e o estabelecimento dos serviços de assistência social em bases permanentes, tal como determinou a última Sessão da Assembléia Geral, permitirão sua aplicação a um maior número de países e de problemas, bem como um planejamento mais cuidadoso e feito a longo prazo.

Arcando, por outro lado, as Nações Unidas com o grosso das despesas, será pequeno o ônus a recair sobre cada país individualmente, pois as maiores quotas tocarão aos países de contribuições mais elevadas.

A Delegação do Brasil defendeu a tese de que, na elaboração de futuros programas, os países pouco desenvolvidos deverão ser colocados em pé de igualdade com as áreas devastadas pela guerra.

Quanto ao Fundo Internacional de Socorro à Infância, a Delegação brasileira defendeu tese semelhante, conseguindo que se firmasse a nova orientação da Junta Executiva do Fundo, que concede prioridade, no programa de auxílios, a áreas fora da Europa.

A Delegação do Brasil teve a satisfação de ver aprovadas tôdas as emendas que apresentou ao projeto de Resolução finalmente aceito pela Comissão.

Estendendo sua ação a novas regiões, torna-se o Fundo mais universal, o que, certamente, propiciará maior número de contribuições.

O problema de refugiados e apátridas foi o que maiores dificuldades apresentou à Delegação do Brasil que, entretanto, após longos esforços na Comissão Social, na Comissão Orçamentária e em Plenário, conseguiu fazer triunfar seu ponto de vista, qual seja o de que as contribuições para o custeio da passagem para as Nações Unidas de funções, até agora exercidas pela Organização Internacional de Refugiados, sejam *voluntárias* e não compulsórias.

Se já fôra difícil nossa situação nas duas Comissões, em Plenário ela agravou-se, dado o acôrdo realizado entre as Delegações dos Estados Unidos e da França, até então divergentes. Invocaram estas Delegações o argumento de que a emenda brasileira se relacionava com despesas a ocorrer em 1951 e sôbre as quais a Assembléia Geral não se podia pronunciar.

Respondeu a tal argumento a Delegação brasileira mostrando que os países que aprovassem a proposta da Comissão Social, tal qual se achava redigida, estariam moralmente obrigados a votar tôdas as despesas conseqüentes e que estas despesas passariam a figurar no orçamento regular das Nações Unidas aumentando de duas ou mais vêzes a quota de cada membro.

Tais ponderações, entre outras, alertaram a Assembléia e, finalmente, foi lograda a inclusão de um dispositivo que coloca as contribuições, neste particular, em bases voluntárias.

Os outros itens da ordem do dia da Comissão não apresentavam o mesmo interesse que os anteriores, mas a Delegação do Brasil não lhes deixou de dar a devida atenção, participando dos debates.

A discussão do quesito referente à discriminação contra imigrantes e refugiados degenerou em controvérsia política.

O projeto de Convenção sôbre liberdade de informação foi enviado à Comissão dos Direitos do Homem.

Quanto ao item II, adotou-se, por larga maioria, o projeto de Resolução apresentado pelo Conselho Econômico e Social e que recomenda

aos Estados-membros a concessão de facilidades de acesso aos representantes dos órgãos de informação, a seus territórios e a todas as fontes de informações públicas.

A Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição apresentou dificuldades mais de natureza jurídica que social, tendo sido submetida ao exame da Comissão Jurídica, que apresentou várias emendas de caráter técnico, via de regra aceitas pela Comissão Social.

Finalmente, como é de praxe, a Comissão recomendou ao Plenário que tomasse nota do Capítulo III do Relatório do Conselho Econômico e Social.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL

O Conselho Econômico e Social é o órgão ao qual estão afetas, no plano internacional, as questões econômicas, sociais, jurídicas, financeiras, administrativas e humanitárias das Nações Unidas. Devido à natureza dos problemas que a ele incumbem, constitui, de todos os órgãos da O. N. U., aquele cujos resultados vêm sendo mais apreciáveis, já que o Conselho de Segurança, onde o choque de ideologias irredutíveis tem sido o maior óbice à solução dos problemas políticos da comunidade internacional, pouco pôde realizar no campo prático e uma vez que o Conselho de Tutela, em razão do choque permanente de pontos de vista entre as potências coloniais administradoras e os restantes países nêle representados não tem alcançado maior êxito, no que concerne à administração dos territórios sob tutela.

Integrado por dezeto membros, entre os quais se acha o Brasil, eleitos pela Assembléia Geral pelo prazo de 3 anos, o Conselho Econômico e Social reúne-se em Sessões convocadas, em média, duas vezes ao ano.

Toda a atividade do referido Conselho se desenvolve através de órgãos subsidiários, grupados em quatro tipos, a saber : Comissões, que segundo a natureza são gerais ou regionais; Comitês, que de acordo com o caráter são permanentes ou "ad hoc". Além disso, outros organismos de emergência, como o Fundo Internacional de Socorro à Infância, se relacionam, em virtude de seus fins, com o Conselho Econômico e Social.

Não se restringe, contudo, a atividade do mencionado Conselho aos órgãos citados. Na consecução de seus objetivos, articula-se, com uma série de organismos inter-governamentais, denominados "Agências Especializadas", além de outras organizações de caráter não-governamental.

E' através da ação desse sistema de organismos com atribuições correlatas que o Conselho Econômico e Social logra colimar suas finalidades.

No decorrer do ano de 1949, convocou o Conselho Econômico e Social duas sessões, a VIII, efetuada em Nova York, de 7 de fevereiro a 18 de março, e a IX, realizada em Genebra, de 5 de julho a 15 de agosto.

Da Agenda de trabalho da VIII Sessão, constavam cinquenta e oito itens, entre eles os referentes ao trabalho forçado na União Soviética; as acusações de violação da liberdade sindical, por parte de alguns países, o Brasil inclusive; à situação econômica mundial; e vários outros, que tinham por objeto a economia dos países sub-desenvolvidos e a concessão de auxílio técnico-financeiro para o desenvolvimento econômico dos mesmos.

A Delegação do Brasil à VIII Sessão do Conselho Econômico e Social foi constituída pelos seguintes representantes: Delegado-Chefe, Embaixador João Carlos Muniz; Delegados Suplentes: Embaixador Gilberto Amado; Ministro Henrique de Sousa Gomes e Conselheiro Eurico Penteado; Assessores: Secretários Roberto de Oliveira Campos, Miguel Álvaro Ozório de Almeida e Egberto da Silva Mafra e Senhor Alfredo Pessoa.

Coube à Delegação brasileira refutar as acusações inventadas pela Federação Mundial de Sindicatos contra o Brasil, no que concernia a pretensas violações da liberdade sindical. Fê-lo, através da exposição das características da legislação sindical brasileira, encarecendo as vantagens das reformas empreendidas com o fito de adaptá-la à Constituição de 1946, demonstrando à sociedade o infundado das acusações que nos eram dirigidas.

Mas, de toda a atividade desenvolvida no transcurso da VIII Sessão, ressaltaram, incontestavelmente, por isso que melhores resultados ofereceram, a discussão e o debate das questões atinentes à economia dos países sub-desenvolvidos e ao auxílio técnico-financeiro destinado a fomentar o seu desenvolvimento econômico. Coube ao Delegado dos Estados Unidos da América, interpretando o pensamento contido nas declarações do Presidente Truman em sua mensagem ao Congresso, apresentar o ponto de vista do seu Governo relativamente ao "bold new programe" consubstanciado no Ponto IV da aludida Mensagem.

Durante a discussão daquele assunto, diversas Delegações focalizaram os aspectos mais importantes da assistência técnica e apontaram os métodos julgados mais apropriados para levá-la a efeito.

As intervenções da Delegação do Brasil, à qual a matéria interessava imediatamente, fundaram-se na sinceridade de propósitos bem definidos quanto à formulação de planos e projetos específicos, quer sobre o aspecto tecnológico do fomento econômico, quer sobre o aspecto financeiro.

Sobre o assunto foram aprovadas em plenário duas resoluções; a primeira, relativa ao problema do financiamento do desenvolvimento

econômico das áreas sub-desenvolvidas, solicitava ao Secretário Geral das Nações Unidas a preparação de um estudo sobre métodos de financiamento do desenvolvimento econômico, inclusive dos meios de estimular o fluxo de capitais privados; a segunda, defendida pela Delegação dos Estados Unidos da América, sugeria a formulação de um plano para expansão dos serviços de assistência técnica prestada pelas Nações Unidas e Agências Especializadas. Ambas as recomendações, por serem consideradas imprescindíveis à configuração do problema do desenvolvimento econômico das áreas sub-desenvolvidas, mereceram minucioso estudo, a fim de permitir à IX Sessão do Conselho encerrar o exame prático da questão.

A IX Sessão do Conselho Econômico e Social iniciou-se em Genebra a 5 de julho e concluiu seus trabalhos a 15 de agosto do corrente ano. A Agenda de trabalho, que abrangia assuntos de natureza econômica, social, administrativa e financeira, constava de 52 tópicos, entre eles dois propostos por iniciativa do Brasil, referentes à coordenação dos serviços cartográficos das Nações Unidas e às facilidades internacionais para a promoção do treinamento em Administração Pública. Devido aos reais benefícios que adviriam da aceitação dos citados tópicos, reconheceu o Conselho a conveniência de os transformar em resoluções, criando-se, destarte, o Serviço Cartográfico das Nações Unidas e o Centro Internacional para treinamento em Administração Pública.

A Delegação do Brasil foi integrada pelos seguintes representantes: Delegado-chefe Ministro Hélio Lobo; Delegados-Suplentes: Conselheiro Eurico Penteado, Secretário Frank Moscoso e Senhor Olyntho Machado; Assessores: Secretários Roberto de Oliveira Campos, Miguel Ozório de Almeida, José Jobim, Jorge Alberto de Seixas Corrêa e Octávio de Sousa Bandeira, Paulo Cabral de Mello e José Barreiros.

A atuação da Delegação do Brasil no Conselho foi destacada e a um de seus membros coube a presidência de um dos "grupos de trabalho", constituídos para estudar as medidas destinadas a atenuar a crise de gêneros alimentícios, além da direção de um sub-comitê encarregado de elaborar os princípios orientadores do programa de assistência técnica, ponto capital das discussões na reunião de Genebra.

A IX Seção inaugurou-se sob grande expectativa. Ultrapassada a fase inicial do entusiasmo suscitado pelo programa de assistência técnica, que a VIII Sessão apenas esboçara em suas linhas gerais, cabia ao Conselho Econômico e Social analisar, definir e estruturar as bases e a forma de concessão do auxílio que o Presidente Truman deixara entrever em sua mensagem ao Congresso, a 20 de janeiro do corrente ano. Ao otimismo idealista dos primeiros meses, sucedera certa reserva quanto à viabilidade da aplicação de um programa ampliado de assistência técnica, capaz de habilitar os países sub-desenvolvidos a fomentarem o desenvolvimento de seus recursos econômicos e a recuperação das fontes de produtividade.

Os debates encetados a respeito do ponto IV cobriram a maior parte das reuniões do Conselho e, através das sucessivas discussões, foi-se gradativamente planejando a forma de aplicar o referido programa em benefício das áreas sub-desenvolvidas. Surgiram, assim, os princípios cardiais que devem nortear a concessão da assistência técnica aos Estados-Membros interessados.

Todavia, a exigüidade de tempo para a fixação do problema em bases definitivas levou o sub-Comitê criado para o exame da matéria a recomendar a convocação de uma Conferência Especial sobre Assistência Técnica, a reunir-se próximamente, em concomitância com a IV Sessão da Assembléia Geral, ou em data por esta especialmente designada, a fim de que os Estados-Membros da Organização estejam capacitados a submeter seus planos e programas à consideração superior dos órgãos específicos, criados com tal objetivo pelo Conselho Econômico e Social.

Côncio das reais vantagens que para o Brasil poderiam advir da adoção de uma diretriz político-econômica esclarecida, no que concerne à recepção do programa da assistência técnica, o Itamaraty elabora, de acôrdo com as informações recebidas da Delegação brasileira, um plano básico, ora em estudos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Conselho Econômico e Social encerrou, a 15 de agosto último, os trabalhos da IX Sessão. À X Sessão, a se realizar em fevereiro do ano vindouro, caberá primordialmente a consideração do relevante problema do financiamento econômico para a recuperação das áreas sub-desenvolvidas, o que envolverá a discussão de investimento de capitais, sejam de origem doméstica, sejam de origem privada exterior.

FUNDO INTERNACIONAL DE SOCORRO À INFÂNCIA

Em virtude de haver a Organização Mundial de Saúde permanecido mais de dois anos em sua fase preparatória e, diante da necessidade urgente de se fazer face, sem delongas, a uma série de problemas de assistência à infância, principalmente às crianças atingidas pela guerra, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas criou uma Agência Especializada de emergência, com o objetivo de atender àquela situação, até que a O. M. S. estivesse apta a preencher tôdas as suas finalidades.

Nasceu, assim, o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), diretamente subordinado ao referido Conselho. Êsse organismo é administrado por um Diretor Executivo, auxiliado por um Conselho Diretor, do qual faz parte o Brasil.

As contribuições para o F. I. S. I., de caráter absolutamente voluntário, podem ser efetuadas tanto em dinheiro, quanto em merca-

dorias, instrumentos e apetrechos médicos, medicamentos, produtos alimentícios, utensílios, etc. Presentemente, sobem a mais de 70 milhões de dólares as contribuições arrecadadas. Os Estados Unidos da América decidiram contribuir com US\$ 2,57 para cada contribuição estrangeira no valor de um dólar. O Brasil, até o presente, não pôde, em razão de circunstâncias ponderáveis, contribuir para o F. I. S. I.

Os vastos programas levados a efeito pela citada Organização dizem respeito, principalmente, à vacinação da infância pelo B. C. G., à nutrição escolar, à assistência à maternidade e à infância em geral, ao combate às doenças venéreas, etc. Em 1949, reservou o F. I. S. I. a soma de US\$ 2.500.000,00 para aplicá-los na América Latina. Dêsse total, a quantia de US\$ 1.250.000,00 será concedida sob a forma de auxílios, até o mês de novembro findo. As autoridades do F. I. S. I. examinam presentemente um projeto de assistência às crianças brasileiras.

CONSELHO DE TUTELA

Ao Conselho de Tutela, um dos órgãos fundamentais das Nações Unidas, cabe supervisionar, sob a autoridade da Assembléia Geral, a execução do Sistema Internacional de Tutela, criado de acôrdo com o Capítulo XII da Carta das Nações Unidas, em substituição ao antigo Sistema de Mandatos da Liga das Nações. Estabelecido por fôrça da Resolução 64, aprovada na I Assembléia Geral, em 14 de dezembro de 1946, o Conselho de Tutela tem exercido apreciável atividade.

O ano de 1949 revestiu-se de singular importância, no que toca aos problemas de Tutela. O Sistema criado pela Carta entra em sua fase operativa e a êle se alia, praticamente, uma nova teoria, de acôrdo com a qual o território sob tutela pode ser considerado o "status" ideal para todos os territórios sem govêrno próprio.

E' em tôrno dêsse conceito que se vêm manifestando o Conselho de Tutela e a Assembléia Geral, através da IV Comissão. O Brasil, não estando representado naquele Conselho, junto ao qual mantém apenas observadores, participa, entretanto, no âmbito da Assembléia Geral, das discussões dos problemas referentes ao Sistema de Tutela, pelos quais os Delegados do Brasil manifestaram, no transcurso das três primeiras Assembléias Gerais da O. N. U. grande interêsse.

Na I Parte da III Sessão da Assembléia Geral, realizada em Paris no ano findo, o Brasil participou ativamente dos trabalhos de crítica e aperfeiçoamento do Sistema de Tutela, graças à atuação de seu Delegado na IV Comissão.

CÔRTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

A Côte Internacional de Justiça é o principal corpo judiciário das Nações Unidas, do qual fazem parte todos os Estados signatários da Carta da Organização, já que o próprio Estatuto da Côte é parte integrante da Carta das Nações Unidas. Compõem-na 15 juizes eleitos pela Assembléia Geral das Nações Unidas, um dos quais é atualmente o Ministro Philadelpho Azevedo, cujo mandato tem a duração de 9 anos.

O principal caso levado à jurisdição da mencionada Côte no presente ano foi a questão do Estreito de Corfu.

O parecer emitido por solicitação da Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre responsabilidade em caso de danos sofridos por funcionários internacionais a serviço da O. N. U., constitui outro assunto digno de menção.

Presentemente, estuda o Tribunal de Haia a questão suscitada pela concessão de asilo, por parte do Governo colombiano, ao líder aprista peruano Senador Haya de la Torre, questão que resumimos a seguir

Tendo sido declarado fora da lei o Partido aprista pelo Governo peruano, vários de seus chefes procuraram asilo em diversas Embaixadas Sul-americanas em Lima. Na da Colômbia asilou-se o Senhor Victor Raul Haya de la Torre, chefe daquele partido. Ao pedido de salvo-conduto feito pelo Embaixador da Colômbia, respondeu o Governo peruano pela negativa, alegando tratar-se de um terrorista e não de um asilado político. O Governo colombiano, por intermédio do seu Embaixador, apresentou a tese de que compete ao Estado que concede o asilo o direito de qualificar o delito. Inúmeras notas foram trocadas entre os dois Governos. Várias e infrutíferas tentativas fizeram os Embaixadores acreditados em Lima para chegarem a solução satisfatória, no interesse do resguardo das prerrogativas diplomáticas e dos direitos de soberania. Finalmente, alegando serem inúteis as negociações em curso, deu-as o Governo colombiano por encerradas e propôs que a questão fôsse submetida a um dos tribunais internacionais previstos no sistema interamericano, à escolha do Governo peruano. Êste, aceitando a proposta, indicou a Côte Internacional de Justiça. Novas dificuldades surgiram, então, pois não chegavam a acôrdo os dois Governos sobre os termos do compromisso que deveria ser previamente firmado para a apresentação do pleito àquela Côte. Foi nesse momento que uma sugestão feliz, feita em caráter particular pelo Embaixador do Brasil em Lima, forneceu aos dois governos a solução tão desejada: — cada país exporá o seu ponto de vista separadamente, mas a Côte decidirá no corpo de um único processo, dentro das regras do seu Estatuto e dos princípios do Direito Internacional.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Os fundamentos da Organização Internacional do Trabalho repousam na Parte XIII do Tratado de Versalhes. Criada em 1919, como entidade autônoma associada à Liga das Nações, com o objetivo de assegurar a manutenção de condições de trabalho equitativas e humanas para o homem, a mulher e a criança, a referida Agência Especializada sobreviveu à extinção da Liga das Nações e, posteriormente, filiou-se às Nações Unidas.

A Carta da O. I. T. foi emendada, por um instrumento especial no decurso da 29.^a Sessão da Conferência, realizada em Montreal em 1946. O Brasil, que ao denunciar o Pacto da Liga das Nações não manifestou intento de se desligar da Parte XIII do Tratado de Versalhes, continuou Estado-Membro da Organização Internacional do Trabalho, havendo ratificado, a 5 de março de 1948, o aludido instrumento para a emenda da Carta.

O mais importante conclave promovido pela Organização no corrente ano foi a 32.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, de 8 de junho a 2 de julho com a presença de 550 Delegados e Conselheiros Técnicos, Representantes de 50 dos 61 Estados-Membros da O. I. T. A Conferência aprovou 3 Convenções e procedeu à revisão de 5 anteriores, entre os quais as relativas a migrações, assunto sobre o qual foram feitas três novas recomendações. Alcançou grande interesse a questão referente à assistência técnica aos países menos desenvolvidos, bem como o complemento à Convenção de 1948 sobre a liberdade sindical.

A Conferência, na sua grande maioria de caráter anti-comunista, favoreceu a constituição de um grande núcleo para a formação de uma Confederação Livre de Trabalhadores, em oposição à Federação Mundial de Sindicatos. A Delegação do Brasil, como tem sucedido em vezes anteriores, compreendia uma representação tripartite — governamental, dos empregadores e dos empregados — e teve no transcurso das sessões uma atuação segura e eficiente.

Tendo em vista os resultados animadores obtidos pelas reuniões anteriores da Conferência dos Estados da América, Membros da O.I.T., determinou o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho convocar a IV Conferência a 7 de maio de 1949. O Brasil e ela compareceu, representado por uma Delegação cujo chefe foi o Senhor Honório Monteiro, Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio. A Conferência adotou várias resoluções sobre os tópicos incluídos na ordem do dia, tais como : industrialização; mão-de-obra e seu rendimento nos países da América Latina; formação de trabalhadores; condições de higiene; condições de vida e de trabalho das populações

indígenas dos países da América; condições de emprego dos trabalhadores agrícolas e regulamentação dos conflitos de trabalho. Essas resoluções darão motivo a futuras providências por parte da O. I. T.

Em sua 104.^a Sessão, realizada em Genebra, em março de 1948, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho decidiu convocar a VII Conferência Internacional de Estatística do Trabalho. O citado conclave efetuou-se em Genebra, de 26 de setembro a 8 de outubro do corrente ano, havendo o Ministro Hélio Lobo chefiado a Delegação do Brasil. Cerca de 60 técnicos, representantes de 29 países, examinaram os itens que compunham a Agenda, entre os quais ressaltavam os seguintes: classificação das profissões; métodos de inquérito sobre as condições de vida da família, estatísticas dos salários; estatísticas das folhas de pagamento e estatísticas da produtividade do trabalho.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA "F. A. O."

O Brasil após haver participado, em maio de 1943, das negociações preliminares de Hot Springs, destinadas à criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e, figurado na Comissão interina de julho do mesmo ano, encarregada de estruturar as bases do novo Organismo Internacional, assinou em 16 de outubro de 1945, juntamente com 46 outros países, a Constituição que dava existência à F.A.O. Cumpre, entretanto, assinalar que o Governo brasileiro, até o presente momento, não ratificou a Carta da Organização. Tal circunstância não impediu contudo, participasse o Brasil ativamente nos trabalhos da F.A.O., assistindo às Sessões da Conferência Anual e do Conselho da Organização, do qual é Membro até 1950, e comparecendo à diversas conferências patrocinadas pela referida Agência Especializada.

Desde seu estabelecimento definitivo em 1945, tem a F. A. O. elaborado anualmente planos de trabalho cujos resultados são apreciados sistematicamente pelas Conferências Gerais, através do Relatório Anual que sobre as atividades da Organização apresenta o Diretor Geral.

PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS CONVOCADAS PELA F. A. O. EM 1949

1) Conferência Latino-americana de Armazenagem e Conservação de Cereais e Outros Produtos Alimentícios — fevereiro, Cali e Palmira (Colômbia); o Brasil não compareceu.

2) Reunião para o estabelecimento do Conselho Regional de Pesca dos Oceanos Pacífico e Índico — março, em Singapura; o Brasil não compareceu.

3) Sexta Sessão do Conselho Executivo — junho, Paris. Delegado do Brasil: Doutor Newton de Castro Belleza.

4) Reunião Técnica Censitária — julho, Bogotá. Representantes do Brasil: Estatístico Tulo Hostílio Montenegro.

5) Reunião sobre Problema de Febre Aftosa — agosto, Londres. Representante do Brasil: Doutor Guilherme Edilberto Hermsdorff.

6) Conferência sobre Tecnologia em Madeira — agosto, Genebra; o Brasil não compareceu.

7) I Reunião Preliminar Latino-americana de Consulta — setembro, Quito. Delegado do Brasil: Embaixador Oscar Correia e Assessor: Secretário Eberaldo Abílio Telles Machado.

8) Comissão Mista F. A. O. — O. M. S. para os problemas da Alimentação e Nutrição — outubro, Genebra. Representante do Brasil: Doutor Josué Apolônio de Castro.

9) Congresso Internacional de Zootécnia — novembro, Paris, Representantes do Brasil; Doutores Guilherme Edilberto Hermsdorff e José Januário Carneiro Filho.

10) Segunda Reunião da Comissão Latino-americana de Florestas e Produtos Florestais — novembro, Lima; o Brasil não compareceu.

11) Sétima Sessão do Conselho Executivo — novembro, Washington. Delegado do Brasil: Doutor Newton de Castro Belleza.

12) Quinta Sessão da Conferência Geral — novembro, Washington. Delegados do Brasil: Ministro Walder Lima Sarmanho e Doutor Newton de Castro Belleza.

O Brasil participou das VII e VIII Sessões do Conselho da F. A. O. e da V Sessão da Conferência Anual da referida Organização, realizadas, em Washington, no período de 14 de novembro e 8 de dezembro do ano findo.

Os resultados obtidos naquelas reuniões foram, em geral, altamente satisfatórias no que respeita à F. A. O., e, em especial, ao Brasil, que teve a oportunidade de ver quase todos os seus pontos de vista aceitos no decorrer dos trabalhos dos mencionados conclaves.

Por se encontrarem estreitamente relacionadas as questões submetidas à apreciação tanto do Conselho quanto da Conferência, examinaremos em conjunto os principais assuntos nos quais o Brasil está particularmente interessado.

a) *Sede Permanente da F. A. O.*: Embora houvesse o Brasil apoiado Nova York para sede permanente da Organização, a Conferência, após longos debates, escolheu a cidade de Roma, por pequena margem de votos num pleito de 38 a 36.

b) *International Commodity Clearinghouse*: Esse organismo, destinado a tratar da melhor distribuição internacional dos produtos agrícolas, cuja criação havia sido proposta pelo Diretor Geral da F. A. O., não logrou entretanto, obter aprovação dos Estados-Membros da Organização. Entre os países que se opuseram decisivamente àquela proposta do Senhor Norris E. Dodd, encontra-se o Brasil. Decidiu a Conferência recomendar ao Conselho nomeasse um Comitê a fim de prosseguir nos estudos destinados a encontrar uma solução para o problema dos excedentes agrícolas.

c) *Escala de Contribuições*: Não aceitou a Conferência o relatório apresentado pelo Comitê Especial de Revisão da Escala de Contribuições, em virtude das muitas objeções erguidas por vários Estados-Membros contra o trabalho realizado pelo referido Comitê. Com o acréscimo de mais 5 países, o Brasil entre eles, deverá o mencionado Comitê continuar os estudos em questão.

d) *Escritório Regional para a América Latina*: Continuou sem solução o problema da criação do Escritório Regional, para a América Latina. Entretanto, segundo tudo indica, permanece o Diretor Geral no propósito de indicar a capital do Brasil para sede do mesmo.

e) *Viagem do Senhor Norris E. Dodd*: Comunicou o Diretor Geral da F. A. O. a sua intenção de , em fevereiro de 1950, visitar alguns países sul-americanos, entre os quais figura o Brasil.

f) *Próxima reunião do Conselho*: Decidiu a VIII Sessão do Conselho que a sua próxima reunião se realize em maio do ano 1950 na cidade de Roma.

ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA, CIENTÍFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS (UNESCO)

O Brasil assinou, em 16 de novembro de 1945, o Convênio Constitutivo da UNESCO, o qual foi aprovado por Decreto-lei n.º 9.290, de 24 de maio de 1946. O novo Organismo Internacional ficou definitivamente criado em 4 de novembro de 1946. Em 1949, mais cinco países tornaram-se parte da UNESCO, elevando-se assim o número de Estados-Membros a cinqüenta.

No decurso de 1949, a UNESCO, em certas ocasiões em colaboração com outros Organismos Internacionais, promoveu cinco conferências de âmbito internacional. Entretanto, razões de natureza técnica, a par de motivos de ordem econômica, impediram o Brasil de nelas participar, exceto da Conferência efetuada em Paris sobre Relatórios Analíticos Científicos e da XII Conferência Internacional de Instrução Pública, realizada em Genebra.

Os referidos certames internacionais foram os seguintes :

Conferência Internacional de Educação de Adultos. 16 a 25 de junho de 1949, Elsenor — Dinamarca.

Conferência Internacional sôbre Resumos Analíticos Científicos. 20 a 25 de junho, Paris — França. Delegados brasileiros; Professor Miguel Ozório de Almeida e Doutor Ulisses Viana Dias.

XIII Conferência Internacional de Instrução Pública. 4 a 12 de julho de 1949, Genebra — Suíça. Representação brasileira: Doutor Paulo E. de Berredo Carneiro, Delegado Chefe; Deputado Eurico de Aguiar Sales e João Marques dos Reis, delegados.

Conferência Técnica Internacional para a Proteção da Natureza (organizada em conjunto com o Instituto Internacional para a Proteção à Natureza). 22 de agosto a 1.º de setembro, Lake Success — Estados Unidos.

Conferência Internacional sôbre Biologia das Altitudes. 23 a 30 de novembro, Lima — Peru.

XIII Conferência Internacional de Instrução Pública

O Chefe da Delegação brasileira de acôrdo com uma proposta da Delegação francesa, foi eleito Presidente da Conferência. Despertou grande interesse no seio do conclave o relatório apresentado pelo Ministério da Educação e Saúde do Brasil, relativamente aos resultados obtidos pela Campanha de Alfabetização de Adultos; bem como o plano de construção de escolas rurais e o projeto de Bases e Diretrizes da Educação, submetidos pelo Govêrno ao Congresso Nacional.

De 19 de setembro a 5 de outubro de 1949, realizou-se em Paris a IV Sessão anual da Conferência Geral da UNESCO. O Brasil participou do referido certame representado pela seguinte Delegação: Delegado-Chefe: Paulo E. de Berredo Carneiro; Delegados: Professor Miguel Osório de Almeida, Senhora Heloisa Alberto Tôrres, Secretário de Embaixada João Guimarães Rosa; Assessor: Antônio Dias Tavares Bastos.

No decorrer das sessões da Conferência de Paris, o Representante Permanente do Brasil junto à UNESCO, foi, pela significativa maioria de 36 votos dentre 41, reconduzido ao Conselho Executivo da Organização, ao qual tem pertencido desde o início das atividades da citada Agência Especializada. Coube-lhe, outrossim, presidir as reuniões da Comissão Política e Orçamentária, o mais importante dos três órgãos diretores dos trabalhos da Conferência Geral.

O conclave em aprêço teve, precipuamente, caráter administrativo. Dos trabalhos levados a efeito pela Conferência, cumpre destacar, como resultado dos estudos do Diretor Geral do Conselho Executivo da Organização, adoção do critério prioritário em relação ao programa da

UNESCO. Despertou especial interesse o exame dos planos de assistência técnica oferecida pelas Nações Unidas, havendo-se estabelecido uma série de princípios gerais sobre o assunto. A Delegação brasileira muito se esforçou para evitar o aumento do orçamento da Organização e o subsequente acréscimo das cotas de contribuição dos Estados-Membros. Assim, o aludido orçamento conservou quase o mesmo nível do atual exercício financeiro e, em consequência, a contribuição do Brasil para 1950 será mais ou menos igual à do corrente ano.

A UNESCO organizou, em 1949, três seminários, todos sobre assuntos educativos. O primeiro deles, realizado na França, teve caráter nacional e destinou-se a educadores franceses; o segundo, continental, realizou-se no Brasil; o terceiro, principalmente regional, efetuou-se na Índia, de 2 de novembro a 14 de dezembro corrente, e teve por escopo o problema da Educação do Adulto Rural.

O Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, foi patrocinado conjuntamente pelo Governo brasileiro, a UNESCO e a Organização dos Estados Americanos. Organizada pelo Ministério da Educação e Saúde com a colaboração do Itamarati, a referida reunião efetuou-se no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, de 27 de julho a 3 de setembro passado. A ela assistiram mais de 50 Delegados, comparecendo, além dos representantes da quase totalidade dos países americanos, vários europeus. Dois funcionários da Comissão de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores participaram dos trabalhos das Comissões Preparatórias e de Estudos do Seminário, Senhores Wladimir do Amaral Murtinho e Eberaldo Abílio Teles Machado.

Ressaltou, por constituir aspecto novo dentre as técnicas de trabalho dos organismos internacionais a convocação pela UNESCO de reuniões de um número restrito de especialistas para examinarem extensivamente, durante alguns dias, um assunto determinado a fim de apresentarem suas conclusões à Conferência. Tal expediente facilitou a orientação dos trabalhos da Organização. Outro empreendimento de monta, a que a UNESCO emprestou todo o apôio, foi o incremento das relações entre os Estados-Membros, através de convites a eles encaminhados para que designassem representantes às Conferências de caráter técnico, patrocinadas pela Organização, a qual arcaria com tôdas as despesas oriundas daqueles convites.

Assim, alguns brasileiros, a convite da UNESCO e às expensas da mesma, participaram de 7 das reuniões realizadas em Paris em 1949, conforme se poderá apreciar a seguir :

Comissão dos Programas Radiofônicos — 3 a 6 de maio.
Senhor Fernando Tude de Sousa, Diretor do Serviço de Radio-difusão do Ministério da Educação e Saúde.

Direitos autorais 4 a 9 de julho — Doutor Armando Vidal Leite Ribeiro, Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional,

Necessidades técnicas do Rádio, da Imprensa e do Cinema — 25 de julho a 3 de agosto — Senhor Roberto Luís Assunção de Araújo, 2.º Secretário da Embaixada do Brasil em Paris.

Comissão dos Programas Radiofônicos — 17 a 21 de outubro — Senhor Fernando Tude de Sousa, Diretor do Serviço de Radiodifusão do Ministério da Educação e Saúde.

Influência das Artes na formação da cultura geral — 7 a 11 de novembro — Renato Costa Almeida, Chefe do Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores e Presidente da Comissão de Folclore do I. B. E. C. C.

Estudo comparado das civilizações — 14 a 18 de novembro — Sérgio Buarque de Holanda, Diretor do Museu Paulista.

Tradução dos Clássicos — 21 a 25 de novembro — Sérgio Buarque de Holanda, Diretor do Museu Paulista.

O Professor Miguel Osório de Almeida, atualmente em Paris onde leciona na Sorbonne, foi convidado para estudar o esquema geral de uma publicação relativa à “História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade”, obra cuja edição a UNESCO patrocinará. O relatório apresentado pelo ilustre cientista brasileiro foi aprovado na IV Sessão da Conferência Geral e constituirá a base da obra projetada.

I. B. E. C. C.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão nacional da UNESCO, criado em junho de 1946 pelo Governo brasileiro, vem realizando com êxito sua tarefa. Pouco a pouco estão sendo criadas as Comissões estaduais que permitirão o perfeito funcionamento do I.B.E.C.C., dando âmbito nacional às suas realizações. Das atividades do Instituto no decorrer do ano de 1949 cumpre, entre outras, destacar a organização de uma “Mesa Redonda” sobre o tema cultural discutido na IV Conferência Geral da UNESCO; a publicação de um periódico trimestral “Leitura de Todos” que vem sendo distribuído gratuitamente aos recém-alfabetizados; a publicação da série “Suma Brasiliensis Mathematicae”, anteriormente editada pela fundação Getúlio Vargas; a realização, em São Paulo da segunda semana folclórica; a outorga de diversos prêmios, alguns de avultada importância como o conferido à melhor monografia sobre Joaquim Nabuco; a divulgação, por meio de cópias fotostáticas, do acervo musical brasileiro; o preparo de uma monografia sobre o Brasil, e, finalmente, o exercício das atividades do Instituto como elemento de ligação entre a UNESCO e o Brasil às quais vêm se realizando normalmente.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Criada pela Conferência Internacional de Saúde, reunida em Nova York, em 19 de junho de 1946, a Organização Mundial de Saúde foi definitivamente estabelecida com o caráter de Agência Especializada quando, ratificada sua Constituição por 26 Estados-Membros das Nações Unidas, convocou-se a I Assembléia Mundial de Saúde, no ano de 1948.

No decorrer de 1949 reuniu-se em Roma, de 13 de junho a 2 de julho, a II Assembléia Mundial de Saúde. O Brasil enviou a seguinte delegação : Chefe : Doutor Heitor Prager Fróis ; Delegados : Doutor Geraldo H. de Paulo Sousa e Deputado Rui Santos ; Assessores : Doutores Osvaldo Costa e Flammario Costa ; Secretário Geral : Cônsul Ilmar Pena Marinho.

O Delegado do Brasil foi indicado pelo Comité de Designações da Assembléia, para integrar o Conselho Diretor, órgão dirigente e coordenador dos trabalhos da mesma.

Entre as principais decisões aprovadas no transcurso da II Assembléia Mundial de Saúde merecem citação :

I) a admissão, na qualidade de Estados-Membros da Organização, da Coréia do Sul e do Estado de Israel, enquanto a República de San Marino não obteve êxito, sendo denegado seu pedido de participar da OMS ;

II) a discussão sobre o aumento do orçamento, resultante do incremento dos programas aprovados, questão a respeito da qual o Delegado do Brasil se pronunciou contrariamente ao afirmar que, embora reconhecesse a importância dos programas a serem realizados, e os reputasse justos sob o ponto de vista técnico, opunha-se a quaisquer aumentos que concorressem para elevar sensivelmente as obrigações financeiras dos Estados-Membros ;

III) a eleição, para a renovação pelo terço, dos Membros do Conselho Executivo. Foram reeleitos os Estados Unidos e a Grã-Bretanha e eleitos a Suécia, as Filipinas, a Turquia e a Venezuela ;

IV) a fixação do dia 7 de abril, aniversário da entrada em vigor da Carta da Organização, para que se comemore o "Dia Mundial de Saúde" e

V) a execução dos serviços técnicos : a formação de médicos e pessoal auxiliar e o fomento dos trabalhos relativos ao combate à malária, às doenças venéreas e à tuberculose, a intensificação das obras de saneamento e o tratamento especial dos problemas de higiene da maternidade e da infância bem como as de nutrição.

CONSELHO EXECUTIVO — III E IV SESSÕES

Eleito em 1948 pela I Assembléia Mundial de Saúde, Membro do Conselho Executivo da Organização pelo prazo de dois anos, o Brasil designou Delegado junto ao aludido Conselho o Professor Geraldo Horácio de Paula Sousa que, nesse caráter, tem participado das reuniões convocadas por aquêle órgão.

Durante o corrente ano realizaram-se em Genebra a III e IV Sessões do Conselho Executivo da OMS, respectivamente, em fevereiro-março e em julho, logo após ao encerramento da II Assembléia Mundial de Saúde.

À III Sessão coube a especial tarefa de preparar a Agenda da II Assembléia Mundial de Saúde. Uma das mais importantes resoluções tomadas nessa Sessão foi a de consultar os países que dela participaram, sôbre a interpretação do art. 47 da Carta da OMS, relativo aos Estados-Membros de uma região,

A respeito da matéria, assim se manifestou o Itamaraty: "... o Governo brasileiro considera Estados-Membros de uma região determinada, aquêles que nessa região tenham os seus territórios metropolitanos, ou colônias ou protetorados, ou aí exerçam mandato internacional", interpretação que sujeita a ligeiras modificações de forma, foi vencedora na II Assembléia Mundial de Saúde.

Outro evento digno de nota, oriundo de uma deliberação da Sessão em análise, foi o estabelecimento, pelo Diretor Geral, de várias comissões técnicas para assuntos, sanitários, que funcionarão como órgãos consultivos do referido Conselho. Para duas Comissões dessa ordem a OMS designou técnicos brasileiros :

1) Comissão de técnicos sôbre a Peste (reuniu-se uma vez em Genebra) — Doutor Almir Godofredo de Almeida e Castro, Diretor do Serviço Nacional da Peste do Ministério da Educação e Saúde e,

2) Comissão de técnicos sôbre sanidade mental — Doutor A. C. Pacheco e Silva, da Universidade de São Paulo.

Vale acentuar que ambos especialistas compareceram a essas reuniões no caráter de funcionários internacionais.

À IV Sessão do Conselho Executivo, reunida de 8 a 19 de julho de 1949, coube o exame e consideração de vários tópicos a mencionar :

a) a dotação de cem mil dólares para a campanha da vacinação pelo BCG ;

b) o estudo das medidas tendentes a incrementar a rapidez das comunicações dos serviços epidemiológicos ;

c) a questão das estatísticas sanitárias ;

d) o problema dos relatórios anuais a serem apresentados pelos Estados-Membros à Organização

e finalmente,

h) o exame do pagamento das contribuições em moedas outras que o dólar e o franco suíço.

VIAGEM DO DIRETOR GERAL DA OMS AO BRASIL

Em trânsito para Lima, onde foi assistir às Reuniões do Conselho Diretor e da Comissão Executiva da Repartição Sanitária Panamericana, esteve em visita ao Brasil o Doutor Brock Chisholm, Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde, acompanhado pelo Doutor Marcelino Pásqua, Diretor dos Serviços de Estatística da referida Organização.

REPARTIÇÃO SANITÁRIA PANAMERICANA

Por força do Acôrdo celebrado entre a Repartição Sanitária Panamericana e a Organização Mundial de Saúde, passou a primeira a atuar como Organismo Regional da OMS para o continente americano. O referido Acôrdo entrou em vigor a 1.º de julho de 1949, imediatamente após a ratificação da Carta da OMS pelo 14.º Estado-Membro do continente.

Em setembro de 1949, a Repartição Sanitária Panamericana, já sob nova estrutura, levou a efeito suas primeiras reuniões. Assim, foram convocados os Estados-Membros para a III Reunião do Conselho Diretor da Repartição, em Lima, simultâneamente com duas reuniões da Comissão Executiva, da qual o Brasil fazia parte.

Compareceu na qualidade de Delegado do Brasil aos referidos certames, o Doutor Heitor Prager Fróis, Diretor do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde,

Decidiu-se, entre outros assuntos, que o local da próxima Conferência Sanitária Panamericana a se realizar em 1950, seria Ciudad Trujillo. Outrossim, mereceram especial estudo o orçamento da Repartição e o problema da localização da sede permanente do aludido organismo regional. O Delegado do Brasil, a quem coube a presidência da Comissão de Relações Exteriores, foi escolhido para integrar uma Comissão de 3 membros, encarregada de emitir parecer sobre o local mais adequado para o estabelecimento da sede permanente. À Conferência Panamericana de 1950 caberá examinar o documento em aprêço.

Foi também levantada pelo Brasil a questão relativa às exigências injustificadas de certificados de imunização antiamarílica, para passageiros procedentes de aeroportos sanitários no continente americano. Os debates conduziram o assunto a uma solução bastante satisfatória.

Expirados os mandatos do Brasil, do México e de Costa Rica, na qualidade de Membro da Comissão Executiva da Repartição, foram eleitos para as vagas ocorridas o Peru, os Estados Unidos da América e El Salvador.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE REFUGIADOS

(O. I. R.)

A criação de um organismo de âmbito internacional destinado a solver o grave problema dos refugiados de guerra, superviniente à conflagração de 39 — 45, era um imperativo que se impunha face à necessidade crescente de refixação dos milhares de seres cujo ritmo normal de vida havia sido subvertido pela guerra.

As Nações Unidas, entretanto, ao enfrentarem o problema, não chamavam a si a tarefa de resolver apenas uma questão resultante do conflito armado de 39 — 45, porém, buscavam resolver ao mesmo tempo a situação oriunda de quase trinta anos de perseguições, lutas intestinas e revoluções que desde o início do século abalaram a Europa.

O primitivo Comitê Inter-governamental de Refugiados que, a partir de 1938, se incumbiu da proteção aos deslocados e apátridas, cujo número crescente alcançou a cifra de 8 milhões ao findar a segunda guerra mundial, trabalhou em íntima colaboração com os exércitos aliados e a Administração de Socorro e Reabilitação mas, urgia fôsse criado um organismo especial que levasse a têrmo a obra iniciada. Nesta circunstância, o Conselho Econômico e Social após acurado exame da situação apresentou ao plenário da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 15-XII-46, o projeto de Constituição da Organização Internacional de Refugiados, Agência Especializada destinada a solucionar o ingente problema dos refugiados, deslocados e apátridas cuja situação era um óbice à recuperação econômica-social dos países europeus.

Foi instituída uma Comissão Preparatória para a OIR a fim de, na fase inicial que transcorresse entre a assinatura da Carta da Organização, por parte dos Estados-Membros e sua entrada em vigor, funcionar com as atribuições de um comitê especial transitório.

A 20 de agosto de 1948, constituía-se definitivamente a Organização Internacional de Refugiados como Agência Especializada, satisfeitos os dois requisitos essenciais à sua caracterização: 15 ratificações e os 75% do total das contribuições exigidas para o orçamento operacional do organismo em apêrço.

Contrariamente às demais Agências Especializadas, a OIR é um Organismo contingente, pois sua finalidade precípua é transitória uma vez que desaparecido o problema dos refugiados inexistirá a razão de ser do citado órgão.

O trabalho encetado pela OIR no período que medeou de agosto de 1948 a julho de 1949 foi dos mais profícuos no que respeita o restabelecimento de deslocados seja no continente europeu, como sucedeu na Inglaterra, seja na América, onde inúmeros países liderados pelos Estados Unidos e Canadá receberam consideráveis levadas de refugiados.

SITUAÇÃO DO BRASIL

Embora houvesse aderido ao pacto constitutivo da OIR pela assinatura de sua Carta de 1.º de julho de 1947, o Brasil o fez de maneira condicional, desde que só se tornaria definitiva a participação na mencionada Agência quando houvésssemos ratificado a Constituição em apêço. Não obstante tenha, por motivos ponderosos, deixado de ratificar a Constituição da OIR, o Brasil recebeu vultosos contingentes de deslocados e dispendeu considerável soma com a recepção dos mesmos.

Após um ano de entendimentos foi celebrado um acôrdo em Londres em 1.º de abril de 1947, pelos plenipotenciários, Embaixador Moniz de Aragão, em nome do Brasil, e o Senhor Patrick Murphy pelo Comité Inter-governamental de Refugiados.

As condições do “Acôrdo de Londres”, como passou a ser chamado, eram, em síntese, as seguintes :

- a) recrutamento de 1.000 famílias, compreendendo um máximo de 5.000 pessoas ;
- b) despesas de transporte marítimo por parte do IGCR ;
- c) direito de seleção pelas autoridades brasileiras, de acôrdo com suas próprias normas ;
- d) aceitação, pelo Govêrno brasileiro, de receber, encaminhar e colocar os refugiados ;
- e) reconhecimento, pelo Govêrno brasileiro, de um representante do IGCR residente no Brasil.

Com a assinatura dêsse acôrdo, o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a abrir suas portas à imigração de deslocados de guerra.

Quando o IGCR foi extinto e foi instituída a Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados, era natural que o Brasil, membro do IGCR, demonstrasse interêsse por essa nova entidade e a ela se filiasse. Nessas condições, o Delegado do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador João Carlos Muniz, assinou, em nome do Govêrno, e *ad referendum*, a Constituição da OIR e seus Anexos, a 1.º de julho de 1947 ; depois de decisão tomada em reunião ministerial realizada na Presidência da República.

O resultado imediato da assinatura *ad referendum*, foi, para o Brasil, o de poder dispor, permanentemente, de um representante junto

a sede da Organização Internacional de Refugiados, o qual tem observado e participado de forma ativa e eficiente dos trabalhos dessa entidade.

Desde a assinatura do Acôrdo de Londres, vinhamos recebendo levas de 500 a 900 refugiados. A cessação dêsse fluxo imigratório, uma vez atingido o total de 5.000, traria prejuízos para o Brasil e para a citada Comissão Preparatória. Assim sendo, o Presidente do CIC entaboulongas negociações que autorizadas pelo Presidente da República e oficialmente realizadas no Itamaraty resultaram em novo Acôrdo cujas características são, em resumo as seguintes :

- 1) Criação de uma Comissão Mista Brasil — OIR, destinada a supervisionar as tarefas de colocação dos deslocados no Brasil ;
- 2) Reconhecimento oficial, pelo Brasil, da existência da OIR e de um estatuto condigno, na base de reciprocidade, para os seus representantes mais graduados ;
- 3) Recebimento, encaminhamento e colocação, a cargo do Brasil do resto dos refugiados cuja entrada fôra prevista pelo Acôrdo de Londres, bem como de outro contingente de 1.000 famílias (5.000 pessoas) ;
- 4) Transporte dos mesmos até o Brasil a cargo do PCIRO ;
- 5) Livre direito de recrutamento dos imigrantes pelo Brasil, com o auxílio dos serviços especializados da OIR ;
- 6) Cláusula particular que permite ao Brasil o aproveitamento de 15% do frete dos navios-transportes de deslocados destinados ao Brasil para sua imigração particular.

Simultâneamente com a conclusão do Acôrdo, que devia vigorar até 30 de dezembro de 1948, salvo renovação, eram trocadas, entre o Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, e o representante da aludida Comissão Preparatória, notas complementares pelas quais se instituía um regime financeiro para a execução do Acôrdo em apêço.

Segundo o disposto, o Brasil contribuiria com cerca de 13 milhões de cruzeiros para o PCIRO, importância a correr pelos fundos normais de imigração e que foi paga com a verba do crédito aberto para imigração. A metade da soma referida seria posta pelo PCIRO à disposição da Comissão Mista para fins de imigração e colonização no Brasil.

A Comissão Mista, logo após entrar em vigor passou a funcionar em conjunto com o Departamento Nacional de Imigração e órgãos correlatos, financiando a instalação de hospedarias para os deslocados, e melhorando os centros já existentes de recepção de imigrantes.

Graças à atividade empreendida pela Comissão Mista no decurso de dezembro de 1948 a setembro de 1949 o Brasil recebeu 14.016 refugiados de guerra, que somados ao contingente primitivo de 6.261 indivíduos (que entraram em território nacional entre julho de 47 e novembro de 48), perfazem a cifra de 20.277 imigrantes, total recebido desde sua filiação à OIR.

ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

Realizou-se em Montreal, Canadá, de 7 a 20 de junho de 1949, a 3.^a Assembléia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional, com a participação de uma Delegação do Brasil, composta de elementos do Ministério da Aeronáutica e de um representante do Ministério das Relações Exteriores.

À primeira vista, a Agenda dessa Assembléia não se apresentava como capaz de provocar grande interesse, uma vez que a Reunião se destinava principalmente ao exame da situação financeira e administrativa da Organização.

A Reunião, em princípio, de rotina, serviu contudo para que os Estados Membros, ao manifestar sincera apreciação pelos grandes esforços da Organização, ponderassem a necessidade de estabilizar de certo modo, o ritmo dos trabalhos, para que as despesas da Organização não fôssem crescendo, como até agora, em desproporção com as possibilidades dos países que a integram.

Nessas condições, a emenda feita no decorrer dos trabalhos da Assembléia aos Regulamentos Financeiros da Organização, assim como a elaboração definitiva de um Regulamento Interno para as Reuniões das Assembléias Gerais, para não mencionar as discussões havidas à margem da distribuição das despesas da Organização entre os Estados Membros e os esforços, aliás bem sucedidos, de trazer-se o total do Orçamento de 1950 ao nível do Orçamento anterior, foram resultados de importância incontestável, pois tornarão mais fácil o estudo dos problemas de caráter técnico e econômico afetos à Organização.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Organismo regional de âmbito americano, no amplo conjunto da Organização das Nações Unidas, a O. E. A., cujo estatuto fundamental foi assinado em Bogotá no ano de 1948, corporifica, através de seus órgãos, a idéia da solidariedade continental e dos propósitos da defesa do Sistema Interamericano, fundados na ordem, na colaboração, na integridade e na independência dos países da América.

No corrente ano, a tarefa da O. E. A., sob o aspecto administrativo, tem sido a de levar avante a reorganização de sua estrutura, consoante às resoluções adotadas pela IX Conferência Internacional Americana,

realizada em 1948, em Bogotá. Com êsse objetivo foram criadas algumas Comissões para examinar as situações especiais oriundas dos dispositivos convencionais então aprovados.

Em Bogotá reconheceu-se que a excessiva multiplicidade de organismos oficiais e semi-oficiais constitui uma carga para os Estados Americanos, que, em muitos casos, dificulta a realização efetiva dos fins que lhes foram assinalados. A resolução III, promanada daquele conclave, incumbiu o Conselho de, no mais curto prazo possível, efetuar o levantamento completo da situação e atividades dos Organismos Interamericanos existentes, com o fito de coordená-los, reforçá-los ou extingui-los, conforme o caso.

Coube à Comissão de Organismos Interamericanos, da qual o Brasil é membro, empreender os estudos em causa, os quais sem a menor dúvida se têm caracterizado por marcada proficiência. Assim, graças ao trabalho da aludida Comissão, tornou-se viável a conclusão de acordos com várias entidades, como por exemplo: o Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância, o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas de Turrialba, o Instituto Internacional de Estatística.

Outrossim, decidiu-se da extinção do Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente, do Instituto Interamericano de Marcas, da Comissão Interamericana Permanente de Eugenia e Homicultura. Dignos de menção foram também os estudos ultimados sobre as relações da Organização com os Organismos não governamentais.

A O. E. A., no decurso de 1949, preocupou-se com a constituição dos órgãos de seu Conselho. Para tal fim uma Comissão preparou o ante-projeto dos respectivos Estatutos, que foi encaminhado aos Estados-Membros para o devido exame e crítica. Até a presente data, todavia, ainda não foram instalados o Conselho Interamericano de Jurisconsultos e o Conselho Interamericano Cultural. O primeiro deveria realizar no Rio de Janeiro, em setembro último, sua sessão inaugural, mas, considerando-se que os necessários estudos preparatórios do conclave em aprêço não haviam sido ultimados, pleiteámos e conseguimos a transferência do certame para inícios do ano próximo.

Deve-se salientar que, pelos estatutos a serem discutidos no referido conclave e já aprovados pelo Itamaraty, as despesas decorrentes da manutenção da Secretaria do Comité Jurídico Interamericano, sediado no Rio de Janeiro, serão ocorridas pelas 21 Repúblicas do Continente e não, como até agora sucedera, exclusivamente pelo Governo brasileiro.

O Conselho Interamericano Cultural deverá realizar sua primeira reunião na cidade do México, em começos do segundo semestre de 1950, ficando a critério do Governo mexicano a escolha da data definitiva. Nessa reunião o Conselho deverá decidir, *inter alia*, sobre a constituição e sede do Comité de Ação Cultural que será de acôrdo com a Carta da Organização, a Comissão Permanente do Conselho encarregada de preparar os trabalhos que êste determine.

O Conselho Interamericano Econômico e Social, o único dos três órgãos do Conselho da O. E. A. já em funcionamento, tem dado uma atenção especial ao preparo da conferência econômica prevista pela Resolução IX da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente. Consoante essa Resolução, as Repúblicas americanas já haviam firmado em Bogotá um convênio econômico que contém as linhas mestras dentro das quais se deverá exercer a cooperação econômica americana. Com a conferência em questão, a ser realizada em Buenos Aires, passar-se-á do plano teórico da definição de princípios ao campo prático da assistência e colaboração intercontinental, na obra de soerguimento da estrutura econômica americana.

Reveste-se, assim, de excepcional importância o empreendimento em mira, caráter esse que tem sido compreendido pelos Governos-Membros, todos interessados no excelente trabalho preparatório do C. I. E. S., que envolve os diversos setores da atividade econômica. No Brasil, por exemplo, uma comissão especial vem acompanhando os estudos realizados. Não obstante o particular empenho do Conselho e das Repúblicas americanas, diversos fatores e as recentes transformações por que vêm passando a economia mundial não permitiram, até o presente momento, a formação de um clima apropriado à realização da conferência, cuja data de convocação foi mais de uma vez transferida.

Entre as razões que empecaram a realização da conferência releva assinalar o caso das reservas ao Convênio de Bogotá. Tantas e de tal natureza foram elas que se tornou impossível celebrar, em 1949, essa conferência, que deveria trazer justamente a objetivação em regras práticas das idéias enunciadas em Bogotá. Reinou por isso um impasse que uma Comissão Especial criada para tratar exclusivamente do caso não conseguiu dirimir.

Verificada a impossibilidade da realização da conferência, já que o texto básico em que se iria fundar não tinha expressão, resolveu o Conselho Interamericano Econômico e Social reunir-se em sessão extraordinária, em local a ser escolhido, para tratar não só do problema das reservas, mas também de certos acontecimentos da vida econômica que interessam diretamente às Repúblicas americanas, quais sejam o problema das recentes desvalorizações monetárias e a participação da O. E. A. no plano de desenvolvimento econômico dos países de economia primária, enunciado no ponto IV do discurso do Presidente Truman.

Com essas resoluções fica adiada a conferência econômica de Buenos Aires, até que o C. I. E. S., nesta sessão extraordinária disponha sobre sua realização.

Cuidou ainda a O. E. A., cuja sede se encontra em Washington, de sua situação perante o Governo dos Estados Unidos da América e dos demais países membros. Nesse sentido, durante o corrente ano, foram aprovados pelo Conselho da O. E. A. dois acordos sobre privilégios e imunidades. O primeiro, multilateral, versa sobre as imunidades e privilégios que deverão ser outorgados à Organização pelos Governos

membros da O.E.A. Depois de examinado pelo Itamaraty e propostas as modificações ditadas pelos nossos interesses teve a nossa aprovação e foi assinado pelo Secretário Geral da Organização em nome da mesma. O segundo, entre a mesma Organização e o Governo dos Estados Unidos da América, refere-se à concessão de prerrogativas diplomáticas, por parte do Governo norte-americano, aos Representantes e demais membros das Delegações junto à referida Organização. Esse acôrdo também mereceu a aprovação do Itamaraty, tendo sido assinado em Washington pelo Delegado do Brasil junto à O. E. A.

Outro setor importante das atividades da Organização incumbe a uma Comissão especial da qual o Brasil é parte, que vem examinando tôdas as resoluções tomadas nas nove Conferências Interamericanas até agora realizadas e revendo tôdas aquelas adotadas pelo Conselho da referida Organização, com o objetivo de preparar uma relação de quantas recomendações hajam sido executadas ou o estejam sendo presentemente; daquelas que, não havendo sido implementadas até agora, requeiram, para tanto, adaptações ou modificações e, por fim, das que por quaisquer circunstâncias perderem sua razão de ser. Essa Comissão merece especial interesse, pois, em face das funções que lhe foram atribuídas, tornar-se-á o verdadeiro órgão controlador das atividades pan-americanas, podendo, num futuro próximo, fornecer os elementos essenciais à verificação das vantagens e dos resultados práticos decorrentes da existência da O. E. A.

De tôdas essas realizações o Brasil tem participado ativamente por intermédio de sua Delegação Permanente. O nosso país goza no seio da Organização de uma situação de relêvo e prestígio, tendo um brasileiro ocupado durante o ano de 1949 a presidência de um dos mais importantes órgãos, o Conselho Interamericano Econômico e Social, presidindo o Chefe de nossa Delegação a Comissão Interamericana de Paz e figurando o Brasil em quase todos os numerosos comitês.

COMISSÃO DE PAZ

Além do Conselho da Organização, ao qual o Tratado de Assistência Recíproca e o Tratado Interamericano de Soluções Pacíficas outorgam funções de paz e segurança, existe dentro da Organização um órgão, a Comissão Interamericana de Paz que durante o corrente ano desenvolveu eficaz e excepcional atividade de conciliação. Criada pela Resolução XIV da segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em 1940 em Havana, a Comissão se encarrega de velar permanentemente para que os Estados entre os quais exista ou surja um conflito de qualquer natureza o solucionem com a maior brevidade possível, e sugere, para êsse fim, sem prejuízo das fórmulas que as partes escolham ou dos procedimentos em que concordem, métodos e iniciativas que conduzam ao desaparecimento dos

conflitos. A citada Resolução determina ainda que a Comissão informe a cada Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores e a cada Conferência Internacional Americana, sobre o estado dos respectivos conflitos e das providências que tenha tomado para a sua terminação.

Em dezembro de 1940 decidiu-se que a Comissão teria sede em Washington. A pedido da República Argentina a Comissão instalou-se a 31 de julho de 1948, com representantes do Brasil, Argentina, Cuba, Estados Unidos da América e México que, anteriormente, haviam sido eleitos membros da Comissão. Decidiram os seus membros denominá-la Comissão Interamericana sobre Métodos para a Solução Pacífica dos Conflitos, mas, em julho de 1949, passou a chamar-se Comissão Interamericana de Paz.

A Comissão que, durante o ano de 1948, havia obtido um expressivo êxito ao estudar a situação tensa entre a República Dominicana e Cuba, no corrente ano chamada a se pronunciar sobre um incidente surgido entre o Haiti e a República Dominicana, desincumbiu-se esplendidamente de sua missão levando as partes dissidentes à harmonização.

INCIDENTE ENTRE O HAITI E A REPÚBLICA DOMINICANA

A Delegação do Governo do Haiti apresentou, em 21 de março de 1949, à Comissão Interamericana de Métodos para a Solução Pacífica dos Conflitos, da Organização dos Estados Americanos, uma queixa contra a República Dominicana, afirmando que aquele país concedera asilo ao político haitiano Astrel Roland e lhe permitira dirigir do território dominicano, irradiações subversivas contra o Governo do Port-au-Prince.

A resposta do Governo dominicano não satisfêz as autoridades de Port-au-Prince e era de temer-se que as relações entre os dois países se prejudicassem de maneira irremediável, tendo-se retirado para o seu país o Embaixador do Haiti em Ciudad Trujillo, desde o início do incidente.

Depois de algumas reuniões que resultaram infrutíferas, a Comissão Interamericana de Métodos para a Solução Pacífica dos Conflitos constituiu uma Sub-Comissão de três membros, composta dos representantes dos Estados Unidos da América, do México e da Argentina e chefiados por êste último, que era ao mesmo tempo o Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos. A Sub-Comissão visitou o Haiti e a República Dominicana, em fins de maio e princípios de julho de 1949. Ao chegar a Ciudad Trujillo, verificou-se que o Senhor Roland havia deixado o território dominicano, desaparecendo, portanto, a causa imediata do incidente entre as duas repúblicas antilhanas. Êsse acontecimento veio facilitar o trabalho da Comissão, que até então havia encontrado grandes dificuldades em conciliar os dois contendores.

A reconciliação entre o Haiti e a República Dominicana foi efetuada em sessão extraordinária da Comissão, reunida em 9 de junho de 1949, quando os representantes dos dois países fizeram uma declaração conjunta encerrando o assunto e reafirmando o propósito de recorrer cada vez que se fizer mister, aos processos de solução pacífica, para resolverem no futuro qualquer controvérsia entre os dois países.

Em nota dirigida ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 18 de junho de 1949, o Secretário de Estado das Relações Exteriores do Haiti agradeceu os esforços desenvolvidos pelo representante do Brasil, juntamente com os seus colegas na Comissão Interamericana, para encontrar uma solução equitativa e justa para o incidente entre o seu país e a República Dominicana.

Situação no Caribe — Merece menção especial a declaração formulada pela Comissão de Paz ao concluir os trabalhos que realizou, por iniciativa do Representante dos Estados Unidos da América, sobre a situação geral da zona do Caribe. Essa declaração, que pode ser considerada como um dos documentos fundamentais do sistema interamericano, oferece a mais completa síntese dos princípios interamericanos que, a serem respeitados, dissipariam qualquer forma de desassossêgo originada em um Estado americano pelas atividades que contra seu Governo se desenvolvem no território de outros Estados. São quatorze pontos que resumem as diversas resoluções e recomendações adotadas pela comunidade americana em diferentes reuniões e conferências, sobre o princípio da não-intervenção e os direitos e deveres dos Estados.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA INTERNACIONAL

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

A Organização Meteorológica Internacional foi criada em Utrecht, em 1878. E' atualmente regida por estatutos que foram revistos durante a XII Conferência dos Diretores da Organização, reunida em Washington de setembro a outubro de 1947.

A fim de reforçar sua posição com relação aos Governos de seus respectivos países, bem como consolidar sua autoridade perante outros Organismos Internacionais, a Organização Meteorológica Internacional, em 1939, decidiu transformar-se em organização intergovernamental, cujos membros seriam Estados e territórios que possuíssem serviços meteorológicos independentes e, não mais os diretores dêsses mesmos serviços. Com esta finalidade foi elaborada e aprovada, durante a Conferência de Washington, a Convenção da Organização Meteorológica Mundial. A citada Organização Internacional passará a existir no dia em que fôr depositado o trigésimo instrumento de ratificação ou adesão à sua Convenção. Os Diretores da referida Organização resolveram que esta continue a funcionar até à entrada em vigor da Convenção da Organização Meteorológica Mundial. Por êsse modo, fica assegurada

a continuidade da colaboração internacional entre os diversos serviços meteorológicos existentes. O Brasil, por intermédio de seu Delegado, Senhor Francisco Xavier Rodrigues de Sousa, assinou a mencionada Convenção, a qual, todavia, ainda não foi ratificada pelo Governo brasileiro.

A Organização Meteorológica Internacional convocou as seguintes conferências no decurso de 1949 :

- 1) Reunião do Conselho Executivo — Lausanne — junho de 1949.
- 2) IV Sessão do VI Comité Regional (Europa) — Londres, junho de 1949.
- 3) Congresso Internacional de Meteorologia Aplicada — Paris, 1949.

O Brasil não participou destas reuniões.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

U. P. U.

A União Postal Universal, é regida pela Convenção Postal Universal com as modificações nela introduzidas pelo XII Congresso da referida União, realizado em Paris em 1947. Neste Congresso foram elaborados e assinados 23 atos. O Brasil assinou 13 dos mesmos, deixando, todavia, de referendar os relativos a vales postais e outros, devido às restrições cambiais em vigor no país. O Brasil não ratificou ainda os atos assinados, porém, o Departamento de Correios e Telégrafos já os está aplicando administrativamente.

Em 1949 não houve Conferência alguma convocada pela União Postal Universal.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

I. T. U.

Em 1947, a Conferência de Plenipotenciários reunida em Atlântic City, reestruturou a União Internacional de Telecomunicações, organismo que teve origem na fusão realizada em 1932, pela Convenção de Madrid, entre a União Telegráfica Internacional criada em 1865 pela Conferência de Paris, e a União Rádio-Telegráfica Internacional, oriunda da Conferência de Berlim de 1906. Da Conferência de Atlantic City, surgiu a Convenção Internacional de Telecomunicações, assinada pelo Brasil e aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 22, de 15 de agosto de 1949. O Instrumento de ratificação foi depositado junto ao Governo da Confederação Helvética em 25 de agosto próximo passado.

A União Internacional de Telecomunicações vem desenvolvendo um trabalho eficiente e vasto em seu campo de ação. A prova dessa asserção repousa no fato de haverem sido convocadas inúmeras conferências por este organismo, no decurso dos dois últimos anos. As principais reuniões do presente ano foram :

1) Conferência administrativa da União Internacional de Telecomunicações para a revisão dos regulamentos internacionais telegráficos e telefônicos — Paris, maio de 1949.

2) Conferência da União Internacional de Telecomunicações sobre frequências da 1.^a região — Genebra, maio de 1949.

3) Conferência Interamericana de Rádio da II região da União Internacional de Telecomunicações — Washington, maio de 1949.

4) III Conferência de frequências da III região da União Internacional de Telecomunicações — Genebra, maio de 1949.

5) III Reunião da União Internacional de Telecomunicações, do Comitê de planejamento técnico da Conferência de Rádio Transmissão de Alta Frequência Internacional — Paris, junho de 1949.

6) Conferência administrativa da União Internacional de Telecomunicações de Rádio-Aeronáutica, Segunda Sessão — Genebra, agosto de 1949.

7) IV Reunião do Conselho Administrativo da União Internacional de Telecomunicações — Genebra, agosto de 1949.

8) Conferência administrativa especial da União Internacional de Telecomunicações para a adoção de nova lista de frequências — Genebra, outubro de 1949.

9) Reunião da junta provisória de frequências da União Internacional de Telecomunicações — Genebra, outono de 1944.

CONTRIBUIÇÕES DO BRASIL A ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A participação do Brasil na grande maioria dos Organismos Internacionais implica inúmeras vantagens, mas acarreta deveres correlatos, o principal dos quais é o compromisso de arcar com uma parte do ônus exigido para a manutenção das Organizações em aprêço, a fim de que as mesmas disponham dos meios necessários à consecução de seus objetivos.

Sob esse aspecto, o Brasil tem satisfeito as obrigações a que é sujeito, efetuando o pagamento normal das contribuições às entidades internacionais das quais é Membro.

O orçamento do Ministério das Relações Exteriores para o ano em curso previa as seguintes dotações a organismos internacionais, na verba 3-1-06-02-01 — contribuições :

a) Associação Internacional de Normas Técnicas	20.000,00
b) Comissão Permanente do Congresso Panamericano de Estradas de Ferro	22.284,00
c) Comissão Brasileira de Fomento Interamericano	60.000,00
d) Comissão interina do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica	468.000,00
e) Comité Central Permanente de Ópio	59.056,00
f) Comité Consultivo de Emergência para a Defesa do Continente	157.300,00
g) Comissão Permanente Interamericana de Segurança Social ..	39.328,00
h) Conselho Internacional do Trigo	13.000,00
i) Representação no Conselho Internacional de Pesquisas (Washington)	120.000,00
j) Côrte Permanente de Arbitragem	12.144,00
l) Instituto de Organização Racional do Trabalho	1.000,00
m) Instituto Interamericano de Estatística	108.069,00
n) Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância ..	26.000,00
o) Nações Unidas	10.792.210,00
p) Organização de Alimentação e Agricultura (FAO)	1.690.000,00
q) Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO)	2.346.045,00
r) Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO)	1.699.568,00
s) Organização Metereológica Internacional	35.640,00
t) Organização Mundial de Saúde	1.202.500,00
u) Repartição Interamericana de Telecomunicações	8.870,00
v) Repartição Internacional de Tarifas Aduaneiras	8.060,00
x) Repartição Internacional do Trabalho (BIT)	2.441.309,00
y) Repartição Internacional de Proteção da Propriedade Industrial ..	18.200,00
z) Repartição Internacional de Proteção de Obras Artísticas e Literárias	18.200,00
aa) Repartição Sanitária Panamericana	540.548,00
bb) Organização dos Estados Americanos	2.300.928,00
cc) Ajuste para variação de quotas	50.000,00
dd) Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas de Turrialba	874.000,00
ee) União Internacional de Química	13.160,00
ff) Comité Interamericano Permanente Antiacridiano	77.336,00
	25.222.775,00

Existem, ainda, alguns Organismos Internacionais cujas contribuições são pagas por outros Ministérios que não o das Relações Exteriores. E' o caso da União Postal Universal, da União Internacional de Telecomunicações, do Conselho Internacional das Uniões Científicas, da Junta Interamericana do Café, etc.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

No decurso de 1949, participou o Brasil de várias Conferências internacionais de caráter econômico, realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas. Estêve, assim, conforme já foi dito, presente aos trabalhos do Conselho Econômico e Social, daquela Organização, da Organização Internacional do Trabalho, aos da Organização de Aviação Civil Internacional, que realizou em junho, em Montreal, a sua terceira Assembléia, e aos da Organização Internacional de Telecomunicações, que realizou duas sessões, sendo uma em Genebra e outra em Washington, esta última de cunho regional.

Duas outras conferências internacionais de caráter econômico, porém, merecem registro especial; A Conferência Internacional do Trigo e a II Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Annecy, França.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRIGO

O Brasil, como país importador de trigo, tem sofrido, nestes últimos anos, o efeito das chamadas “crises cíclicas”, que vêm afetando a economia das matérias primas e produtos alimentares, em consequência dos freqüentes desequilíbrios entre a produção e o consumo, da acumulação de excedentes e da grande flutuação dos preços.

Impunha-se, assim, o comparecimento do nosso país à Conferência Internacional do Trigo, realizada em Washington, de 26 de janeiro a 23 de março do corrente ano, com a participação inicial de sete países exportadores de trigo, a saber, Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Rússia e Uruguai, e de trinta e sete países importadores desse cereal. Posteriormente, retiraram-se da Conferência a Argentina e a Rússia.

O texto do Acôrdo Internacional do Trigo, resultante dos trabalhos dessa Conferência, representâ a nova versão que os quarenta e dois países exportadores e importadores resolveram dar ao Acôrdo primitivo, de 4 de junho de 1948, tornado inoperante pelo fato de não haver sido ratificado pelos Estados Unidos da América.

O Acôrdo Internacional do Trigo assegura a cada país importador, durante certo espaço de tempo, uma “quantidade garantida” de trigo a um preço determinado. No caso do Brasil, a “quantidade garantida” fixada foi de trezentos e sessenta mil toneladas anuais.

Com a assinatura desse Acôrdo, viu o Brasil coroado de êxito seus esforços nessa Conferência e nas anteriores, no sentido de assegurar a aquisição, por preços razoáveis e a prazos regulares, de parte da quantidade de trigo de que o país tem necessidade de importar, sem prejuízo dos laços que nos prendem ao nosso abastecedor tradicional de trigo, a República Argentina, e do desenvolvimento da triticultura nacional.

CONFERÊNCIA DE ANNECY

Realizou-se em Annecy, França, de 8 de abril a 15 de setembro do corrente ano, a III Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

No decurso dessa Reunião, chegou a Delegação brasileira à conclusão de que não havia base para negociações tarifárias com a Dinamarca, o Haiti, a Nicaragua e a Libéria, dada inexistência, praticamente, de intercâmbio econômico do Brasil com êsses países.

Por motivos idênticos, as negociações com a República Dominicana se limitaram à concessão, por parte daquele país, de isenção aduaneira para vacinas, virus e soros, concedendo o Brasil, em troca, ligeira redução nos direitos sôbre chapéus de palha. Quanto às negociações com a Colômbia, ficaram prejudicadas pela retirada dêsse país da Reunião.

Examinaremos, agora, os resultados das negociações efetivamente realizadas com os seguintes países que aderiram ao Acôrdio: Finlândia, Grécia, Itália, Suécia e Uruguai.

Nas negociações com a Delegação finlandesa, havendo a Delegação brasileira argumentado com o fato de que a Finlândia já se beneficiara indiretamente das concessões feitas pelo Brasil a outros países em Genebra, em 1947, a referida Delegação concordou em que seja efetuada uma redução de 25% nos direitos sôbre o café, além de fazer concessões sôbre o óleo de oiticica, o óleo de mamona, o óleo de amendoim, a cêra de carnaúba e os couros. As concessões feitas pelo Brasil à Finlândia se referem a papel para cigarros e a carretéis, espulas ou tubos de qualquer madeira, produtos que já haviam sido objeto de negociações em Genebra e que sofreram ligeiras reduções na reunião de Annecy.

Em suas negociações com a Delegação da Grécia, encontrou a Delegação do Brasil fortes obstáculos, uma vez que, desejando obter isenção tarifária para o café brasileiro, não podia oferecer reduções compensadoras sôbre mercadorias gregas, cuja importação é diminuta no Brasil. Apesar dêsse obstáculo, conseguiu a Delegação brasileira uma redução de 18,75% nos direitos que gravam o café, além da consolidação das taxas alfandegárias sôbre peles de bezerro. Ofereceu, em troca, a consolidação dos direitos aduaneiros sôbre azeitonas em salmoura e óleo de oliveira cru ou em bruto e isenção para o corindon natural em estado bruto e esmeril natural com base aluminosa em pedra e em pó.

Ao iniciar suas negociações com a Delegação italiana, estava a Delegação brasileira compenetrada da complexidade das mesmas, em virtude da grande disparidade na relação de troca existente entre os dois países.

Essa relação de troca se exprime da seguinte forma: segundo dados referentes ao intercâmbio comercial mundial, em 1946, a Itália atendia em valor a 1% das nossas necessidades de importação e concorria com 4,8% para o total das nossas vendas no exterior. De cerca de 25 artigos que enviamos àquele país, 3 artigos apenas, a saber, café, algodão

e cacáu, constituem 95% das nossas vendas, enquanto que importamos uma centena de artigos de origem italiana.

Quanto à ordenação dos produtos segundo a regra do principal supridor, o Brasil o é em relação à Itália somente no que se refere ao café e ao cacáu. A Itália, por sua vez, não obstante possuir comércio exportador muito diversificado, é, entretanto, o nosso principal supridor de apenas nozes européias, cânhamo, mármore e ácidos cítricos e tartárico. Contudo, em razão da diversificação mesma da exportação italiana, nossas compras na Itália são constituídas pelos mesmos produtos que adquirimos essencialmente nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, o que dá ao comércio importador brasileiro dos demais produtos de origem italiana um caráter complementar.

Foi, levando em consideração esses fatos, e, ainda mais, a circunstâncias de que, já em virtude das negociações de Annecy, as concessões indiretas feitas pela Itália a artigos brasileiros representavam um volume 15 vezes maior do que o volume resultante das concessões indiretas feitas pelo Brasil em Genebra a produtos italianos, que a Delegação do Brasil ofereceu à Delegação da Itália concessões sobre queijos gorgonzola e *bel paese*, azeite de oliveira purificado, avelãs, chapéus de palha de cereais e talco em bruto, obtendo, em troca, a redução nos direitos sobre o café, que passaram de 80% a 50% *ad valorem*, manteiga de cacáu, cujos direitos baixaram de 35% para 30%, cacáu em amêndoas, de 10% para 5%, assim como a consolidação em 6% do direito aduaneiro sobre a cera de carnaúba.

Nas negociações de Annecy, o Brasil beneficiou-se, indiretamente, de numerosas concessões feitas pela Itália a outros países, entre as quais se distingue, pela sua importância, a referente ao algodão em rama, feita diretamente pela Itália aos Estados Unidos da América.

Após as negociações, dando-se um balanço geral, verifica-se que a tarifa italiana que interessa aos produtos brasileiros ficou atingida, sob a forma de reduções ou consolidações de direitos aduaneiros, em um montante de 95% do comércio exportador do Brasil para a Itália, enquanto a tarifa brasileira atinente ao comércio exportador italiano ficou atingida em 33% apenas do comércio importador do Brasil, originário daquele país.

Como resultado das negociações efetuadas com a Delegação sueca, conseguiu a Delegação brasileira a consolidação dos direitos aduaneiros e do imposto interno sobre o café, os quais, montando a 45 e 35 coroas por 100 quilos, respectivamente, correspondem a uma incidência de 35 a 38% *ad valorem* e são dos mais baixos entre os que vigoram nos países europeus. O Brasil obteve ainda concessões indiretas, em consequência das negociações da Suécia com outros países, em Annecy, em virtude das quais são consolidados ou reduzidos em 50% e mais, os direitos sobre laranjas, bananas, passas de bananas, castanhas do Pará, semolina de arroz, óleo de mamona, conservas de abacaxi, couros, lã não cardada, algodão, rami, fios de algodão, etc.

O pagamento dessas concessões, que atingem a tarifa sueca em cerca de 80% do comércio importador de mercadorias procedentes do Brasil, foi efetuado com as concessões indiretas provenientes das negociações já efetuadas em Genebra e que montarão, quando muito, a 65% do comércio importador brasileiro de procedência sueca, assim como de concessões diretas sobre os seguintes artigos da tarifa brasileira, os quais significam, no máximo, 3,4% das mercadorias suecas importadas no Brasil: cravos para ferraduras, torneiras e esguichos de ferro e aço para uso industrial, sais essenciais para a preservação de madeiras, bigornas e matrizes de aço acima de 5 quilos, maquinismos para fabricar papel, desnatadeiras, contrifugadores, aspiradores de pó, ferramentas para máquinas de aço especial, como guilhotina, lâmina de plainas, mandrís e alargadores.

As negociações com o Uruguai apresentaram especial dificuldade, devido ao fato de que esse país, de estrutura econômica similar à do Estado do Rio Grande do Sul, poucos produtos pode exportar para o Brasil, ao passo que depende, quase que exclusivamente, de certos produtos brasileiros, quais sejam, o mate, o pinho, o fumo, o café e mesmo o açúcar.

Levando em conta essas circunstâncias, chegaram as Delegações de ambos os países à conclusão de que o documento internacional que deve presidir fundamentalmente às trocas mútuas é um acordo de tráfico fronteiriço, extenso e duradouro. Limitou-se então a Delegação brasileira a confirmar, em documento especial, as concessões de interesse para o Uruguai, já feitas por via indireta, garantindo-nos a Delegação do país irmão a consolidação dos direitos sobre o mate elaborado.

Finalmente, a Delegação brasileira, dando cumprimento ao disposto no artigo 7.º da Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948, teve oportunidade de chegar a um acordo com as Delegações dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha sobre as compensações a serem oferecidas àquêles dois países em troca da retirada das concessões sobre leite em pó, almanaques e folhinhas, e penicilina.

As novas concessões consistem em reduções tarifárias entre 5% e 22% sobre os seguintes artigos: obras de louça não classificadas, tetraetilato de chumbo, farinha de aveia, partes, acessórios e pertences de automóveis, caldeiras, geradores de vapor e máquinas operatrizes.

Deve-se salientar que, no decorrer das negociações, a Delegação brasileira teve a preocupação constante de oferecer, somente, concessões sobre produtos já negociados em Genebra e cujos direitos não houvessem sido reajustados pelo Congresso Nacional até o nível de 40%. A única exceção a esse critério se refere ao tetraetilato de chumbo, matéria prima que se adiciona à gasolina para melhorar a sua eficiência e que é indispensável, portanto, às refinarias nacionais de petróleo.

ACORDOS BILATERAIS

....

No decorrer dêste ano, foram efetuados acordos de caráter econômico com os seguintes países :

ARGENTINA

Por troca de notas, efetuada a 21 de junho, foi firmado em Buenos Aires um Acôrdo entre o Brasil e a Argentina pelo qual *ficarão isentos* do imposto sôbre a renda e de todo outro imposto sôbre lucros ou proventos do exercício da navegação marítima e aérea, no território de qualquer das Partes Contratantes, obtidos por emprêsas da outra Parte Contratante.

GRÃ-BRETANHA

Com a Grã-Bretanha foi efetuado, por troca de notas datadas de 3 de agôsto, um ajuste relativo à vigência das listas de mercadorias de ambos os países para as quais os Governos do Brasil e da Grã-Bretanha darão as necessárias licenças de exportação e importação, tal como previsto no Acôrdo Comercial e de Pagamentos de 21 de maio de 1948, cujas finalidades os dois Governos concordaram em manter.

PORTUGAL

Efetuou-se nesta capital, por troca de notas, um Acôrdo comercial entre os Governos do Brasil e de Portugal.

O referido Acôrdo, que tem como objetivo normalizar e desenvolver o intercâmbio comercial luso-brasileiro, será válido até 31 de dezembro de 1950, considerando-se renovado por período sucessivos de um ano, caso não seja denunciado até três meses antes do seu termo.

Cada Parte Contratante se compromete a autorizar a importação no território respectivo e a exportação para o território da outra Parte Contratante das mercadorias constantes de duas listas anexas ao Acôrdo, as quais não têm caráter restritivo ou limitativo e são renováveis anualmente.

A concessão das licenças de exportação e importação será subordinada às disponibilidades de uma conta especial a ser aberta em virtude de acôrdo entre o Banco do Brasil S. A. e o Banco de Portugal.

As mercadorias trocadas pelos dois países se destinarão exclusivamente ao consumo interno do país importador ou à transformação por suas manufaturas.

O Acôrdo prevê ainda o transporte dessas mercadorias, em caráter preferencial, pelas embarcações de bandeira brasileira e portuguesa, em partes iguais.

URUGUAI

Dando cumprimento ao disposto no item a) da Declaração conjunta feita em 5 de setembro de 1948 pelos Governos do Brasil e do Uruguai, a Comissão Mista de representantes dos dois países efetuou várias reuniões no Rio de Janeiro, com o intuito de estudar as questões relativas ao intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio, ao sistema de pagamentos, ao tráfico fronteiriço e às concessões ou consolidações tarifárias, chegando às seguintes conclusões:

a) as questões relativas ao tráfico fronteiriço seriam entregues a uma Comissão de técnicos de ambos os países;

b) os problemas relativos às concessões ou consolidações tarifárias deveriam ser tratados pelas Delegações do Brasil e do Uruguai à III Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, a reunir-se em Annecy;

c) restando à Comissão o exame dos problemas relativos ao intercâmbio comercial e ao sistema de pagamentos, elaborou a mesma um projeto de Convênio de Pagamentos a ser assinado entre os dois países, e o texto do novo Tratado de Comércio e Navegação, que foi assinado nesta capital a 27 de maio do ano em curso.

O referido Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai obedece ao tipo clássico dos acordos dessa natureza.

O Brasil e o Uruguai se asseguraram, reciprocamente, o tratamento incondicional e ilimitado da nação mais favorecida, excetuando-se dêste tratamento os direitos, favores e privilégios já concedidos ou que o venham a ser em virtude de convênios com outros países limítrofes para facilitar o tráfico fronteiriço ou de compromissos resultantes de uma união aduaneira.

São ainda exetuidas do tratamento da nação mais favorecida as disposições em vigor em ambos os países e que se refiram à segurança pública, ao tráfico de armas, munições e material de guerra, a motivos morais e humanitários, à proteção da saúde pública, bem como à de animais e vegetais contra enfermidades, insetos ou parasitas nocivos, à defesa do patrimônio artístico e histórico, à saída de ouro e prata e, em geral, às medidas fiscais ou de polícia tendentes a tornar extensivo aos produtos estrangeiros o tratamento imposto, no interior do próprio país, aos produtos similares nacionais.

Ambos os Governos asseguram a liberdade de trânsito, tanto para pessoas como para mercadorias, ficando umas e outras isentas de quaisquer impostos, encargos ou restrições que não sejam aplicados às pessoas e mercadorias de qualquer outro país, respeitadas, contudo, as exigências da fiscalização aduaneira e consular.

Com tal objetivo, são previstas no Tratado facilidades ao trânsito e à armazenagem de mercadorias brasileiras em portos do Uruguai, especialmente no que se refere às madeiras brasileiras, bem como a

alguns produtos uruguaiois que entrem no Brasil pelos portos de Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro.

Finalmente, com o objetivo de realizar um trabalho contínuo de incremento do comércio recíproco e de procurar seu equilíbrio, ambos os Governos convieram em estabelecer duas Comissões Mistas, no Rio de Janeiro e em Montevidéu.

O Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai terá a duração de três anos a contar da data da troca de ratificações, podendo ser denunciado a partir desse praso, mediante notificação prévia de seis meses.

A 19 de dezembro de 1949, foi assinado nesta Capital um Convênio de Pagamentos entre o Brasil e o Uruguai, o qual deverá ter duração de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Determina o referido Convênio que os pagamentos correspondentes a transações comerciais correntes e diretas entre o Brasil e o Uruguai sejam efetuados em cruzeiro, excetuando-se as transferências de rendas consulares que serão feitas em dólares dos Estados Unidos da América, de livre disponibilidade.

Os pagamentos mencionados, feitos diretamente pelo Banco do Brasil S. A., e pelo "Banco de la República Oriental del Uruguay", ou ainda, pelos bancos ou instituições autorizadas a operar em câmbio e estabelecidas num e no outro país, serão realizados mediante lançamentos numa conta denominada "Conta Convênio Brasileiro-Uruguaio" a ser aberta pelo Banco do Brasil S. A. em nome do "Banco de la República Oriental del Uruguay", e nas contas, com a mesma denominação, abertas pelos bancos e instituições autorizadas a operar em câmbio no Brasil em nome de suas congêneres do Uruguai. O saldo total, credor ou devedor, dessa conta, vencerá juros a 2 1/2% ao ano, contados no fim de cada semestre e contabilizados na mesma conta.

O "Banco de la República Oriental del Uruguay" notificará telegraficamente o Banco do Brasil S. A., no primeiro dia útil de cada semana, a posição total uruguaia em cruzeiros, a qual será reajustada sempre que ocorrer alteração do preço do ouro tomado como base para aplicação dos dispositivos do Convênio.

No fim de cada período de dois anos de vigência do Convênio, o Banco devedor, caso não receba comunicação em contrário do Banco credor, deverá pagar-lhe o saldo da conta em quatro cotas semestrais iguais, salvo se durante este período da liquidação o país do Banco credor resolver realizar compras no país do Banco devedor, dispondo do saldo existente para pagamento das mesmas.

O Banco devedor poderá, em qualquer momento, liquidar ou amortizar o saldo da referida conta.

Ambos os Governos concordaram em que as mercadorias originárias de terceiros países que uma das partes contratantes adquira na outra não possam ser pagas através das contas criadas pelo Convênio a não ser que assim convenham o Banco do Brasil e o “Banco de la República Oriental del Uruguay” e estabeleceram, outrossim, que as mercadorias e produtos originários de um dos dois países, ao serem importados no outro, se destinem, exclusivamente, ao seu consumo interno ou à transformação pelas indústrias do país importador.

Finalmente as Altas Partes Contratantes concordaram em promover o intercâmbio de informações úteis com o fim de assegurar a melhor aplicação da regulamentação cambial vigente em cada um dos países e em manter-se em contacto para examinar conjuntamente tôdas as questões técnicas que se apresentem para examinar conjuntamente tôdas as questões técnicas que se apresentem na aplicação das disposições do Convênio com o fim de adotar, de comum acôrdo, as medidas que se fizerem necessárias.

ESPAÑA

Foi assinado no Rio de Janeiro, a 28 de novembro o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Governos do Brasil e da Espanha, nos moldes gerais dos convênios dessa natureza assinados pelo Brasil com outros países.

VENEZUELA

As relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Venezuela vêm sendo reguladas, desde 1940, por um *modus vivendi*, cuja vigência tem estado sujeita a prorrogações sucessivas por período de um ano.

No ano em curso, porém, foi o referido *modus vivendi* prorrogado por períodos de três meses, sendo a última prorrogação efetuada em 22 de dezembro, enquanto se processam, nesta capital e em Caracas, os estudos tendentes a regular as relações econômicas e comerciais entre os dois países por um acôrdo de caráter mais amplo e duradouro.

DENÚNCIA DE ACORDOS

EQUADOR

Em nota de 22 de junho, o Ministério das Relações Exteriores do Equador comunicou à Embaixada do Brasil sua intenção de denunciar o Acôrdo Comercial Provisório, firmado pelos dois países em 24 de julho de 1936.

Ao mesmo tempo, manifestava o Govêrno equatoriano seu desejo de iniciar, quanto antes, conversações tendentes ao estabelecimento de

um instrumento comercial que regule as relações econômicas entre os dois países.

COMISSÃO DE REPARAÇÕES DE GUERRA

A Comissão de Reparações de Guerra realizou 102 sessões no decorrer de 1949. Entre outros assuntos, foram submetidos ao seu julgamento 588 processos. Desde a sua criação, em 1946, a Comissão já examinou cerca de 3.600 processos.

De conformidade com o Decreto n.º 25.147, de 29 de junho de 1948, a Agência Especial de Defesa Econômica do Banco do Brasil, órgão executivo da Comissão de Reparações de Guerra, recebeu, até o fim de 1949, instruções para pagamento de indenizações num valor total de Cr\$ 459.149.048,80.

A situação dos bens dos súditos dos países ex-inimigos, os quais, em virtude do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, passaram desde então a responder pelos danos pessoais e materiais sofridos pelo Brasil antes e depois de sua entrada na guerra, é hoje a seguinte: quanto aos bens de italianos, o Decreto-lei n.º 7.723, de 10 de julho de 1945, suspendeu os efeitos da legislação de guerra em relação às pessoas físicas residentes no Brasil, e, pelo acôrdo assinado entre os Governos do Brasil e da Itália, a 8 de outubro de 1949, serão restituídos, dentro de determinadas condições e quando o acôrdo fôr ratificado, os bens pertencentes a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas italianas, residentes ou domiciliadas no Brasil ou fora dêle, assim como os de propriedade do Estado italiano. Quanto aos bens de alemães e japoneses, o projeto de liberação dos bens residentes no país, submetido à consideração do Senhor Presidente da República, em meados de 1948, foi já examinado pela Câmara dos Deputados, achando-se em fase final de estudos, no Senado Federal.

Tudo, portanto, leva a crer que a Comissão de Reparações de Guerra poderá em 1950 dar por terminados os seus trabalhos.

JUNTA DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXPORTADOR

O Ministério das Relações Exteriores vinha recebendo queixas, procedentes de inúmeros países com os quais mantemos intercâmbio comercial, sobre atos ilícitos praticados por exportadores, muitas vezes alienígenas, que remetem para o exterior mercadorias em péssimas condições de conservação, em quantidades diferentes ou de qualidade inferior às das amostras enviadas e das especificações contidas nos contratos de venda.

E' fácil imaginar-se o prejuízo moral e material que tais fatos acarretam ao Brasil no exterior, ameaçando a reputação conquistada pelo

difícil e paciente labor das nossas autoridade e dos exportadores honestos que, felizmente, constituem a grande maioria.

O Itamaraty, coadjuvado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, tem envidado esforços no sentido de dar solução amistosa às reclamações apresentadas, conquanto sua ação nesse sentido seja precária, dada a ausência de poderes legais explícitos que possibilitem a obtenção de resultados positivos nessas intervenções.

Em fase do exposto, e sendo inegável a necessidade se adotarem medidas legais moralizadoras, o Ministério das Relações Exteriores teve a oportunidade de levar o que precede ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e cooperar, ao mesmo tempo, na elaboração do projeto de lei que “institui, no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, o registro das empresas exportadoras e cria uma Junta de Conciliação e Julgamento dos dissídios no Comércio Exterior”.

O Senhor Presidente da República encaminhou ao Poder Legislativo, pela Mensagem n.º 102, de 16 de março de 1949, o referido projeto de lei, cogitando-se, no momento, de transformar o organismo a ser criado numa “Junta de Fiscalização do Comércio Exterior”.

ELEVAÇÃO DO FRETE DO ÓLEO DE MAMONA

Em fevereiro do corrente ano, a “Brasil-United States Canada Freight Conference”, organismo que coordena os transportes marítimos entre os três países, elevou de US\$ 33,00 para US\$ 44,00 o frete do óleo de mamona. Tal elevação provocou compreensível reação por parte meios brasileiros interessados, que viram nessa medida a anulação das vantagens decorrentes da redução tarifária concedida ao mesmo produto pelo Governo dos Estados Unidos da América, por ocasião das negociações efetuadas, em Genebra, no âmbito do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Como resultado dos entendimentos havidos entre as autoridades brasileiras e os representantes da entidade acima referida, resolveu a mesma reconsiderar o assunto, tendo finalmente fixado uma taxa extremamente favorável para êsse produto, qual seja a de US\$ 23,50, inferior portanto à taxa em vigor antes da elevação. Concomitantemente, a taxa aplicada à бага de mamona foi reduzida de US\$ 20,00 para US\$ 16,00, o que representa mais um benefício para a nossa economia.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA DE ESTUDOS DE PETRÓLEO

De conformidade com o Tratado firmado em 25 de fevereiro de 1938, o Itamaraty tem prosseguido nos entendimentos com o Govêrno boliviano, no sentido de serem assinados novos acordos que permitam

à Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo iniciar a fase de sondagem — perfurações de prova — na zona petrolífera sub-andina da Bolívia.

ASSUNTOS CONSULARES

No decurso de 1949 foram expedidas 58 cartas-patentes a funcionários consulares brasileiros e alguns títulos de aprovação designando Vice-Cônsules honorários e interinos.

Foi criado o Consulado honorário do Brasil em Cannes — França — e nomeado seu titular um funcionário aposentado do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata.

Em virtude da situação política da China, foi fechado o Consulado do Brasil em Changai e o funcionário que ali servia foi removido para Tóquio, onde passou a fazer parte da Missão Brasileira no Japão, a qual acha-se encarregada do serviço consular.

Pelo Decreto n.º 27.585, de 14 de dezembro de 1949, foi criado o Consulado de carreira em Baltimore e suprimido o de Norfolk, e pelo Decreto n.º 27.586, da mesma data, foi criado o Consulado honorário em Norfolk e suprimido o de Baltimore.

O Consulado honorário em Norfolk ficou subordinado ao Consulado de carreira em Baltimore e com jurisdição apenas local. Quanto a êste, foi atribuída a jurisdição sobre os Estados de Maryland, Virgínia, Virgínia Ocidental, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Distrito de Colúmbia.

O Regulamento para o Serviço Consular honorário foi vertido para os idiomas francês, inglês e espanhol.

JURISDIÇÃO CONSULAR

Em vista de terem ocorrido mudanças na situação político-administrativa de certas unidades geográficas, e também com o propósito de fazer nova distribuição da jurisdição consular, abrangendo, sempre que possível e vantajoso, as zonas não compreendidas na Portaria de 26 de novembro de 1948, a Divisão Consular solicitou às Missões diplomáticas, Repartições consulares e Missão Militar Brasileira em Berlim sugestões sobre a conveniência de alterações à mencionada Portaria.

Várias dessas sugestões, uma vez recebidas, foram encaminhadas a Governos estrangeiros e aprovadas, bem como postas em vigor diversas modificações delas decorrentes.

Oportunamente, deverá ser elaborada nova Portaria sobre jurisdição consular.

EXERCÍCIO CUMULATIVO DAS FUNÇÕES CONSULARES PELAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS ACREDITADAS JUNTO AO GOVÊRNO BRASILEIRO

Em 5 de abril de 1949, foi enviada exposição de motivos ao Senhor Presidente da República sôbre acumulação pelas Missões diplomáticas de funções consulares. Em anexo a essa exposição de motivos, foi apresentado ao Senhor Presidente da República um projeto de lei, aprovado sob o n.º 910, de 8 de novembro de 1949, autorizando o Poder Executivo a, mediante reciprocidade, permitir às Missões diplomáticas acreditadas junto ao Govêrno brasileiro o exercício cumulativo das funções consulares.

Salientava-se na referida exposição de motivos que os representantes do Brasil acreditados junto a quaisquer Governos estrangeiros podem, com a anuência dêstes, exercer cumulativamente funções diplomáticas e consulares, e assim fazem em várias capitais, com grande economia para os cofres públicos.

Entretanto, antes da Lei n.º 910, se um país não americano pretendesse, para sua Missão diplomática nesta capital, igual tratamento, o Govêrno brasileiro não estaria em condições de dar pronta solução ao caso, em virtude das restrições impostas, a êste respeito, pelo art. 10, do Decreto-lei n.º 4.391, de 18 de junho de 1942. Êsse dispositivo legal estabelece que os diplomatas acreditados junto ao Govêrno brasileiro só podem exercer cumulativamente as funções de Cônsul — aliás, sòmente na capital da República — se forem representantes de países americanos, signatários da “Convenção sôbre agentes consulares” celebrada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, e mediante reciprocidade.

Essas restrições deixavam o Govêrno brasileiro em situação embaraçosa diante dos Governos estrangeiros não americanos, por isso que, para atender a cada pedido de reciprocidade, era mister uma lei especial.

Com a atual lei, o Poder Executivo ficou habilitado a resolver tais casos por meio de simples troca de notas entre o Itamaraty e as Missões diplomáticas interessadas.

EMOLUMENTOS CONSULARES

Por meio de Portaria, a Cônsul Zuleika Barroso Lintz foi encarregada de, sem ônus para o Tesouro Nacional, consolidar as leis que alteraram a Tabela de Emolumentos Consulares aprovada pelo Decreto-lei n.º 1.330, de 7 de junho de 1939, trabalho considerado imprescindível para o perfeito andamento do serviço consular, no importante setor dos emolumentos.

Organizou-se, pela primeira vez, um índice remissivo para a citação das fontes em que se baseiam os itens da Tabela, agora modificados ou intercalados, e anexaram-se ao trabalho ora elaborado três tabelas auxi-

liares, de indiscutível valor prático, da autoria do Auxiliar de Consulado José Ângelo de Castro. Dest'arte, a cobrança dos emolumentos consulares se fará de maneira exata e uniforme, em tôdas as repartições que constituem o Ministério das Relações Exteriores.

Também foi cuidadosamente revisto o Regulamento para o emprêgo das estampilhas e cobrança dos emolumentos consulares, aprovado pelo Decreto n.º 4.219, de 7 de junho de 1939, e cujo texto, em alguns pontos, já não corresponde à realidade, devido a modificações posteriores.

O trabalho de atualização da tabela de emolumentos está praticamente terminado, dependendo agora da fixação pelo Ministério da Fazenda da taxa de conversão cambial para a aplicação prática da tabela anexa ao Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

O Consulado do Brasil em Tânger consultou a Secretaria de Estado sôbre a possibilidade de ser concedido ao Lóide Brasileiro, naquela zona internacional, o abatimento de 50% de que já goza a referida empresa na Europa e nas Américas, em virtude do art. 19 da Lei n.º 420, de 10 de abril de 1937.

O Consulado em Tânger foi autorizado a conceder tal redução unicamente quando se tratar da legalização de manifesto de carga, porquanto o n.º 1 da Tabela de Emolumentos Consulares consigna essa regalia em favor de tôdas as embarcações brasileiras, sem fazer restrição quanto ao lugar do despacho consular.

Todavia, por equidade, êste Ministério sugeriu ao da Fazenda que examinasse a possibilidade de se estender aos demais contingentes, em benefício do Lóide Brasileiro, aquela redução, já vigente na Europa e nas Américas.

RENDA CONSULAR

No decurso de 1949, por intermédio de 127 agências do Exterior : Consulados Gerais e Consulados de Carreira, Consulados e Vice-Consulados honorários, bem como certas Missões Diplomáticas encarregadas do serviço consular, foram arrecadados por conceito de emolumentos consulares 7.124.840,11 Cr\$ ouro ou U.S.\$ papel.

QUADRO ESTATÍSTICO DA RENDA CONSULAR DURANTE O ANO DE 1949

	Cr\$ ouro ou dólar papel
1. C. G. em Nova York	1.856.441,00
2. C. G. em Londres	515.228,00
3. C. G. em Liverpool	493.544,00
4. C. G. em Antuérpia	364.938,00
5. C. G. em Buenos Aires	308.030,00
6. C. G. em Nova Orleans	294.609,00
7. C. em Rosário	192.068,00
8. L. em Estocolmo	183.445,00

9.	C. em Filadélfia	172.166,00
10.	C. em Baía Blanca	168.771,00
11.	C. G. em Amsterdam	158.597,00
12.	C. H. em Willemstad (sub. à Secretaria de Estado)	140.271,34
13.	C. em Baltimore	130.922,00
14.	C. G. em Gênova	122.190,00
15.	C. em Gotemburgo	120.261,00
16.	C. G. em Lisboa	118.653,00
17.	C. G. em Paris	113.223,00
18.	C. G. em Montevideu	111.422,00
19.	C. G. em Zurique	96.027,00
20.	C. G. em Valparaíso	87.243,00
21.	C. no Pôrto	84.931,00
22.	C. em Nápoles	75.819,00
23.	C. em Houston	72.898,00
24.	C. G. em Montreal	72.896,00
25.	C. em Port-of-Spain	69.471,00
26.	L. em Praga	61.204,00
27.	L. em Oslo	60.598,00
28.	C. em Boston	44.612,00
29.	C. H. em Norfolk (sub. ao Cons. em Baltimore)	40.634,00
30.	C. G. em Genebra	38.762,00
31.	C. H. em Port Arthur	38.128,70
32.	C. G. Capetown	35.012,00
33.	C. em Los Angeles	34.407,00
34.	C. G. em São Francisco	33.872,00
35.	C. em Milão	33.212,00
36.	C. em Las Palmas	31.182,00
37.	C. em Marselha	30.743,00
38.	C. em Vigo	30.680,00
39.	L. em Helsinki	29.302,00
40.	C. em Livorno	23.761,00
41.	C. G. em Barcelona	22.092,00
42.	L. em Copenhagen	21.281,00
43.	C. em Southampton	20.480,00
44.	C. em Calcuta	20.985,00
45.	C. em Glasgow	19.967,00
46.	V. C. H. em Savannah (sub. ao Cons. em Miami)	19.674,34
47.	C. em Cardiff	19.273,00
48.	C. em Roma	18.281,00
49.	C. em Funchal	17.529,00
50.	C. em Bordéus	13.298,00
51.	C.H. em Bombaim (sub. ao Cons. em Calcutá)	12.810,00
52.	C. em Dacar	12.686,00
53.	C. em Cadiz	12.240,00
54.	L. em Beirute	11.593,00
55.	E. em Lima	11.354,00
56.	C. H. em S. Cruz do Tenerife (sub. ao Cons. Las Palmas)	11.260,47
57.	L. em Varsóvia	9.862,00
58.	E. em México	8.957,00
59.	C. em Chicago	8.865,00
60.	C. em Miami	8.649,00

61.	L. em Viena	8.818,00
62.	C. em Changai (de janeiro a agosto)	7.662,00
63.	V. C. H. em Talcahuano (sub. ao C. G. em Valparaíso)	7.015,50
64.	C. H. em Aalborg (sub. à L. Copenhagen)	6.428,00
65.	V. C. H. em Seattle (sub. ao C. G. em S. Francisco)	5.787,83
66.	L. no Cairo	5.687,00
67.	C. H. em Sevilha (sub. ao C. em Cádiz)	5.660,85
68.	V. C. H. em Colombo (sub. à Secr. de Estado)	5.618,00
69.	C. H. em Caracas (sub. à E. em Caracas) ...	5.392,50
70.	V. C. H. em S. J. em Terra Nova (sub. ao C. G. em Montreal)	4.665,34
71.	C. em Assunção	4.369,00
72.	C. H. em Guajamirim (sub. à E. em La Paz)	4.259,00
73.	V. C. H. em Vancouver (sub. ao C. G. em Montreal)	4.077,59
74.	E. em Santiago	3.906,65
75.	C. P. em Paso de Los Libres (sub. ao C. G. em B. Aires)	3.870,00
76.	L. no Panamá	3.365,00
77.	C. P. em Posadas (sub. ao C. G. em Buenos Aires)	3.398,00
78.	L. em Atenas	3.257,00
79.	C. em Lyon	2.999,00
80.	V. C. H. em Bilbao (sub. ao C. em Vigo) ..	2.928,00
81.	E. em Madrid	2.925,00
82.	C. em Argel	2.525,00
83.	C. em Toronto (de julho a dezembro)	2.386,00
84.	C. H. em San Sebastian (sub. Cons. em Vigo)	2.324,00
85.	C. em Istambul	1.677,00
86.	C. P. em Rivera (sub. ao C. G. em Montevideu)	1.670,00
87.	C. H. em Lausanne (sub. ao Cons. em Genebra)	1.607,50
88.	C. H. em Iquitos (sub. à E. em Lima)	1.476,50
89.	E. em La Paz	1.395,00
90.	C. em Tanger	1.300,00
91.	C. H. em Dallas (sub. ao C. em Houston) ..	1.177,50
92.	C. P. em S. C. de la Sierra (sub. à E. em La Paz)	1.130,00
93.	E. em Havana	1.113,00
94.	C. H. em Coruña (sub. ao Cons. em Vigo) ..	1.084,00
95.	C. P. em Caiena (sub. à Secr. de Estado) ..	884,00
96.	C. H. em Sydney (sub. à L. em Camberra)	858,50
97.	L. em Belgrado	840,00
98.	E. em Bogotá	772,00
99.	V. C. H. em New Castle-on-Tyne (sub. à Cons em Liverpool)	682,00
100.	C. P. em Cochabamba (sub. à Emb. em La Paz)	675,00
101.	C. H. em Reykjavik (sub. Secr. de Estado)	626,00
102.	C. H. em Bridgetown (sub. ao C. em Port-of-Spain)	609,50
103.	E. em Ciudad Trujillo	566,00
104.	C. P. em Cobija (sub. à E. em La Paz)	486,00

105.	C. P. em Rio Branco (sub. ao Cons. G. em Montevideú)	388,00
106.	C. H. em Punta Arenas (sub. ao C. G. em Valparaíso)	360,50
107.	E. em Quito	325,00
108.	C. P. em Letícia (sub. à E. em Bogotá)	321,00
109.	C. P. em Monte Caseros (sub. ao C. G. em Buenos Aires)	288,00
110.	L. em Camberra (Cons. sub. Melbourne e Sydney)	284,00
111.	L. em Guatemala (Cons. sub.: Tegucigalpa e São Salvador)	195,00
111a.	C. em Dublin	195,00
112.	C. H. em Halifax (de agosto a dezembro) ..	166,00
113.	V. C. H. em Villa Encarnación (sub ao C. em Assunción)	166,50
114.	C. P. em Melo (sub. ao C. G. em Montevideú)	162,00
115.	C. P. em Salto (sub. ao C. G. em Montevideú)	118,00
116.	C. P. em Artigas (sub. ao C. G. em Montevideú)	116,00
117.	L. em S. José da Costa Rica (Cons. sub. Managua)	112,00
118.	C. H. em Villa Concepción (sub. ao C. em Assunção)	83,50
119.	C. P. em Corrientes (sub. ao C. G. em Buenos Aires)	60,00
120.	C. P. em Paisandu (sub. ao C. G. em Montevideú)	50,00
121.	C. P. em Alvear (sub. ao C. G. em B. Aires)	46,00
121a.	C. P. em Bela União (sub. ao C. G. em Montevideú)	46,00
122.	C. P. em Santo Tomé (sub. ao C. G. em B. Aires)	32,00
123.	C. H. em Loanda (sub. ao C. G. em Lisboa)	30,00
124.	L. em Teerā	16,00
125.	C. P. em Castilho (sub. ao Cons. G. em Montevideú)	12,00
126.	V. C. H. em Coronel (sub. ao Cons. G. em Valparaíso)	3,00
127.	E. em Nanquim	—
128.	L. em Berna	—
129.	C. H. em S. J. de Porto Rico (sub. ao C. em Miami)	—
130.	C. H. em Málaga (sub. em Cádiz)	—
131.	C. P. em Pedro Juan Caballero (sub. ao C. em Assunción)	—
132.	V. C. H. em Charleston (sub. ao C. em Baltimore)	—
133.	C. H. em Singapura (sub. Secr. de Estado)	—
134.	C. H. em Tegucigalpa (sub. à L. na Guatemala)	—
135.	C. H. em Valência (sub. ao C. G. em Barcelona)	—
136.	C. H. em Castries (sub. ao C. em Port-of-Spain)	—

Total	7.124.840,11
-------------	--------------

CONCESSÃO DE "EXEQUATUR" E RECONHECIMENTOS PROVISÓRIOS

Durante o ano de 1949, foram concedidos 66 "exequatur" e 51 reconhecimentos provisórios. (1)

E' de interesse assinalar o início das relações consulares com o Estado de Israel, cujo Cônsul no Rio de Janeiro já recebeu o "exequatur" do Governo brasileiro.

LEGALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Foi o seguinte o movimento de reconhecimento de firmas e guias para pagamento do sêlo ouro :

1949	Reconhecimennto de firmas	Guias	Renda Cr\$
Janeiro	1.539	55	19.661,20
Fevereiro	1.539	68	19.585,20
Março	1.760	71	27.228,00
Abril	1.231	51	18.846,80
Maió	1.001	101	37.746,80
Junho	1.177	120	21.005,60
Julho	1.359	52	19.285,20
Agôsto	1.978	91	34.668,40
Setembro	1.399	71	50.537,20
Outubro	1.437	191	82.013,60
Novembro	1.540	109	45.022,00
Dezembro	1.283	116	48.504,40
Total	17.245	1.096	424.104,40

REPATRIAÇÕES

Em 1949, como nos anos anteriores, o Ministério das Relações Exteriores se defrontou com o problema das repatriações em massa da Alemanha e da Itália e com o movimento normal de processos de repatriação de tôdas as partes do mundo. No ano corrente, foram repatriadas da Alemanha 374 pessoas, por conta do Governo brasileiro, e transitaram pelo Itamaraty cêrca de 68 pedidos de repatriação que tiveram seu curso conveniente. Da Itália não foram realizadas repatriações em grupos, como nos anos anteriores.

Mesmo assim, foi sensivelmente reduzido o número de repatriações efetuadas por conta do Tesouro Nacional, quer por um maior rigor observado na concessão das mesmas, em face da política de compressão de despesas, quer pelas facilidades maiores na obtenção de passagens gratuitas para repatriandos, e nesse particular deve-se citar o Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires, com 54 repatriações sem ônus para o Tesouro Nacional, tôdas em 1949.

(1) Veja-se o Movimento do Corpo Consular, anexo 15.

Os repatriandos da Itália, porém foram prejudicados pelas medidas de restrição do Lóide Brasileiro o qual retirou da linha do Mediterrâneo todos os seus navios com 3.^a classe, o que paralizou praticamente o fluxo de repatriandos peninsulares. Ao contrário dos anos anteriores, quase não houve repatriações da Itália em 1949, e junto aos Consulados do Brasil em Roma, Nápoles e Livorno aguardam transporte para o Brasil cerca de 313 brasileiros com documentação hábil. Parece-nos que nenhuma providência poderá ser tomada em favor dos mesmos com os recursos disponíveis para este ano.

Os repatriados da Alemanha, cerca de 2.361 famílias consideradas aptas à repatriação pela Missão Militar Brasileira em Berlim, com autorização do Ministério das Relações Exteriores, foram mais bem aqinhoados a partir de 1946, com a fundação daquele órgão. Pelo critério estabelecido para repatriações daquele país, não só os brasileiros tinham direito à repatriação por conta do Estado como também os pais e cônjuges de brasileiros, o que deu margem a repetidas críticas da imprensa. Este ano, pôs-se fim a tal situação e ficou definitivamente abolida a prática do termo de compromisso. Na mesma ocasião foi estabelecido que somente brasileiros em situação de absoluta penúria, sem parentes que os possam auxiliar, têm direito à passagem dada pelo Governo brasileiro.

Mesmo assim, o Ministério das Relações Exteriores aumentou sua dívida para com o Lóide Brasileiro, somente neste ano, de cerca de um e meio milhão de cruzeiros.

Na Áustria encontram-se 147 pessoas, membros de famílias mistas austro-brasileiras, aptas à repatriação. A saída delas é dispendiosa, pois se faz por Hamburgo ou Gênova e Livorno, acarretando mais despesas de transporte. De Portugal cessaram quase completamente as repatriações, porque a Polícia Internacional daquele país exerce vigilância cada vez mais severa sobre a emigração de nacionais, inclusive daqueles a que se refere o art. 18, III, do Código Civil Português, sendo impedida, portanto, a saída dos bi-nacionais possuidores das nacionalidades portuguesa e brasileira, que sempre formaram a grande maioria dos pedidos de repatriação.

Com a utilização, pelo Conselho de Imigração e Colonização, do navio "Duque de Caxias", o que se espera para breve, novo capítulo abrir-se-á na história das repatriações. Aquêle órgão se dispõe a repatriar brasileiros por conta do Ministério das Relações Exteriores a Cr\$ 2.500,00 por pessoa, numa base de 200 lugares por viagem. Em consequência da indecisão no tocante à data da partida do navio, em sua primeira viagem para Hamburgo, a 2a. viagem, aos portos do Mediterrâneo, só se fará no ano vindouro. Assim, o saldo da verba de 1949, será aplicado em favor dos repatriandos da Alemanha, em vez de beneficiar os da Itália, que não têm sido atendidos na mesma proporção.

ENTRADAS DE ESTRANGEIROS

Deram entrada na Divisão 3.460 requerimentos de pedidos de vistos para parentes de pessoas residentes no Brasil. Essas petições procederam:

Do Distrito Federal	1.602
Dos Estados	1.858
Total	3.460

Dêse total foram:

Deferidos	2.790
Indeferidos	670
Total	3.460

Os graus de parentesco das pessoas chamadas foram os seguintes :

Espôsas	996
Pais maiores de 60 anos	902
Mães viúvas	748
Filhos menores	1.002
Filhas solteiras	560
Tutelados	36
Filhas viúvas	185
Noras viúvas	104
Irmãos órfãos, menores	306
Sobrinhos órfãos, menores	205
Irmãs solteiras	443
Irmãs viúvas	270
Total	5.757

Nacionalidade das pessoas chamadas acima discriminadas:

Portuguesa	1.796
Italiana	1.302
Alema	1.270
Espanhola	379
Polonesa	314
Austríaca	276
Inglêsa	204
Diversas	216
Total	5.757

CONCESSÃO DE PASSAPORTES

Secretaria de Estado

Passaportes diplomáticos	131
Passaportes especiais	754
Carteiras de identidade especiais	59

Fora da Secretaria Geral

Segundo as comunicações regulamentares recebidas pela Divisão, as Repartições no Exterior e as Policiais do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios concederam:

Passaportes comuns	26.009
Passaportes para estrangeiros	1.004
Passaportes diplomáticos	185
Passaportes especiais	142

VISTOS EM PASSAPORTES ESTRANGEIROS

As repartições no exterior, consoante as comunicações recebidas durante o ano, tinham concedido 74.320 vistos em passaportes estrangeiros, assim distribuídos:

Permanentes	39.014
Temporários	29.106
Trânsito	2.103
Diplomáticos	1.914
Oficiais	2.183
Total	74.320

FRONTEIRAS E VIAS DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAIS

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Durante o ano de 1949, as 1.^a e 2.^a divisões das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites continuaram a sua patriótica tarefa de caracterização de nossas fronteiras.

Merecem especial destaque os trabalhos executados nos limites com a Bolívia e a Venezuela. Por diversos motivos, foram menores as atividades demarcadoras no Paraguai e no Uruguai. A demarcação da fronteira com este último país, aliás, está praticamente terminada, faltando apenas a caracterização de uma pequena zona.

BOLÍVIA

Merece registro especial o auxílio prestado pelo levantamento aerofotogramétrico na fronteira Brasil-Bolívia. Iniciado em fins de 1947 pela Comissão Mista, com a colaboração do Estado-Maior da Aeronáutica e do Serviço Geográfico do Exército, foram realizados, no corrente ano, diversos vôos numa extensão de cerca de 150 quilômetros cobrindo uma área de 2.000 quilômetros quadrados aproximadamente. A área total já fotografada atinge 3.200 quilômetros quadrados.

Os trabalhos de demarcação na fronteira com a Bolívia, na atual campanha, terminaram com a construção de 116 marcos, em concreto armado, ao longo das geodésicas Quatro-Irmãos — Boa Vista — São

Matias, abrangendo um trecho de cerca de 200 quilômetros de linha divisória.

Completeram o acervo dos serviços realizados na campanha do corrente ano, na fronteira boliviana: operações astronômicas e topográficas; medições para determinação dos pontos necessários ao aproveitamento das fotografias aéreas na confecção de cartas da externa região; cálculos imediatos feitos nos próprios acampamentos; abertura de picadas em longos trechos da mata densa; e o reconhecimento da região fronteiriça a leste e sul de São Matias com o auxílio dos mosaicos fotográficos.

Realizou-se, ainda, no próprio local dos trabalhos, a 9.^a Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana que deu por inaugurados 21 marcos intermediários além de mencionar 116 marcos de alinhamento construídos com o intuito de facilitar as autoridades e moradores da região a identificação da linha divisória em qualquer ponto do seu desenvolvimento retilíneo. O total dos marcos erigidos foi registrado em ata.

A fronteira com a Bolívia, devido à sua vastidão e ao seu regime de limites convencionais, seu acesso difícil e precárias condições de vida, está exigindo o principal esforço da Primeira Divisão que, junto com a Comissão boliviana, está tentando adiantar o mais possível os trabalhos de demarcação.

PARAGUAI

Em meados do ano foram reencetados os trabalhos da Comissão mista que se achavam paralizados. A linha de marcos já penetrou na Serra de Maracaju, no trecho em que ela inflete para Leste em direção do Rio Paraguai. Numa extensão de cerca de 40 quilômetros foi aberta uma estrada de exploração pelo divisor de águas na referida Serra, entre o último marco construído e o Salto das Sete Quedas no Rio Paraná. A mata densa dessa região exigiu a execução desse serviço preparatório, antes de ser dado início às operações de levantamento do terreno e construção dos marcos. Aberto esse caminho, estará a Comissão habilitada a realizar, em 1950, uma intensa e produtiva campanha de demarcação. Os trabalhos, aliás, estão adiantados, não apresentando especial problema a demarcação de um pouco mais de 100 quilômetros de linha seca, ao longo de um divisor de águas de fácil caracterização.

URUGUAI

De acôrdo com o Convênio Brasil-Uruguai de 1933, que regula o Estatuto Jurídico da Fronteira, ficou constituída uma faixa de 44 metros de largura, na linha divisória, entre o marco 11 principal e o 49 intermediário, com exceção das zonas urbana e suburbana e a uma distância de 22 metros de cada lado da divisória. Nenhuma construção podera

ser levantada dentro da faixa e os proprietários nesse trecho da Fronteira, deverão levantar aramados, respeitando o "corredor internacional".

Em outubro de 1948, em Conferência especial realizada em Montevideu pela Comissão Mista Brasil-Uruguai, foram examinados alguns serviços ligados à demarcação e, dentre eles, o estudo do "Corredor Internacional".

No corrente ano, motivos superiores impediram que a Comissão uruguaia integrasse a Comissão Mista. Pôde, entretanto, a Comissão brasileira, de acôrdo com o parecer do Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, executar, em grande parte, o balizamento e o alinhamento dos aramados que deverão limitar o "Corredor Internacional", entre o marco 11 Grande da Serrilhada e a cidade de Santana do Livramento, numa extensão de 160 quilômetros.

VENEZUELA

Os trabalhos que a Comissão brasileira vinha efetuando, malgrado a ausência da Comissão venezuelana, tiveram de ser interrompidos em abril por causa da estação das chuvas. Foram explorados cinqüenta quilômetros, na Serra de Paracaima, e levantados 212 quilômetros. Sôbre a linha de fronteira, no alto da Serra de Paracaima, foram erguidos onze marcos.

A 5 de outubro último, o Chefe da Comissão brasileira assinou em Caracas, juntamente com o Diretor do Serviço de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, um Acôrdo relativo à execução de trabalhos demarcatórios.

A 30 de novembro de 1949, realizou-se em Belém, Estado do Pará, a 33.^a Conferência da Comissão Mista brasileiro-venezuelana, que teve por principal objetivo considerar a sua reconstituição, motivada pela nomeação dos novos membros que passaram a integrar a Comissão Venezuelana Demarcadora de Limites, em substituição aos que dela foram exonerados em março último. Nessa conferência foram também consignadas as providências decorrentes, para procedimento imediato, do Acôrdo firmado em Caracas, a 5 de outubro de 1949, sôbre a demarcação da fronteira Brasil-Venezuela. Ficou previsto, nessa reunião, como programa básico da campanha 1949-1950, a caracterização, no terreno, da linha de limites que definirá ao longo da serra de Paracaima, o divisor de águas das bacias do Amazonas e do Orinoco, nos trechos compreendidos entre os marcos, aí já existentes, de designação Pacu e Majari, Surumú e B/V-nove. Presidiu a essa conferência o Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Senhor Coronel Ernesto Bandeira Coelho.

Seguiram para a fronteira, em meados de dezembro de 1949, os membros brasileiros e venezuelanos da Comissão Mista, tendo já iniciados os seus trabalhos demarcatórios.

ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ-SANTA CRUZ

Os trabalhos de construção da estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra prosseguiram ativamente durante o ano de 1949. A extensão total da linha é de 650 quilômetros, dos quais já se acham em tráfego 420 quilômetros, até Piococa, a 30 quilômetros além de San José. Faltam ainda 230 quilômetros para chegar-se a Santa Cruz de la Sierra. Nesse trecho, entretanto, já está concluído o leito da estrada, numa extensão de 43 quilômetros.

Foram concluídas diversas obras de arte, pontes, pontilhões e boeiros, salientando-se a ponte sobre o rio Quimomé, em concreto armado, com quatro vãos de 15 metros, ou sejam 60 metros de comprimento total. Construíram-se também diversos edifícios e outros se acham em andamento.

Tem sido recebido material proveniente do estoque da Estrada em Montevidéu, principalmente trilhos, transportados até Corumbá pelos navios do Serviço de Navegação da Bacia do Prata. Existem atualmente 19.268 peças de trilhos no referido estoque, o que permitirá alcançar o quilômetro 500 da ferrovia. Para o aprovisionamento do restante de trilhos e acessórios necessários para atingir Santa Cruz de la Sierra, ponto terminal da ferrovia em construção, tem a Comissão feito diversas gestões, no intuito de que seja esse suprimento atendido pela Companhia Siderúrgica Nacional, o que traria vantagens óbvias para a nossa economia.

A secção técnica da Estrada realizou importantes estudos sobre organização de projetos diversos, dentre os quais vale destacar os das pontes sobre os rios Quimomé e Tacabaca; do Armazém do Abastecimento, em San José; do Armazém — tipo para o serviço de Abastecimento; do Posto telegráfico de Suarez Araña. Em colaboração com terceiros, foi projetado o edifício do Colégio Católico de Roboré. Reproduziram-se também vários projetos do maior interesse, dentre eles o Plano de Remodelação da cidade de Santa Cruz de la Sierra e a planta de localização da estação ferroviária na mesma cidade, já aprovada pelo Governo boliviano.

ASSUNTOS CULTURAIS

Mereceu muitos cuidados o programa de divulgação da cultura brasileira no exterior, uma das facetas mais importantes da nossa política externa. No ano de 1949 foi dado sentido mais amplo à propaganda cultural do nosso país, isto apesar das limitações decorrentes da compressão de despesas. Para tal propaganda, certamente muito concorrerá a entrada em vigor dos acordos concluídos ultimamente com a Grã-Bretanha, a França, e Portugal, bem como a intensificação de nossas relações culturais com a Itália, Espanha e Canadá.

Necessidades do serviço, criadas pela intensificação do nosso programa cultural, tornaram necessárias, no princípio do ano, certas modificações de ordem administrativa nas atribuições da Divisão Cultural. Três setores até então pertencentes a outros departamentos, foram colocados na dependência direta da Divisão, tornando assim possível uma melhor coordenação dos trabalhos de difusão intelectual. São eles : o Serviço de Publicações, o Serviço do "Anuário Brasil" e o Depósito de Impressos.

CONVÊNIOS CULTURAIS

Cumpre assinalar a entrada em vigor, depois de sua aprovação pelo Congresso Nacional, do Convênio cultural assinado com o Equador. Os acordos firmados com a França e Portugal, em fins de 1948, ainda estão sendo estudados, pelo Poder Legislativo.

Especial referência merece, também, a regulamentação do Convênio Cultural existente entre o Brasil e o Reino Unido, feita nesta capital por duas comissões, brasileira e britânica, esta chefiada pelo General Sir Ronald Adam, Presidente do Conselho Britânico, aquela composta do Chefe da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores e dos Doutores Gilberto Freyre, Tude de Souza, Jacobina Lacombe e Honório Rodrigues, designados de comum acôrdo pelo Itamaraty e o Ministério da Educação e Saúde.

As comissões, reunidas no Itamaraty, estudaram a melhor forma de dar maior eficiência ao acôrdo e assentarem importantes medidas destinadas a intensificar as relações culturais entre ambos os países. Ficou decidida a criação de bolsas, na base de reciprocidade; o estudo de medidas a serem adotadas para favorecer a distribuição e o livre curso de livros e publicações entre o Brasil e a Grã-Bretanha; a tradução, para um e outro idioma, das principais obras da literatura inglesa e brasileira; a possibilidade da criação, em Universidade, de cátedras para o estudo da língua, história e literatura dos dois países e, finalmente, o estabelecimento de prêmios em dinheiro ao melhor livro de um brasileiro sobre a cultura inglesa e ao melhor livro de um inglês sobre a cultura brasileira.

Devemos mencionar, pela sua grande importância, as negociações que se realizam atualmente em Washington para a celebração de um Convênio cultural entre o nosso país e os Estados Unidos da América, um dos resultados mais auspiciosos da viagem do Presidente Dutra.

BOLSISTAS ESTRANGEIROS NO BRASIL

O oferecimento de bolsas a estudantes ou profissionais estrangeiros constitui, sem dúvida, um dos mais eficazes meios de propaganda cultural de que dispomos. Na concessão de bolsas, prevista na maioria dos acordos culturais vigentes e em via de negociações, temos adotado o

critério estabelecido nos anos anteriores, acrescido de convites espontâneos feitos a nacionais de países com os quais ainda não assinamos acordos de natureza cultural. Eleva-se atualmente a 64 o número de bolsistas estrangeiros matriculados em estabelecimentos de ensino do Brasil: três são canadenses, um norte-americano e os restantes 59 latino-americanos.

BOLSISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR

De ano a ano, tende a aumentar o número de bolsas oferecidas a estudantes e profissionais brasileiros pelos Governos, Instituições oficiais ou particulares e Universidades estrangeiras. A maioria dos bolsistas se encontra nos Estados Unidos da América, estando os demais divididos entre a França, Grã-Bretanha, países da América Latina e Canadá.

O Governo norte-americano, por intermédio do "Inter-departmental Committee on Scientific and Cultural Cooperation", tem, de preferência, concedido bolsas a profissionais com alguma experiência, que se queiram especializar em assuntos ligados, principalmente, à administração pública, nos seus mais diversos setores. De acordo com o programa daquele órgão coordenador, médicos, engenheiros, técnicos em administração e sanitaristas, pertencentes a vários Ministérios, seguem atualmente cursos de especialização nos Estados Unidos da América. Digno de nota é, também, a atuação do Instituto Brasil-Estados Unidos, que obteve, este ano, grande número de bolsas em Universidades norte-americanas para estudantes brasileiros.

O Canadá, Argentina, Espanha, Grã-Bretanha e Itália também hospedam grupos mais ou menos numerosos de estudantes brasileiros. E' de esperar que a assinatura de novos acordos culturais proporcionará maiores possibilidades à mocidade brasileira.

Temos procurado, por todos os meios ao nosso alcance, auxiliar e prestigiar os jovens brasileiros que estudam no exterior. Aos beneficiados com bolsas oferecidas pelos Governos, ou através de instituições oficiais, proporcionamos a obtenção de passaportes oficiais. Aos estudantes contemplados com bolsas de estudos pelo Governo francês e que, comprovadamente, não dispõem de recursos para suprir a exiguidade de pensão a que fazem jus na França, foi concedido um auxílio mensal de US\$ 50,00, permitindo-lhes, assim, a continuação dos seus estudos, no que teriam sido impedidos pelo alto custo da vida. Este ano, 10 estudantes brasileiros já se beneficiaram com esta medida. A limitação das verbas para esse fim impediu aumentar o número de auxílios concedidos.

INSTITUTOS BRASILEIROS DE CULTURA

Neste ano, como nos anteriores, têm sido dos mais intensos os trabalhos realizados pelos Institutos mantidos pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores no Paraguai, Uruguai e Argentina. São eles o Instituto de Cultura Brasileira em Assunção, o Instituto

Uruguaio Brasileiro em Montevidéu e os Cursos Livres de Português em Rosário de Santa Fé. As informações colhidas sobre esses verdadeiros núcleos de cultura brasileira em países, onde pela natureza dos laços que nos unem, é mais intenso o nosso trabalho de aproximação cultural, demonstram de forma eloquente o êxito da iniciativa.

O Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, com sede em Montevidéu, a par de suas atividades pedagógicas normais, edita cada ano numerosas publicações, cabendo, em 1949, especial menção à brochura intitulada "Poesia Brasileira Contemporânea", que reúne uma crítica e seleção antológica de alguns dos melhores poetas brasileiros hodiernos, traduzidos para o castelhano.

Também dignas dos maiores encômios foram as atividades desenvolvidas pelos Cursos Livres de Português de Rosário e pelo Instituto de Cultura Brasileira de Assunção, que obtiveram resultados práticos que atestam da eficiência dos professores nêles lotados.

SUBVENÇÕES A INSTITUTOS E SOCIEDADES CULTURAIS

Além dos Institutos culturais integralmente mantidos pelo Ministério das Relações Exteriores, concedemos subvenções anuais, no Brasil e no exterior, a instituições cujas atividades se orientam, de maneira geral, ao fomento das relações culturais do Brasil com outros países. Incluídos nessa categoria estão o Instituto de Cultura Brasileiro-Boliviano, de La Paz, a Anglo-Brasilian Society, de Londres, o Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o Instituto Brasil-Estados Unidos, no Rio de Janeiro. Este último, sem desmerecer da atuação dos demais, desenvolveu intensa atividade, que já tivemos oportunidade de mencionar na parte referente às bolsas concedidas a estudantes brasileiros em Universidades norte-americanas.

Cogita-se no projeto do Convênio Cultural entre o Brasil e os Estados Unidos da América, da criação, em Washington ou Nova York, de um Instituto de Cultura Brasileira, que poderá ser organizado nos moldes do Instituto de Montevidéu.

MISSÃO CIENTÍFICA NO PARAGUAI

Da maior importância foram as atividades da Missão Científica enviada ao Paraguai, por força do Convênio Cultural em vigor com aquele país. Designados pelo Instituto Osvaldo Cruz, os Doutores Rocha Lagoa e Gilberto Pires do Couto permaneceram em Assunção, contratados pelo Itamaraty, até o corrente ano, realizando no Instituto de Saúde Pública e Medicina Tropical de Assunção uma notável obra científica e humanitária que deverá trazer grandes benefícios à população paraguaia. Os cientistas brasileiros ao regressar ao Brasil, receberam os maiores elogios. As expressões de gratidão do Ministro de

Saúde Pública e Previdência Social do país vizinho, que nos foram transmitidas pela Embaixada do Brasil, constituem a melhor prova do êxito da missão e são sobremaneira honrosas para a ciência brasileira.

MISSÃO CULTURAL NO URUGUAI

A Convenção Modificativa do Tratado de 28 de julho de 1918, assinada em Montevideu em 1921, determinou que, da quantia em que fôra fixada a dívida do Uruguai ao Brasil, fôsem separados 200.000 pesos-ouro para a instituição de um fundo permanente, destinado a intensificar o intercâmbio cultural entre os dois países. Os juros provenientes do depósito dessa quantia seriam utilizados para o pagamento de uma Missão brasileira que, anualmente, visitaria o Uruguai. Assim, cada ano, uma delegação composta de dois ou três representantes do pensamento, da arte, do ensino, ou da ciência brasileira visita aquele país, correndo apenas as despesas de transporte por conta do Ministério das Relações Exteriores.

Essa iniciativa, devido à tradicional amizade que une nossos países, tem tido os mais felizes resultados. Em 1949 foram a Montevideu, como emissários da cultura brasileira, o Professor Hilgard O'Reilly Sternberg, representante da moderna ciência geográfica e o ilustre advogado Doutor Dário de Almeida Magalhães que pronunciaram várias conferências, abordando assuntos de sua especialidade e mereceram, da imprensa e do público uruguaio as mais elogiosas referências.

CICLO DE CONFERÊNCIAS DO ITAMARATY

Durante 1949, na tribuna do Salão Nobre do Palácio Itamaraty, a convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores, diversas personalidades brasileiras e estrangeiras discorreram sobre temas políticos, artísticos, jurídicos e literários.

Para celebrar os centenários de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, transcorridos em 1949, foram organizados dois ciclos de conferências que constituíram uma das homenagens prestadas pelo Itamaraty a essas grandes figuras.

O Serviço de Publicações foi incumbido de editar, em "plaquettes", as conferências pronunciadas em 1949 cuja relação completa é a seguinte :

JUNHO :

27 — *Alguns Aspectos da Ação da F. E. B.*, General Osvaldo Correia de Farias.

JULHO :

7 — *A Unesco e o Conselho Britânico*, General Sir Ronald Forbes Adam.

18 — *A Justiça Internacional*, Ministro Filadelpho Azevedo.

26 — *Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, Duas Vidas Paralelas*, Doutor Levi Carneiro.

28 — *Ideais e Realizações da Unesco*, Doutor Armando Cortesão.

AGÔSTO :

8 — *Joaquim Nabuco, Advogado do Brasil*, Afonso Arinos de Mello Franco.

SETEMBRO :

1 — *Lugar do Direito na Constituição Britânica*, Lord Jowitt.

5 — *A Evolução Religiosa de Joaquim Nabuco*, Doutor Alceu de Amoroso Lima.

19 — *Joaquim Nabuco, Homem de Imprensa*, Doutor Elmano Cardim.

OUTUBRO :

17 — *Rui Barbosa, Jornalista*, Austregésilo de Ataíde.

31 — *Rui Barbosa, Orador*, Embaixador João Neves da Fontoura.

NOVEMBRO :

14 — *Rui Barbosa, Ministro da Fazenda*, Santiago Dantas.

21 — *Porque Existe uma Suíça?* Gonzague de Reynold.

23 — *Rui Barbosa e o Itamaraty*, Deputado Luís Viana.

CORTESIA INTERNACIONAL

VISITANTES ILUSTRES

LORD JOWITT

Em visita oficial, esteve no Brasil, de 26 de agosto a 7 de setembro último, o Visconde Jowitt, Lord Chancellor da Grã-Bretanha, que viajou acompanhado de Lady Jowitt e de seu secretário particular.

A visita revestiu-se de grande brilho pelas manifestações oficiais e sociais que lhe foram prestadas. Lord Jowitt foi homenageado pelo Presidente da República com um almôço íntimo no Catete e pelo Ministro das Relações Exteriores com um almôço que se efetuou no Itamaraty, onde, posteriormente, pronunciou o ilustre hóspede uma conferência sobre o "Lugar do Direito na Constituição Britânica". O visconde Jowitt foi recebido no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e na Câmara Municipal. Visitou São Paulo e, de regresso da capital bandeirante, assistiu à parada de 7 de Setembro.

VISITA DO SENHOR JUAN JOSÉ AMEZAGA

A fim de receber o diploma de Professor Honoris Causa da Universidade do Brasil, o Senhor Juan José Amezaga, ex-Presidente do Uruguai, esteve no Rio de Janeiro, acompanhado de sua senhora, a convite do Governo, de 23 de agosto a 8 de setembro.

Durante sua estada, Sua Excelência foi homenageado com um almôço do Senhor Presidente da República, tendo o Ministro das Relações Exteriores oferecido um jantar em sua honra na sua casa particular e um almôço no Itamaraty, onde o Doutor Amezaga pronunciou interessante conferência. Foi convidado a assistir à parada de 7 de Setembro em companhia do Senhor Presidente da República.

VISITAS DE MINISTROS DE ESTADO ESTRANGEIROS

Portador de uma mensagem e de uma condecoração do Imperador Haile Selassié para o Senhor Presidente da República, Sua Excelência o Senhor Ato Aklilou Habte Wold, Ministro das Relações Exteriores de Etiópia, esteve alguns dias no Rio de Janeiro, sendo-lhe oferecido um banquete no Palácio Itamaraty, a 24 de agosto.

Para as comemorações de 7 de Setembro foram convidados pelo Ministro da Guerra os Ministros da Guerra do Uruguai, do Paraguai e o Ministro da Aeronáutica da Argentina. O Ministro das Relações Exteriores foi encarregado da transmissão desses convites.

Em fins de setembro, uma Missão extraordinária italiana de agradecimentos, chefiada pelo Vice-Presidente do Senado italiano e da qual fazia parte o Sub-Secretário das Relações Exteriores, esteve no Rio de Janeiro onde foi recebida pelo Presidente da República e as Casas do Congresso, e homenageada com um banquete no Itamaraty.

CARTAS DE GABINETE E DE CHANCELARIA

PLENOS PODERES

Ao Embaixador José Roberto de Macedo Soares, para proceder em Montevideu, com o Plenipotenciário do Governo uruguaio, à troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio para a Construção da Ponte Internacional Quaraim-Artigas, firmado entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. Montevideu, fevereiro de 1949.

Ao Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para assinar o Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e o Líbano. Rio de Janeiro, fevereiro de 1949.

Ao Senhor Brigadeiro do Ar Armando Figueira Trompowsky de Almeida, Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, para assinar

o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e o Líbano. Rio de Janeiro, fevereiro de 1949.

Ao Senhor Antônio de Vilhena Ferreira Braga, para assinar os atos internacionais formulados na Terceira Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio e aprovados com o voto do Brasil. Março de 1949.

Ao Senhor Embaixador Ciro de Freitas Vale, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, para assinar o Tratado de Comércio e Navegação concluído entre o Brasil e o Uruguai. Rio de Janeiro, maio de 1949.

Ao Senhor Doutor Heitor Prager Fróes, para assinar os atos internacionais formulados na Segunda Assembléia Mundial de Saúde e aprovados com o voto do Brasil. Roma, maio de 1949.

Ao Senhor Doutor Deputado Rui Santos, para assinar os atos internacionais formulados na Segunda Assembléia Mundial de Saúde e aprovados com o voto do Brasil. Roma, maio de 1949.

Ao Senhor Doutor Geraldo Horácio de Paula Sousa, para assinar os atos internacionais formulados na Segunda Assembléia Mundial de Saúde e aprovados com o voto do Brasil. Roma, maio de 1949.

Ao Senhor Doutor Hamilcar José do Amaral Bevilaqua, para assinar o Acôrdo Complementar de Comércio entre a Argentina e o Brasil. Buenos Aires, maio de 1949.

Ao Senhor General de Brigada Anápio Gomes, para assinar o Acôrdo Complementar de Comércio entre a Argentina e o Brasil. Buenos Aires, maio de 1949.

Ao Senhor General de Divisão Milton de Freitas Almeida, Embaixador do Brasil na Argentina, para assinar o Acôrdo Complementar de Comércio entre a Argentina e o Brasil. Buenos Aires, maio de 1949.

Ao Senhor Doutor Afonso Toledo Bandeira de Melo, para assinar os atos internacionais formulados na Trigésima Segunda Conferência Internacional do Trabalho e aprovados com o voto do Brasil. Genebra, maio de 1949.

Ao Senhor Ministro Hélio Lôbo, para assinar os atos internacionais formulados na Trigésima Segunda Conferência Internacional do Trabalho e aprovados com o voto do Brasil. Genebra, maio de 1949.

Ao Senhor Oswaldo de Moraes Correia, Embaixador do Brasil em Ciudad Trujillo, para assinar o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a República Dominicana, Ciudad Trujillo, maio de 1949.

Ao Senhor Cônsul Geral João Pinto da Silva, para assinar os atos internacionais formulados na Conferência Diplomática para a elaboração de novas convenções destinadas a proteger as Vítimas de Guerra e aprovados com o voto do Brasil. Genebra, maio de 1949.

Ao Senhor General de Brigada Floriano de Lima Brayer, para assinar os atos internacionais formulados na Conferência Diplomática para a elaboração de novas convenções destinadas a proteger as Vítimas de Guerra e aprovados com o voto do Brasil; Genebra, maio de 1949.

Ao Senhor Embaixador João Carlos Muniz, para assinar a Convenção para Facilitar a Circulação Internacional de Materiais Visuais e Auditivos de Caráter Educativo, Científico e Cultural, depositada na Organização das Nações Unidas pela Unesco. Julho de 1949.

Ao Senhor Tenente-Coronel Aviador Hélio Costa, para assinar os atos internacionais formulados na Segunda Sessão da Conferência Administrativa de Rádio-Comunicações Aeronáuticas e aprovados com o voto do Brasil. Genebra, julho de 1949.

Ao Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para efetuar, com o Plenipotenciário do Governo francês, a troca dos Instrumentos de ratificação do Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a França, concluído em Paris. Rio de Janeiro, agosto de 1949.

Ao Senhor Embaixador Oscar Correia, para efetuar, com o Plenipotenciário do Governo do Equador, a troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio Cultural entre o Brasil e o Equador, concluído no Rio de Janeiro. Quito, agosto de 1949.

Ao Senhor José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, Embaixador do Brasil em Londres, para assinar o Protocolo para extensão por mais um ano do Acôrdio Internacional do Açúcar. Londres, agosto de 1949.

Ao Senhor Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto Acioli, para assinar o Acôrdio Multilateral sobre privilégios e imunidades da Organização dos Estados Americanos. Agosto de 1949.

Ao Senhor Deputado Gilberto Freyre, para representar o Brasil na IV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York. Agosto de 1949.

Ao Senhor Ministro Gilberto Amado, para representar o Brasil na IV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York. Agosto de 1949.

Ao Senhor Senador Ivo D'Aquino Fonseca, para representar o Brasil na IV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York. Agosto de 1949.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas-Valle, para representar o Brasil na IV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York. Agosto de 1949.

Ao Senhor Professor Miguel Ozório de Almeida, para assinar os atos internacionais formulados na IV Sessão da Conferência Geral da

Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas. Paris, setembro de 1949.

Ao Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para efetuar, com o Plenipotenciário do Governo do Líbano, a troca dos instrumentos de ratificação do Convênio Cultural entre o Brasil e o Líbano, concluído no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, setembro de 1949.

Ao Senhor Doutor João Guimarães Rosa, para assinar os atos internacionais formulados na IV Sessão da Conferência Geral da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, à realizar-se em Paris. Setembro de 1949.

Ao Senhor Professor Paulo Estêvão de Berredo Carneiro, para assinar os atos internacionais formulados na IV Sessão da Conferência Geral da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, a realizar-se em Paris. Setembro de 1949.

A Senhora Heloisa Alberto Tôrres, para assinar os atos internacionais formulados na IV Sessão da Conferência Geral da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, a realizar-se em Paris. Setembro de 1949.

Ao Senhor Embaixador João Carlos Muniz, para assinar os Protocolos de Adesão relativos às negociações tarifárias realizadas em Annecy entre as Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio e os Governos aderentes, a serem firmados em Lake Success. Setembro de 1949.

Ao Senhor Doutor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para assinar o Acôrdo entre o Brasil e a Itália para incentivar as relações de colaboração entre os dois países e resolver as questões atinentes ao Tratado de Paz. Rio de Janeiro, setembro de 1949.

Ao Senhor Embaixador Rubens Ferreira de Melo, Secretário Geral, interino, do Ministério das Relações Exteriores, para efetuar, com o Plenipotenciário do Governo Francês, a troca dos Instrumentos de ratificação do Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, concluído em Paris. Rio de Janeiro, outubro de 1949.

Ao Senhor Doutor Josué Apolônio de Castro, para assinar os atos internacionais formulados na V Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e aprovados com o voto do Brasil. Washington, outubro de 1949.

Ao Senhor Cônsul Geral Walder Lima Sarmanho, para assinar os atos internacionais formulados na V Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e aprovados com o voto do Brasil. Washington, outubro de 1949.

Ao Senhor Newton de Castro Beleza, para assinar os atos internacionais formulados na V Sessão da Conferência da Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e aprovados com o voto do Brasil. Washington, outubro de 1949.

Ao Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para assinar o Protocolo de Amizade e Colaboração entre o Brasil e a Itália. Rio de Janeiro, outubro de 1949.

Ao Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para assinar o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Espanha. Rio de Janeiro, novembro de 1949.

Ao Senhor Tenente-Brigadeiro Armando Figueira Trompowsky de Almeida, Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, para assinar o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Espanha. Rio de Janeiro, novembro de 1949.

Ao Senhor Embaixador João Carlos Muniz, para assinar o Protocolo de Annecy sôbre as condições de Adesão ao Acôrdo Geral sôbre as Tarifas Aduaneiras e Comércio. Lake Success, novembro de 1949.

Ao Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para assinar o Convênio de Pagamentos entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. Rio de Janeiro, dezembro de 1949.

CREDENCIAIS E REVOCATÓRIAS

Sua Excelência o Senhor Vítor Manoel Román y Reyes, Presidente da República de Nicáragua, acreditando como Ministro o Senhor Oswaldo Furst. Maio de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Vítor Manoel Román y Reyes, Presidente da República de Nicarágua, dando por finda a Missão do Ministro Labienno Salgado dos Santos. Maio de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Don Miguel Alemán Valdéz, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, acreditando, na qualidade de Embaixador, o Senhor Antônio Camillo de Oliveira. Maio de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Don Miguel Alemán Valdéz, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, dando por finda a Missão do Embaixador Sebastião Sampaio. Maio de 1949.

A Sua Majestade Jorge VI, Rei da Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Domínios Britânicos de Além-Mar, acreditando, como Embaixador na Austrália, o Senhor José Cochrane de Alencar. Julho de 1949.

A Sua Majestade Jorge VI, Rei da Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Domínios Britânicos de Além-Mar, acreditando, como Embaixador na Índia, o Senhor Caio de Mello Franco. Agôsto de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Don José Figueres, Presidente da Junta de Governo da República de Costa Rica, acreditando, na qualidade de Embaixador em Missão Especial para assistir à posse do Presidente Otílio Ulate Blanco, o Senhor Oswaldo Furst. Outubro de 1949.

A Suas Excelências o Senhor John J. Mc Cloy, Alto Comissário dos Estados Unidos da América, o Senhor Embaixador André François-Poncet, Alto Comissário da França, e o Senhor General Sir Brian H. Robertson, Alto Comissário da Grã-Bretanha, acreditando, como Chefe da Missão do Governo brasileiro junto à Alta Comissão Aliada na República Federal da Alemanha, o Embaixador Mário de Pimentel Brandão.

A Sua Excelência o Senhor Luigi Einaudi, Presidente da República Italiana, acreditando, na qualidade de Embaixador, o Senhor Carlos Alves de Sousa Filho. Dezembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Luigi Einaudi, Presidente da República Italiana, dando por finda a missão do Embaixador Pedro de Moraes Barros. Dezembro de 1949.

CARTAS DE GABINETE E DE CHANCELARIA

A Sua Majestade Farouk I, Rei do Egito, em resposta à Credencial do Ministro Mohamed Sadek Abou Khadra Bey. Janeiro, de 1949.

A Sua Majestade Farouk I, Rei do Egito, em resposta à Revocatória do Ministro Mohamed Waguih Rostom Bey. Janeiro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Karl Renner, Presidente Federal da República da Áustria, em resposta à Credencial do Ministro Adrian Rotter. Fevereiro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Marechal Antônio Oscar de Fragoso Carmona, Presidente da República Portuguesa, agradecendo a Credencial do Senhor Júlio Dantas, como Embaixador Extraordinário em Missão Especial nas comemorações do quarto centenário da criação do Estado do Brasil e da fundação da Cidade da Bahia. Maio de 1949.

A Sua Majestade Gustavo, Rei da Suécia, em resposta à Credencial do Ministro Knut Richard Thyberg. Maio de 1949.

A Sua Majestade Gustavo, Rei da Suécia, em resposta à Revocatória do Ministro Ragnar Kumlin. Maio de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Carlos Delgado Chalbaud, Presidente da Junta Militar de Governo dos Estados Unidos da Venezuela, em resposta à Credencial do Embaixador Gutiérrez Alfaro. Maio de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Carlos Delgado Chalbaud, Presidente da Junta Militar de Governo dos Estados Unidos da Venezuela, em resposta à Revocatória do Embaixador José Rafael Pocaterre. Maio de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Felipe Molas López, Presidente Provisório da República do Paraguai, em resposta à Credencial do Embaixador Liberato Rodrigues. Junho de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Felipe Molas López, Presidente Provisório da República do Paraguai, em resposta à Revocatória do Embaixador José Dahlquist. Junho de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Marechal Antônio Oscar de Fragoso Carmona, Presidente da República Portuguesa, por motivo de sua reeleição como Presidente da República. Junho de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Syngman Rhee, Presidente da República da Coréia, por motivo da criação da República da Coréia e da eleição de seu Presidente. Junho de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Dumarsais Estimé, Presidente da República do Haiti, em resposta à Credencial do Ministro Jacques Léger. Julho de 1949.

A Sua Majestade Imperial Haile Selassié I, Imperador da Etiópia, em resposta à Credencial do Ministro Ato Aklilou Abte Wold como Chefe da Delegação Etiópia à IV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Agosto de 1949.

A Sua Alteza Sereníssima Rainier III, Príncipe Soberano de Mônaco, por ocasião do falecimento de Sua Alteza o Príncipe Louis II. Setembro de 1949.

A Sua Majestade Imperial Mohammad Reza Pahlavi, Chahinchah do Irã, em resposta à Credencial do Ministro Hassanali Gaffary. Setembro de 1949.

A Sua Majestade Imperial Mohammad Reza Pahlavi, Chahinchah do Irã, em resposta à Revocatória do Ministro Yadollah Azodi. Setembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Ismet Inonu, Presidente da República Turca, em resposta à Credencial do Embaixador Fuad Carim. Setembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Ismet Inonu, Presidente da República Turca, em resposta à Revocatória do Embaixador Husrev Gerece. Setembro de 1949.

A Sua Excelência o Cheik Khalil El Khoury, Presidente da República Libanesa, por motivo da renovação de seu mandato presidencial. Outubro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Vincent Auriol, Presidente da República Francesa, em resposta à Credencial do Embaixador Gilbert Arvengas. Dezembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Vincent Auriol, Presidente da República Francesa, em resposta à Revocatória do Embaixador Hubert Guérin. Dezembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Federico Chaves, Presidente Provisório da República do Paraguai, em resposta à Credencial do Embaixador José Antônio Moreno Gonzalez. Dezembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Federico Chaves, Presidente Provisório da República do Paraguai, em resposta à Revocatória do Embaixador Liberato Rodrigues. Dezembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Dumarsais Estimé, Presidente da República do Haiti, em resposta à Credencial do Ministro Pierre Rigaud. Dezembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Dumarsais Estimé, Presidente da República do Haiti, em resposta à Revocatória do Ministro Jacques Léger. Dezembro de 1949.

A Sua Excelência o Senhor Sveinn Bjornsson, Presidente da República da Islândia, por motivo da renovação de seu mandato presidencial. Dezembro de 1949.

ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

RELAÇÃO DAS PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL NO ANO DE 1949

ARGENTINA

Senhor William Hope (Promoção) — OFICIAL 7 -9-49

BOLÍVIA

Senhor Henrique Hertzog Garaizábal, Presidente da República da Bolívia — GRÃ-CRUZ 3 -5-49

CHILE

Doutor José Santos Salas Morales, Alcaide de Santiago —
GRANDE OFICIAL 5-12-49

Doutor Gustavo Fricke Schencke, Alcaide de Viña del Mar
— COMENDADOR 5-12-49

Senhor Carlos Lamas, Cônsul do Chile em Natal — CA-
VALEIRO 5-12-49

COLÔMBIA

Senhor Luis Humberto Salamanca, Sub-Secretário do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia (Promoção) — COMENDADOR	7 -9-49
Senhor Roberto Pinto Valderrama, Diretor Geral do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia — COMENDADOR	13-12-49
Senhor Hernando Manrique Alvarez, Sub-Diretor do Protocolo da Ministério das Relações Exteriores da Colômbia — OFICIAL	13-12-49
Senhor Enrique Cucalón, ex-Sub-Diretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia — OFICIAL	13-12-49
Senhor Eduardo Gusmán Esponda, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia. (Promoção) — GRANDE OFICIAL	13-12-49

CUBA

Sua Excelência o Senhor Pedro Rodrigues Capote y Fernandes de Castro, Chefe do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores de Cuba — GRANDE OFICIAL .	5-12-49
Senhor Enrique Patterson y Sofiano, Sub-Chefe do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores de Cuba — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Luis Moas y Gendreau, Primeiro Secretário de Embaixada de Cuba — OFICIAL	5-12-49
Senhora Conchita de Moraes — CAVALEIRO	5-12-49

ESPAÑA

Senhor Ricardo Ventosa Arauz, antigo Segundo Secretário da Embaixada da Espanha no Brasil — CAVALEIRO ..	3- 5-49
--	---------

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Senhor Percival Farquhar — COMENDADOR	7- 9-49
Maestro Serge Koussevitzky, da Orquestra Sinfônica de Boston — OFICIAL	7- 9-49
Senhor Edward Johnson, Diretor Geral do Metropolitan Opera House, de Nova Iorque — OFICIAL	23- 2-49

Reverendo Padre Carlo Rossi, Professor de Português e Literatura Brasileira da Universidade de São Francisco — OFICIAL	3- 5-49
Senhor Basil Brewer, jornalista — CAVALEIRO	3- 5-49
Senhor Paul Weeks Litchfield, Presidente do Conselho de Administração da "The Goodyear Tire & Rubber Corporation de Akron, Ohio, Estados Unidos — COMENDADOR	3- 5-49
Senhor James S. Kemper, Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção — COMENDADOR	3- 5-49
Senhor Erwin Balluder, Vice-Presidente da Pan-American Airways System Corporation de Nova York — OFICIAL	3- 5-49
Sua Excelência o Senhor Cordell Hull, ex-Secretário de Estado dos EE. UU. da América — GRÃ-CRUZ	28- 9-49
Sua Excelência o Senhor Adolf Berle Junior, ex-Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil — GRÃ-CRUZ	28- 9-49
Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Francis Joseph Spellman, Arcebispo de Nova Iorque — GRÃ-CRUZ	28- 9-49
Senhor Edgar Morris, Presidente do Comité de Recepção em Washington ao Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil — OFICIAL	28- 9-49
Sua Excelência o Senhor Sumner Welles, ex-Sub-Secretário de Estado dos Estados Unidos da América — GRÃ-CRUZ	28- 9-49
Senhor Otto Schoenrich, Presidente da "Pan-American Society" de Nova Iorque — OFICIAL	26-10-49
Senhor Emmett J. Mc Cormack, Presidente da Companhia de Navegação "Moore Mc Cormack" — COMENDADOR	29-11-49
Senhor Grover Whale, Presidente da Comissão de Recepção, em Nova Iorque ao Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil — OFICIAL	29-11-49
Senhor George V. Robbins, Presidente da "National Coffee Association" — OFICIAL	29-11-49
Senhor Francis M. Kurtz, Presidente da "American Brazilian Association" — OFICIAL	29-11-49
Senhor Reginald Stranger, Diretor da Firma "Stranger's Limited" — OFICIAL	5-12-40
Senhor Reginald H. Garciner, Superintendente de "All America Cables and Radio Inc. no Radio — OFICIAL	5-12-49
Senhor Percy Hodgson, Presidente do Rotary Club Internacional — COMENDADOR	5-12-49

Senhor Berent Friele (Promoção) — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Guy Mason, Comissário do Distrito de Columbia — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Laurence J. McGinley, Presidente da Universidade de Fordham — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Hugh P. Masson, Prefeito de Chattanooga — COMENDADOR	5-12-49
Senhor John Russel Young, Comissário do Distrito de Co- lumbia — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Roy M'Donald, Presidente do jornal "Chattanooga News-Free Press" — OFICIAL	5-12-49
Senhor Howard J. Foltz, Prefeito da Cidade de Humboldt — OFICIAL	5-12-49
Senhor Coleman A. Harwell, Vice-Presidente do jornal "The Nashville Tennessean" — OFICIAL	5-12-49
Senhor William Hillman, do "National Press Club", de Washington — OFICIAL	5-12-49
Senhor James Stahlman, Presidente do jornal "The Nash- ville Banner" — OFICIAL	5-12-49
Senhor Michel Lever, Encarregado da Imprensa da Orga- nização dos Estados Americanos — CAVALEIRO	5-12-49
Senhor Paul W. Murphy, Chefe do Cerimonial da Orga- nização dos Estados Americanos — CAVALEIRO	5-12-49
Senhor Benjamin Harrison Namm — CAVALEIRO	5-12-49
Senhor John E. Otis, Prefeito de "West New York" — CAVALEIRO	5-12-49
Senhor Gordon Browning, Governador do Estado de Ten- nessee — GRANDE OFICIAL	5-12-49
Senhor William O'Dwyer, Prefeito da Cidade de Nova Iorque — GRANDE OFICIAL	5-12-49
Senhor Harvey Branscomb, Presidente da Universidade de Vanderbilt — COMENDADOR	5-12-49
Senhor John O'Brien, Presidente do "National Press Club", de Washington — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Harry Woodburn Chasee, Presidente da Universi- dade de Nova York — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Thomas L. Cummings, Prefeito de Nashville — COMENDADOR	5-12-49

Senhor Silliman Evans, Presidente do jornal "The Nashville Tennessean" — COMENDADOR	5-12-49
Professor Oswaldo S. Lowsley, cientista — COMENDADOR	27-12-49

FINLÂNDIA

Senhor Kaarlo Makêla, antigo Segundo Secretário da Legação da Finlândia no Rio de Janeiro — CAVALEIRO ..	5-12-49
--	---------

FRANÇA

Senhor Marc Fabre, Adido à Embaixada da França no Rio de Janeiro — CAVALEIRO	21- 1-49
Sua Excelência o Senhor Vincent Auriol, Presidente da República Francêsa — GRÃ-CRUZ	3- 5-49
Doutor Jacques Pilon, Arquiteto — OFICIAL	3- 5-49
Senhor Paul Hugon, Professor de economia política e ciência das finanças — OFICIAL	3 -5-49
Senhor André Gabaudan, antigo Conselheiro Comercial da Embaixada da França no Brasil — OFICIAL	3 -5-49
Senhor Edouard Legris, Adido de Informação à Embaixada da França no Rio de Janeiro — CAVALEIRO	31- 5-49
Professor Pierre F. Deffontaines, cientista — COMENDADOR	7- 9-49
Senhora Henriette Morineau. — CAVALEIRO	7- 9-49
Reverendíssima Madre Josefina da Anunciação Gex. — CAVALEIRO	7- 9-49
Senhor René David, Professor de Direito Comparado da Universidade de Paris. — CAVALEIRO	7- 9-49
Senhor Jules Rimet, Presidente da Federação Internacional de Foot-Ball — COMENDADOR	28-9-49
Senhor Louis Jean Joseph Vidal, Secretário Geral da "Compagnie Française de Navigation Chargeurs Reunis" (promoção) — OFICIAL	5-12-49

GUATEMALA

Sua Excelência o Senhor Francisco Guerra Morales, antigo Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Guatemala no Brasil — GRANDE OFICIAL	7- 9-49
Senhor Flavio Herrera, Professor de Literatura Latino-Americana na Faculdade de Direito da Universidade de San Carlos de Guatemala — GRANDE OFICIAL ...	7- 9-49

IRÃ

Senhor Yadollah Azodi, antigo Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Irã no Brasil — GRANDE OFICIAL	3- 5-49
--	---------

ITÁLIA

Senhor Walter Mocchi — OFICIAL	7- 9-49
Doutor Giuseppe Walter Maccotta, Segundo Secretário da Embaixada da Itália no Rio de Janeiro. — OFICIAL	26-10-49
Doutor Guido Borga, antigo Ministro Conselheiro da Embaixada da Itália no Rio de Janeiro. — GRANDE OFICIAL	26-10-49
Professor Gleb Wataghin — OFICIAL	5- 12-49

PAÍSES BAIXOS

Senhor Julius Penha, Cônsul do Brasil em Curaçao (Pro- moção) — OFICIAL	7- 9-49
Sua Excelência o Senhor B. Kleyn Molekamp, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Ma- jestade a Rainha dos Países Baixos — . . .GRÃ-CRUZ	29-11-49

PANAMÁ

Senhor Tomás Gabriel Duque, diretor do jornal “Estrella da Panamá” — OFICIAL	7- 9-49
Senhor Alfredo de Saint-Malo, Diretor do Conservatório Nacional de Música do Panamá — OFICIAL	7- 9-49

PERU

Doutor Carlos P. Cáceres, Ministro Plenipotenciário da Embaixada do Peru no Rio de Janeiro, — GRANDE OFICIAL	31-5-49
Sua Excelência o Senhor Javier Delgado Yrigoen, Secre- tário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Perú. — GRÃ-CRUZ	5-12-49
Senhor Juan Miguel Bákula, Chefe da Seção da América do Sul do Departamento Político e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Peru — OFICIAL	5-12-49

POLÔNIA

Senhor Professor Zbrozek Jerzy — OFICIAL	3- 5-49
--	---------

PORTUGAL

Doutor Luís de Castro e Almeida Mendes Norton de Mattos, antigo Conselheiro da Embaixada de Portugal no Brasil — COMENDADOR	3- 5-49
Doutor Candido Sotto Maior industrial — COMENDADOR	5-12-49
Doutor Henrique da Guerra Quaresma Viana, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Promoção) — GRANDE OFICIAL	13-12-49
Sua Excelência o Senhor Antônio Augusto Braga de Faria, Secretário Geral, interino, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. — GRÃ-CRUZ	13-12-49
Sua Excelência o Senhor Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, Ministro da Educação Nacional de Portugal. GRÃ-CRUZ	13-12-49
Senhor Vasco Pereira da Cunha, Adjunto do Diretor Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. — GRANDE OFICIAL	13-12-49
Senhor Basilio Freire Caeiro da Matta, Secretário particular do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. — COMENDADOR	13-12-49
Doutor José Bernardino Duarte de Figueiredo, Secretário do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. — COMENDADOR	13-12-49
Senhor José de Brito Carregal da Silva Passos, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação Nacional de Portugal — COMENDADOR	13-12-49

REPÚBLICA DOMINICANA

Senhor Pedro Benaventura Purcell Peña, Chefe do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da República Dominicana — COMENDADOR	7- 9-49
--	---------

SANTA SÉ

Sua Eminência Monsenhor Fernando Cento, Nuncio Apostólico de Sua Santidade o Papa XII, em Bruxelas GRÃ-CRUZ	3- 5-49
Monsenhor Vittore Ugo Righi, Auditor da Nunciatura Apostólica — OFICIAL	31-5-49
Senhor Alberto Sebastiani, Camareiro de Honra de Capa e Espada de Sua Santidade o Papa Pio XII — OFICIAL	7- 9-49

Sua Excelência Monsenhor Giovanni Battista Montini, Ministro de Estado, substituto, da Secretária de Estado de Sua Santidade o Papa Pio XII. — GRÃ-CRUZ	7- 9-49
Sua Excelência Monsenhor Domenico Tardini, Secretário dos Negócios Extraordinários da Secretaria de Estado de Sua Santidade o Papa Pio XII. — GRÃ-CRUZ . .	7- 9-49
Professor Ferruccio de Carli, Camareiro de Honra de Capa e Espada de Sua Santidade o Papa Pio XII — OFICIAL	7- 9-49
Sua Excelência Monsenhor Carlo Chiarlo, Arcebispo Titular de Amida, Nuncio Apostólico no Rio de Janeiro. — GRÃ-CRUZ	19-10-49
Monsenhor Ambrosio Marchioni, Auditor da Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro. — GRANDE OFICIAL . .	19-10-49
Reverendo Paulo Mosconi, Adido à Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro. — OFICIAL	19-10-49
Monsenhor Federico Callori di Vignale, Primeiro Camareiro Secreto Participante de Sua Santidade o Papa Pio XII. GRANDE OFICIAL	5-12-49
Monsenhor Ricardo Magnanensi, Secretário do Gabinete do Maestro de Camera de Sua Santidade o Papa Pio XII. — COMENDADOR	5-12-49
Senhor Giovanni Giovannini, funcionário da Santa Sé. — OFICIAL	5-12-49

SUÉCIA

Senhor Aders Nils Oskar Staahle, Ministro e Diretor Gerente da Fundação Nobel — COMENDADOR	7- 9-49
Senhor Per Vilhelm Gustaf Assarsson, Secretário Geral adjunto do Ministério das Relações Exteriores da Suécia — GRÃ-CRUZ	7- 9-49
Senhor Otto Ragnar Sundén, Diretor da Federação das Indústrias Suecas — GRANDE OFICIAL	7- 9-49
Senhor Oscar Uno Konrad Thorsing, jornalista — COMENDADOR	7- 9-49
Senhor Sten Carl August Widell, Diretor da Sociedade Anônima "Eletrolux" — CAVALEIRO	7- 9-49
Senhor Tor Janer, Comerciante e antigo Cônsul Geral da Suécia no Rio de Janeiro — OFICIAL	5-12-49

TCHECOSLOVÁQUIA

Senhor Jan Reisser, ex Ministro da Tchecoslováquia no Brasil — GRANDE OFICIAL	28-2-49
---	---------

TURQUIA

Sua Excelência o Senhor R. Husrev Gereade, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Turquia no Brasil — GRÃ-CRUZ	22-6-49
---	---------

URUGUAI

Sua Excelência o Senhor Doutor José G. Lissidini, Presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai — GRÃ-CRUZ	13-7-49
Doutor Conrado Terra Urioste, Diretor do Hospital Fermin Ferreira, do Uruguai — CAVALEIRO	7- 9-49
Doutor Uruguay Marino, Diretor da Colônia de Saint-Bois, do Uruguai — CAVALEIRO	7- 9-49
Senhor Juan Miguel Delgado Reyes, jornalista. — CAVALEIRO	21-12-49
Senhor Doutor Juan Antonio Buero, Antigo Ministro das Relações Exteriores e da Defesa do Uruguai. (Promoção) — GRÃ-CRUZ	12-12-49

VENEZUELA

Senhor Julian Rodrigues Jimenez, antigo Cônsul da Venezuela no Pará — OFICIAL	3- 5-49
Senhor Raul d'Escanio Ferreira, Segundo Secretário da Embaixada da Venezuela — CAVALEIRO	20-7-49
Senhor Adrian Coll Reyna, Conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil. — COMENDADOR	2- 8-49

ATOS INTERNACIONAIS

ATOS FIRMADOS PELO BRASIL EM 1949

Contrato de Prorrogação do Programa de Cooperação em matéria de Saúde e Saneamento. (Entre o Governo brasileiro e o "Institute of Inter American Affairs") *Brasil-Estados Unidos da América.*

Troca de notas, no Rio de Janeiro, a 15 e 30 de dezembro de 1948, e conseqüente *Contrato de Prorrogação*, firmado a 14 de janeiro de 1949, pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani Bitencourt, e o Chefe da Missão Técnica da Divisão de Saúde e Saneamento do "Institute", Engene P. Campbell; e *Térmo Aditivo* ao Contrato, firmado a

8 de março de 1949, pelos mesmos signatários do Contrato de Prorrogação.

Prorrogação do Tratado de Comércio e Navegação de 25 de agosto de 1933, denunciado nos termos da Declaração Conjunta de setembro de 1948. Brasil-República Oriental do Uruguai.

Concluído por troca de notas de 22 e 24 de fevereiro de 1949, publicadas no Diário Oficial de 18 de abril de 1949.

Acôrdio Internacional do Trigo — Brasil — Diversos Países.

Concluído em Washington a 23 de março de 1949.

Ajuste de compensação de mercadorias especificadas (entre o Banco da República Oriental del Uruguay e a Comissão Econômica Brasileira) Brasil — República Oriental do Uruguai.

Concluído em Montevidéu, a 18 de abril de 1949.

Protocolo de Emenda do Acôrdio para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas. (firmado em Paris, a 18 de maio de 1904) e da *Convenção Internacional relativa ao Tráfico de Mulheres Brancas* (firmada em Paris, a 4 de maio de 1910) *Brasil — Diversos Países.*

Firmado pelo Brasil, a 4 de maio de 1949.

Protocolo de Emenda ao Ajuste relativo à repressão da circulação das publicações obscenas (firmado em Paris, a 4 de maio de 1910) *Brasil — Diversos Países.*

Firmado pelo Brasil, a 4 de maio de 1949.

Acôrdio Complementar de Intercâmbio Comercial. Brasil-Argentina.

Firmado em Buenos Aires, a 16 de maio de 1949.

Tratado de Comércio e Navegação. Brasil — República Oriental do Uruguai.

Firmado no Rio de Janeiro, a 27 de maio de 1949.

Ajuste Bancário de Pagamentos celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e os representantes do Comando das Potências Aliadas no Japão. Brasil-Japão.

Celebrado no Rio de Janeiro a 2 de junho de 1949.

Acôrdio para isentar do impôsto de renda e de todo outro impôsto sobre lucros as emprêsas de navegação brasileiras e argentinas (marítimas e aéreas) Brasil-Argentina.

Concluído em Buenos Aires, por troca de notas datadas de 21 de junho de 1949.

Prorrogação do Modus Vivendi comercial — Brasil-Venezuela.

Concluído por trocas de notas datadas de 13 de julho de 1949, em Caracas.

Primeiro Protocolo de modificação do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. ()*

Firmado pelo Brasil a 13 de agosto de 1949.

Protocolo Modificativo do Artigo XXVI do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. ()*

Firmado pelo Brasil a 13 de agosto de 1949.

Memorandum de Acôrdio relativo à aplicação aos setores ocidentais de Berlim do Acôrdio sobre Tratamento de Nação mais favorecida para áreas da Alemanha Ocidental, sob ocupação militar. ()*

Firmado pelo Brasil a 13 de agosto de 1949.

Protocolo relativo à substituição da lista I (Austrália) anexa ao acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. ()*

Firmado pelo Brasil a 13 de agosto de 1949.

Protocolo relativo à substituição da lista VI (Ceilão) anexa ao Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. ()*

Firmado pelo Brasil a 13 de agosto de 1949.

Terceiro Protocolo de retificação do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. ()*

Firmado pelo Brasil a 13 de agosto de 1949.

Contrato de Prorrogação do programa de cooperação em matéria de Saúde e Saneamento no Brasil (entre o Ministério da Educação e Saúde do Brasil e o "Institute of Inter American Affairs") Brasil-Estados Unidos da América.

Troca de notas, no Rio de Janeiro, a 22 de julho de 1949 e 31 de agosto de 1949, e Contrato de Prorrogação firmado no Rio de Janeiro, a 1.º de setembro de 1949, pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani Bittencourt e o Chefe da Missão Técnica da Divisão de Saúde e Saneamento do "Institute", Eugene P. Campbell.

Publicado no Diário Oficial de 16 de setembro de 1949.

Acôrdio de prorrogação do Acôrdio sobre educação industrial vocacional (Contrato entre o Ministério da Educação e Saúde do Brasil e o "Institute of Inter American Affairs") Brasil-Estados Unidos da América.

(*) Concluído por ocasião da 3.ª Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Annecy.

Troca de notas, no Rio de Janeiro, a 23 de julho de 1948, 21 de outubro de 1948, 27 de outubro de 1948, 23 de agosto de 1949 e 29 de setembro de 1949 e *Contrato de Prorrogação*, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de outubro de 1948, pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani Bitencourt, e o Representante Especial da Education Division do Institute, George S. Sanders; e *Térmo Aditivo* ao Contrato, firmado a 30 de junho de 1949, pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani Bittencourt, e o Representante Especial Interino da Education Division, Edward W. Sheridan.

Convenção para facilitar a circulação internacional de materiais visuais e auditivos de caráter educativo, científico e cultural.

Assinada pelo Brasil a 16 de setembro de 1949.

Acôrdio Multilateral sobre privilégios e imunidades da Organização dos Estados Americanos.

Assinado pelo Brasil a 22 de setembro de 1949.

Acôrdio entre o Brasil e a Itália para incentivar as relações de colaboração entre os dois países e resolver as questões atinentes ao Tratado de Paz.

Firmado no Rio de Janeiro, a 8 de outubro de 1949.

Troca de Notas, efetuada no Rio de Janeiro, à mesma data, dispondo sobre a devolução dos navios mencionados no Anexo III.

Protocolo de Declaração de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Itália.

Firmado no Rio de Janeiro, a 12 de outubro de 1949.

Acôrdio Comercial entre o Brasil e Portugal.

Concluído no Rio de Janeiro, por Troca de Notas datadas de 9 de novembro de 1949.

Acôrdio sobre transportes aéreos regulares entre o Brasil e a Espanha.

Firmado no Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 1949.

Protocolo de Annecy dos termos de acesso ao Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. ()*

Firmado pelo Brasil a 30 de novembro de 1949.

(*) Concluído por ocasião da 3.^a Reunião das Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Annecy.

Convenção de Genebra para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos exércitos em campanha. ()*

Firmado pelo Brasil, a 8 de dezembro de 1949.

Convenção de Genebra para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos dos exércitos no mar. ()*

Firmado pelo Brasil, a 8 de dezembro de 1949.

Convenção de Genebra relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra. ()*

Firmado pelo Brasil, a 8 de dezembro de 1949.

Convenção de Genebra relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra. ()*

Firmado pelo Brasil, a 8 de dezembro de 1949.

Convênio de Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Firmado no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1940.

ATOS RATIFICADOS PELO BRASIL, EM 1949

Convênio para a construção da Ponte Internacional Quaraim-Artigas.

Firmado em Quaraim, a 22 de maio de 1947.

Carta de 12 de janeiro de 1949.

Brasil — República Oriental do Uruguai.

Convenção Interamericana sobre os Direitos de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas.

Firmado em Washington, a 22 de junho de 1946.

Carta de 12 de março de 1949.

Brasil — Diversos Países.

Proteção de Emenda dos Acordos, Convenções e Protocolos sobre Entorpecentes.

Firmada em Lake Success, a 11 de dezembro de 1946.

Carta de 9 de junho de 1949.

Brasil — Diversos Países.

Acôrdo sobre Transportes Aéreos.

Firmado em Paris, a 27 de janeiro de 1947.

(*) Adotada a 12 de agosto de 1949, por ocasião da Conferência Diplomática de Genebra.

Carta de 20 de junho de 1949.

Brasil — França.

Convênio Cultural Brasil-Equador

Firmado no Rio de Janeiro, a 24 de maio de 1944.

Carta de 8 de julho de 1949.

Brasil — Equador.

Convênio Cultural Brasil-Líbano

Firmado no Rio de Janeiro, a 30 de agosto de 1948.

Carta de 20 de julho de 1949.

Brasil — Líbano.

Protocolo relativo a uma emenda à Convenção sobre Aviação Civil Internacional.

Firmado em Montreal, a 27 de maio de 1947.

Carta de 20 de julho de 1949.

Brasil — Diversos Países.

Protocolo para a dissolução do Instituto Internacional de Agricultura.

Roma, 30 de março de 1946.

Carta de 9 de agosto de 1949.

Brasil — Diversos Países.

Atos das Conferências Internacionais de Telecomunicações e Radiocomunicações.

Firmados em Atlantic City, a 2 de outubro de 1947.

Carta de 15 de agosto de 1949.

Brasil — Diversos Países.

Protocolo para a dissolução do Instituto Internacional de Agricultura.

Firmado em Roma, a 30 de março de 1946.

Depósito na sede da F.A.O., a 16 de setembro de 1949.

Protocolo relativo a uma emenda à Convenção sobre Aviação Civil Internacional concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944.

Firmado em Montreal, a 27 de maio de 1947.

Depósito na sede da ICAO, a 14 de outubro de 1949.

Convênio Cultural entre o Brasil e o Equador.

Firmado no Rio de Janeiro a 24 de maio de 1944.

Troca em Quito, a 20 de outubro de 1949.

Acôrdo Internacional do Trigo.

Firmado em Washington, a 23 de março de 1949.

Depósito em Washington, a 28 de outubro de 1949.

Acôrdo Internacional do Trigo.

Firmado em Washington, a 23 de março de 1949.

Acta de 8 de novembro de 1949.

Convenção sobre Privilégios e Imunidade das Nações Unidas. Aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas a 13 de fevereiro de 1946.

Carta de 11 de novembro de 1949.

Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a França.

Firmado em Paris, a 27 de janeiro de 1947.

Troca no Rio de Janeiro, a 14 de novembro de 1949.

Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas. Aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a 13 de fevereiro de 1946. O Instrumento brasileiro de ratificação foi encaminhado para depósito no Secretariado das Nações Unidas, a 29 de novembro de 1946.

Depósito no Secretariado da O.N.U., a 15 de dezembro de 1949.

DENÚNCIAS TORNADAS PÚBLICAS EM 1949

Decreto n.º 26.232 de 20 de janeiro de 1949 : Torna pública a denúncia do Protocolo de Câmbios entre o Brasil e o Uruguai, firmado no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1939.

Decreto n.º 26.240 de 26 de janeiro de 1949 : Torna pública a denúncia do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai, firmado no Rio de Janeiro, a 25 de agosto de 1933.

Decreto n.º 26.242 de 26 de janeiro de 1949 : Torna pública a suspensão do Acôrdo Comercial entre o Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, a 2 de fevereiro de 1935.

Decreto n.º 27.043 de 10 de agosto de 1949 : Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, do Acôrdo para o estabelecimento de uma Repartição Internacional de Higiene Pública, com sede em Paris, firmado em Roma, a 9 de dezembro de 1907.

Acôrdo Comercial Provisório Brasil-Ecuador. Firmado no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 24 de julho de 1936. O Ecuador denunciou o Acôrdo por nota de 21 de junho de 1949.

CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS EM 1949 (*)

1.º Congresso Latino-Americano de Otorinolaringologia.

Delegados: Raul David de Sanson, João Marinho de Azevedo, Carlos Rodrigues de Moraes, Ermiro Estevão de Lima e Rubens Costa Leite Amarante.

Santiago, de 6 a 9 de janeiro de 1949.

8.º Congresso Panamericano de Tuberculose.

Delegado: Valois Souto.

México, de 27 a 29 de janeiro de 1949.

Conferência Internacional do Trigo.

Washington, 25 de janeiro de 1949.

2.ª Sessão da Comissão do Censo das Américas de 1950.

Delegados: Rafael Xavier, Sebastião Aires, José Carneiro Felipe, Cristóvão Leite de Castro, Paulus da Silva Castro, Germano Jardim, Teixeira de Freitas, Giorgio Mortara, Flavio Senra e João Sara.

Rio de Janeiro, de 14 a 25 de janeiro de 1949.

2.º Congresso Médico-Social Panamericano e 1.ª Convenção Interamericana de Educação Médica.

Lima, de 20 a 26 de janeiro de 1949.

Conferência Técnica sobre assuntos de Rádio.

Delegados: Tenente Coronel Hélio Costa, S. Yaney Jones Junior,

Benedito de Carvalho Durão, Capitão Aviador Aldo Vieira da Rosa, Tenente Josemar da Costa Valim, Hélio Marques Saraiva e Eneas Machado de Assis.

Washington, em 7 de março de 1949.

Reunião da Sociedade Americana para a prevenção da Cegueira.

Delegados: Nelson Moura Brasil, Hermínio Demoraes Brito Conde e Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá.

Nova Iorque, de 16 a 18 de março de 1949.

(*) Para os Congressos e Conferências organizados pela O.N.U., Organismos Especializados e a O.E.A. veja-se pág...

2.º Congresso Técnico Profissional.

Delegado : Temístocles da Graça Aranha.

Cairo, de 20 a 26 de março de 1949.

3.ª Reunião das Partes Contratantes no Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Delegação : Ministro Antonio de Vilhena Ferreira Braga (Chefe).

Delegados : Eduardo Rodrigues Glycon de Paiva, Gentil do Rego Monteiro, Alberto Ravaché, Manuel da Costa Santos, Joaquim Ferrara Mangio, Genival de Almeida Santos. Assessores : Américo Curi, João Soares Neves, Walter Blomeyer, Heitor Lima Rocha, Lucia Marinho Pirajá. Secretários : Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi, Carlos dos Santos Veras, Gilberto Allard Chateaubriand Bandeira de Melo.

Annecy, 8 de abril de 1949.

16º Congresso Internacional de Geografia.

Delegados : Antônio Leite de Castro, Carlos Delgado de Carvalho, Fabio de Macedo Soares Guimarães, Antônio de Raja Gabaglia, Haroldo de Azevedo, Hilgard O'Reilly Stornberg, Lucio de Castro Soares, Orlando Guerreiro de Castro, Maria Carolina Fleiuss, Regina Spindola Schaeffer, Antônio Teixeira Guerra e Vitor Ribeiro Leuzinger.

Lisboa, 8 de abril de 1949.

3.º Congresso Interamericano de Turismo.

Delegados : Egidio Soares da Costa, Edmundo Regis Bitencourt e Daniel Paz de Almeida.

Buenos Aires, de 18 a 28 de abril de 1949.

16º Congresso Interamericano de História da Arte.

Delegado : Roberto Accioly.

Lisboa, de 18 a 24 de abril de 1949.

Conferência Diplomática para a revisão das Convenções de Berna sôbre vítimas de guerra.

Delegados : Consul Geral João Pinto da Silva e General de Brigada Floriano de Lima Brayner.

Genebra, 21 de abril de 1949.

1.º Congresso Internacional de Engenharia Civil.

Delegados : João Caetano Alvares, Ataliba Pessoa Lepage e Francisco Pimenta Alvares.

México, em 30 de abril de 1949.

1.^a *Reunião da Comissão Internacional para a pesca da baleia.*

Delegado : Conselheiro Egidio da Câmara Sousa.

Londres, de 13 a 23 de maio de 1949.

1.^a *Conferência Panamericana de Contabilidade.*

Delegados : Ovídio Paulo de Menezes Gil, Mário Lorenzo Fernandes, Iberê Gilson, Francisco D'Auria, Milton Improta e Antônio Barone.

Porto Rico, de 17 a 22 de maio de 1949.

8.^o *Congresso Internacional de Doenças Reumáticas.*

Delegado: Waldemar Bianchi.

Nova York, de 20 de maio a 3 de junho de 1949.

1.^o *Congresso Mexicano de Ginecologia.*

Delegados: C. Goulart de Andrade, Octavio de Souza, Jorge de Rezende, Arthur Fernandes Campos da Paz Filho, e Vital Cartaxo Rolim.

México, de 22 a 28 de maio de 1949.

5.^a *Conferência Interamericana de Advogados.*

Delegados: Arnaldo Medeiros da Fonseca, Ernesto Brandão Cavalcanti, Otto Thaller, Armando Vidal Leite Ribeiro, Carlos Castilho Cabral, C. Santiago Dantas, Cantuária Guimarães, Noé Azevedo, Waldemar Ferreira, Lauro Malheiros e Walfrido Prado Guimarães.

Detroit, de 22 a 1.^o de junho de 1949.

Assembléia Geral da Aliança Internacional de Turismo.

Delegado: Secretário Adolfo de Camargo Neves.

Amsterdã, de 23 a 29 de junho de 1949.

13.^o *Congresso Francês de Ginecologia.*

Delegados: Arnaldo de Moraes, Alcides Senra e Edgard da Rosa Ribeiro.

Biarritz, de 7 a 11 de junho de 1949.

2.^o *Congresso Indigenista Interamericano.*

Delegado: Embaixador Luis de Faro Junior.

Cuzco, 24 de junho de 1949.

2.^o *Congresso Internacional dos Críticos de Arte.*

Delegados: Sergio Milliet, Mario Pedrosa, Santa Rosa, Antonio Bento e Roberto Assunção.

Paris, de 27 de junho a 3 de julho de 1949.

2.º Congresso Panamericano de Serviço Social.

Delegados: José Monteiro Soares Filho, Joaquim Martagão Gesteira, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, Euvaldo Lodi, João Daudt de Oliveira, José Tavora e Stela de Faro.

Rio de Janeiro, de 2 a 9 de julho de 1949.

Conferência de Professores de Direito Internacional Público.

Delegado: Braz de Souza Arruda.

Buenos Aires, 5 de julho de 1949.

1.º Congresso Panamericano de Engenharia.

Delegação: chefiada por Saturnino Brito.

Rio de Janeiro, de 8 a 26 de julho de 1949.

3.º Congresso Mundial de Florestas.

Delegado: Ministro Carlos Maximiano de Figueiredo.

Helsinki, de 10 a 20 de julho de 1949.

3.º Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia.

Delegado: Francisca Pereira Rodrigues.

Bruxelas, de 15 a 19 de julho de 1949.

Reunião do Comité Executivo da União Internacional contra o Cancer.

Delegado: Antônio Prudente Meirelles de Moraes.

Paris, de 18 a 22 de julho de 1949.

2.º Congresso da União Internacional de Advogados.

Delegados: Arnaldo Medeiros da Fonseca, Remi Medeiros da Fonseca, Edmundo da Luz Pinto, Leopoldo Bulhões Filho, Atilio Vivacqua e Hariberto de Miranda Jordão.

Paris, de 22 a 25 de julho de 1949.

2.ª *Língua.*

Delegação: (Chefe) Major João Barbosa Leite. *Delegados:* Professor Inezil Pena Marinho, Doutor Paulo Frederico de Figueiredo, Professor Sílvio José Raso, Tenente-Coronel Sílvio Américo Santa Rosa, Major Arnaldo Bezerril Fontenele, Comandante Levi Paiva, Major Jair Jordão Ramos, Major Gerônimo Bastos, Doutor Guilherme S. Gomes Junior, Doutor Humberto Ballariny, Doutor Otacilio de Sousa Braga, Doutor Manuel Monteiro Soares, Senhor Carlos Alberto Nembry de Brito, Capitão Sílvio de Magalhães Padilha, Professor Antônio Boaventura, Professor José Benedito de Aquino, Professor Vicente Caselli Car-

valho, Capitão Arrisson de Sousa Ferraz, Doutor Luís Maluf, Doutor Nilo Chaves Brito Bastos, Senhor Alfredo Colombo, Senhora Maria Jaci Nogueira Vaz e Senhor Aluizio Machado.

Estocolmo, de 27 a 13 de agosto de 1949.

2.^a *Sessão da Conferência Administrativa de Rádio-Comunicações Aero-náuticas.*

Delegado : Tenente-Coronel Hélio Costa.

Genebra, 1949.

Reunião do Conselho e da Assembléia Geral de Normas Técnicas.

Delegado : Paulo Acioli de Sá.

Paris, 1949.

34.^o *Congresso Internacional de Esperanto.*

Delegado : Mário da Costa Guimarães.

Bournemouth, de 6 a 13 de agosto de 1949.

14.^o *Congresso Internacional de Veterinária.*

Delegados : Henrique Blanc de Freitas, Guilherme Edelbert Hermsdorff, Paulo Frois da Cruz, José Januário Correia Filho.

Londres de 8 a 13 de agosto de 1949.

1.^o *Congresso Inter-americano de Lavradores e Agrônomos.*

Observador : 1.^o Secretário Arnaldo de Vasconcelos.

México, setembro de 1949.

4.^o *Congresso Internacional de Neurologia.*

Delegados : Srs. Antônio Austragésilo, Aloísio de Castro, Deolindo Couto, Waldemar Berardinelli, Edgar Magalhães Gomes, Antônio de Moraes Austragésilo, Tales de Oliveira Dias, I. L. Neves Manta, Paulo de Niemeyer Soares e João Luís Alves de Brito e Cunha.

Representante da Universidade do Brasil : Dr. João Ramos Martinho.

Paris, de 5 a 10 de setembro de 1949.

1.^a *Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia.*

Rio de Janeiro, de 12 a 24 de setembro de 1949.

Reunião do Conselho Diretor do Instituto Pan-americano de Educação Física.

Rio de Janeiro, 1949

Congresso Internacional dos Organismos Familiares

Representantes da Associação Brasileira de Pais de Família:

Dr. Aranha Pereira e Senhora.

Roma, de 18 a 24 de setembro de 1949.

26.^a *Sessão do Instituto Internacional de Estatística.*

Delegados brasileiros: Sr. Rafael Xavier e Giorgio Mortara.

Berna, 1949.

17.^o *Congresso Internacional de Navegação.*

Delegados: Sr. Clovis de Macedo Cortes, Procópio de Melo Carvalho, Ismael Coelho de Sousa, Antônio Leite Garcia, Frederico César Burlamaqui e Maurício Joppert da Silva.

Lisboa, 1949.

29.^o *Congresso Internacional de Americanistas.*

Representante do Brasil: Artur Ramos.

Nova York, de 5 a 12 de setembro de 1949.

1.^o *Congresso Latino-Americano de Biologia Marinha.*

Delegados: Capitão de Mar e Guerra Jorge da Silva Leite; Capitão de Corveta Jurandir da Costa Muller.

Valparaíso e Viña del Mar, de 10 a 15 de outubro de 1949.

Assembléia Geral da Comissão Internacional de Polícia Criminal

Representante do Departamento Federal de Segurança Pública:

Dr. Manuel de Freitas César Garcez.

Berna, de 10 a 15 de outubro de 1949.

7.^o *Congresso Argentino de Obstetrícia e Ginecologia.*

Representante do Ministério da Educação e Saúde:

Dr. Francisco Vitor Rodrigues;

Representante da Universidade do Brasil:

Dr. Otávio Rodrigues Lima.

De 23 a 28 de outubro de 1949.

13.^o *Congresso da Sociedade Internacional de Cirurgia*

Representantes do Brasil: Srs. José Carneiro e Felinto de Bastos Coimbra.

Nova Orleans, de 10 a 15 de outubro de 1949.

12º Congresso Internacional de Medicina e Farmácia Militares.

Representantes do Brasil: Coronel José Vieira Peixoto e Major Ernestino Gomes Oliveira.

México, de 23 de outubro a 19 de novembro de 1949.

2.º Congresso Pan-Americano de Pediatria.

Representantes do Brasil: Dr. Joaquim Martagão Gesteira, Dr. Júlio Cavalcanti Lopes, Dr. Getúlio Lima Júnior, Dr. José Murinho da Rocha, Dr. Leonel Gonzaga.

México, de 2 a 5 de novembro de 1949.

III Reunião do Congresso Interamericano de Radiologia.

Representante do Ministério da Educação e Saúde: Dr. Antônio Pinto Vieira.

Santiago, de 11 a 17 de novembro de 1949.

Reunião Anual da Associação dos Cirurgiões Militares dos Estados Unidos da América.

Representantes do Brasil: Capitães de Corveta, Dr. José Nobre Mendes e Dr. Ernani Fernandes Cunha.

Washington, de 10 a 12 de novembro de 1949.

Conferência Interamericana de Sanidade Animal

Representantes do Brasil: Aluísio Lobato Vale, Jaime Moreira Lins de Almeida, Raimundo Gurgel da Cunha.

Buenos Aires, de 14 a 19 de novembro de 1949.

Conferência Mundial de Trabalhadores Democráticos.

Observador: Secretário M. Pio Correia Júnior.

Londres, 27 de novembro de 1949.

II – EXPOSIÇÃO

B) SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

ORÇAMENTO

No ano de 1949, a Divisão do Orçamento elaborou a proposta orçamentária do Ministério para 1950 e remeteu-a ao Departamento Administrativo do Serviço Público em 29 de janeiro. Além da tarefa de defesa da mesma perante aquêle órgão, desincumbiu-se dos encargos rotineiros relativos ao orçamento de 1949, tais como a organização das tabelas de distribuição dos créditos orçamentários, a feitura da tabela explicativa da despesa e a escrituração rigorosa das verbas.

No curso de 1949 foram solicitados os seguintes créditos especiais, no valor de Cr\$ 27.494.560,80 :

Reforma da Embaixada em Buenos Aires	1.300.000,00
Reforma da Embaixada em Washington	1.300.000,00
Reforma da Embaixada em Assunção	650.000,00
Contribuição à Repartição Internacional de Higiene Pública	382.238,40
Despesas com a visita presidencial aos Estados Unidos	2.500.000,00
Compra do prédio da Embaixada no Canadá	355.680,00
Contribuição do Brasil ao Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde	773.136,00
Contribuição ao Comité Consultivo Internacional do Algodão ...	74.880,00
Despesas da Missão Militar Brasileira em Berlim	250.000,00
Contribuição ao Instituto Panamericano de Geografia e História	93.600,00
Compra do prédio da Embaixada em Londres	19.803.420,00
Contribuição à Repartição Internacional de Tarifas Aduaneiras ..	11.605,40

Créditos especiais concedidos no total de Cr\$ 16.964.182,20 :

Visita do Governador Geral do Canadá ao Brasil	1.500.000,00
Delegação Brasileira à Conferência de Comércio e Emprêgo, reu- nida em Havana	1.933.913,00
Visita do Presidente do Uruguai ao Brasil e do Presidente da Bolívia a Corumbá	2.500.000,00
Pagamento de contribuição do Comité Antiacridiano	77.556,00
Construção do Farol de Colombo	1.495.381,00
Pagamento de contribuição à Côte Permanente de Arbitragem	35.006,40
Visita presidencial aos EE.UU. da América do Norte	2.500.000,00
Repartição Internacional do Trabalho	363.945,80
Contribuição à Organização Mundial de Saúde	1.121.900,00
Despesas no exercício de 1947	65.000,00
Pagamento de contribuição ao Conselho Internacional do Trigo ..	13.000,00
Despesas da Missão Militar Brasileira em Berlim	250.000,00
Pagamento de Contribuição ao Comité Consultivo Internacional do Algodão	74.880,00

Contribuição à Organização de Alimentação e Agricultura — 46-47	2.433.600,00
Despesas com a reforma do prédio da Emb. do Brasil em Washington	1.300.000,00
Despesas com a reforma do prédio da Emb. do Brasil em Buenos Aires	1.300.000,00

Os suplementares somaram Cr\$ 12.080.820,50, como segue :

Verba 3-1-06-02-01 aa) Repartição Sanitária Panamericana	1.185.680,50
Verba 1-I-01-04-06 — Pessoal — Quadros Permanente e Suplementar	2.200.000,00
Verba 1-II-06-04-06 — Pessoal — Diaristas	48.500,00
Verbas 1, 2 e 3 — Várias consignações	7.420.000,00
Verbas 3, 2 e 1 — Várias consignações	1.226.640,00

Prestações de contas — À Diretoria de Despesa Pública foram remetidas prestações de contas em número de 21, no total de Cr\$ 54.269.816,90. Tendo havido dois recolhimentos de saldo, no montante de Cr\$ 14.772.816,90, a despesa que aquelas prestações de contas efetivamente representam é, pois, de Cr\$ 39.497.000,00. Ao Departamento Federal de Compras foram remetidas quatro prestações de contas, no montante de Cr\$ 250.000,00.

Empenhos e adiantamentos — No correr do ano foram feitos 85 empenhos, no total de Cr\$ 27.702.431,70. Nessa importância estão incluídos três empenhos feitos a favor do Conselho de Imigração e Colonização nos valores de Cr\$ 17.772.816,90, Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 140.000,00, os quais correram à conta do crédito aberto pelo Decreto n.º 25.548 e Lei n.º 599, de 24 de dezembro de 1948. Foram, igualmente, processados 26 adiantamentos.

PESSOAL

Funcionaram com regularidade os diversos serviços relativos ao Pessoal tais como organização de fôlhas de pagamento, despacho de requerimento de licenças, informações sobre reclamações, expedição de certificados, lavraturas e registro de decretos e portarias, extração de guias de pagamento, etc., prosseguiram, também, normalmente os serviços de assentamentos e de organização das fichas individuais dos funcionários do quadro, assim como os de ficha de pessoal contratado na Secretaria de Estado e no exterior. Foram igualmente, ultimados os trabalhos de preparação do “Anuário” de 1950, organização da “Lista de Antiguidade”, “Quadro de Acesso”, “Lista de Endereços” e “Lista do Pessoal na Secretaria de Estado”, de 1950.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DO PESSOAL DO QUADRO EM 1949.

Remoções	99
Promoções	62
Partidas da Secretaria de Estado	13
Assumiram	113

Nomeações	25
Designações	110
Apresentações à Secretaria de Estado	92
Posses	32
Chamadas a serviço	8
Melhorias de salário	9
Dispensas	45
Admissões	1
Demissões	2
Contratos	29
Licenças	54
Licenças especiais	33
Reversões	1
Exonerações	10
Disponibilidade	1
Aposentadorias	13
Falecimentos	5

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM 1949

SERVIÇO DENTÁRIO

Horas de tratamento	638
Tratamentos terminados	3
Exames	77

SERVIÇO MÉDICO

Visitas domiciliares	205
Licenças para tratamento de saúde	37
Socorros de urgência	31
Aplicações de injeções	5.060
Curativos	130
Consultas	1 335

MATERIAL

CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO

O Itamaraty vem necessitando de há muito de obras para permitir melhor conservação do edifício. Alguma coisa já foi feita, em 1949, como a mudança do encanamento do andar térreo que melhorou as facilidades do sistema de extinção de incêndios e algumas pinturas da fachada e das salas de trabalho.

Além dos já mencionados, pequeno número de fornecedores particulares supriram algumas das necessidades de material do Ministério.

CONSTRUÇÃO DE NOVAS INSTALAÇÕES.

Para a localização de diversas oficinas, que se achavam mal instaladas, foram construídas acomodações num terreno vago do Ministério. Os trabalhos, feitos dentro dos recursos orçamentários, mereceram elogios de quantos participaram da inauguração.

FORNECIMENTO DE MATERIAL

Para atender prontamente a numerosos pedidos foi mantido um contato quase permanente com Harrison & Sons, que com o cuidado de sempre executou com a maior atenção as nossas instruções. A Imprensa Nacional forneceu parte do material usado na Secretaria de Estado e, nesse sentido, foram feitos 39 pedidos de formulários e impressos. Por intermédio do Departamento Federal de Compras encomendamos máquinas e ferramentas destinadas às oficinas de carpinteiro, eletricitista e bombeiros, recentemente instalados.

COMUNICAÇÕES E ARQUIVO

ARQUIVO

O arquivo apresentou, no ano de 1949, um movimento impressionante, jamais atingido, conforme o comprovam os números constantes do quadro anexo.

TELEGRAMAS

Foi igualmente bem significativo o movimento do Setor de Telegramas durante o ano de 1949, período durante o qual foram expedidos 7.524 telegramas e recebidos 5.810, dando as médias mensais de 627 e 484 telegramas, respectivamente.

As despesas efetuadas com telegramas expedidos pela Secretaria de Estado importaram em US\$ 34,366.67 e, com os recebidos, em US\$ 35,218.89.

Para atender às despesas ocorridas com telegramas não "collect", as Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira e as Delegações brasileiras junto a organismos internacionais foram autorizadas a sacar contra a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York o total de US\$ 10,722.00.

CARTAS-TELEGRAMAS

Essa nova modalidade de correspondência, destinada às comunicações de relativa urgência, que não requeiram a utilização da via te-

legráfica, tomou tal incremento desde a sua criação, no ano de 1946, que se fêz necessária a sua separação do Setor de Telegramas e o estabelecimento de um quadro especial de funcionários, a fim de que êsse serviço decorra normalmente, com a indispensável presteza.

Durante o ano de 1949, as CTs. expedidas elevaram-se a 11.244 e, as recebidas, a 9.952, dando as médias mensais de 937 e 829 CTs., respectivamente.

CARTEIRA DE ENTRADA

Foram recebidos e devidamente protocolados na Carteira de Entrada, durante o ano de 1949, 24.744 documentos, havendo sido, pois, de 2.062 a média mensal.

CARTEIRA DE SAÍDA

A Carteira de Saída coube rever, protocolar e encaminhar à Expedição e ao Serviço de Malas Diplomáticas, no decorrer do ano findo, 19.810 documentos. A média mensal atingiu a cifra de 1.651.

MALAS DIPLOMÁTICAS

De grande intensidade foi o movimento registrado durante o ano de 1949 no Serviço de Malas Diplomáticas, tendo sido expedidas 1.800 malas e sobrecartas diplomáticas e recebidas 2.031, produzindo as médias mensais de 150 e 169, respectivamente.

Para cobrir as despesas com a expedição de malas diplomáticas aéreas, remetidas à Secretaria de Estado, foram concedidas às Missões diplomáticas, no ano findo, dotações no total de US\$ 7,781.00.

É também digno de particular nota o prosseguimento do Serviço de Correios diplomáticos para alguns países dêste continente, o qual fôra iniciado na segunda metade de 1947 para Buenos-Aires e, no decorrer do presente ano, eficazmente regularizado e desenvolvido. Veio o mesmo preencher uma lacuna na transmissão de correspondência de caráter especial.

EXPEDIÇÃO

Os dados constantes do Quadro anexo dizem claramente da grande atividade desenvolvida por esta Seção da Divisão durante o ano de 1949.

As despesas postais com a expedição de ofícios e cartas importaram em Cr\$ 155.669,70 e com impressos diversos, em Cr\$ 122.241,20.

MOVIMENTO DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES DURANTE
O ANO DE 1949

I ARQUIVO

a) <i>Classificação</i>			
Documentos entrados	24.744		
Documentos saídos	19.810		
Telegramas e CTs. entradas e saídas	34.530	79.084	
b) <i>Distribuição</i>			
Documentos distribuídos		79.084	
c) <i>Classes</i>			
Documentos arquivados		79.084	
Maços consultados		7.776	
d) <i>Originais</i>			
Documentos arquivados		79.084	
e) <i>Confidenciais</i>			
Correspondência recebida	785		
Correspondência expedida	473	1.258	
Maços consultados		712	
f) <i>Dactilografia</i>			
Documentos copiados		16.370	

II TELEGRAMAS

Telegramas expedidos	7.524		
Telegramas recebidos	5.810	13.334	

III CARTAS-TELEGRAMAS

CTs. expedidas	11.244		
CTs. recebidas	9.952	21.196	

IV CARTEIRA DE ENTRADA

Documentos protocolados		24.744	
-----------------------------------	--	--------	--

V CARTEIRA DE SAÍDA

Documentos protocolados		19.810	
-----------------------------------	--	--------	--

VI MALAS DIPLOMÁTICAS

Malas e sobrecartas diplomáticas expedidas	1.800		
Idem recebidas	2.031	3.831	
Correio diplomático		41	

VII EXPEDIÇÃO

a) <i>Cartas e ofícios</i>			
Via comum	9.133		
Via aérea	25.042		
Via comum (franquia panamericana)	230		
Via comum (para o Brasil)	12.520		
Entregues em mão	22.878	69.803	

b) *Impressos diversos*

Via comum	6.543	
Via aérea	7.923	
Via comum (franquia panamericana)	4.677	
Via comum (para o Brasil)	16.714	
Entregues em mão	1.080	36.937

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

ARQUIVO HISTÓRICO

Procedeu-se à catalogação dos documentos constantes das Seções “Exposição de Motivos”, “Discursos”, “Material”, “Contabilidade” e “Movimento do Expediente”, todos pertencentes à 2.^a parte do Catálogo, que foram, por sua vez, classificados em 1948.

As seções “Relatórios”, “Informações e Pareceres”, “Pessoal”, “Documentação” encontram-se parcialmente classificadas ou já catalogadas. Da 3.^a parte estão catalogadas as Seções “Atos Internacionais”, “Limites” e “Conselho de Estado”. Há a classificar “Documentação do Ministério anterior a 1822”, “Comissões e Tribunais Mistos”, grande parte dos “Arquivos Particulares”, “Documentos Históricos”, 1.^a e 2.^a série e “Diversos”. Nas 4.^a e 5.^a partes “Arquivos das Missões diplomáticas Brasileiras” e “Arquivos das Repartições Consulares Brasileiras” devem ser relacionadas apenas algumas séries de livros. Foram devidamente revistas e devolvidas ao Serviço de Publicações, as primeiras provas tipográficas da 1.^a parte do Catálogo Geral do Arquivo Histórico, cuja publicação está sendo preparada.

O Arquivo Histórico que, em 1948, contava com nove funcionários, ficou reduzido, no começo de 1949, a três, e a dois a partir de julho. Nestas condições o presseguimento da elaboração do Catálogo ficou seriamente prejudicado. Continua ainda dispor somente de uma sala onde trabalham seus funcionários e são atendidas as partes. Apesar das referidas dificuldades, foram atendidos 117 consulentes em 1949, contra 18 em 1948.

Merece menção especial a doação do Senhor Walter Alexandre de Azevedo de 54 documentos relativos a questões do Rio da Prata, os quais foram devidamente incorporados ao acervo do Arquivo Histórico.

Para atender a solicitações de consulentes, o Arquivo Histórico mandou 68 documentos ao Gabinete de Fotografia e Fotostática.

BIBLIOTECA

O patrimônio da Biblioteca foi enriquecido de 1.694 obras, representando 1.495 volumes e 683 folhetos. Dessas, 874 foram adquiridas no Brasil e 235 no estrangeiro, havendo também 263 doações de procedência nacional e 379 estrangeiras.

O número de periódicos entrados atingiu a 41, representando 758 volumes e 2.099 folhetos.

Num ano de trezentos dias úteis houve 4.921 consulentes e 13 visitantes, foram encadernados 817 volumes e requisitadas 4.921 obras.

O movimento do salão de leitura foi constante, servindo aos interesses dos consulentes, em regra geral alunos do Instituto Rio Branco. Também nêle foram efetuadas reuniões de comissões, pequenas palestras, aulas, devidamente autorizadas pela Secretaria Geral.

Os serviços de rotina e outros nada sofreram na sua operosa continuidade: o inventário prossegue com cuidado, fazendo-se atualmente a revisão dos catálogos de autor e assunto.

Além da bibliografia publicada mensalmente, cabe ressaltar a "Bibliografia de Joaquim Nabuco", trabalho de dois funcionários da Biblioteca, Srs. Armando Brito de Souza e Armando Ortega Fontes, distribuída durante as celebrações do centenário de nascimento do grande brasileiro.

A fim de atender a pedido de consulentes, a Biblioteca também se incumbiu dos seguintes trabalhos bibliográficos:

- 1) Tiradentes e seus companheiros de Ouro Preto;
- 2) Folklore: lendas e tradições brasileiras;
- 3) Mulheres brasileiras notáveis;
- 4) Direito de asilo.

Há também a mencionar que, durante 1949, o Conselho Britânico, cuja Bibliotéca já dispõe, no Rio de Janeiro, de 17.000 volumes e panfletos, colocou à nossa disposição, durante dois meses, para circular entre os nossos consulentes, trinta obras de literatura inglesa.

MAPOTECA

Entrada de Mapas e outras peças:

Mapas	119
Atlas	9
Globos terrestres	3
Obras gerais (folhetos, catálogos etc.)	3

Com exceção dos globos e atlas, adquiridos por compra, foram as demais peças remetidas por diferentes repartições federais sediadas em nosso país. Algumas Missões diplomáticas e Repartições Consulares, cumprindo instruções, enviaram também exemplares de modernas cartas geográficas dos países onde têm as suas sedes.

A quantidade de mapas incorporados ao acervo da Seção apresenta, no entanto, sensível diferença em comparação com a do ano de 1948, durante o qual o coleção cartográfica foi enriquecida com 1.602 mapas modernos, na sua quase totalidade adquiridos por compra nos Estados e Suíça. Durante o ano que findou não se registraram compras, crescendo o patrimônio à custa de doações ou remessas oficiais.

Aliás, no estado atual, as instalações da Mapoteca não permitem mais acomodações de novos mapas nas gavetas e prateleiras, contendo alguns móveis quantidade além de sua capacidade normal.

Assim sendo, ao findar o ano de 1949, contava a Mapoteca com o seguinte acervo:

Mapas	10.907
Atlas	221
Globos terrestres	3
Obras gerais (livros folhetos, etc.)	178
Total	11.309

Registrou-se um aumento considerável no número de pessoas que que procuraram a Mapoteca para estudos e pesquisas, de caráter histórico-geográfico, havendo sido 1.023 mapas consultados.

O número de pessoas estranhas ao funcionalismo do Ministério das Relações Exteriores que procuraram a Mapoteca foi, no entanto, superior, e nesse particular deve salientar-se que o catálogo sistemático ora em elaboração tem despertado interesse em vários estudiosos, atraídos pela divulgação de peças até então desconhecidas, e pelas facilidades de pesquisas que o mesmo apresenta, dado o seu caráter descritivo.

Como já sucedeu no ano anterior, contribuiu a Mapoteca com algumas peças cartográficas originais para uma Exposição realizada no Ministério da Educação, em junho último, sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Brasileira de Geografia, tendo por objetivo a exibição dos trabalhos realizados pela *Expedição Filosófica*, dirigida por Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1793).

Devido à falta de pessoal e de pano próprio para o entelamento de mapas, a Oficina de Encardenação não pôde atender aos pedidos da Mapoteca, da forma pela qual seria de desejar. Assim, foram entelados somente 17 mapas.

GABINETE DE FOTOGRAFIA E FOTOSTÁTICA

Abrangeu o total de 920 reproduções, por processo fotográfico e fotostático, devidamente autorizadas pelo Serviço de Documentação, a fim de atender a pedidos feitos por nacionais e estrangeiros, em suas diferentes seções.

OFICINA DE ENCARDENAÇÃO

Durante o ano, foram encadernados 817 livros para a Biblioteca e 310 para outras seções, 80 códices para a Divisão de Comunicações e Arquivo, além de outros trabalhos como entelamento de 17 mapas,

confecção de 800 blocos, de 40 pastas de couro, de 62 caixas para condecorações, de 150 rótulos doirados e de 200 classificadores.

SETOR DE IMPRENSA

O S.I. fornece, diariamente, noticiário para os jornais. Foram distribuídas, no ano de 1949, 976 notícias, inclusive comunicados oficiais do Ministério, assim discriminadas :

Janeiro	70
Fevereiro	51
Março	73
Abril	55
Maiio	88
Junho	89
Julho	117
Agosto	114
Setembro	85
Outubro	92
Novembro	66
Dezembro	70

O Serviço se encarregou, também, de divulgar as atividades de órgãos que funcionam no Itamaraty, embora não pertençam ao Ministério das Relações Exteriores, como a Sociedade de Direito Internacional, a Comissão de Reparações de Guerra e o I.B.E.C.C..

Foi mantido assíduo contato com a imprensa e com as agências noticiosas nacionais e estrangeiras. Os jornalistas militantes mais em evidência têm sido convidados a visitar o Itamaraty e a ligação entre os homens da Imprensa e os altos funcionários da Casa é cada dia mais estreita. Fruto disso é o amplo noticiário que se vem dedicando à política externa do Govêrno e à participação do Brasil nos organismos internacionais.

Todos os pedidos de audiências e de entrevistas para jornalistas foram atendidos na medida do possível. O Serviço satisfaz, ainda, sempre que pôde, os pedidos de informações que lhe foram dirigidos e colocou, quando indicado, nos jornais, a matéria solicitada pelo corpo diplomático estrangeiro.

O Serviço de Informações mantém ainda um serviço especial de recortes de matutinos e vespertinos para os Gabinetes do Ministro de Estado e do Secretário Geral. A Agência Lux fornece material já selecionado, que é remetido às Missões diplomáticas diretamente interessadas.

SETOR DE INFORMAÇÕES PARA A SECRETARIA DE ESTADO

O S. I. redige um Boletim Diário que é colocado na Portaria e na Divisão do Pessoal. O Boletim é um breve registro dos acontecimentos mais importantes do dia e sua matéria é extraída dos matutinos. Serve também de veículo para as informações que os Departamentos, Divisões e Serviços queiram divulgar entre os funcionários.

Encontram-se no S.I. coleções de todos os jornais do Rio, para a consulta dos funcionários.

Um pequeno arquivo de recortes classificados permite atender a pedidos de notícias antigas e serve às seções interessadas na Secretaria de Estado. Além disso, a Seção mantém um fichário das autoridades federais e estaduais, jornalistas e escritores mais importantes, órgãos da imprensa do Rio e do interior e personalidades nacionais e estrangeiras.

São também distribuídos, pelas Divisões, artigos enviados pela Agência Lux, ou recortados no S.I., que se refiram diretamente aos serviços que lhes estão afetos.

SETOR DE INFORMAÇÕES PARA O EXTERIOR

O Boletim "Itamaraty" para o exterior é uma resenha dos acontecimentos da quinzena e publica noticiário econômico e noticiário do Itamaraty. Destinado a todos os funcionários brasileiros no exterior e a entidades interessadas, tem uma tiragem de 1.500 exemplares. Em 1949 foram publicados 23 números, num total de 752 páginas.

O Boletim Radiotelegráfico, de 600 palavras em média, é transmitido diariamente às Embaixadas em Washington, Havana, Assunção, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, La Paz, Roma, Paris, Londres, Lisboa e à Legação do Brasil em Atenas, que, por sua vez, o retransmitem às demais representações brasileiras no exterior. Por via aérea, segue, todos os dias, a confirmação do texto.

SETOR DE INFORMAÇÕES PARA O BRASIL

Em 8 de outubro apareceu um novo Boletim, a cargo do Serviço de Informações : "Itamaraty — Boletim de Informações para o Brasil".

Similar, na apresentação gráfica, ao Boletim para o Exterior, a nova publicação pretende divulgar matéria de natureza cultural e econômica recebida normalmente pelo Itamaraty de suas Repartições no exterior, ou colhido em publicações especializadas. Trata-se de publicação destinada exclusivamente a informar, de maneira precisa e atual, sem tendências políticas. Favoravelmente recebido pela imprensa, o novo Boletim tem visto sua tiragem constantemente aumentada. No ano de 1949 foram publicados seis números, no total de 120 páginas.

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

OBRAS PUBLICADAS EM 1949

Número de obras	37
Números de páginas	2.536
Relatório do Ministério das Relações Exteriores relativo a 1944 (316 págs.).	
Documentos relativos ao Convênio Italo-Brasileiro (Livro Branco) (125 págs.).	
Palácio Itamaraty (28 págs. e 27 clichés).	
Heitor Villa Lobos, Vasco Mariz (159 págs.).	
Bibliografia de Joaquim Nabuco, Armando Ortega Fontes e Arnan do Brito de Sousa (43 págs.).	

PUBLICAÇÕES INTERNAS DA SECRETARIA DE ESTADO

Anuário, 1949 (395 págs. 7 clichés).
Manual de Serviço, 1949 (488 págs.).

LISTA DIPLOMÁTICA

Setembro-Outubro (78 págs.).
Novembro-Dezembro (44 págs.).

Lista do Corpo Consular Estrangeiro

Março de 1949 (45 págs.).
Junho de 1949 (44 págs.).
Normas do Cerimonial Público dos Estados Unidos do Brasil e Ordem Geral de Precedência (10 págs.).
Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (10 págs. e 1 cliché).
Reglamento — Servicio Consular Honorario del Brasil (7 págs.).

SÉRIE "MONOGRAFIAS" DA COMISSÃO PREPARATÓRIA DO CENTEÁRIO DO BARÃO DO RIO-BRANCO

IV — Rio Branco e as Relações entre o Brasil e a República Argentina, Lidia Besouchet (82 págs. e 3 clichés).

CONFERÊNCIAS

A "Carreira", seus encantos e vicissitudes, *Rubens Ferreira de Melo* (18 págs.).
Relação entre o Estado e a Política Internacional, *João Neves da Fontoura* (48 págs.).
A Internacionalização de Jerusalém, *João Henrique* (34 págs.).
Joaquim Nabuco Diplomata, *Raul Fernandes* (27 págs.).
Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, *José Maria Belo* (42 págs.).

CICLO DE CONFERÊNCIAS DE 1949

I — O Lugar do Direito na Constituição Britânica, *Lord Jowitt* (20 págs.).

II — Ideais e Realizações da Unesco, *Armando Cortesão* (20 págs.).

III — A Justiça Internacional, *Philadelpho Azevedo* (28 págs.).

IV — Alguns Aspectos da F.E.B., *Oswaldo Cordeiro de Farias* (26 págs.).

CARTAS DE RATIFICAÇÃO

Convênio entre o Brasil e o Uruguai para a construção da Ponte Internacional Quaraim-Artigas (6 págs.).

Convenção Interamericana sobre os Direitos de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas (22 págs.).

Protocolo de Emenda dos Acôrdos, Convenções e Protocolos sobre Entorpecentes (12 págs.).

Acôrdo sobre Transportes Aéreos (27 págs.).

Convênio Cultural com o Equador (8 págs.).

Protocolo para a dissolução do Instituto Internacional de Agricultura (8 págs.).

Protocolo da Primeira Assembléia da Organização Internacional de Aviação Civil (4 págs.).

Convênio Cultural com o Líbano (4 págs.).

Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas (8 págs.).

Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e Portugal (8 págs.).

DIVERSOS

Legislação do Instituto Rio Branco, 1949 (11 págs.).

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (171 págs.).

Semana Folclórica (72 págs.).

OBRAS EM ANDAMENTO — 1949

Estudos de História do Brasil.

Recomendaciones e Informes — 1945-47.

Catálogo de Arquivo Histórico.

Regulamento S.C.H. — texto inglês.

Mitre — Uma década de sua vida política.

Atos Internacionais — de 258 a 270.

Joaquim Nabuco, Homem de Imprensa — *Elmano Cardim*.

Rui Barbosa e Joaquim Nabuco — *Levi Carneiro*.

Bibliografia de História do Brasil.

Rui Barbosa, orador — *João Neves da Fontoura*.

Joaquim Nabuco, Diplomata e Geógrafo — *Odette de Carvalho e Souza*.

A UNESCO e o Conselho Britânico — *Sir Ronald Adam*.

A Evolução Religiosa de Joaquim Nabuco.

INSTITUTO RIO BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Exame Vestibular

O dispositivo legal que regula sobre o ingresso no Curso de Preparação não dispõe, nem sobre a época dos exames de admissão, nem mesmo sobre a obrigatoriedade de sua realização anual. Se, por um lado, é do interesse do Instituto que sejam realizados exames anuais, por outro, a inexistência de número suficiente de vagas na classe inicial aconselha a suspensão ou o retardamento dos referidos exames. Esta a razão por que os exames vestibulares, em 1949, só foram iniciados em abril, quando a época normal é a segunda quinzena de janeiro. Iniciados os trabalhos no dia 19 de abril, com a realização da prova de cultura geral, apresentaram-se à mesma 78 dos 83 candidatos inscritos. Dêses, lograram aprovação 28, que foram submetidos no dia 30 de abril à prova de português, tendo sido aprovados 24. Em seguida efetuou-se o exame de francês e passaram 21 dos candidatos aprovados até então. Após o resultado da prova seguinte — de inglês — continuaram 16 candidatos, dos quais 14 com média global — 60 — e 2 sem a mesma. Seguiram-se pela ordem as provas de História do Brasil e Corografia do Brasil, em que foram reprovados, respectivamente, 2 e 1 candidatos, ficando, portanto, a turma, ao terminarem as provas intelectuais, reduzida a 13 aprovados. No exame de capacidade física, psíquica e moral ao encargo do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas foram eliminados mais 2 candidatos, sendo assim aprovados 11 candidatos que foram matriculados no 1.º ano, a saber :

1.º — Sérgio Luís Portela de Aguiar	80,172
2.º — Sizínio Pontes Nogueira	76,625
3.º — Dario Moreira de Castro Alves	71,203
4.º — Paulo Frassinetti Pinto	70,766
5.º — Eduardo Moreira Hosannah	67,125
6.º — Celso Diniz	66,266
7.º — Geraldo de Heraclito Lima	65,828

8.º — Osvaldo Castro Lobo	64,211
9.º — João Hermes Pereira de Araújo	64,031
10.º — Marcos Antônio de Salvo Coimbra	63,250
11.º — Carlos Alberto Pereira Pinto	61,953

2.º Ano, encerramento do Curso

A 7 de março de 1949 foram iniciadas as aulas do “Curso de Preparação à Carreira de Diplomatas”. Nos anos anteriores as aulas tiveram início em data posterior, o que aumentava o período de férias e diminuía em cerca de 50 aulas o período letivo. Verificou a direção do Instituto que para real cumprimento do programa tornava-se indispensável a antecipação do início das aulas, o que foi realizado este ano.

Foram ministradas aos alunos do segundo ano 485 aulas, isto é, o maior número delas até hoje verificado desde a criação do Instituto. Isto permitiu que todos os professores concluíssem seus programas, se bem que alguns houvessem solicitado — e conseguido — autorização para ministrar aulas extraordinárias.

A Diretoria do Instituto, de acordo com a Seção Técnica-Pedagógica e o Corpo Docente, imprimiu ao segundo ano uma orientação que visa o ensinamento das matérias teóricas objetivadas tanto quanto possível para a Carreira. Assim, as aulas de português, francês e inglês foram dadas de maneira a preparar o estudante com os necessários elementos para redigir, nestes três idiomas, dentro das normas do estilo diplomático. As cadeiras de direito, por seu turno, obedeceram orientação pedagógica semelhante. Da mesma forma em economia política procurou o professor da cadeira orientar os futuros diplomatas na interpretação dos movimentos econômicos no âmbito internacional e suas possíveis consequências na economia interna. A cadeira de história política, que nos anos anteriores tinha seu programa grandemente orientado na História antiga, desenvolveu seu *currículo* na história moderna, a partir da revolução francesa, dando especial destaque aos aspectos políticos e diplomáticos dos assuntos tratados

De 18 de novembro a 22 de dezembro foram realizados os exames finais, concluídos os quais observou-se o seguinte resultado :

<i>Aluno</i>	<i>Nota final</i>	<i>Class.</i>
Murilo Gurgel Valente	86,615	1.º
Luís Augusto Pereira Souto Maior ..	86,580	2.º
Cláudio Garcia de Sousa	85,410	3.º
David Silveira da Mota Júnior	83,190	4.º
Ovídio de Andrade Melo	82,700	5.º
Luís Benjamim de Almeida Cunha ..	82,410	6.º
Espedito de Freitas Resende	80,715	7.º
Armando Salgado Mascarenhas	80,060	8.º

Luís Philippe d'Amorim Antony	79,480	9.º
Frederico Carlos Carnaúba	76,365	10.º
Fernando Augusto Buarque Franco		
Neto	75,035	11.º
José Leal Ferreira Júnior	75,005	12.º
Wilson Sidney Lobato	70,410	13.º
Joaquim de Almeida Serra	69,145	14.º
Arnaldo Rigueira	68,350	15.º
Roberto Chalu Pacheco	67,755	16.º

Dos 18 matriculados no segundo ano, dois não obtiveram aprovação. Um dêles, como não obteve média global suficiente e foi reprovado em duas disciplinas, foi considerado aluno eliminado; quanto ao outro — Luís de Moura Barbosa — havendo obtido média global e tendo sido reprovado unicamente numa disciplina, poderá inscrever-se novamente no segundo ano.

Curso de aperfeiçoamento de diplomatas

Concluídas as provas finais do curso — que se efetuou em 1948 —, foi realizada a 24 de fevereiro em Petrópolis, no Museu Imperial, a cerimônia de graduação de diplomatas, a qual contou com a presença de Sua Excelência o Presidente da República, que paraninfou a turma em aprêço, constituída dos seguintes funcionários :

Alcindo Carlos Guanabara
 Alfredo Rainho da Silva Neves
 Angelo João Regattieri Ferrari
 Aníbal Alberto de Albuquerque Maranhão
 Antônio Fantinato Neto
 Arnaldo Leão Marques
 Ayrton Diniz
 Carlos Alfredo Bernardes
 Celso Antônio de Sousa e Silva
 Eberaldo Abílio Teles Machado
 Edipo Santos Maia
 Everaldo Dayrell de Lima
 Fernando de Menezes Campos
 Gilberto Francisco Renato Allard Chateaubriand Bandeira de Mello
 Hélio da Fonseca e Silva Bittencourt
 Hélio Antônio Scarabôto
 Itajuba de Almeida Rodrigues
 João Desiderati Monetti
 João Luís Areias Neto
 Jorge Paes de Carvalho
 José Barreiros
 Lucilo Haddock Lobo

Luís Garrido Cavadas
Marcos Magalhães de Sousa Dantas Romero
Milton Faria
Otávio Luís de Berenguer César
Otávio do Nascimento Brito Filho
Oscar Soto Lorenzo Fernandez
Oswaldo Barreto e Silva
Othon do Amaral Henriques Filho
Paulo Amélio do Nascimento Silva
Paulo Cabral de Melo
Paulo Padilha Vidal
Paulus da Silva Castro
Pedro de Sousa Braga
Raul Corrêa Smandek
Raul Henrique Castro e Silva de Vicenzi
Raimundo Nonato Loiola de Castro
Roberto Luís Assunção de Araújo
Rodolfo Godoi de Sousa Dantas
Sérgio Maurício Correia do Lago.

Além dos Diplomatas já mencionados, forneceu o Curso diplomas parciais, referentes a disciplinas isoladas, a que fizeram jus os seguintes alunos :

Carlos dos Santos Veras — Italiano, Espanhol, Prática Consular e Sociologia Política.
Geraldo Eulalio do Nascimento e Silva — História da Formação Territorial do Brasil.
Jenny de Rezende Rubim — Prática Consular, Prática Diplomática, Sociologia Política, História Diplomática do Brasil e História da Formação Territorial do Brasil.
João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco — Prática Diplomática, Sociologia Política e História Diplomática do Brasil.
José Carlos Cavalcanti Linhares — Prática Consular e História da Formação Territorial do Brasil.
Júlio Agostinho de Oliveira — Prática Consular, História Diplomática do Brasil e História da Formação Territorial do Brasil.
Paulo Henrique de Paranaguá — Italiano, Prática Consular, Prática Diplomática e Sociologia Política.
Paulo Valadares — Italiano, Prática Consular.
Zuleika Barroso Lintz — Prática Diplomática.

Curso de Extensão para Auxiliares Administrativos

Da mesma forma que o observado para o Curso já citado, teve este seu *curriculum* concluído em 1948, realizando-se, porém, em 1949, a entrega dos certificados.

Assim, a 16 de fevereiro de 1949, com a presença do Senhor Secretário Geral — Embaixador Hildebrando Accioly — do Chefe do Departamento de Administração — Ministro Fernando Lobo — foram entregues os diplomas a 18 funcionários do Itamaraty que se graduaram no Curso em aprêço, a saber :

Yedda Berlink do Rego Macedo
Martha Pereira Pinto
Sílvia Ribeiro Povoas
Arlette Müller
Dagmar Bezerra Gonçalves Periasu
Maria de Lourdes Santerre Borda
Ilza Viviani Teles
Eni Loureiro Lima
Regina Lima de Abreu
Maria Alice Granado Paranhos
Maria Clara Santos Dias
Maria da Glória Ferraz Graça
Maria Inês do Nascimento e Silva Rego
Maria Luiza Ribeiro
Odette Diniz Junqueira
Nidia de Sousa Afonso
Irani Cardoso
Ligia L. Lassance Cunha.

As primeiras colocadas foram designadas para trabalhar nas Missões diplomáticas de maior movimento :

Yedda Berlink do Rego Macedo, Martha Pereira Pinto e Arlette Müller para a Embaixada em Washington.

Maria de Lourdes Santerre Borda para a Embaixada em Buenos Aires.

Pesquisas — Conferências — Biblioteca

Pesquisas

A Seção de Pesquisas iniciou, a partir de outubro de ano findo, suas atividades. Apresentado e aprovado o plano dos trabalhos a serem realizados, e não tendo sido possível, por circunstâncias independentes da vontade do encarregado da Seção, começar a tarefa pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, onde se pretendia catalogar os arquivos particulares, decidiu-se inventariar a grande e preciosa coleção Visconde do Rio Branco, oferecida e depositada na Biblioteca Nacional, em 1881, pelo Barão do Rio-Branco.

Não é preciso encarecer a importância deste acervo, reunido pelo Visconde e referente às nossas relações com o Rio da Prata e, especialmente, à Guerra do Paraguai. Era um documentário vastíssimo, depositado em 45 gavetas repletas, totalizando 49.313 documentos. Além

disso, havia a amparar a iniciativa não só o fato de ser a coleção de extraordinária importância para a história diplomática como o de ter sido reunida por uma das maiores figuras desta Casa e oferecida à Biblioteca Nacional pelo patrono do Instituto.

Um ano inteiro de paciente investigação gastou-se na completa e definitiva catalogação d'este acervo. Está agora finalizada a tarefa de catalogação, ordenação e alfabetação das fichas, restando, apenas, para a impressão do Catálogo, a cópia dactilografada das fichas e a organização dos Índices. Certamente, dentro em pouco estará completada esta última fase dos trabalhos, quando será entregue à Imprensa Nacional o volume respectivo, que deverá conter mais de 600 páginas.

A Seção de Pesquisas realizou, também, tarefas auxiliares de investigação histórica, iniciando a elaboração de Índices de artigos sobre o Brasil, inseridos em Revistas estrangeiras, e a de fichários de documentos sobre o Brasil, existentes nos Arquivos e Bibliotecas estrangeiras, a fim de serem posteriormente procurados e reproduzidos, facilitando, futuramente, as pesquisas nos arquivos europeus.

Os catálogos de documentos dos arquivos e bibliotecas brasileiras e a organização de fichários dos documentos estrangeiros, baseada nos catálogos já editados das instituições eruditas, permitirão que a futura investigação no estrangeiro se faça com boa orientação, reproduzindo os documentos que não possuímos e nos são indispensáveis.

Iniciou-se, igualmente, a cópia de documentos dos arquivos para particulares do Barão do Rio-Branco, a fim de que se possa, muito breve, editar um volume de textos inéditos, selecionados, de sua autoria.

A Seção possui, para publicação, já devidamente aprovados este ano pela Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, os livros dos Srs. Castilho Goycochea, "A Diplomacia de D. João VI e Caiena", e Artur César Ferreira Reis, "Tratado de Santo Ildefonso e a fronteira septentrional do Brasil".

Contratou-se com o Sr. Rodrigo de Melo Franco Andrade a elaboração de uma monografia sobre Gastão da Cunha, que está praticamente concluída. Também o Sr. José Antônio Soares de Sousa combinou entregar os originais de seus livros sobre Duarte da Ponte Ribeiro ao Instituto Rio Branco, que colhe, assim, a oportunidade de prestar esta homenagem a um dos diplomatas que melhor conheceram as nossas fronteiras.

O plano de publicações do Instituto Rio-Branco abrange não só as coleções de textos históricos diplomáticos, como as monografias sobre tratados e atos diplomáticos, e as biografias de personagens ligadas aos fatos diplomáticos e a esta Casa.

Os Índices, catálogos e bibliografias, que fazem parte muito destacada do plano, são elementos auxiliares indispensáveis aos estudos desta natureza. Mereceram, assim, os primeiros cuidados, com a elaboração do Catálogo da Coleção Rio Branco, dos Índices referidos e da Bibliografia de e sobre Oliveira Lima, já encomendada.

Cumpre, ainda, ressaltar a obra “Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid”, com que o Instituto pretende participar das comemorações do segundo centenário da assinatura do primeiro ato que marcou as fronteiras do Brasil. Para execução da referida obra, encarregou o Instituto o Professor Jaime Cortesão, que conta com a colaboração de vários funcionários especializados, além do que incumbiu o Senhor José Gaspar de Almeida de realizar na Torre do Tombo, em Lisboa, a pesquisa de documentos históricos referentes àquele brasileiro e ao ato de 1750.

Presentemente, já se encontra na Imprensa Nacional o material necessário à impressão de dois dos oito volumes que deverão constituir a obra em aprêço.

Por outro lado, nos arquivos do Vaticano, encontra-se Monsenhor José de Castro investigando documentos referentes à “História Eclesiástica do Brasil”, cujo valor histórico-diplomático dispensa comentários.

Conferências patrocinadas pelo Instituto

Junho 7 — “Índios do Brasil Central”

“Primeiro Contato com os Xavantes” (Cinema)

Agosto 19 — “Objetivos do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas”

— Cesar Lattes.

Setembro 2 — “Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid” — Jaime Cortesão

1 — A Estrutura Ostensiva do Estado Russo — Mauro Brandão Lopes.

2 — A Estrutura Real do Estado Russo — Mauro Brandão Lopes.

3 — A Transformação da Sociedade Russa — Mauro Brandão Lopes.

— A Geografia Moderna — Preston James.

Outubro 4 — O fenômeno da desvalorização da libra, suas causas remotas e próximas e suas conseqüências nos âmbitos internacional e nacional. José Campos Melo.

25 — “Líderes e sua influência nos movimentos revolucionários” — Pedro de Sousa Braga.

— O Problema do Petróleo no Brasil — Sílvio Froes de Abreu.

BIBLIOTECA

Com o intuito de facilitar as consultas dos alunos, o Instituto organizou uma pequena biblioteca própria constituída de obras relacionadas com os cursos ministrados e a “carreira”.

Assim é que até 31 de dezembro de 1949 o Livro de registro da Biblioteca acusava a catalogação de volumes (folhetos inclusive), além de revistas e jornais periódicos.

II — EXPOSIÇÃO

C — SERVIÇO JURÍDICO

RELAÇÕES DOS PARECERES EXARADOS EM 1949 PELA CONSULTORIA
JURÍDICA

- PARECER N.º 1.247 — Projeto de Acôrdo com o Govêrno italiano para liquidação da responsabilidade por danos de guerra. 4-I-1949.
- ” ” 1.248 — Isenção da taxa de transferência de valores em favor da U.S. Commercial Company, considerada agência oficial do Govêrno norte-americano. 5-1-1949.
- ” ” 1.249 — Convenção de Caracterização do Estatuto Jurídico da fronteira com o Uruguai. Dificuldades no balisamento do Corredor Internacional. 6-1-1949.
- ” ” 1.250 — Privilégios e imunidades do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. 7-1-1949.
- ” ” 1.251 — Aproveitamento de Ministro Plenipotenciário, classe N, em disponibilidade. 17-1-1949.
- ” ” 1.252 — Ratificação das Convenções de Bogotá sôbre direitos civis e direitos políticos da mulher. 20-1-1949.
- ” ” 1.253 — Nacionalidade da mulher do candidato à matrícula no Instituto Rio-Branco. 31-1-1949.
- ” ” 1.254 — Nacionalidade de candidato à matrícula no Instituto Rio-Branco. 3-2-1949.
- ” ” 1.255 — Prova de nascimento no Brasil de indivíduo detido nos Estados Unidos da América do Norte. 4-2-1949.
- ” ” 1.256 — Aquisição de imóvel pelo Govêrno português. 7-2-1949.
- ” ” 1.257 — Pedido pela Assembléia das Nações Unidas, do parecer da Côrte Internacional de Justiça sôbre a capacidade daquela Organização para reclamar a reparação dos danos que sofreu algum funcionário seu. 7-2-1949.

- " " 1.258 — Acôrdo sôbre Migração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos. 18-2-1949.
- " " 1.259 — Auxiliar de Consulado contratado. Art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 23-3-1949.
- " " 1.260 — Imunidade jurisdicional de Conselheiro Comercial. Autonomia do Poder Judiciário. 23-3-1949.
- " " 1.261 — Plataforma submarina. Mar epicontinental. 29-3-1949.
- " " 1.262 — Dupla nacionalidade de brasileiro nascido nos Estados Unidos. Prestação de serviço militar naquele país. 31-3-1949.
- " " 1.263 — Imunidade de jurisdição da Organização dos Estados Americanos. 2-4-1949.
- " " 1.264 — Legislação brasileira sôbre neutralidade e mar territorial. 6-4-1949.
- " " 1.265 — Requisição do depoimento de indivíduo, ausente do país acusado em inquérito policial. 8-4-1949.
- " " 1.266 — Pedido pela Assembléia das Nações Unidas, do parecer da Côrte Internacional de Justiça sôbre a capacidade daquela Organização para reclamar a reparação dos danos que sofreu algum funcionário seu. 12-4-1949.
- " " 1.267 — Tomada das declarações de português, residente em Portugal, sôbre fatos que estão sendo objeto de inquérito policial em São Paulo. 13-4-1949.
- " " 1.268 — Nacionalidade brasileira. Prazo de opção. Art. 129, n.º II, da Constituição Federal. Liberação de bens incorporados ao Fundo de Indenização. 28-4-1949.
- " " 1.269 — Organização Mundial de Saúde. Interpretação do art. 47 da Constituição. 5-5-1949.
- " " 1.270 — Conselheiros Comerciais. Projeto de restabelecimento do quadro com permissão de transferência para a carreira de Diplomata. 10-5-1949.
- " " 1.271 — Diplomata aposentado, que reverte à atividade, e é de novo aposentado. 11-5-1949.

- 1 " " 1.272 — Direito de autor. Iniciativas da UNESCO. Ampliação da proteção a direitos afins. 13-5-1949.
- " " 1.273 — Comissão de Reparações de Guerra. Necessidade da aprovação de sua decisão pelo Presidente da República. Mandado de segurança para obter a execução imediata da deliberação. 14-5-1949.
- " " 1.274 — Mandado de segurança. Falta de publicação da lista geral dos funcionários. 16-5-1949.
- " " 1.275 — Contribuição para o Fundo de Indenizações. Opção pela nacionalidade brasileira. 17-5-1949.
- " " 1.276 — Projeto de convenção sobre declaração de morte de pessoas desaparecidas durante a grande guerra. 18-5-1949.
- " " 1.277 — Cônsul aposentado, que reverte à atividade e é de novo aposentado. 19-5-1949.
- " " 1.278 — Cidadão brasileiro naturalizado que reclama proteção. Necessidade de esclarecimentos preliminares. 21-5-1949.
- " " 1.279 — Remessa a Juízo de documentos do Arquivo. Recomendações a adotar nesses casos. 23-5-1949.
- " " 1.280 — Reclamação da Embaixada da França sobre restituição de importâncias pagas como selos em contratos de câmbio com o Banco do Brasil. 31-5-1949.
- " " 1.281 — Adesão do Brasil à Convenção Internacional e Protocolo para unificação de certas regras sobre conhecimentos. 31-5-1949.
- " " 1.282 — Exoneração de funcionária por se haver casado com Diplomata. 13-6-1949.
- " " 1.283 — A "questão espanhola" perante as Nações Unidas. Atitude do Brasil. 18-8-1949.
- " " 1.284 — Intervenção de cônsules estrangeiros em processos judiciais de sucessão. Código de Processo Civil, art. 578. 22-8-1949.
- " " 1.285 — Reclamação da Embaixada da França sobre restituição de importâncias pagas como selos em contratos de câmbio com o Banco do Brasil. 23-8-1949.

- " " 1.286 — Mar territorial. Delimitação na lei brasileira. 25-8-1949.
- " " 1.287 — Concessão de adicional de representação a Diplomata, em consequência da anulação do casamento de sua filha. 25-8-1949.
- " " 1.288 — Unificação do Direito Privado. 26-8-1949.
- " " 1.289 — Reclamação por acidente de trabalho, ou doença profissional. 26-8-1949.
- " " 1.290 — Projeto de tratado de extradição com a Bélgica. 30-8-1949.
- " " 1.291 — Domicílio de funcionário, especialmente de diplomatas. Registo civil no estrangeiro. 31-8-1949.
- " " 1.292 — Projeto de Declaração de Direitos e Deveres dos Estados. 14-9-1949.
- " " 1.293 — Execução imediata de parte da Carta de Havana. Necessidade da homologação do Congresso Nacional. 19-9-1949.
- " " 1.294 — Acôrdo por notas reversais sôbre isenção de impostos. Necessidade de homologação pelo Congresso Nacional. 20-9-1949.
- " " 1.295 — Tratado de amizade, comércio e navegação com os Estados Unidos. Condição dos estrangeiros no Brasil. 22-9-1949.
- " " 1.296 — Acôrdo comercial com a Tchecoslováquia. Necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional. Efeitos da recusa de aprovação. 26-9-1949.
- " " 1.297 — Boicote de navios panamenhos. Reclamação perante a Organização de Estados Americanos ou a Organização das Nações Unidas. 7-10-1949.
- " " 1.298 — Crimes contra a paz e a segurança da humanidade. 8-10-1949.
- " " 1.299 — Naturalização de portuguesa casada com diplomata brasileiro. 10-10-1949.
- " " 1.300 — Concordata com a Santa Sé. 20-10-1949.
- " " 1.301 — Convenções de Genebra sôbre prisioneiros de guerra; feridos e doentes em campanha; feridos, doentes e náufragos das fôrças armadas no mar; proteção dos civis em tempo de guerra. 4-11-1949.

- " " 1.302 — Isenção de enrolamentos consulares, em favor da Companhia Hidro Elétrica de São Francisco. 1-12-1949.
- " " 1.303 — Convenção sobre trânsito de veículos automotores entre o Brasil e a Argentina. 2-12-1949.
- " " 1.304 — Operações no Brasil de Sociedades de seguros estrangeiras, ou brasileiras, com sócios estrangeiros. 9-12-1949.
- " " 1.305 — Convenção com o Chile sobre títulos e exames para o exercício de profissões liberais. Constituição Federal de 1946, art. 161. Revogação de convênio internacional por lei interna ulterior. 12-12-1949.
- " " 1.306 — Asilo Político. Conceituação do crime político. 14-12-1949.
- " " 1.307 — Retificação de nacionalidade. Observância das Convenções de Haia e de Havana 17-12-1949.
- " " 1.308 — Projeto de circular referente à aplicação da nova lei sobre nacionalidade e perda de direitos políticos (lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949). Necessidade de regulamentação desta lei. 21-12-1949.
- " " 1.309 — Incompatibilidade dos magistrados para exercício de comissões do governo. 23-12-1949.
- " " 1.310 — Reclamação contra o adjetivo gentílico constante da denominação de sociedade por ações, 23-12-1940.

III – ANEXO A

N.º 1

PROGRAMA OFICIAL DA VISITA DO PRESIDENTE DUTRA AOS
ESTADOS UNIDOS

1949

QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO

- 16,00 Horas. — O Presidente do Brasil chegará ao Aeroporto Nacional de Washington, Terminal do Transporte Aéreo Militar, onde será esperado pelo Presidente dos Estados Unidos e receberá tôdas as honras militares. O Presidente Dutra dirigirá-se-á, em companhia do Presidente Truman, à Blair House.
- 20,00 Horas. — O Presidente Truman e Sra. oferecerão um banquete oficial em honra ao Presidente Dutra. Carlton Hotel.

QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO

- 10,00 Horas. — Recepção na Embaixada do Brasil dedicada à Colônia Brasileira.
- 12,00 Horas. — Sessão Conjunta do Congresso. Discurso pelo Presidente Dutra seguido por um almôço em sua honra, dado pelo Presidente da Câmara.
- 17,00 Horas. — Recepção dada pelo Representante Brasileiro ao Conselho dos Estados Americanos e Sra. Accioly, 3940 Fordham Rd.
- 20,00 Horas. — Jantar em honra ao Presidente Dutra dado pelo Secretário de Estado e Sra. Acheson. Anderson House.

SEXTA-FEIRA, 20 DE MAIO

- 9,15 Horas. — O Presidente Dutra sairá da Embaixada para Mount Vernon e o Túmulo do Soldado Desconhecido, Arlington.
- 12,30 Horas. — Almôço em honra ao Presidente Dutra oferecido pelo Clube Nacional de Imprensa.
- 18,00 Horas. — Jantar oferecido pelo Presidente do Brasil ao Presidente dos Estados Unidos e Sra. Truman. Embaixada Brasileira.
- 22,30 Horas. — Recepção na Embaixada Brasileira.

SÁBADO, 21 DE MAIO

- 12,30 Horas. — Reunião especial e almôço em honra ao Presidente Dutra, oferecido pelo Conselho dos Estados Americanos. União Pan Americana.
- 16,10 Horas. — A Comitativa Presidencial partirá para Nova York, de trem. Estação União.

DOMINGO, 22 DE MAIO

- 10,00 Horas. — Missa Solene, Catedral de São Patrício, Nova York.
13,00 Horas. — Almôço em honra ao Presidente Dutra, oferecido por Sua Eminência o Cardeal Francis Spellman.
19,30 Horas. — Jantar oferecido em honra ao Presidente Dutra pelo Sr. e Sra. Nelson Rockefeller. Tarrytown, Nova York.

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO

- 12,00 Horas. — Recepção oficial ao Presidente do Brasil na cidade de Nova York pelo Prefeito O'Dwyer. Municipalidade.
13,00 Horas. — Almôço íntimo Hotel Plazza.
17,00 Horas. — Recepção em honra ao Presidente Dutra oferecida pelo Cônsul Geral do Brasil em Nova York e Senhora Berenguer Cezar, 471 Park Avenue.
19,30 Horas. — Jantar em honra ao Presidente Dutra oferecido pela Sociedade Pan-Americana dos Estados Unidos e pela Associação Americano-Brasileira. Hotel Waldorf-Astoria.

TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO

- 13,00 Horas. — Almôço íntimo, 67 Broad Street.
17,00 Horas. — Recepção em honra ao Presidente Dutra oferecida pelo Sr. T. J. Watson e Senhora, 4 East 75th. Street.

QUARTA-FEIRA, 25 DE MAIO

- 9,00 Horas. — O Presidente Dutra partirá de Nova York, de avião, para uma inspeção à Administração do Vale do Tennessee, Chattanooga.
12,00 Horas. — Chegada do Presidente Dutra a Chattanooga.
18,00 Horas. — Chegada do Presidente Dutra a Nashville.

QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO

- 11,00 Horas. — O Presidente Dutra visitará o Instituto de Estudos Brasileiros, na Universidade Vanderbilt.
12,30 Horas. — A Universidade Vanderbilt oferecerá um almôço em homenagem ao Presidente Dutra.
15,00 Horas. — O Presidente Dutra partirá de Nashville, de automóvel, para Humboldt, Tennessee.

SEXTA-FEIRA, 27 DE MAIO

- 15,00 Horas. — O Presidente Dutra e sua comitiva partirão de Nashville para o Rio de Janeiro, de avião. (Horários em hora local).

COMITIVA OFICIAL
DE SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
EM SUA VISITA AOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Senhor Ministro das Relações Exteriores e Senhora Raul Fernandes
Senhor Maurício Nabuco, Embaixador do Brasil em Washington
Senhor Professor José Pereira Lira, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República
Senhor Senador José Ferreira de Sousa
Senhor Deputado Artur de Sousa Costa
Senhor Capitão de Mar e Guerra Raul Reis Gonçalves, Sub-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República
Senhor Ministro e Senhora Francisco D'Alamo Lousada, Chefe do Cerimonial da Presidência da República
Senhor Carlos Roberto Aguiar Moreira, Secretário particular do Senhor Presidente.
Senhor Edmundo Barbosa da Silva, Secretário do Senhor Ministro das Relações Exteriores
Senhor Capitão e Senhora Antônio João Dutra, Ajudante de Ordens do Senhor Presidente
Senhor Tenente José Barreto de Assunção, Ajudante de Ordens do Senhor Presidente
Senhor Capitão Pedro Pessoa de Almeida, Ajudante de Ordens do Senhor Presidente.

Senhor Herschel V. Johnson, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil.
Contra-Almirante O.B. Hardison, Oficial pôsto à disposição do Senhor Presidente.
Major Vernon Walters, Intérprete.

N.º 3

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO CONGRESSO
DOS E.U.A.

19-4-49

Aprecio, em todo o seu alto valor, a honra que me conferis, com o convite para que ocupe a tribuna desta Casa. Bem compreendo que, com êste gesto, desejais prestar significativa homenagem à minha Pátria. Podeis estar certos de que vossa cordialidade e simpatia repercutirão no Brasil com a ressonância que ali despertam as manifestações de apreço provenientes dêste grande país, tão estimado pelos brasileiros.

Quero, desde já, testemunhar-vos meus agradecimentos pela esplêndida oportunidade que me facultais de trazer a esta respeitável instituição as saudações mais efusivas.

Ao dirigir-vos a palavra, sinto-me na presença de cento e cinquenta milhões de americanos, que se confundem convosco pela fidelidade da representação que corporificais. Estou, por isso, num dos mais respeitáveis cenáculos, erigido pelo povo e para o povo, e bem sei das enormes responsabilidades que pesam sobre vossos ombros.

A democracia, como toda instituição humana, não se cultiva por igual em toda parte. E a força desta grande nação reside em sua imperiosa necessidade de viver uma existência democrática, de respeito rigoroso pelos direitos fundamentais do homem, limitados exclusivamente pelas normas decretadas no interesse comum. Sabemos ser vossa preocupação o bem estar da coletividade. Únicamente as suas aspirações lídimas norteiam vossas deliberações. Conhecemos o intercâmbio constante de idéias entre o povo e vós, e compreendemos os grandes benefícios que derivam dessa comunhão de objetivos entre os eleitores e os seus legítimos mandatários.

Neste momento de prova para a humanidade, acompanhamos, com vivo interesse, vosso labor para preservar o povo americano — e, com ele, o mundo — de nova hecatombe. Os esforços do Congresso dos Estados Unidos para prevenir uma possível agressão representam mais uma prova de desvelo pela vossa gente e do propósito de mantê-la livre de novo conflito. Preservar a paz significa garantir a felicidade dos homens e mulheres deste país, possuidores de um imenso patrimônio moral e material, empregado agora, com dignidade e generosidade, para auxiliar a restauração dos países devastados pela guerra.

A democracia que floresce com tanto viço neste país é um dos signos do alto grau de civilização a que chegastes através do constante respeito à lei e aos direitos de outrem, segundo os critérios morais e jurídicos em que se esteia a ordem aqui reinante. Provindes, é certo, de uma raça em que os costumes e a coisa julgada se entrelaçam para o restabelecimento rigoroso do que se pode, bem como daquilo que se não pode fazer. Também herdamos de nossos antepassados portugueses esse mesmo respeito à lei e à ordem, e o gosto pelo direito, circunstâncias determinantes da jurisdição brasileira, cujos altos foros são universalmente reconhecidos.

O governo do Brasil se orgulha da sua subordinação dignificadora aos ditames da lei e da sua fidelidade aos padrões de moralidade internacional.

No que me concerne pessoalmente, hauri na carreira das armas o precioso ensinamento de que a obediência à lei é a única norma de ação do Chefe. Cumprindo rigorosamente a Constituição, obedecendo com respeito às decisões do Judiciário, dando execução às propostas do Legislativo — com os direitos que me conferem a Carta Magna — desempenho, seguindo nossa tradição nacional, uma magistratura civil equidistante de todos os interesses em jogo, como presidente de todos os brasileiros.

Logo ao assumir o Governo, compreendi que se impunha a cooperação dos partidos políticos, como medida indispensável ao bem estar nacional, e ao robustecimento da democracia no país.

Não hesitei em convidar para colaborar no meu governo membros eminentes de partidos que não haviam sufragado o meu nome. E como preocupação predominante, passei, desde minha posse, a dedicar todos os meus esforços à consecução do congraçamento entre os brasileiros para que o país pudesse, com tal conjugação de forças, e em ambiente de compreensão e tolerância, enfrentar vantajosamente os problemas nacionais.

Encontrei boa disposição nos partidos democráticos, os quais, oferecendo construtiva colaboração em benefício dos supremos interesses nacionais, homologaram o acordo interpartidário, pelo qual, ressaltados seus programas e a independência

de cada um, se comprometeram a ajudar o governo a fim de fortalecer o país e as suas instituições, em difícil momento de transição nacional e internacional.

Disse, naquela ocasião, que “a trégua partidária, o desarmamento dos espíritos, a paz política, deviam substituir a contenda permanente, a luta estéril e o antagonismo militante. A Nação não mais poderá ser o joguete de facções desavindas, se não intolerantes, mas o grande ente moral que impõe soma de esforços à consciência de todos os cidadãos”.

Graças a esse fato, usufrui o Brasil o benefício da concórdia interna e pode votar-se ao cultivo das relações pacíficas com as demais nações. As que existem entre o Brasil e os Estados Unidos, perfeitas desde o início, oferecem, pelo seu desenvolvimento e continuidade, um raro exemplo de fraternal associação de dois povos, a qual perdura há mais de cento e vinte anos. Habitados a essa amizade secular, consideramo-la como um fenômeno natural em nossa vida política. Disso teve noção precisa o grande Chanceler brasileiro Barão do Rio Branco quando se referiu, em tom de conselho, à “velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores”.

Desejo recordar o Imperador Pedro II, que esteve neste país para as comemorações do Primeiro Centenário de sua Independência; os secretários de Estado Elihu Root e Charles Evans Hughes, que nos visitaram em 1906 e 1922; e ainda o Barão do Rio Branco, John Bassett Moore e Joaquim Nabuco, que contribuíram, de maneira decisiva para o estreitamento dos laços de simpatia, entendimento e cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. São dos nossos dias e gratamente reconhecidos os esforços empregados nesse sentido pelos Preidentes Herbert Hoover, Franklin Roosevelt e Harry Truman.

A visita do Presidente Truman ao Brasil constitui memorável acontecimento para as relações entre nossos países. As manifestações de apreço que lhe tributaram o povo e o governo do Brasil representaram provas eloquentes da grande afeição que vos devotamos e a vossos grandes homens.

A amizade entre os Estados Unidos e o Brasil está fundada em identidade de propósitos e harmonia de interesses. Nossa aspiração máxima é progredir à sombra de instituições que garantam ao homem o livre exercício de seus direitos, num ambiente de tolerância e justiça.

No campo internacional, essa amizade, por suas manifestações práticas e valor do seu exemplo, é a maior garantia de bom entendimento e de compreensão entre as demais nações irmãs deste hemisfério. Esse sentimento recíproco, a que corresponde uma coincidência de vistas na apreciação dos grandes problemas do momento, já nos levou a lutar ombro a ombro, nas duas guerras mundiais.

A esse propósito, seja-me lícito afirmar que meu país antecipou desde muitos anos a política de solidariedade continental, consagrada no Tratado do Rio de Janeiro.

Este importantíssimo estatuto da Paz e da segurança do continente absorveu a doutrina de Monroe, e não só alargou a corajosa promessa do famoso Presidente mas também estatuiu a reciprocidade das Repúblicas Americanas na defesa comum contra a agressão.

Ora, o Brasil, sem lei escrita nem ajuste expresse, já se considerava moralmente obrigado a não receber como um dom gratuito as garantias da célebre advertência americana à Santa Aliança. Foi assim — e tenho vivo prazer em recordá-lo nesta ocasião — que em 2 de junho de 1917, ao anunciar em nota circular aos governos estrangeiros a revogação da neutralidade na guerra declarada entre os Estados Unidos da América e o Império Alemão, disse a Chancelaria brasileira:

“A República reconheceu assim que um dos beligerantes é parte integrante do Continente Americano e que a esse beligerante estamos ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios aceitos pelo Direito Internacional. Se até

agora a relativa falta de reciprocidade por parte das Repúblicas Americanas tirava à Doutrina de Monroe seu verdadeiro caráter, permitindo uma interpretação menos fundada das prerrogativas da sua soberania, os acontecimentos atuais, colocando o Brasil, ainda agora ao lado dos Estados Unidos, em momento crítico da História do Mundo, continua a dar à nossa política externa uma feição prática de solidariedade continental, política, aliás, que foi também a do antigo regime, tôda vez que esteve em causa qualquer das nações irmãs e amigas dêste Continente”.

Nos dois grandes planos, o mundial e o continental, oferecemos nossa colaboração integral e desinteressada às Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos. No âmbito continental não temos poupado esforços para o vigor cada vez maior do sistema interamericano, que resguarda a segurança do Continente e propicia o bem estar dos povos do hemisfério. Apoiando-se sem restrições a Organização dos Estados Americanos, fortalecendo êsse organismo regional no desempenho da sua importante ação coordenadora.

No plano mundial colaboramos com franqueza a lealdade para o prestígio das Nações Unidas e ainda com a nossa participação em seus organismos especializados procuramos pôr em execução propósitos que visem ao estabelecimento de maior compreensão entre as nações, como único meio de assegurar a paz mundial.

Êsse trabalho comum é reflexo do perfeito entendimento existente entre nós e que se consolida, a todo momento, por outras tantas manifestações de íntima compreensão.

Se, antes e durante minha primeira viagem ao vosso país, em 1943, eu já compreendera a razão de ser de nossa amizade, — esta permanência entre vós, de que guardarei lembrança imorredoura, revelou-me, em tôda a sua profundidade, a influência decisiva que terá em nossos destinos esta comunhão de sentimentos.

Leverei para o Brasil a sensação inesquecível da calorosa acolhida que me dispensam o Governo e o Povo dos Estados Unidos da América. Regressarei com o ânimo fortalecido pelo exemplo de vossas realizações em um regime de liberdade, que assegura as condições indispensáveis ao desenvolvimento das faculdades criadoras da personalidade humana. Creio e espero que a amizade entre nossos dois países mais e mais se fortaleça no trato diário dos nossos problemas, como na jornada comum em busca dos ideais da humanidade e da justiça”.

IV — ANEXO

N.º 4

PROTOCOLO DE DECLARAÇÃO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA

Na qualidade de Plenipotenciários, a 11 de outubro de 1949, firmaram o Protocolo o Senhor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo Brasil, e o Senhor Mario Augusto Martini, Embaixador da Itália junto ao Governo brasileiro, pela Itália.

TEXTO DO PROTOCOLO

“O Governo brasileiro e o Governo italiano, havendo examinado a situação internacional e as relações de tradicional amizade que unem os dois países, baseadas no patrimônio comum da civilização latina e cristã, bem como na ampla esfera de concordância de seus interesses fundamentais, verificaram

existir entre ambos identidade de vistas e de fins, quer no que diz respeito à consolidação da paz e ao fortalecimento da cooperação internacional, e das normas de organização e de convivência dos povos, quer quanto à necessidade de se preservar e reforçar os direitos fundamentais tanto dos indivíduos como dos povos, assim como os princípios democráticos sôbre os quais se fundam as instituições livres.

Os dois Governos, considerando tal semelhança de vistas e de fins, declaram que se propõem não só a intensificar a colaboração que vise a proteção dos seus respectivos e legítimos interesses, como também a desenvolver suas recíprocas relações jurídicas, econômicas, culturais, técnicas e sociais mediante a conclusão, o mais cedo possível, de acordos bilaterais sôbre tais matérias”.

V — ANEXO

N.º 5

Discursos pronunciados por ocasião da assinatura do Protocolo de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Itália.

O Embaixador Martini proferiu, em italiano, o discurso cuja tradução é a seguinte:

“Este Ato, que se firma na data em que tôda a América festeja e comemora o dia em que o genovês Cristóvão Colombo pôs pela primeira vez o pé na terra dêste Continente, confirma os profundos sentimentos de amizade entre nossos dois Países e reconhece solenemente as bases concretas sôbre as quais essa amizade se realiza, pela comunhão mútua de ideais e de interesses de nossos Povos e que está destinada também a tornar-se uma cooperação positiva, sempre e cada vez mais, por um empenho recíproco.

Para essa cooperação um grande elemento existiu e existe na tradição, que mantiveram sempre de forma singular as relações entre o Brasil e a Itália, a qual sempre deu e dará com seu trabalho uma contribuição ao desenvolvimento dêste grande País.

No esforço pela paz, um motivo inicial de amizade, largamente apreciada por nós italianos, foi dado pela perseverante e constante iniciativa do Governo brasileiro em favor de condições mais justas de paz, as quais devem ser consideradas necessárias não sômente para a Itália mas para a própria paz mundial, e ainda por abrirem novos meios a fim de valorizar tôdas as atividades de intercâmbio.

Nossas convicções e realizações de instituições democráticas, que, embora com suas respectivas características, permitem a ação dos princípios comuns de ordem e de progresso na base da liberdade, são outros grandes elementos de recíproca compreensão.

A tradição de latinidade e de cristianismo, que oportunamente as próprias palavras do Protocolo recordam, ofereceram e oferecem às nossas relações um fundamento indestrutível além de fecundo. Porque é o espírito que no fundo vivifica tôdas as relações, e para a própria aplicação dos Tratados contribui decisivamente com aquela “bona fides”, que está nas nossas intenções comuns.

Excelência: com o Acôrdo que firmamos a 8 de outubro, com o Ato que assinamos hoje — solenes consagrações daquele espírito, que animou nossas complexas discussões para resolver uma questão, tanto que se pode dizer que da solução mesmo das divergências, surgiu a possibilidade de novos motivos de acôrdo — com os Atos que se preparam para outras conspícuas relações, consolidam-se sempre e cada vez mais votos e propósitos comuns, sôbre aquele terreno jurídico, que favorece realizações concretas e do qual Vossa Excelência, eminente jurista, é tão profundo conhecedor e tão apaixonado defensor.

Este Protocolo é sem dúvida, ao meio de tantos trabalhos mundiais, uma contribuição a mais para a obra essencialíssima da paz, que é dada por dois povos altamente civilizados; do Brasil, de que conhecemos o grande desenvolvimento e as nobres paixões, e da Itália, de que não se ignora ainda a grande e fecunda potencialidade.

Neste momento, expresso minha certeza da intimidade cada vez maior da colaboração ítalo-brasileira em todos os setores de atividade e formulo votos de prosperidade para o nobre País amigo, renovando a Sua Excelência o Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e a Vossa Excelência os mais fervorosos votos pessoais”.

Em resposta, o sr. Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, proferiu o seguinte discurso:

“Constitui para mim um motivo de grande satisfação esta oportunidade que me foi dada de firmar, em nome do Govêrno brasileiro, a Declaração pela qual são mais uma vez proclamadas as relações de tradicional amizade que unem nossos dois países e pela qual prometemos intensificar a colaboração mútua em todos os setores da atividade dos dois povos.

Estou certo de que Vossa Excelência pôde testemunhar durante sua permanência no Brasil o respeito e o afeto com que nós, brasileiros, vemos a Itália, que para nós tem a significação tôda especial de constituir o cerne comum da nossa civilização latina.

Nas instituições democráticas o Govêrno emana do povo, representa o povo e serve o povo. Friso êste conceito para acentuar que na Declaração que acabamos de firmar em nome de nossos dois Govêrnos nada mais fizemos do que interpretar fielmente os sentimentos que unem o povo italiano e o povo brasileiro. Laços estreitos de afinidade, raça e cultura irmanam brasileiros e italianos; e interêsses comuns nos aproximam cada vez mais. Não são essas afirmações meramente protocolares, pois a experiência atesta que o numeroso, profícuo e laborioso contingente humano que se tem deslocado da Itália para o Brasil, se por nós é sempre recebido com sentimentos verdadeiramente fraternais, por seu lado cria raízes tão profundas no nosso meio físico, político e social que os filhos dos italianos radicados no Brasil são brasileiros, e dos melhores, ilustrando as carreiras que mais requerem o espírito público, como a magistratura, o professorado, as profissões liberais e a política.

Foi, portanto, legitimamente em nome dos nossos dois povos, Senhor Embaixador, que acabamos de firmar êsse Ato, pelo qual procuramos amparar e orientar nossas relações mútuas, e é com sincero júbilo que me congratulo com Vossa Excelência por êsse auspicioso acontecimento na vida de nossas duas nações.

Retribuo com abundância de coração os votos que Vossa Excelência teve a generosidade de exprimir para o Chefe do Estado brasileiro e para o nosso povo, e a meu turno formulo os mais cordiais augúrios pela prosperidade da nação italiana, pela felicidade pessoal do Presidente Einaudi e pela de Vossa Excelência, Senhor Embaixador”.

IV – ANEXO B

VI - VINDEX

QUADRO DO PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

CARGOS		NOMES	DATA DE APRESENTAÇÃO
<i>Embaixadores e Ministros de 1.ª classe</i>			
1	1	João Alberto Lins de Barros (*)	14- 7-42
2	2	Rubens Ferreira de Mello	1- 2-46
3	3	Fernando Lobo	16- 4-46
4	4	Cyro de Freitas-Valle	11-11-48
<i>Ministros de 2.ª classe e Cônsules Gerais</i>			
1	5	Moacyr Ribeiro Briggs	1- 5-18
2	6	Adriano de Souza Quartín	29- 7-42
3	7	Antônio de Vilhena Ferreira Braga	26-12-44
4	8	Francisco d'Alamo Louzada (*)	26-12-44
5	9	Joaquim de Souza Leão Filho	1- 6-45
6	10	Roberto Mendes Gonçalves	15- 5-46
7	11	Edmundo Machado Junior	30- 3-46
8	12	João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa	6-11-46
9	13	Jorge Latour	3- 3-48
10	14	Jorge Emilio de Souza Freitas	13- 4-48
11	15	Octavio do Nascimento Brito	13- 9-48
12	16	Edgardo Barbedo	1- 1-49
13	17	João Severiano da Fonseca Hermes Filho	1- 1-49
14	18	Henrique Pinheiro de Vasconcellos	1- 1-49
15	19	Luiz Carlos de Andrade Filho	1- 1-49
16	20	Nestor Marins de Braga Mello	1- 1-49
17	21	Leopoldo Teixeira Leite Filho	30- 5-49
18	22	Henrique de Souza Gomes	17- 6-49
19	23	Arthur dos Guimarães Bastos	12- 7-49
20	24	Aguinaldo Bolitreau Fragoso	16- 8-49
<i>Primeiros Secretários e Cônsules de 1.ª classe</i>			
1	25	Zuleika Barroso Lintz	31-12-37
2	26	Carlos Alberto Gonçalves	13-12-40
3	27	Odette de Carvalho e Souza	15- 7-46
4	28	Oscar Pires do Rio	1- 8-46
5	29	Fernando Nilo Alvarenga	30- 9-47
6	30	Antonio Correa do Lago	29- 1-48
7	31	Raul Bopp	26- 2-48
8	32	Nicanor Damasio e Mello de Oliveira	18- 3-48
9	33	Landulpho Borges da Fonseca	10- 4-48
10	34	Jayme Cardoso	14- 6-48
11	35	Francisco de B. Baptista de Magalhães	5- 7-48
12	36	Maurício Wellisch	5-12-48
13	37	Antonio Moreira de Abreu	1- 1-49
14	38	José Gomide Júnior	1- 1-49
15	39	Paulo Mathias de Assis Silveira	1- 1-49

(*) — Em comissão fora da Secretaria de Estado.

CARGOS		NOMES	DATA DE APRESENTAÇÃO
16	40	Raul Vacchias.....	1- 1-49
17	41	Vinício da Veiga.....	1- 1-49
18	42	Antonio Mendes Vianna.....	4- 3-49
19	43	Pedro de Alcântara N. de Abreu Filho.....	10- 3-49
20	44	Aluizio Napoleão de Freitas Rego.....	4- 5-49
21	45	João Emilio Ribeiro.....	19- 5-49
22	46	Murillo Tasso Fragoso.....	3- 6-49
23	47	Lauro de Andrade Muller.....	21- 6-49
24	48	Antonio Roberto de Arruda Botelho.....	28- 7-49
25	49	José Caetano Bueno Horta Filho.....	5- 8-49
26	50	Carlos Buarque de Macedo.....	18- 9-49
<i>Segundos Secretários e Consules de 2.ª classe</i>			
1	51	Edmundo Penna Barbosa da Silva.....	1- 4-59
2	52	José Boavista Macieira.....	13- 2-43
3	53	Gil Guilherme Mendes de Moraes.....	21- 1-44
4	54	Alfredo de Pimentel Brandão.....	24- 8-45
5	55	Helio de Burgos Cabal (*).....	8- 3-46
6	56	Milton Faria.....	6- 5-46
7	57	Manuel de Tefé.....	16-10-46
8	58	Julio Agostinho de Oliveira.....	6-11-46
9	59	Alberto Raposo Lopes.....	16-11-46
10	60	Everaldo Dayrell de Lima.....	4-12-46
11	61	João Baptista Telles Soares de Pinna.....	7- 2-47
12	62	Jenny de Rezende Rubim.....	17- 3-47
13	63	Manoel Baptista Peixoto de Magalhães.....	31-10-47
14	64	Paulo do Rio Branco Nabuco de Gouveia.....	31-10-47
15	65	Manoel Antonio Maria de Pimentel Brandão..	7- 1-48
16	66	Edson Ramos Nogueira.....	9- 1-48
17	67	João Augusto de Araujo Castro.....	5- 4-48
18	68	Antonio Cândido da Câmara Canto.....	20- 4-48
19	69	Francisco Eulálio do Nascimento Silva.....	25- 5-48
20	70	Wladimir do Amaral Murinho.....	21- 6-48
21	71	Lucillo Haddock Lobo.....	26- 7-48
22	72	Roberto Jorge dos Guimarães Bastos.....	14-10-48
23	73	Paulo Braz Pinto da Silva.....	14-10-48
24	74	Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco.....	27-10-48
25	75	Orlando Arruda.....	1- 1-49
26	76	Celso Raul Garcia.....	9- 3-49
27	77	Sotero Cosme.....	15- 3-49
28	78	Fernando Ronald de Carvalho.....	27- 5-49
29	79	Mozart Gurgel Valente Júnior.....	27- 5-49
30	80	Mario Vieira de Mello.....	7- 6-49
31	81	Mario Gibson Alves Barbosa.....	17- 6-49
32	82	José Julio Carvalho Pereira de Moraes.....	8- 6-49
33	83	Zilah Mafra Peixoto.....	10- 6-49
34	84	Maury Gurgel Valente.....	21- 6-49
35	85	Jayme de Souza Gomes.....	21- 6-49
36	86	Henrique Rodrigues Valle.....	6- 7-49
37	87	José Oswaldo de Meira Penna.....	25- 7-49
38	88	Donatello Grieco.....	11- 8-49
39	89	Arthur Gouvêa Portella.....	12- 8-49

(*) — Em comissão fora da Secretária de Estado.

CARGOS		NOMES	DATA DE APRESENTAÇÃO
40	90	Carlos Jacintho de Barros.....	25- 8-49
41	91	Roberto de Oliveira Campos.....	31- 8-49
42	92	Arnaldo de Oliveira Ferreira.....	24-10-49
43	93	Vicente Paulo Gatti.....	24-12-49
<i>Terceiros Secretários e Consules de 3.ª classe</i>			
1	94	Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.....	12- 5-45
2	95	Amaury Banhos Porto de Oliveira.....	15-12-45
3	96	Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi.....	15-12-45
4	97	Carlos Santos Veras.....	15-12-45
5	98	José Carlos Cavalcanti Linhares.....	26-12-45
6	99	Eugenio Aureliano Leal Borges.....	26-12-45
7	100	Paulo Padilha Vidal.....	15- 1-48
8	101	João Desiderati Monetti.....	15- 1-48
9	102	Oscar Sotto Lorenzo Fernandez.....	15- 1-48
10	103	Edipo Santos Maia.....	15- 1-48
11	104	João Luis Arcias Neto.....	15- 1-48
12	105	Raimundo Nonato Loyolla de Castro.....	15- 1-48
13	106	Othon do Amaral Henrique Filho.....	15- 1-48
14	107	Luiz Garrido Cavadas.....	15- 1-48
15	108	Helio Fonseca e Silva Bittencourt.....	15- 1-48
16	109	Otavio Luiz de Berenguer.....	15- 1-48
17	110	Angelo João Regattieri Ferrari.....	15- 1-48
18	111	Abilio Telles Machado.....	15- 1-48
19	112	Paulus da Silva Castro.....	15- 1-48
20	113	Antonio Fantinato Neto.....	15- 1-48
21	114	Alcindo Carlos Guanabara.....	15- 1-48
22	115	Marcos Magalhães de Sousa Dantas Romero.....	15- 1-48
23	116	Alfredo Rainho da Silva Neves.....	15- 1-48
24	117	Celso Antonio de Sousa e Silva.....	15- 1-48
25	118	Gilberto F. R. A. Chateaubriand B. de Melo.....	15- 1-48
26	119	Paulo Amélio do Nascimento Silva.....	15- 1-48
27	120	Rodolfo Godoy de Sousa Dantas.....	15- 1-48
28	121	Sérgio Mauricio Corrêa do Lago.....	15- 1-48
29	122	Octavio do Nascimento Brito Filho.....	15- 1-48
30	123	Helio Antonio Scarabótolo.....	15- 1-48
31	124	Oswaldo Barreto e Silva.....	15- 1-48
32	125	Anibal Alberto de Albuquerque Maranhão.....	15- 1-48
33	126	Arnaldo Leão Marques.....	22- 1-48
34	127	Raul Corrêa de Smandeck.....	22- 1-48
35	128	Fernando de Menezes Campos (*).....	22- 1-48
36	129	Ayrton Diniz.....	22- 1-48
37	130	José Barreiros.....	22- 1-48
38	131	Eurico Nazareth Nogueira Ribeiro.....	11-12-48
39	132	Heitor Pinto de Moura.....	11-12-48
40	133	Vitor José da Silveira.....	11-12-48
41	134	Nestor Luís Fernandes Barros Santos de Lima.....	11-12-48
42	135	Lyle Amauri Tarisse da Fontoura.....	11-12-48
43	136	Lauro Soutelo Alves.....	11-12-48

(*) Em comissão na Secretaria de Estado.

N.º ATAC		CARGOS	NOMES	DATA DE APRESENTAÇÃO
48	141		Faust Cardona.....	4- 4-49
49	142		Nisto Medeiros Batista Martins.....	4- 4-49
50	143		Daniel Joseph Corbett Júnior.....	1- 7-49
51-52-53				51-52-53
54-55-56				54-55-56
57-58-59				57-58-59
60-61-62				60-61-62
63-64-65				63-64-65
66-67-68				66-67-68
69-70-71				69-70-71
72-73-74				72-73-74
75-76-77				75-76-77
78-79-80				78-79-80
81-82-83				81-82-83
84-85-86				84-85-86
87-88-89				87-88-89
90-91-92				90-91-92
93-94-95				93-94-95
96-97-98				96-97-98
99-100-101				99-100-101
102-103-104				102-103-104
105-106-107				105-106-107
108-109-110				108-109-110
111-112-113				111-112-113
114-115-116				114-115-116
117-118-119				117-118-119
120-121-122				120-121-122
123-124-125				123-124-125
126-127-128				126-127-128
129-130-131				129-130-131
132-133-134				132-133-134
135-136-137				135-136-137
138-139-140				138-139-140
141-142-143				141-142-143
144-145-146				144-145-146
147-148-149				147-148-149
150-151-152				150-151-152
153-154-155				153-154-155
156-157-158				156-157-158
159-160-161				159-160-161
162-163-164				162-163-164
165-166-167				165-166-167
168-169-170				168-169-170
171-172-173				171-172-173
174-175-176				174-175-176
177-178-179				177-178-179
180-181-182				180-181-182
183-184-185				183-184-185
186-187-188				186-187-188
189-190-191				189-190-191
192-193-194				192-193-194
195-196-197				195-196-197
198-199-200				198-199-200

N.º 7

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL EM EXERCÍCIO NA SECRETARIA DE ESTADO

	NOMES
MINISTRO DE ESTADO:	Raul Fernandes, Embaixador.
Gabinete do Ministro de Estado:	Officiais: Odette de Carvalho e Souza, Conselheiro. Mario Gibson Alves Barbosa, Segundo Secretário. Auxiliares: Branca Calvet de Azevedo, Arquivologista, classe K. Maria de Lourdes Alfinito, Arquivologista, classe J. Maria Edith Villar Ribeiro, auxiliar Administrativo, 25. Natercia Soares de Oliveira, Escrevente-Datilógrafo, 21.
Introdutor Diplomático:	João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa, Ministro de 2.ª classe.
SECRETARIA GERAL:	C. de Freitas-Valle, Embaixador. Auxiliares: Jorge Emilio de Sousa Freitas, Ministro de 2.ª classe. Antônio Corrêa do Lago, Primeiro Secretário. Everaldo Dayrell de Lima, Segundo Secretário. João Augusto de Araujo Castro, Cônsul de 2.ª classe. Zina Montarroyos Leite, Dactilógrafo, classe E. Noemia Lobo de Amorim Garcia, Aux. Administrativo, 26.
CHEFE DO DEPARTAMENTO POLÍTICO E CULTURAL:	Rubens Ferreira de Mello, Ministro de 1.ª classe. Auxiliares: Antônio Cândido da Câmara Canto, Segundo Secretário. Alfredo de Pimentel Brandão, Segundo Secretário. Gil Guilherme Mendes de Moraes, Cônsul de 2.ª classe. Maria Marques de Oliveira, Aux. Administrativo, 24 Sylvia Póvoas, Aux. Administrativo, 24.
Divisão Política:	Henrique de Souza Gomes, Ministro de 2.ª classe, Chefe. Carlos Buarque de Macedo, Conselheiro. Mauricio Wellisch, Primeiro Secretário. José Oswaldo de Meira Penna, Segundo Secretário. Roberto Jorge dos Guimarães Bastos, Segundo Secretário. Wagner Pimenta Bueno, Segundo Secretário. Henrique Rodrigues Valle, Segundo Secretário. Paulo Braz Pinto da Silva, Segundo Secretário. Mozart Gurgel Valente Júnior, Segundo Secretário. Carlos Jacintho de Barros, Segundo Secretário. Paulus da Silva Castro, Cônsul de 3.ª classe. Arthur Bernardes Alves de Souza, Cônsul de 3.ª classe. Lauro Soutello Alves, Cônsul de 3.ª classe.

	NOMES
<i>Divisão Cultural:.....</i>	Roberto Mendes Gonçalves, Ministro de 2.ª classe, Chefe. Vinício da Veiga, Cônsul de 1.ª classe. Carlos Alberto Gonçalves, Conselheiro. Aluizio Napoleão de Freitas Rego, Primeiro Secretário. Hélio da Fonseca e Silva Bittencourt, Cônsul de 3.ª classe. Rodolfo Godoy de Souza Dantas, Cônsul de 3.ª classe. Sérgio Maurício Corrêa do Lago, Cônsul de 3.ª classe. Arnaldo Leão Marques, Cônsul de 3.ª classe. Pindaro Tasso Jatahy, Auxiliar Administrativo, 28. Dagmar Peryassu, Escriturário, classe E. Ilza Viviani Telles, Guarda-Livros, classe E, int. Gilza Felício dos Santos, Escrevente Dactilógrafo, 19.
<i>Serviço de Publicações:.....</i>	Wladimir do Amaral Murtinho, Segundo Secretário, Chefe. Maria Clara Pinheiro Guimarães, Escrevente-Dactilógrafo. José de Paiva Gonçalves Calvet, Escrevente-Dactilógrafo
<i>Depósitos de Impressos:.....</i>	Balthazar Franklin Távora, Dactilógrafo, classe G. Maria da Glória Ferraz, Auxiliar. Nelson Pinto Bastos, Artífice, 20. Noéidio de Barros Florambel, Aux. de Artífice, diarista.
<i>Divisão do Cerimonial:.....</i>	Joaquim de Souza Leão Filho, Ministro de 2.ª classe, Chefe. Antonio Roberto de Arruda Botelho, Primeiro Secretário. Manuel Antonio de Pimentel Brandão, Segundo Secretário. Manuel de Teffé, Segundo Secretário. Manoel Antonio Maria de Pimentel Brandão, Segundo Secretário. José Julio Carvalho Pereira de Moraes, Segundo Secretário. Miguel Paulo J. M. da S. P. do Rio Branco, Cônsul de 2.ª classe. João Luiz Areias Netto, Cônsul de 3.ª classe. Luiz Garrido Cavadas, Cônsul de 3.ª classe. Octavio do Nascimento Brito Filho, Cônsul de 3.ª classe. Maria de Lourdes Lemos Lessa, Arquivologista, classe J. Júlia Figueira de Mello, Oficial Administrativo, I (FOR). Cecilia Figueira de Mello, Escriturário, classe F. Lucilia Bhering Delaytil, Aux. Administrativo, 27. Laura de Barros Moreira, Aux. Administrativo, 25. Manuel Rodrigues Machado, Aux. Administrativo, 22. Rachel Biasotto Mano, Escrevente-Dactilógrafo, 21.
<i>Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais:.....</i>	Octavio do Nascimento Brito, Ministro de 2.ª classe, Chefe. Fernando Nilo Alvarenga, Cônsul de 1.ª classe. Arnaldo de Oliveira Ferreira, Segundo Secretário. Angelo João Regattieri Ferrari, Cônsul de 3.ª classe. Antônio Fantinato Neto, Cônsul de 3.ª classe. Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura, Cônsul de 3.ª classe.
<i>Divisão de Fronteiras:.....</i>	Alvaro Teixeira Soares, Ministro de 2.ª classe, Chefe. Murillo Tasso Fragozo, Conselheiro. Lucillo Haddock Lobo, Segundo Secretário.

	NOMES
	Alberto Raposo Lopes, Segundo Secretário. Arthur Gouvêa Portella, Cônsul de 2.ª classe. Oscar Sotfo Lorenzo Fernandez, Cônsul de 2.ª classe. Albertina Colonna do Amaral, Aux. Administrativo, 24. Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Coronel, Consultor Técnico.
CHEFE DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO E CONSULAR.....	Moacyr Ribeiro Briggs, Ministro de 2.ª classe. Auxiliares: Lauro Soutello Alves, Cônsul de 3.ª classe. Déa de Brito Pereira, Escrevente-Dactilógrafo, 19.
<i>Divisão Econômica</i>	Oscar Pires do Rio, Ministro de 2.ª classe, Chefe. Jenny Rezende Rubim, Cônsul de 2.ª classe. Celso Raul Garcia, Segundo Secretário. Edmundo Barbosa da Silva, Cônsul de 2.ª classe. Roberto de Oliveira Campos, Segundo Secretário. Julio Agostinho de Oliveira, Segundo Secretário. Maury Gurgel Valente, Segundo Secretário. Celso Barbosa Cavalcanti, Cônsul de 3.ª classe. Carlos Santos Veras, Cônsul de 3.ª classe. Amaury Banhos Pôrto de Oliveira, Cônsul de 3.ª classe Gilberto Francisco R. A. Chateaubriand Bandeira de Mello, Cônsul de 3.ª classe. Paulo Padilha Vidal, Cônsul de 3.ª classe. João Desiderati Monetti, Cônsul de 3.ª classe. Alcindo Carlos Guanabara, Cônsul de 3.ª classe. Miriam Angela Fernandes Marques, Dactilógrafo, classe D. Dahlia de Almeida Rodrigues, Criptógrafo, 26. Ruth Motta, Escrevente Dactilógrafo, 20. Beethoven Corrêa de Almeida, Escrevente-Dactilógrafo, 19.
<i>Divisão de Passaportes</i>	Henrique Pinheiro de Vasconcelos, Ministro de 2.ª classe, Chefe. Lauro de Andrade Muller, Primeiro Secretário. Orlando Arruda, Segundo Secretário. Paulo do Rio Branco Nabuco de Gouvêa, Segundo Secretário. Raymundo Nonnato Loyola de Castro, Cônsul de 3.ª classe. Oswaldo Barreto e Silva, Cônsul de 3.ª classe. Hélio Antonio Scarabótolo, Cônsul de 3.ª classe. Edipo dos Santos Maia, Cônsul de 3.ª classe. Celso Antonio de Souza e Silva, Cônsul de 3.ª classe. Yollette Soares de Miranda, Escriturário, classe F. Antonio Carlos de Paiva, Escrevente-Dactilógrafo, 20. Antônio de Oliveira Ribeiro, Escrevente-Dactilógrafo, 20. Léa da Rocha, Escrevente-Dactilógrafo, 19.
<i>Divisão Consular</i>	Maria da Glória Ferraz Graça, Escrevente-Dactilógrafo 19. Adriano de Souza Quartin, Ministro de 2.ª classe, Chefe. José Caetano Bueno Horta Filho, Cônsul de 1.ª classe, Chefe interino- Zuleika Barroso Lintz, Cônsul de 1.ª classe.

	NOMES
	José Gomide Júnior, Cônsul de 1.^a classe. Francisco de Borja Baptista de Magalhães, Cônsul de 1.^a classe. João Baptista Soares de Pinna, Segundo Secretário. Fernando Ronald de Carvalho, Segundo Setretário. Sotero Cosme, Cônsul de 2.^a classe. Vicente Paulo Gatti, Segundo Secretário. Eugenio Aurelino Leal Borges, Cônsul de 3.^a classe. Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima, Cônsul de 3.^a classe Mario Loureiro Dias Costa, Cônsul de 3.^a classe. Daniel Joseph Corbett Junior, Cônsul de 3.^a classe. Carlota Maria de Souza Areas, Escriturário, classe F.
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.....	Fernando Lobo, Ministro de 1.^a classe. Auxiliares: Zilah Mafra Peixoto, Cônsul de 2.^a classe. Pedro de S. F. Gonçalves Braga, Cônsul de 3.^a classe. Raul Corrêa de Smandek, Cônsul de 3.^a classe. Genny Xavier Marques, Escriturário, classe G. Maria Amélia Neiva de Aguiar Nelson, Dactilógrafo, classe F. Maria Sylvia de Noronha, Aux. Administrativo, 24.
<i>Divisão do Pessoal.....</i>	A. Boulitreau Fragoso, Ministro de 2.^a classe, Chefe. Francisco Eulálio do Nascimento e Silva, Cônsul de 2.^a classe. Maria Aparecida de Carvalho e Sá, Tesoureiro-auxiliar, padrão M. Thereza Eugênia Vianna Bandeira, Class. Arquivo Especial, padrão J. Suzette Vasconcellos de Paula Moll, Dactilógrafo classe D. Maria Celeste de Sá Almeida, Dactilógrafo, classe E. Roma Gioia, Aux. Administrativo, 28. Luiz Philippe de Florambel Pinto Peixoto, Administrativo, 26. Zoeh Yvonne da Veiga Ferreira Pontes, Auxiliar Administrativo, 26 Maria Elisa de Maya Monteiro Gepp, Escrevente-Dactilógrafo, 22. Georgina Loup, Escrevente-Dactilógrafo, 22. Nilza Gouveia, Escrevente-Dactilógrafo, 20. Paulo Miranda, Médico, 28. Jayme Madruga de Souza Freitas, Dentista, 24. Cecilia Amaral Ornellas, Auxiliar dos Serviços Médicos, 18.
<i>Divisão do Material.....</i>	Jayme Cardoso, Conselheiro, Chefe. João Carvalho de Moraes, Cônsul de 1.^a classe. Gilda Schayer Fraga, Técnico do Material' padrão K. Maria Helena de Maya Monteiro, Guarda-livros, classe E, int. Felicy Ludmilla W. de Carvalho, Dactilógrafo, classe D. Helena de Aguiar Pantoja, Aux. Administrativo, 25. Antônio de Oliveira Pinto Jr., Aux. Administrativo, 24.
Serviço do Patrimônio do Ministério das Relações Exteriores.....	Ministro Djalma Pinto Ribeiro de Lessa, Conservador Padrão N. Manoel Baptista Peixoto de Magalhães, Segundo Secretário. Olavo Redig de Campos, Engenheiro (FOR). Rosa Rodrigues Pacheco, Dactilógrafo, classe G.

	NOMES
Superintendência da Administração do Edifício.....	Edison Ramos Nogueira, Cônsul de 2.ª classe. José Boavista Macieira, Cônsul de 2.ª classe.
Arrecadação:.....	Claudionor Ayres Estruc, Escrevente-Dactilógrafo, 23.
Divisão do Orçamento:.....	Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu Filho, Primeiro Secretário, Chefe. Eurico Nazareth Nogueira Ribeiro, Cônsul de 3.ª classe. Humberto Soares de Pinho, Oficial Administrativo, classe M (FOR) Paulino de Oliveira Diamico, Contabilista, padrão L. Lauro Silva, Técnico de Orçamento, padrão K. Hamilton Pereira da Silva, Oficial Administrativo (FOR). Maria de Lourdes Tavares, Dactilógrafo, classe D. Terezinha de Castro Lima, Escrevente-Dactilógrafo, 20.
Divisão de Comunicações:.....	João Emilio Ribeiro, Conselheiro, Chefe. Jayme de Souza Gomes, Segundo Secretário. Alfredo Rainho da Silva Neves, Cônsul de 3.ª classe. Anibal Alberto de Albuquerque Maranhão, Cônsul de 3.ª classe. Maria Amália Mattos, Oficial Administrativo, classe I (FOR). Maria Elena Pitanga Campista, Dactilógrafo, classe F. Anna Clara dos Reis, Dactilógrafo, classe F. Mário Baptista de Magalhães, Arquista, classe E, int. Inez Wist, Arquivista, classe E, int. Maria de Lourdes Dunshee de Abranches, Arquivista, classe E, int. Eny Loureiro Lima, Arquivista, classe E, int. Myrthes Moreira Martins Ferreira, Dactilógrafo, classe D. Edith Oliveira, Dactilógrafo, classe D. Doris Luzio de Araújo, Dactilógrafo, classe D. Maria de Lourdes Pimentel, Criptógrafo, 28. Noêmia Baptista, Criptógrafo, 27. Iracema Dutra Ferreira, Auxiliar Administrativo, 27. Helena Souto Grumbach, Criptógrafo, 26. Olga de Andrade Botelho, Criptógrafo, 26. Vera Souza Castro, Criptógrafo, 25. Mariana de Castro Menezes, Auxiliar Administrativo, 25. Othon Guimarães, Criptógrafo, 25. Deirel Reinaldo da Silva, Criptógrafo, 24. Arnaldo Parisot Dias Pereira, Criptógrafo, 24. Osmar Veiga de Rezende, Auxiliar Administrativo, 23. Palmyra de Souza Duarte, Escrevente Dactilógrafo, 22. Marcel Costallat Duclos, Escrevente Dactilógrafo, 22. Irany Cardoso, Escrevente Dactilógrafo, 21. Aurea Cabral Viana, Escrevente Dactilógrafo, 20. Sylvia Pará Mercurin, Escrevente Dactilógrafo, 21. Mario Wilson Fernandes, Escrevente Dactilógrafo, 21. Maria da Penha Ramalho, Escrevente Dactilógrafo, 20. Edith Motta, Escrevente Dactilógrafo, 21. Izela Danielewicz Niepce da Silva, Escrevente Dactilógrafo, 20. José Maria Delgado Tubino, Escrevente Dactilógrafo, 20. Fernando Luiz Setembrino de Carvalho Almeida, Escrevente Dactilógrafo, 19.

	NOMES
	Lyonesse Sônia Vignoles, Escrevente Dactilógrafo, 19. Altair de Moura Tavares, Escrevente Dactilógrafo, 19. Mercedes Lírio, Auxiliar. Esmeralda Presta, Auxiliar, (FOR). Alda Gomes de Araújo, Auxiliar. Aurelina Alves Moreira, Auxiliar. Roselys Eutrópio Alvares de Sousa, auxiliar. Marina Fraga de Moraes, Auxiliar. Maria da Glória Bastos Silva, Auxiliar. Maria Letícia Ribeiro da Luz Graça, Auxiliar. Ondina Ribeiro de Castro, Auxiliar.
Arquivo:.....	Milton Faria, Cônsul de 2.ª classe, Chefe. Juracy Ferreira da Costa, Arquivologista, classe I. Herminia Biasotto Costa, Arquivologista, classe I. Cecilia Alves Velloso, Arquivologista, classe I. Sylvia Euridice Murtinho, Arquivologista, classe I. Albertina de Castro Menezes, Arquivologista, classe I. Marina Gigliotti de Barros, Arquivologista, classe I. Lia Cruz, Arquivista, classe H. Maria Clara Santos Dias, Arquivista, classe G. Alina da Costa Lima, Arquivista, classe F. Maria Josephina Leal Bhering, Arquivista, classe F. Violeta Gomes, Arquivista, classe E, int. Beatriz Rita Carneiro de Miranda, Arquivista, classe E. Liomar Guerra Novais da Silva, Arquivista, classe E. Miracy Cavalcanti de Macedo, Escriturário, classe E. Lydia Rodrigues da Fonseca, Dactilógrafo, classe E. Nalice Targino da Fonseca, Arquivista, classe E, int. Luis Baptista Ferreira Leão, Arquivista, classe E, int. Hilda d'Aparecida Bertucci Peçanha, Aux. Administrativo, 24. Ormezinda Moreira da Silva, Dactilógrafo, classe D. Niza Cisneiros da Costa, Dactilógrafo, classe D. Cicero José da Silva, Escrevente Dactilógrafo, 21. Elza Vargas, Escrevente Dactilógrafo, 20. Messias Guimarães Sobrinho, Escrevente Dactilógrafo, 20. Lucy Fonseca, Escrevente Dactilógrafo, 20. Odette Maria Nicolina Costabili, Escrevente Dactilógrafo, 20. Maria da Conceição Azevedo Costa, Escrevente Dactilógrafo, 20. Clara Lúcia Coelho Neto, Escrevente Dactilógrafo, 20. Alcione Xavier, Escrevente Dactilógrafo, 20. Lucy de Castro e Silva, Escrevente Dactilógrafo, 19. Emilia Nelson de Oliveira Góes, Escrevente Dactilógrafo, 19. Julita Rodrigues Ramos, Diarista. Nilza da Cruz Gonçalves, Auxiliar. Maria Cecilia Monteiro, Auxiliar. Geraldina Cavalcanti de Macedo, Auxiliar. Jeruza Lima de Abreu, Auxiliar. Anisor Capucci Bastos, Auxiliar. Doraine da Conceição Patricio, Auxiliar. Carmelita Pires Lopes, Auxiliar.
Telefonistas:.....	Herondina Lage Cardoso, Telefonista, 21. Josefina Ida Bansemer de Campos, Telefonista, 21.

NOMES

	Maria da Glória Monteverde Chagas, Telefonista, 21. Alice de Araújo Vignoles, Telefonista, 20. Izabel de Souza Magalhães, Telefonista, 20. Cornélia de Carvalho Sá Silveira, Telefonista, 20. Albertina de Souza Rosa, Telefonista, 20. Maria Giovanna Crivella de Carvalho, Telefonista, 20. Abigail Medeiros, Telefonista Auxiliar. Tédia Angélica Leal Fernandes, Telefonista Auxiliar. Juraci Lage Lasso, Telefonista Auxiliar.
Expedição:.....	Nelson José Moreira, Escrevente Dactilógrafo, 23. Leonel Santiago, Escrevente Dactilógrafo, 21. Francisco Marcelino da Gama, Escrevente Dactilógrafo, 20.
Seção de Multiplicação:.....	Maria Nanni Martins, Aux. Administrativo 25. Antonio Rezende de Azevedo, Dactilógrafo, classe D. Armando Pinto Missel, Mestre, 24 João Francisco Tenda, Mestre, 22. Lygia Nanni Langsdortff, Auxiliar,
Serviço de Documentação:.....	Luiz Camillo de Oliveira Neto, Redator, Padrão N, Chefe. Raul Vacchias, Cônsul de 1.ª classe. Marcos Magalhães de Souza Dantas Romero, Cônsul de 3.ª classe Celina de Abreu Braga, Bibliotecário, classe I. Edith Mercurin Muniz Ribeiro, Bibliotecário, I. Osiris Carneiro Leão, Aux. Administrativo, 28.
Arquivo Histórico:.....	Nicanor Damazio e Mello de Oliveira, Cônsul de 1.ª classe, Chefe. Constança Wright, Arquivologista, classe K. Arquibaldo de Miranda, Arquivista, classe G.
Biblioteca:.....	Paschoal Carlos Magno, Segundo Secretário, Chefe. Lydia Maria de Queiroz Combacau, Bibliotecário, classe K. Stael Alves Pequeno, Bibliotecário, classe J. Armando Brito de Souza, Bibliotecário, classe I. Armando Ortega Fontes, Bibliotecário, classe I. Sarah Gomes de Araújo, Bibliotecário, classe I. Eunice da Motta Amaral, Escriturário, classe G. Heloisa Bhering, Bibliotecário Auxiliar, classe G. Maria Lucia Bhering Coimbra, Bibliotecário Auxiliar, classe F. Yolanda de Almeida Henriques, Escriturário, classe F. Marina Bhering Dias Pereira, Escrevente Dactilógrafo, 21. Martha Maria Gonçalves, Escrevente Dactilógrafo, 20. Maria Aparecida Bransford de Oliveira, Escrevente Dactilógrafo, 20
Mapoteca:.....	Isa Adonias, Aux. Administrativo, 27. Alice Pecegueiro Fernandes, Dactilógrafo, classe G. Lydia Fernandes de Oliveira, Bibliotecário Auxiliar, classe E. Maria de Lourdes Jovita, Técnico de Mapoteconomia (FOFT).
Instalação Fotostática:.....	Alair Botelho, Fotógrafo, classe F. Luiz de Oliveira, Eletricista, classe F.

	NOMES
Oficina de Encadernação e En- telamento.....	Elpidio José Tavares, Mestre, 24. Pompeu Pinto de Oliveira, Artífice 21. David de Andrade Hottum, Artífice, 22. Antonio Marques Furtado, Artífice, 22. Coriolano Francisco dos Santos, Artífice, 21. Renato Waltz, Artífice, 20. Malvino Costa, Artífice, 19. Manoel Monteiro Nora, Artífice, 19. Jair Sebastião dos Santos, Aprendiz. Paulo Soares Cunha Faria, Aprendiz. João Baptista Ferreira, Aprendiz. Pedro Rainho, Aprendiz.
Seção de Mecanografia:.....	Amaury Banhos Porto de Oliveira, Cônsul de 3.ª classe. Revisor. Branca Luiza Rondon, Arquivologista, classe I, Chefe. Ilka Vianna de Moura, Dactilógrafo, classe E. Hilza Mauricio da Fonseca, Dactilógrafo, classe D. Léa Colonese Bonorino, Dactilógrafo, classe D. Maria de Lourdes Ribeiro, Escrevente Dactilógrafo, 20. Elza Martins de Souza, Escrevente Dactilógrafo, 20. Maria Thêreza Leão Velloso Ebert, Auxiliar. Gilda Pitanga Campista, Dactilógrafo, classe E. Eunice Oliveira Carneiro, Dactilógrafo, classe D. Maria da Glória Pecegueiro Lima, Escrevente Dactilógrafo, 20. Sylvia Lima de Abreu, Escrevente Dactilógrafo, 19. Rita Eutrópio Alvares de Souza, Diarista. Creusa Elsie Vignoles Pereira, Auxiliar.
SERVIÇO JURÍDICO.....	Doutor Levy Fernandes Carneiro, Consultor Jurídico. Nísio M. Baptista Martins, Cônsul de 3.ª classe. Therêza Esther Rodrigues Pereira, Escrevente Dactilógrafo, 22.
COMISSÃO DE REPARTIÇÕES DE GUERRA:.....	Landulfo Antonio Borges da Fonseca, Cônsul de 2.ª classe. Dulce Soares de Oliveira, Dactilógrafo F. Ivonilde Santos Rocha, Dactilógrafo, classe E.
COMISSÃO DE ORGANISMOS INTER- NACIONAIS:.....	Antonio Mendes Viana, Conselheiro, Chefe. Mario Vieira de Mello, Segundo Secretário. Othon do Amaral Henriques Filho, Cônsul de 3.ª classe. Paulo Amelio do Nascimento e Silva, Cônsul de 3.ª classe. Octavio Luiz de Berenguer Cesar, Cônsul de 3.ª classe. Eberaldo Abilio Telles Machado, Cônsul de 3.ª classe. Paulo Cabral de Mello, Cônsul de 3.ª classe. José Barreiros, Cônsul de 3.ª classe. Heitor Pinto de Moura, Cônsul de 3.ª classe. Victor José da Silveira, Cônsul de 3.ª classe. Maria Cecilia de Rezende Martins, Dactilógrafo, classe D.

	NOMES
COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DAS CONCESSÕES TARIFÁRIAS DO ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO.....	Antonio de Vilhena Ferreira Braga, Ministro de 2.ª classe. Presidente Clóris Martins Ferreira Smith Braz, Escriturário, classe F.
COMISSÃO INCUMBIDA DE ESTUDAR E ORDENAR OS PRECEDENTES DI- PLOMÁTICOS BRASILEIROS.....	João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, Ministro de 2.ª classe. Arthur dos Guimarães Bastos, Ministro de 2.ª classe. Leopoldo Teixeira Leite-Filho, Ministro de 2.ª classe.
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.....	Renato Costa Almeida, Redator, Padrão N, Chefe. Donatello Grieco, Cônsul de 2.ª classe. Emmanuel Stumpf, Redator, Padrão L. Raul José de Sá Barbôsa, Cônsul de 3.ª classe. José Carlos Cavalcanti Linhares, Cônsul de 3.ª classe. Haroldo Tapajós Gomes, Redator, Padrão K. Everardo Augusto Pereira Guilhon, Redator, Padrão K. Urânia Almeida Vianna, Redator, Padrão J. Maria Luiza Figueiredo Pereira da Silva, Redator, Padrão J. Alayde de Oliveira, Escriturário, classe F. Maria Dilma de Baêre, Dactilógrafo, classe D. Iracema Lobo Bethlem, Aux. Administrativo, 27.
INSTITUTO RIO-BRANCO.....	Embaixador Lafayete de Carvalho e Silva, Diretor. Raul Bopp, Conselheiro, Chefe da Secretária. Ayrton Diniz, Cônsul de 3.ª classe, Secretário do Diretor e Chefe, in- terino, da Seção Administrativa. José Honorio Rodrigues, Professor, Encarregado da Organização da Seção de Pesquisas. Marina de Barros e Vasconcellos, Escrevente Dactilógrafo, 20. Au- xiliar do Chefe da Seção Técnico-Pedagógica. Jacy Lobato Alvares, Bibliotecário, classe I. Cecília Leite Carneiro Monteiro, Dactilógrafo, classe G. Maria Paletta de Alencar, Arquivista, classe E, int. Regina Lima Abreu, Dactilógrafo, classe D. Naura Teixeira Lopes da Cruz, Escrevente Dactilógrafo, 19. Clotilde Paletta de Alencar, Auxiliar.
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	
Professores — 1.º ano.....	Carlos Henrique da Rocha Lima, Português. Roberto Alvim Corrêa, Francês. John Knox, Inglês. Embaixador Hildebrando Accioly, Direito Internacional Público (ausente). Consul Pedro de Souza Braga, Assistente. Oscar Accioly Tenório, Direito Internacional Privado. José Honorio Rodrigues, História do Brasil.

	NOMES
Professôres — 2.º ano.....	Américo Jacobina Lacombe, História do Brasil, professor em exercício Hilgard O'Reilly Sternberg, Geografia Econômica Geral e do Brasil. Hamilton Leal, Direito Constitucional e Administrativo. Clovis do Rego Monteiro, Português. Louise Jaquier, Francês. Paulo Cesar Machado da Silva, Inglês. Embaixador Hildebrando Accioly, Direito Internacional Público (ausente.) Cônsul Pedro de Souza Braga, Assistente. Oscar Accioly Tenório, Direito Internacional Privado. Pedro Freire Ribeiro, História Política Mundial dos fins do século XVIII aos nossos dias. Américo Cury, Economia Política. José Sampaio de Lacerda, Direito Civil e Comercial.
Diplomados em 1949.....	Armando Salgado Mascarenhas. Arnaldo Rigueira. Cláudio Garcia de Souza. David Silveira de Mota Júnior. Expedito de Freitas Resende. Fernando Augusto Buarque Neto. Frederico Carlos Carnauba. Joaquim de Almeida Serra. José Leal Ferreira Júnior. Luiz Augusto Pereira Souto Maior. Luiz Benjamin de Almeida Cunha. Luiz Philippe d'Amorim Antony. Murillo Gurgel Valente. Ovídio de Andrade Mello. Roberto Chalu Pacheco. Wilson Sidney Lobato.
Alunos do 1.º ano.....	Carlos Alberto Pereira Pinto. Celso Diniz. Dario Moreira de Castro Alves. Eduardo Moreira Hosannah. Geraldo de Heráclito Lima. João Hermes Pereira de Araújo. Marcos Antonio de Salvo Coimbra. Oswaldo Castro Lobo. Paulo Frassinetti Pinto. Renato Bayma Denys. Sérgio Luiz Portella de Aguiar. Sizínio Pontes Nogueira.
PESSOAL DA PORTARIA E GARAGE	
PORTARIA.....	Euclides José Tavares, Chefe. Dionysio de Souza Borges, Sub-Chefe.
Contínuos.....	Altamir Calmon de Almeida. Antenor Dias Pereira. Antonio Joaquim de Souza. Antonio Nardy.

NOMES

Serventes?!

Aristides de Oliveira Palmeira.
Aulicine Augusto dos Santos.
Benedito Pereira.
Braz José de Oliveira.
Estevão Ferreira de Miranda.
Floriano Victor de Moraes.
Francisco Borges Filho.
Horácio José Rosa.
Josué Moraes Rocha.
Manuel Marcelino de Souza.
Octavio Gonzaga.
Oswaldo de Oliveira.
Pedro Paulo Stumpf.
Rodolpho Porthun.
Sylvio Barroso Pereira.
Waldemar de Amorim.
Waldemar Pinto de Oliveira.
Waldemar Teixeira.

Alvaro de Oliveira Lima Borges.
Amalio Martins Costa.
Antonio Fernandes Lopes Filho.
Antonio Garcia de Almeida.
Augusto dos Santos.
Avelino Francisco dos Santos.
Benedito Porcidonio.
Benedito Porcidonio Silva.
Caetano Lopes.
Carlos Borba.
Carlos Rodrigues de Angelis.
Cincinato Simões dos Santos.
Claudionor Monteiro da Silva.
Darcinio Salles de Moraes.
Eulampio Pereira de Castro.
Francisco da Rocha Loureiro.
Haroldo Corrêa dos Santos.
Hilton Ramos de Oliveira.
Herminio Affonso.
Ignácio Costa.
Iracema Nascimento.
Jacob Manoel Filho.
João Antunes Filho.
João Borges Filho.
João Mendes Garrido.
João Alves de Paula.
José Joaquim Dias.
Justino Pereira de Faria.
Manoel Felipe.
Manoel Madeira de Albuquerque.
Manoel Gomes de Souza.
Milton Francisco de Oliveira.
Octacilio de Souza Freitas.
Raul Bezerra da Costa.
Raul Wamozi.
Raymundo Rosa de Moraes.

	NOMES
	Sebastião Martins da Silva. Salvador Ribeiro. Themistocles de Jesus Paula. Umbelino Rodrigues da Silva. Waldemiro Bernardes Fraga. Waldir Costa. Waldir Rodrigues de Mello. Walter Marques Procopio. Wilson Teixeira.
Instalações Elétricas, Telefônicas e Hidráulicas.....	Francisco Ass's dos Santos, Encarregado. Octavio Rodrigues da França Auxiliar. Reynaldo Mendes. José Antonio Diogo.
Mecânicos.....	Jonas Valverde, Mestre. Osvaldo Scovino, Auxiliar
Carpinteiro.....	Alberto Filardi, Mestre.
Pintor.....	Manoel Freitas da Silva Lessa, Mestre.
Estofador.....	Francisco Rodrigues de Faria, Mestre.
Jardineiros.....	Astrogildo Lacerda Mello. Francisco Manoel Afonso. Manoel Braz Francisco. Mario Gonçalves Santana.
Vigias.....	Antonio de Almeida e Silva. Evaldo Flores Lyra. Oribio Rangel. Pedro de Freitas. Humberto Pissurno. José Roberto de Silva Cabral.
Pedreiro.....	Aquilino Soares Faria.
Relojoeiro.....	Alfredo Marques.
Motoristas.....	Abel Nicolau Eloy, chefe da Garage. Antenor Alves dos Santos. Antonio Calixto da Silva. Dacio Moreira Filho. Daniel Martins Brito. Durval Julio dos Santos. Edgar Barbosa Dantas.

	NOMES
	Eduardo de Almeida. Ernande Mendes de Brito. Eugenio Develly. Euclides da Silva. João da Silva Amaral. Jorge Francisco de Azevedo. José Luiz G. de Moura. Manoel Rodrigues da Silva. Mario Rodrigues. Miguel Archanjo Pires. Nelson Pereira. Oswaldo Pascini de Faria. Sebastião Caldas. Waldemar Rodrigues da Silva. Wilson Orlando Alô.
Mensageiros.	Acyr José Moreira. Agostinho Carneiro de Azevedo. Aureo Pereira de Magalhães. Eden Pinto de Souza. Edyr Cordeiro. Enio Flores de Lira. Evaristo José de Freitas. Evenir Pinto de Souza. Gelmir Barbosa Jota. Helio Pereira de Magalhães. Ivan Teixeira. Manoel Antônio Porcidonio. Moacyr Pereira. Ney Gonçalves. Ney José de Freitas. Milton Scafuto. Octacilio José da Silva. Paulo Azeredo Pereira. Paulo Caldas. Paulo Francisco da Silva.

EM COMISSÃO FORA DA SECRETARIA DE ESTADO

Secretaria da Presidência da República.....	João Alberto Lins de Barros, Ministro de 1.ª classe	20-12-49
	Francisco d'Alamo Louzada, Ministro de 2.ª classe	26-12-44
	Helio de Burgos Cabal, Cônsul de 2.ª classe.....	8- 3-46
	Augusta Ferreira Martins, Arquivologista, classe J	
	Laura Braga, Auxiliar Administrativo, 27	
	Cecy Amaral de Castilhos, Escrevente-Dactilógrafo, 19	
	Dirceu Fernandes Pinto, Motorista, 20	
Banco do Brasil.....	Fernando de Menezes Campos, Cônsul de 3.ª classe	27- 8-48
Comissão Jurídica Interamericana	Dulce Cunha, Auxiliar Administrativo, 24	
	Maria Lucinda Dias Malveira, Escrevente-Dactilógrafo, 22	
	Lucília Galvão Porto, Escrevente-Dactilógrafo, 22	
Departamento Administrativo do Serviço Público.....	José Machado de Faria, Técnico de Pessoal, padrão K.	
	Diogenes Bittencourt Monteiro, Médico, 27.	
Em viagem de inspeção às Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Organismos Internacionais.	Moacyr Ribeiro Briggs, Ministro de 2.ª classe	
Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão.....	Ruth Affonso de Carvalho, Escrevente-Dactilógrafo, 22	
Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.....	Edna Maria Carneiro Lopes, Auxiliar Administrativo, 24.	
Secretariado da Nações Unidas....	Helena Lisboa Leite Pinto, Arquivologista, classe, I.	

N.º 8

**QUADRO DAS MISSÕES DIPLOMATICAS BRASILEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 1949**

POSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO POSTO
		EXTERIOR	
ANCARA (E).....	Mario de Castello Branco, Embaixador.....	5- 2-46	6- 9-48
	Paulo Clemente Sousa Dantas, Primeiro Secretário	5- 1-48	5- 1-48
	Jayme Fernandez y Curuclis, Auxiliar Contratado	1- 3-49	
ASSUNÇÃO (E).....	Julio Augusto Barbosa Carneiro, Embaixador.....	12- 7-47	12- 7-47
	Luiz de Souza Bandeira, Primeiro Secretário.....	14- 4-48	14- 4-48
	Aldo de Freitas, Segundo Secretário.....	12- 5-43	28- 6-46
	Alberto Peccicacco, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Tenente-Coronel Heitor de Paiva, Adido Militar Capitão de Mar e Guerra Anibal do Prado Carvalho, Adido Naval. Capitão de Fragata Manoel Poggi de Araujo, Adido Naval Adjunto.		
ATENAS (L).....	Ildefonso Falcão, Ministro (*).....	6-12-44	20- 7-48
	Galba Samuel dos Santos, Segundo Secretário, Encarregado de Negócios.....	3- 1-49	18- 7-49
	Pedro Vitalis, Auxiliar Contratado.....	19- 3-45	
	Josefina Vitalis, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	
BEIRUTE (L).....	Carlos Martins Thompson Flores, Ministro.....	2- 8-48	2- 8-48
	Renato Carneiro da Cunha, Segundo Secretário....	10-12-46	25- 5-49
	Alarico da Silveira Junior, Terceiro, Secretário....	21- 4-48	21- 4-48
	Rachel Geara Khabout, Auxiliar Contratado.....	28-12-36	
	José Muce, Auxiliar Contratado.....	1-12-49	
BELGRADO (L).....	José Ispier Pedro, Auxiliar Contratado.....	1-12-49	
	Ruy Ribeiro Couto, Ministro.....	29- 5-43	17- 6-47
	Vasco Mariz, Terceiro Secretário.....	1- 3-48	8- 7-49

(*) Em férias extraordinárias.

NOTA: A data em seguida a o nome dos Auxiliares Contratados refere-se ao contrato inicial.

POSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO POSTO
		EXTERIOR	
BONN (Delegação junto à Alta Comissão Aliada na República Federal da Alemanha).....	Mario de Pimentel Brandão, Embaixador.....	2- 9-48	
	Carlos Sette Gomes Pereira, Segundo Secretário Liese-Lotte Tinoco de Mattos, Auxiliar Contratado	1- 1-38	
BERNA (L).....	Mario Moreira da Silva, Ministro.....	21- 2-46	21- 2-46
	Milton Teles Ribeiro, Segundo Secretário.....	12- 2-44	10-11-47
	Hygas Chagas Pereira, Primeiro Secretário.....	10- 4-45	3- -3-47
	Erwin Schwartz, Auxiliar Contratado.....	2- 1-37	
	Adele Brugger, Auxiliar Contratado.....		
BOGOTÁ (E)	Carlos Alberto Moniz Gordilho, Embaixador (1)....	25- 5-43	25- 5-43
	Nelson Tabajara de Oliveira, Primeiro Secretário, Encarregado de Negócios.....	16- 9-45	20-12-48
	Georgina Nieto Barac, Auxiliar Contratado.....	1- 2-49	
	Hermes Paixão e Silva, Auxiliar Contratado.....	1- 2-43	
BRUXELAS (E)	Renato de Lacerda Lago, Embaixador.....	24- 6-47	3- 10-47
	Jayne Sloan Chermont, Conselheiro.....	20- 3-48	20- 3-48
	Afonso Rodrigues Palmeiro, Segundo Secretário	21- 2-47	21- 2-47
	Oswaldo Orico, Conselheiro Comercial (*).....	4- 5-45	27-11-48
	Alexandre Georlete, Auxiliar de Consulado, Pa- drão N.....		
	Bento Georlette, Auxiliar Contratado	1- 8-49	
BUENOS AIRES (E).....	Milton de Freitas Almeida, Embaixador.....	20- 1-49	20- 1-49
	Glauco Ferreira de Souza, Ministro Conselheiro....	13- 4-49	13- 4-49
	Carlos Alberto Thomaz Brandes, Primeiro Secre- tário.....	18- 6-45	18- 6-45
	Martim Francisco Lafayette de Andrada, Primeiro Secretário.....	4- 7-49	4- 7-49
	Aluizio Guedes Regis Bittencourt, Segundo Secre- tário.....	2- 7-48	2- 7-48
	Antônio Francisco Azeredo da Silveira, Segundo Secretário.....	13- 7-45	21- 2-49
	José Augusto Prestes de Macedo Soares, Segundo Secretário.....	6- 4-46	6- 4-46
	Paulo Henrique de Paranaguá, Terceiro Secretário.	17- 1-49	17- 1-49
	Leopoldo Diniz Martins Junior, Conselheiro Co- mercial (1)	12- 5-42	
	Edgard de Mello, Conselheiro Comercial		
	Maria Helena Martins Santos, Auxiliar Adminis- trativo.....	1- 4-47	
	Luiza Ribeiro de Carvalho, Auxiliar Administrativo	23- 3-48	
	Maria de Lourdes Ribeiro de Castro, Auxiliar Ad- ministrativo.....	23- 3-48	

(*) Serve cumulativamente na Legação em Haia.

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
BUENOS AIRES..... (Continuação)	Maria de Lourdes Borda, Auxiliar, Administrativo Margarida Chabassus, Auxiliar Contratado..... Maria da Conceição Vieira Gonçalves Auxiliar Contratado..... Coronel Arthur da Costa e Silva, Adido Militar. Capitão de Mar e Guerra Anibal do Prado Car- valho, Adido Naval. Capitão de Fragata Manoel Poggi de Araujo, Adido Naval. Coronel Marcio de Souza e Mello, Adido Aeronáu- tico.	7- 4-49 1- 1-40 15-11-49	
CAIRO (L).....	Themistocles da Graça Aranha, Ministro..... Wagner Pimenta Bueno, Segundo Secretário En- carregado de Negócios..... André Teixeira de Mesquita, Terceiro Secretário..... Michael Zemochol, Auxiliar Contratado..... Michel Sabella, Auxiliar Contratado.....	12-12-44 6-11-44 24- 5-46 1- 4-42 1- 1-32	23- 8-48 5-5-47
CAMBERRA (L).....	José Cochrane de Alencar, Ministro..... Mario Santos, Primeiro Secretário.....	24- 7-48 6-12-41	19-12-49 1-10-46
CARACAS (E).....	Mario Savard de Saint-Brisson Marques, Embai- xador..... Rubens de Araujo, Segundo Secretário..... Estrella Mujica Fajardo, Auxiliar Contratado.....	1-11-43 12- 8-48 1-11-42	14- 2-45 12- 8-48
CIDADE DO VATICANO (E)	Frederico Castello Branco Clark, Embaixador..... Luiz Aranha Pereira, Conselheiro..... Carlos Fernando Leckie Lobo, Terceiro Secretário Deoclecio Redig de Campos, Auxiliar Contratado... Marcella Pucci, Auxiliar Contratado.....	12- 9-44 27- 4-48 20- 7-48 17-11-44 1- 1-48	8- 3-48 27- 4-48 20- 7-48
COPENHAGUE (L).....	Heitor Lyra, Ministro..... Jorge d'Escragnolle Taunay, Segundo Secretário Vigo Holck, Auxiliar Contratado.....	28- 8-45 10- 2-47 17- 9-29	28- 8-45 10-10-49
COSTA RICA (L).....	Oswaldo Furst, Ministro..... Osiris de Oliveira Correia, Terceiro Secretário..... Esther Loutz, Auxiliar Contratado.....	15- 2-46 28- 2-48 1-1-48	17-10-48 28- 2-48
ESTOCOLMO (L).....	Hermes Rodrigues da Fonseca Filho, Primeiro Se- cretário Encarregado de Negócios..... Josias Carneiro Leão, Segundo Secretário..... Henning Nilsson, Auxiliar Contratado..... Stig Wetterberg, Auxiliar Contratado..... Sanda Constantinescu-Brunsson, Auxiliar Con- tratado.....	10- 1-46 23- 8-49 1-12-31 30-11-40 1- 8-49	17- 9-49 23- 8-94

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO PÔSTO
		EXTERIOR	
GUATEMALA (L)	Carlos da Silveira Martins Ramos, Ministro.....	13- 9-43	1- 1-46
	Jorge Pinto da Silva, Terceiro Secretário.....	9- 7-48	9 -7-48
HAIA (L).....	Paulo Coelho de Almeida, Ministro.....	19- 1-43	19- 6-48
	Adolpho de Camargo Neves, Primeiro Secretário...	19- 5-47	19- 5-47
	Oswaldo Orico, Conselheiro Comercial (*)	4- 5-45	27-11-48
	Marcel de Hoo, Auxiliar Contratado.....	1- 1-31	
HAVANA (E).....	Manuel Cesar de Góes Monteiro, Embaixador.....	25- 3-39	
	Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, Primeiro Secretário, Murillo Octacema de Figueiredo Pessoa, Segundo Secretário.....	23-11-48	23-11-48
		19- 5-45	18- 4-49
	Manuel Abelend Martins, Auxiliar Contratado	1- 1-39	
HELSINKI (L).....	Carlos Maximiano de Figueiredo, Ministro Ple- nipotenciário.....	24- 8-42	17-2-45
	José Maria Bello Filho, Segundo Secretário..		
	Arthur Danilo Lindenberg, Auxiliar Contratado....	1- 9-31	
	Vera Oppman, Auxiliar Contratado.....	1- 1-43	
LA PAZ (E).....	Paulo Demoro, Embaixador.....	13- 9-47	13- 9-47
	Annibal Ferras Graça, Terceiro Secretário.....	19- 9-47	
	Francisco Alvarez, Auxiliar Contratado.....	1- 6-49	
	Major Hugo Manhães Bethlehem, Adido Militar.		
LIMA (E).....	Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior, Embaixador.	12- 8-42	17- 2-45
	Waldemar Araujo, Conselheiro.....	20-10-48	20-10-48
	Octavio Conrado, Segundo Secretario.....	29- 6-49	29 -6-49
	Lauro Muller Neto, Terceiro Secretário.....	6- 5-46	18-10-48
	Celso Rios Vilar, Auxiliar Contratado.....	1- 3-44	
	Coronel Nilo Horacio de Oliveira Sucupira, Adido Militar.		
	Capitão de Fragata Helio de Almeida Azambuja, Adido Naval.		
LISBOA (E).....	Samuel de Souza Leão Gracie, Embaixador.....	16- 6-47	16- 6-47
	Orlando Guerreiro de Castro, Conselheiro.....	19- 8-47	19- 8-47
	Braz Florentino Garcia de Souza, Primeiro Secre- tário.....	8- 7-49	8- 7-49
	Ruy Vianna Bandeira, Segundo Secretário.....	2-11-48	2-11-48
	Frank Teixeira, de Mesquita, Segundo Secretário	9- 4-46	9- 4-46
	Murilo de Miranda Basto, Segundo Secretário.....	9- 4-46	9- 4-46
	Fernando Faustino de Figueiredo, Terceiro Secretário	11- 5-46	11- 5-46
	Lucinda Alves de Souza, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	
	Judith Antas, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	

(*) Serve cumulativamente na Embaixada em Bruxelas.

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO PÔSTO
		EXTERIOR	
LONDRES (E).....	José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, Embaixador.....	1- 3-40	1- 3-40
	Mario da Costa Guimarães, Ministro Conselheiro	20-10-44	22- 3-45
	Manoel Pio Correa Junior, Primeiro Secretário.....	19- 3-43	27-11-47
	Jorge de Oliveira Maia, Segundo Secretário.....	4- 7-46	26- 1-49
	Leonardo Eulalio do Nascimento e Silva, Segundo Secretário.....	11-2-44	5- 2-45
	Egídio da Camara Souza, Conselheiro Comercial	4- 6-48	
	Ana Olga Stibich, Auxiliar Administrativo.....	24- 5-48	
	Mario Gomide Ribeiro dos Santos, Auxiliar Contratado.....	20-12-40	
	Gastão Nothman, Auxiliar Contratado.....	1- 3-40	
	Gertrudes Elizabeth Ryan, Auxiliar Contratado....	1- 4-42	
	Daisy Ann Ley Greaves, Auxiliar Contratado.....	1- 6-45	
	Margaret How, Auxiliar Contratado.....	1- 9-47	
	Constance Elizabeth Anderson, Auxiliar Contratado.....	1- 9-47	
	Mercy Calder, Auxiliar Contratado.....	1- 2-47	
	Petra Olesen, Auxiliar Contratado.....	1- 9-49	
	Arthur Stanley, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	
	General de Brigada Floriano de Lima Brayner, Adido Militar		
	Capitão de Mar e Guerra Manoel Roberto de Castilho, Adido Naval		
	Capitão de Corveta Aldo Pessoa Rebelo, Adido Naval Adjunto		
	Major Brigadeiro do Ar Fabio de Sá Earp, Adido Aeronáutico		
MADRID (E).....	Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministro Conselheiro (Encarregado de Negócios).....	16- 1-43	8- 4-46
	Renato Firmino Maia de Mendonça, Primeiro Secretário.....	26 -4-46	5-11-48
	Luiz Leivas Bastian Pinto, Primeiro Secretário.....	28- 6-49	28- 6-49
	George Alvares Maciel, Segundo Secretário.....	10- 7-45	4- 5-49
	Esperanza Jequier, Auxiliar Contratado.....	1- 5-46	
	Maria Tereza Jequer, Auxiliar Contratado.....	1- 2-49	
MÉXICO (E).....	Antonio Camillo de Oliveira, Embaixador.....	6- 6-49	6- 6-49
	Arnaldo de Vasconcelos, Primeiro Secretário.....	11- 3-48	29- 6-49
	Ruy Barreto, Segundo Secretário.....	29- 3-46	23- 7-49
MONTEVIDEO (E).....	José Roberto de Macedo Soares, Embaixador.....	27- 9-45	27- 9-45
	Affonso Barbosa de Almeida Portugal, Ministro (SP).....	18- 4-45	28-12-48
	Maria Luiza Fialho de Castro e Silva, Primeiro Secretário.....	14- 8-45	18- 3-46

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
MONTEVIDEU (E) cont...	Orlando Pimentel de Bittencourt Leal, Segundo Secretário.....	19- 9-45	1- 3-49
	Ruy Barboza de Miranda e Silva, Terceiro Secretário.....	28-6-48	28- 6-48
	Zeny Mafra Peixoto Borba, Auxiliar Contratado..	1- 1-37	
	Jayme Borba, Auxiliar Contratado.....		
	Eugenia Morales de los Rios de Vieira, Auxliar Contratado.....	1- 1-47	
	Eunice Tavares, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	
	Coronel Antonio de Mendonça Molina, Adido Militar Capitão de Mar e Guerra Anibal do Prado Carvalho, Adido Naval. Coronel Marcio de Souza e Melo, Adido Aeronáutico. Capitão de Fragata Manoel Poggi de Araujo, Adido Naval Adjunto.		
NANQUIN (*) (E).....	Gastão Paranhos do Rio Branco, Embaixador....	27- 9-43	4-11-48
	Mario Chagas, Auxiliar Contratado.....	1- 2-36	
	Tetsuji Kik-Kawa, Auxiliar Contratado.....	19- 7-28	
NOVA DELHI (E).....	Rutsuko Minoda, Auxiliar Contratado.....		
	Caio de Melo Franco, Embaixador.....	7-10-49	7-10-49
	Vitorino Vianna de Carvalho, Segundo Secretário..	10- 7-45	4- 2-49
OSLO (L).....	Alzira Botelho Lobo, Auxiliar Contratado.....	15- 2-49	
	Anibal de Saboia Lima, Ministro.....	6- 6-48	6- 6-48
	Fernado Murtinho Braga, Segundo Secretário.....	3-10-47	4- 4-49
	Madeleine Wiersen, Auxiliar Contratado.....	1-2-47	
	Jeanne Sogn, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	
OTTAWA (E).....	Acyr do Nascimento Paes, Embaixador.....	10- 4-46	10- 4-46
	Fernando Ramos de Alencar, Primeiro Secretário...	28-10-48	5- 9-49
	Caio de Lima Cavalcanti, Conselheiro Comercial..		
	Maria do Carmo Boulitreau Fragoso, Auxiliar Contratado.....	1 -4 42	
	Ormindá Pacheco, Auxiliar Contratado.....	1-12-40	
	Brigadeiro do Ar Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, Adido Aeronáutico. Tenente-Coronel Armando Serra de Menezes, Adido Aeronáutico Adjunto.		
PANAMÁ (L).....	Paulo G. Hasslocher, Ministro.....	16- 1-43	16- 1-43
	Elza Pacheco, Auxiliar Contratado.....	1- 8-45	

(*) Provisoriamente em Tóquio.

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
PARIS (E).....	Nemésio Dutra, Ministro Conselheiro, Encarregado de Negócios.....	24- 7-48	24- 7-48
	João Guimarães Rosa Primeiro, Secretário.....	9- 8-48	9- 8-48
	Carlos Alfredo Bernardes, Segundo Secretário.....	6-11-48	6- 11-48
	Roberto Luiz Assunção de Araújo, Segundo Secretário.....	17- 1-49	17- 1-49
	Maria Nadeje de Alencar Pinheiro, Auxiliar Administrativo.....	12- 5-47	
	Luiza Bailly, Auxiliar Administrativo.....	1-10-52	
	Augusto Shaw, Auxiliar Contratado.....	17- 9-34	
	Roberto Castro Brandão, Auxiliar Contratado.....	1- 2-37	
	Maximo Sciolette, Auxiliar Contratado.....		
	Maria José, Frias, Auxiliar Contratado.....	26-11-41	
	Manoel Dantas, Auxiliar Contratado.....	1- 6-44	
	Calypso Azambuja Neves, Auxiliar Contratado.....	1- 4-47	
	Cícero Dias, Auxiliar Contratado.....	1- 3-49	
	Solange Rubin, Auxiliar Contratado.....	1- 1-58	
	Françoise do Rio Branco, Auxiliar Contratado.....	1- 3-49	
	Grinaura do Rego Cavalcanti, Auxiliar Contratado.....		
	General de Brigada Floriano de Lima Brayner, Adido Militar.		
	Major Brigadeiro Fábio de Sá Earp, Adido Aeronáutico.....		
PRAGA (L).....	Edgar Bandeira Fraga de Castro, Ministro.....	20- 1-45	25-10-48
	Francisco José Novaes Coelho, Terceiro Secretário.....	25- 3-47	16- 7-49
	Rudolf Svoboda, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	José Diabola, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
PRETORIA (L).....	Luiz G. Fernandes Pinheiro, Ministro.....	4- 3-44	30-10-48
	Roberto Barthel Rosa, Segundo Secretário.....	25- 4-45	30-1;-48
	Ruth Doris Miles, Auxiliar Contratado.....	1- 1-49	
QUITO (E).....	Oscar Correia, Embaixador.....	18- 3-46	7- 8-48
	José Augusto Ribeiro, Primeiro Secretário.....	9- 8-47	9- 8-47
	Oldemar Murtinho, Auxiliar Contratado.....	1- 8-47	
ROMA (E).....	Pedro de Moraes Barros, Embaixador.....	14- 6-19	8- 5-45
	Osorio Hermogeneo Dutra, Ministro Conselheiro...	3-10-46	21- 4-49
	Theodemiro Tostes, Primeiro Secretário.....	16- 6-47	
	João Gracie Lampreia, Segundo Secretário.....	19- 2-45	2- 4-48
	Mellilo Moreira de Mello, Secretário.....	23-10-48	23-10-48
	Antonio Xavier da Rocha, Conselheiro Comercial..	10- 7-45	
	Frederico Traversi, Auxiliar Contratado.....	1- 4-47	
	Adriana Freitas, Auxiliar Contratado.....	1- 7-45	
	Liliana Borla, Auxiliar Contratado.....	1- 9-49	

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
SANTIAGO (E).....	Carlos Celso de Ouro Preto, Embaixador.....	4- 3-46	4- 3-46
	Angelo da Silva Neves, Primeiro Secretário.....	27- 8-45	3- 4-46
	Manuel Maria Fernandes Alcazar, Terceiro Secretário.....	20-12-47	1- 8-48
	Martha Neumann, Auxiliar Contratado.....	1- 4-46	
	Major Bayard da Costa Galvão, Adido Militar. Capitão de Mar e Guerra Jorge da Silva Leite, Adido Naval.		
	Capitão de Corveta Jurandyr da Costa Muller, de Campos, Adido Adjunto Naval.		
	Tenent-Coronel Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, Adido Aeronáutico.		
TEERÃ (L).....	Décio Honorato de Moura, Ministro.....	4- 6-45	9- 9-47
	Benedito R. da Motta, Terceiro Secretário.....	7- 6-46	1-10-49
	Emma Sarkissian, Auxiliar Contratado.....	20- 5-48	
	Mehdi Rad, Auxiliar Contratado.....	1- 1-50	
TRUJILLO (E).....	Oswaldo de Moraes Correia, Embaixador.....	25- 6-46	1-12-48
	Antonio Houaiss, Terceiro Secretário.....	25- 6-47	5- 9-49
	Moisés Merilio Baez, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
VARSOVIA (L).....	Trajano Medeiros do Paço, Ministro.....	13- 5-46	19- 9-47
	João Baptista Pereira, Segundo Secretário.....	1- 9-47	11-10-49
	Mieczyslaw Mlynarczyk, Auxiliar Contratado.....		
	Stella Dangel Woyciechowska, Auxiliar Contratado		
VIENA (L).....	Abelardo B. Bueno do Prado, Ministro Plenipo- tenciário.....	14-12-45	18- 4-47
	Sergio Armando Frazão, Segundo Secretário, En- carregado de Negócios.....	21-12-44	16-11-48
	Francisco de Assis Grieco, Terceiro Secretário.....	22- 6-47	22- 6-47
	Stefanie Tushek, Auxiliar Contratado.....	18- 1-54	
	Friedl Afuhs, Auxiliar Contratado.....	1- 1-50	
WASHINGTON (E).....	Mauricio Nabuco, Embaixador.....	26-10-44	18- 5-48
	Afranio de Mello Franco Filho, Ministro Conse- lheiro.....	25- 8-48	25- 8-48
	Walder Lima Sarmanho, Ministro, servindo como Adido Comercial.....	28- 7-48	28- 7-48
	Antonio Borges Leal Castelo Branco Filho, Pri- meiro Secretário.....	7-12-43	11- 1-44
	Hugo Gouthier de Oliveira Gondin, Primeiro Se- cretário.....	26- 9-44	2- 6-48
	João Baptista Pinheiro, Segundo Secretário.....	12- 4-45	14- 6-49
	Octavio Augusto Dias Carneiro, Segundo Secretário	7- 2-44	22- 4-46
	Heitor Bastos Tigre, Segundo Secretário.....	16- 4-46	
	Jorge de Carvalho e Silva, Segundo Secretário.....	16- 3-44	1- 7-47
	João Paulo do Rio Branco, Segundo Secretário.....	9- 5-49	9- 5-49

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
WASHINGTON (E)....	Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, Terceiro Secretário.....	17- 5-46	9- 5-49
	Carlos Calero Rodrigues, Terceiro Secretário.....	25- 3-47	27- 6-47
	Luiz Octavio de Morim Parente de Mello, Terceiro Secretário.....	6- 7-48	6- 7-48
	Acidalia Soares, Auxiliar Administrativo.....	18- 2-47	
	Ida Lobo de Brito, Auxiliar Administrativo.....	5- 5-47	
	Martha Freire Pereira Pinto, Auxiliar Administrativo.....	12- 3-49	
	Arlette Muller, Auxiliar Administrativo.....	12- 3-49	
	Yedda Berlinck do Rego Macedo, Auxiliar Administrativo.....	16- 3-49	
	Carlos Doherty Freligh, Auxiliar Contratado.....	13- 9-34	
	Guilherme N. Corrêa de Araujo, Auxiliar Contratado.....	1- 6-37	
	Zeuxis Ferreira Neves, Auxiliar Contratado.....	2- 1-42	
	Katie R. Mills, Auxiliar Contratado.....	10- 3-26	
	Margaret Andrade, Auxiliar Contratado.....	1- 6-42	
	Kathrin Macario, Auxiliar Contratado.....	1- 4-47	
	Dorothy Edith Powel, Auxiliar Contratado.....	1- 4-45	
	Benildo de Moura Tavares, Auxiliar Administrativo	27- 9-48	
	Anne Landreth Layton, Auxiliar Contratado.....		
	Kathleen Fowler, Auxiliar Contratado		
	William E. Summer, Auxiliar Contratado.....		
	Rachel Wahl, Auxiliar Contratado.....		
	Marina Regina Breves Barringer, Auxiliar Contratado.....		
	General de Divisão Edgard do Amaral, Adido Militar		
	Contra-Almirante Ernesto de Araújo, Adido Naval.		
	Capitão de Corveta José Goosens Marques, Adido Naval Adjunto.		
	Brigadeiro do Ar Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, Adido Aeronáutico.		
	Tenente-Coronel Armando Serra de Menezes, Adjunto do Adido Aeronáutico.		

DELEGAÇÕES JUNTO A ORGANISMOS INTERNACIONAIS
NAÇÕES UNIDAS
 (NOVA YORK)

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
DELEGAÇÃO PERMANENTE.....	João Carlos Muniz, Embaixador, Delegado.....	31- 5-46	8- 8-47
	Eurico Penteadó, Conselheiro Comercial.....	28- 3-40	
	Carlos Sylvestre de Ouro Preto, Primeiro Secretário.....	14- 6-49	14- 6-49
	Ramiro Elísio Saraiva Guerreiro, Segundo Secretário.....	27- 7-46	27- 7-46
	José Jobim, Segundo Secretário.....	19- 4-48	23- 5-49
	Miguel Alvaro Ozório de Almeida, Segundo Secretário.....	13- 7-45	20-12-47
	Carlos Frederico Gonçalves Duarte da Rocha, Terceiro Secretário.....	6- 5-46	
	Egberto da Silva Mafra, Terceiro Secretário.....	19- 3-47	19- 3-47
	Alice Francesconi Faria, Auxiliar Administrativo.....	21- 2-47	
	Wanda Mayrink, Auxiliar Administrativo.....	20- 4-48	
	Stella Ruy Barbosa Pereira, Auxiliar Contratado..	1- 9-47	
	Nilzeth de Carvalho Neves, Auxiliar Contratado		
	Jane Coda, Auxiliar Contratado		
	Elisa Kiehl, Aux. Contratado		
	Alcina Embassy Rodrigues Duarte, Bibliotecário (funcionário do Banco do Brasil).		
	Maria Thereza Veiga Moitinho, Auxiliar Administrativo.....	21- 2-47	19- 3-47
COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL....			
COMISSÃO ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS Balcãs			
(ATENAS)	Sylvio Rangel de Castro, Ministro. Delegado.....	30- 1-25	25- 8-48
	Capitão-Tenente John Anderson Munro, Observador		
	Capitão-Aviador João Camarão Telles Ribeiro, Observador.		
COMISSÃO DE CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL...	Gilberto Amado, Ministro. Membro.....	7- 12-49	7- 12-49
COMITÉ CONSULTIVO PARA OS ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS.....	Olyntho Pinto Machado, Membro.		

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	Nº EXTERIOR	Nº PÔSTO
COMISSÕES DO CON- LHO ECONOMICO E SOCIAL			
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECO- NOMICOS E EMPREGO.....	José Nunes Guimarães, Membro.		
COMISSÃO DE POPULAÇÃO	Germano Jardim, Membro.		
COMITÉ CENTRAL PERMA- NENTE DO ÓPIO (GENEVA)	Pedro Pernambuco Filho, Membro.		
CÔRTE INTERNA- CIONAL DE JUSTIÇA (HAIA)	José Philadelpho de Barros e Azevedo, Juiz.		
AGENCIAS ESPECIALI- ZADAS			
DELEGAÇÃO DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS EM GENEVA.....	Helio Lobo, Ministro, Delegado..... Frank de Mendonça Moscoso, Primeiro Secretário Jorge Alberto de Seixas Corrêa, Terceiro Secretário Humberto Gomes, Terceiro Secretário..... Octavio Lafayette de Souza Bandeira, Terceiro Se- cretário..... Margueritte Paranhos da Silva, Auxiliar Contratado Elza Gomes, Auxiliar Administrativo.....	14- 6-47 6-11-48 19- 4-48 6- 8-48 7- 6-47 15- 6-47 1- 4-48	14- 6-47 6-11-48 19- 4-48 6- 8-48 8- 3-48
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (PARIS)	Paulo Estevão de Berredo Carneiro, Delegado. Antonio Dias Tavares Bastos, Auxiliar Contratado Maria Carlota da Costa, Auxiliar, Contratado.....	27- 4-44 1- 5-48	
ORGANIZAÇÃO INTERNA- CIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (MONTREAL)	Frederico Duarte de Oliveira, Delegado Major Aviador José Newton Ferreira Gomes, De- legado substituto. João Soares Brandão, Secretário.		

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMEN- TAÇÃO E AGRICULTURA (WASHINGTON)	Newton de Castro Belleza, Delegado.		
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (GENEVA)	Geraldo Horacio de Paula Souza, Delegado.		
BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E FOMENTO (WASHINGTON)	Francisco Alves Santos Filho, Governador. Octávio Paranaguá, Vice-Governador.		
FUNDO MONETÁRIO INTER- NACIONAL (WASHINGTON)	Francisco Alves Santos Filho, Governador. Octávio Paranaguá, Diretor Executivo, Vice-Governador.		

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

(WASHINGTON)

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
DELEGAÇÃO PERMA- NENTE	Hildebrando Pompeu Pinto Acioly, Embaixador, Delegado.....	26- 3-49	26- 3-49
	Jorge Paes de Carvalho, Terceiro Secretário.....	17- 2-49	17- 2-49
	Geiza Mc Dugald, Auxiliar Contratado.....	21- 5-47	
CONSELHO INTERA- MERICANO ECONO- MICO E SOCIAL.....	Octavio Paranaguá, Delegado.		
COMISSÃO JURIDICA INTERAMERICANA (RIO DE JANEIRO)	Francisco Luiz da Silva Gomes Campos, Delegado. Dulce Cunha, Amanuense, 24. Maria Lucinda Dias Malveira, Aux. Escritório, 21. Lucília Galvão Pôrto, Aux. Escritório, 21.		

N.º 9

QUADRO DAS REPARTIÇÕES CONSULARES BRASILEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
AMSTERDAM (CG).....	Adolpho Cardoso Alencastro Guimarães, Cônsul Geral	12- 6-46	12- 6-46
	Margarida Guedes Nogueira, Cônsul Adjunto.....	5- 4-48	5- 4-48
	Carlos Esteves do Couto, Auxiliar Contratado.....	3- 9-26	
	Anna Maria Scholten Boyen Roghair, Contratado...	1- 1-47	
	Johanna Henriette Menalda, Auxiliar Contratado...	1- 47	
ANTUERPIA (CG).....	Ruy Pinheiro Guimarães, Cônsul Geral.....	7- 8-45	10- 5-49
	Frederico Chermont Lisboa, Cônsul Adjunto.....	23-11-43	3- 4-47
	Quintino Symphoroso Deseta, Vice-Cônsul.....	9- 2-48	9- 2-48
	Carlos Monteiro da Silva, Auxiliar Contratado.....	1- 9-26	
	Alberto Chaves Schleussner, Auxiliar Contratado...	1- 2-46	
	Fernando Georlette, Auxiliar Contratado.....	24- 5-46	
	Renée Pittoors, Auxiliar Contratado.....	1- 7-46	
ARGEL (C).....	Altamir de Moura, Cônsul.....	11- 5-47	11- 5-47
	Helio Dutra Neves, Auxiliar Contratado.....	1- 4-47	
ASSUNÇÃO (C).....	Hugo de Macedo, Cônsul (SP).....	12- 7-47	6- 1-49
	Modestino Deloy Gibbon, Vice-Cônsul, Encarregado do Consulado (SP).....	1- 1-47	
	Domingos S. Trapani, Auxiliar Contratado.....	3- 3-48	29- 9-49
	Sylvio Franco, Auxiliar Contratado.....	1- 1-28	
BAHIA BLANCA (C).....	Antonio José de Paula Fonseca Filho, Cônsul.....	16- 3-46	16- 3-46
	Archimínio Siedler, Auxiliar Contratado, Encarregado do consulado.....	25- 2-44	
BALTIMORE (C).....	Armando Fleury de Barros, Cônsul.....		
	Pablo Alegre, Vice-Cônsul.		
	Georgina Buck, Auxiliar Contratado.....	7-12-46	
BARCELONA (CG).....	Argem de Segadas Machado Guimarães, Cônsul Geral.	3- 3-49	3- 6-49
	Luiz de Almeida Nogueira Porto, Cônsul Adjunto	3- 8-44	
	Pedro Flanklin de Almeida Lima, Cônsul Adjunto...	27- 1-46	30- 5-49
	João Cabral de Mello Neto, Vice-Cônsul.....	24- 3-47	24- 3-47
	Ramon Ibanez, Auxiliar Contratado.....	1- 3-35	
	Léo Ramos da Cruz, Auxiliar Contratado.....	11- 3-46	
	Henrique Carvalho de Holanda, Auxiliar Contratado	1- 4-47	
	Manoel Ibanez Zarzoso, Auxiliar Contratado.....	1- 1-50	

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
BORDEUS (C).....	Aluizio de Magalhaens, Cônsul.....	15- 4-44	21- 4-49
	Arthur Teixeira de Mesquita, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	29-10-45	
	Luciano Turqué, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	29-10-45	
	Michel Besse, Auxiliar Contratado.....	30-10-45	
BOSTON (C).....	Paulo Leão de Moura, Cônsul.....	28- 9-48	28- 9-48
	Antonio Malva Gomes, Auxiliar Contratado.....	1-10-40	
	Gerson Guimarães Lopes, Auxiliar Contratado.....	1- 2-48	
BUENOS AIRES (CG).....	Alfredo Polzin, Cônsul Geral.....	1- 3-43	14- 7-48
	Sylvio Ribeiro de Carvalho, Cônsul Adjunto.....	7- 4-47	7- 4-47
	Arézio Barroso Lintz, Cônsul Adjunto.....	28- 6-45	13-10-47
	Arnaldo Vieira de Mello, Vice-Cônsul.....	6- 4-46	6- 4-47
	Jorge de Sá Almeida, Vice-Cônsul.....	6- 7-46	1- 2-49
	Romeu Felix Balster, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	28- 4-31	
	Luiz Conrado, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	28- 4-31	
	Raul Ribeiro da Silva, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	27-11-39	
	José Silveira de Menezes, Auxiliar Contratado.....	28- 4-28	
	Lucia Dias Martins, Auxiliar Contratado.....	25- 4-45	
	Aldemar Pereira de Souza, Auxiliar Contratado.....	18-11-36	
	Natalino Barbosa de Vasconcellos, Auxiliar Contra- tado.....	1- 3-43	
	Sylvio de Araújo, Auxiliar Contratado.....	16- 4-38	
	Adriano Ramalho de Amorim, Auxiliar Contratado.....	6- 1-39	
	Dionisio Machado, Auxiliar Contratado.....	18- 9-39	
	José Mestralet, Auxiliar Contratado.....	1- 6-43	
	Jorge Roberto Coimbra, Auxiliar Contratado.....	17-11-35	
	Afonso Henrique Carvalho, Auxiliar Contratado.....	15- 2-46	
	Stella Seabra Lion, Auxiliar Contratado.....	1- 4-49	
	Alice Madalena Paula Fonseca, Auxiliar Contratado.....	1- 8-49	
	Francisca Arrue Bonastre, Auxiliar Contratado.....	1- 1-50	
	Isabel Odette Bessa Schulte, Auxiliar Contratado.....	1- 1-50	
	Almerinda da Silva Nunes, Auxiliar Contratado.....	1-11-59	
CADIZ (C).....	Mario Tancredo Borges da Fonseca, Cônsul.....	26- 5-43	1- 8-45
	Dolores J. de Burgos, Auxiliar Contratado.....	22- 2-37	
	Miguel Bandeira Garcia, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
CALCUTÁ (C).....	Luiz Gonzaga Lins de Barros, Cônsul.....	30- 1-46	17- 9-48
	T. S. Panchapekesan, Auxiliar Contratado.....	1- 2-49	
CAPETOWN (CG).....	Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira, Vice-Cônsul Encarregado do Consulado.....	11- 3-47	29- 6-48
	Charles Vincent Ruck, Auxiliar Contratado.....	26- 1-37	
CARDIFF (C).....	Jorge Kirchhoffer Cabral, Cônsul.....	23- 8-44	10- 6-48
	Roberto Dueñas Braga, Auxiliar Contratado.....	1- 2-47	

POSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO POST
		EXTERIOR	
CHANGAI (C) (*)	Oswaldo Tavares, Cônsul	6- 7-44	29-10-48
CHICAGO (C)	Mauro de Freitas, Cônsul	20- 7-49	20- 7-46
	Victor Ricardo Parr de Carvalho, Vice-Cônsul	20- 5-46	15- 5-49
	Muriel Auerbach, Auxiliar Contratado	1- 1-47	
	Samuel Vilmar, Auxiliar Contratado	1-10-49	
DACAR (C)	Mario da Silva Pinho, Auxiliar Contratado, Encarregado do Consulado	1- 4-47	
DUBLIN (C)	Benno Strunck, Cônsul	23- 8-49	23- 8-49
	Frances Byrn, Auxiliar Contratado	1- 1-47	
FILADELFIA (C)	Vera Regina do Amaral Sauer, Cônsul	29- 3-48	29- 3-48
	Itajuba de Almeida Rodrigues, Vice-Cônsul	8- 4-49	8- 4-49
	João Josetti Junior, Auxiliar Contratado	28- 1-28	
	Elizabeth Macedo Sodré, Auxiliar Contratado	8- 9-47	
	Maritza Maciel Turner, Auxiliar Contratado		
FRANKFORT S/MENO (C)	Carlos Meissner Júnior, Cônsul	2- 7-49	2- 7-49
	Mario Calabria, Vice-Cônsul	31- 3-49	31- 3-49
	Moema Vergara, Auxiliar Contratado	1-10-49	
	Louise Sonntang, Auxiliar Contratado	1-12-39	
FUNCHAL (C)	José Maria Reis Perdigão, Cônsul	24- 4-48	24- 4-48
	José Angelo de Castro, Auxiliar Contratado	18- 1-40	
GENEVA (CG)	João Pinto da Silva, Cônsul Geral	14- 5-41	29- 1-47
	Marina Moscoso, Cônsul Adjunto	11- 3-48	11- 3-48
	Rodolpho Kaiser Machado, Vice-Cônsul	24- 6-46	24- 6-46
	Elise Schneider, Auxiliar Contratado	1- 1-40	
	Fernando Machado, Auxiliar Contratado	1- 1-47	
	Serge Tatar, Auxiliar Contratado	7- 8-47	
	Mauricio Paranhos da Silva, Auxiliar Contratado	4- 1-32	
GENOVA (CG)	Francisco Gualberto de Oliveira Filho, Cônsul Geral	23- 3-44	17- 8-45
	Heraldo Pacheco de Oliveira, Cônsul Adjunto	19- 7-47	19- 7-47
	Ary Machado Pavão, Cônsul Adjunto	17-10-45	17-10-45
	Mario Agnese, Auxiliar Contratado	4- 1-34	
	Alberto Vittorio Queirolo, Auxiliar Contratado	3- 8-39	
	Aldo Costa, Auxiliar Contratado	1- 1-47	
GLASGOW (C)	Braulino Botelho Barbosa, Vice-Cônsul, Encarregado do Consulado	1- 4-47	10-10-49
	Agnes Jack Reid, Auxiliar Contratado	1-12-49	
GOTEMBURGO (C)	Luiz Felipe do Rego Rangel, Cônsul	20- 3-48	20- 3-48
	Gustavo John Stockes, Auxiliar Contratado	6- 3-41	
	Gunnar Froberg, Auxiliar Contratado	1- 9-29	

(*) Provisoriamente em Tóquio.

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO PÔSTO
		EXTERIOR	
HAVRE (C).....	Perillo Gomes, Cônsul.....	9- 3-44	20- 5-48
	Jean Bineau, Auxiliar Contratado.....	1- 2-49	
HOUSTON (C).....	Colmar Pereira de Cerqueira Daltro, Cônsul.....	14-10-48	14-10-48
	Ludovico Pinto, Auxiliar Contratado.....	1- 2-49	
	Luanne Niggemeyer, Auxiliar Contratado.....	1- 8-49	
ISTAMBUL (C).....	Mario da Cunha e Silva, Cônsul.....	1- 4-48	1- 4-48
	Constantin Gaziadi, Auxiliar Contratado.....	1- 1-53	
	Eugenio Rosolato, Auxiliar Contratado.....	1- 1-53	
LAS PALMAS (C).....	Paulino Dornelles de Freitas, Vice-Cônsul, Encarregado do Consulado.....	28- 7-47	28- 7-47
LISBOA (CG).....	Orlando Leite Ribeiro, Cônsul Geral.....	3- 5-46	19- 4-48
	Waldemar Mendes de Almeida, Cônsul Adjunto...	30- 3-45	2-12-47
	Luciano Lordsleem, Cônsul Adjunto.....	13- 5-48	13- 5-48
	Ernesto F. Campos Velho, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	1- 1-03	
	Raul Gaia, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	1- 7-04	
	Roberto da Nobrega Beltrão, Auxiliar de Consulado, padrão N.....	2- 4-18	
	Carlos da Rocha Lima, Auxiliar Contratado.....	18- 9-16	
	Fernando Mendes de Almeida, Auxiliar Contratado, padrão N (SP).....	23- 2-28	
	Mario C. Costa e Souza, Auxiliar Contratado.....	1-11-53	
	José A. Calmon da Gama, Auxiliar Contratado.....	19- 6-54	
	Maximo José Mota Júnior, Auxiliar Contratado.....	1- 8-45	
	Berta Conceição Silva, Auxiliar Contratado.....	1- 1-58	
	Francisco Marques Vital, Auxiliar Contratado.....		
LIVERPOOL (CG).....	Felippe de Santa Cruz Guimarães, Cônsul.....	12- 5-43	5- 1-45
	Jatyr de Almeida Rodrigues, Vice-Cônsul, Encarregado do Consulado Geral.....	7- 6-46	7- 6-46
	Albert Francis Box, Auxiliar Contratado.....	2- 6-53	
	Raul Calazans de Paula, Auxiliar Contratado.....	1- 1-48	
	Mabel Stephanie Edith Coles, Auxiliar Contratado...	1- 1-48	
	Amy Grace Thom, Auxiliar Contratado.....	1- 9-46	
	Stephan George Oakley, Auxiliar Contratado.....		
LIVORNO (C).....	Luiz Augusto Blake de Alencastro, Cônsul.....	27-12-46	27-12-46
	Carlos Alberto de Oliveira Leite, Vice-Cônsul.....	1- 9-46	1- 2-49
	Tina Baronti, Auxiliar Contratado.....	27- 5-46	
	Anita Sorsaja, Auxiliar Contratado.....	1- 2-49	
	Emma Mazzantini, Auxiliar Contratado.....		

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO PÔSTO
		EXTERIOR	
LONDRES (CG).....	De Martins Coimbra, Cônsul Geral.....	25- 6-41	19- 7-48
	Bea ta Vettori, Cônsul Adjunto.....	7- 8-45	20- 3-48
	Paulo da Costa Franco, Vice-Cônsul.....	2- 3-48	2- 3-48
	Antonio Amaral, Auxiliar Conotratado.....	15- 7-27	
	Cecil CotA.on, Auxiliar Contratado.....	23-7-37	
	Raquel Croftman Braunte, Auxiliar Contriado.....	19- 9-37	
	Waldemar Rodrigues de Souza, Auxiliar Contratado.....	10- 1-40	
	Olga Pacheco, Auxiliar Contreatado.....	1- 1-43	
	Maxime Reynaud, Auxiliar Contratado.....	1- 9-45	
	Margaret Mary Mills, Auxiliar Contratado.....	1-11-47	
	Cordulina Marques de Almeida Troth Williams, Au- xiliar Contratado.....	1- 2-49	
LOS ANGELES (C).....	Sérgio Corrêa Affonso da Costa, Consul.....	4- 8-44	1-12-48
	Vinicius de Moraes, Vice-Cônsul.....	16- 7-46	16- 7-46
	Alvaro Diniz Júnior, Auxiliar Contratado.....	14- 9-43	
	João Valentim Ruy Barbosa, Auxiliar Contratado.....	1- 6-48	
LYON (C).....	Nivaldo Carneiro Telles Ferreira, Consul.....	8- 4-44	17-11-47
	Guy René Dorizon, Auxiliar Contratado.....	1-11-47	
MARSELHA (C).....	David Lins, Cônsul.....	2-11-48	2-11-48
	Nelson Danon, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	João Teixeira Pena, Auxiliar Contratado.....	19- 2-47	
	Mireille Brunier, Auxiliar Contratado.....		
MIAMI (C).....	Aldo de Castro Menezes, Consul.....	23-10-44	27- 2-48
	Gertrude Ziegler, Auxiliar Contratado.....	1- 6-48	
MILÃO (C).....	Manoel Bento Casado, Cônsul.....	20- 9-45	2- 5-49
	Fernando Paulo Simas de Magalhães, Vice-Consul...	15- 4-47	19-10-49
	José Esposito, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Giorgio Ghirardi, Auxiliar Contratado.....	1-10-49	
	Elvira Romiti, Auxiliar Contratado.....		
MONTEVIDÉU (CG).....	Jorge Olintho de Oliveira, Cônsul Geral.....	5- 8-47	5- 8-47
	Dora Alencar de Vasconcelos, Consul.....	31- 4-43	
	Raul Conrado, Consul Adjunto.....	29- 6-48	29- 6-48
	Flavio Mendes de Oliveira Castro, Vice-Cônsul....	28- 6-48	28- 6-48
	Arlette Campos, Auxiliar Administrativo.....	8- 3-48	
	Marcel Maria Tarris de Fontoura, Auxiliar Contra- tado.....	1- 8-42	
	Esther Vieira, Auxiliar Contratado.....	20- 6-31	
	Roberto R. Mendes, Auxiliar Contratado.....	1- 9-45	
	Joaquim Pinheiro, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Angela Fabbri, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	
	Maria Luiza Velho, Auxiliar Contratado.....		

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO	NO PÔSTO
		EXTERIOR	
MONTREAL (CG).....	Horacio Sully de Souza, Cônsul Geral.....	19- 1-49	19- 1-49
	José Sette Camara Filho, Vice-Cônsul.....	24- 4-47	12- 6-17
	José Carlos de Souza Palhares, Vice-Cônsul.....	21- 6-48	21- 6-48
	Gilberte Desroches, Auxiliar Contratado.....	1- 6-40	
	Roberto Bruno Escobar, Auxiliar Contratado.....	17- 5-46	
	Paul Galarneau, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
NAPOLIS (C).....	Octavio de Sá Neves da Rocha, Cônsul.....	6-12-44	23- 3-48
	Armando Braga Ruy Barbosa, Consul.....	12- 7-45	23- 4-49
	Joaquim Petrilli, Auxiliar Contratado.....	14-12-33	
	Armando Magurno, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Joaquim Valerio Boris, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
NOVA ORLEANS (CG).....	David Barbosa Lage Moretzsohn, Cônsul Geral.....	10- 5-49	10- 5-49
	João Navarro da Costa, Cnsul Adjunto.....	1- 6-48	1- 6-48
	Fernando Cesar de Bittoncourt Berenguer, Vice- Consul.....	20-10-48	20-10-48
	Odete J. Hemingway, Auxiliar Contratado.....	1- 1-46	
	José Viviani Telles, Auxiliar Contratado.....	15- 3-47	
	Arquimedes Espindola, Auxiliar Contratado.....	1- 4-48	
NOVA YORK (CG).....	Jacome Baggi de Berenguer Cesar, Cônsul Geral..	12- 2-48	12- 2-48
	Narbal Costa, Consul Adjunto.....	3- 8-44	6- 7-49
	Maria de Lourdes C. e S. de Vincenzi, Consul Adjunto	21- 6-45	24- 9-49
	Manoel Emilio Pereira Guilhon, Cônsul Adjunto....	20- 5-46	25- 4-49
	Nelson Alves da Fonseca, Vice-Consul.....	28- 6-48	28- 6-48
	Maria José Monteiro de Carvalho, Vice-Cônsul....	22- 3-48	22- 3-48
	Liberta Guerra Tavares, Auxiliar Contratado.....	1-10-48	
	Daisy Morse, Auxiliar de Consulado, padrão N....	18- 7-25	
	William Doherty, Auxiliar Contratado.....	22- 4-31	
	Eloise Ausán, Auxiliar Contratado.....	22- 4-31	
	Peter Berardino, Auxiliar Contratado.....	13- 4-40	
	Manoel Ferreira Pinto, Auxiliar Contratado.....	1- 4-43	
	Charlotte Fleck, Auxiliar Contratado.....	1- 9-45	
	Maria Thereza Johnson, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Joaquim Pinto, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Erica Zuege, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Margaret Evans, Auxiliar Contratado.....	1-11-47	
	Joaquim Freitas, Auxiliar Contratado.....	1- 8-48	
	Dyla Silvia Navarro de Andrade, Auxiliar Adminis- trativo.....	31- 5-49	
	Pedro Henrique Pacheco, Auxiliar Contratado.....		
	Maria Helena Souza Dantas, Auxiliar Contratado..		
	Myriam Ziegler, Auxiliar Contratado.....		
	Frank Mc Gown, Auxiliar Contratado.....		
	Stella Bogy, Auxiliar Contratado.....		
	Maria da Graça Sampaio, Auxiliar Contratado....		

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
PARIS (CG).....	Labienco Salgado dos Santos, Cônsul Geral.....	3-10-46	14-10-48
	Jayme de Barros Gomes, Cônsul Adjunto.....	22- 5-46	22- 5-46
	Jurandir Carlos Barroso, Cônsul Adjunto.....	28- 5-49	28- 5-49
	Raul Ruy Barbosa Airosa, Auxiliar de Consulado, padrão N.		
	José Enéas Ferraz Filho, Auxiliar de Consulado, padrão N.		
	Joaquim G. Drummond, Auxiliar Contratado.....	1- 4-33	
	Marcelle Vinatier, Auxiliar Contratado.....	1- 2-45	
	Michelle Bouju, Auxiliar Contratado.....	1- 6-46	
	Helena Berghauer, Auxiliar Contratado.....	1- 8-46	
	Mario Costa, Auxiliar Contratado.....	1- 8-46	
	Lucy Menerscu, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Muscat d'Orsay, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Ernani Lessa, Auxiliar Contratado.....	1- 4-49	
	Natalia Burileanu, Auxiliar Contratado.....	1- 4-49	
PORT OF SPAIN (C).....	Armindo Branco Mendes Cadaxa, Cônsul (SP).....	16- 5-46	13- 3-49
	Eduardo Alberto Abreu, Auxiliar Contratado.....	1- 6-49	
PORTO (CG).....	Manoel Vicente Cantuária Guimarães, Cônsul Geral.	12- 7-48	12- 7-48
	Carlos Augusto de Carvalho e Souza, Cônsul Adjunto	1-11-45	10-12-48
	Manoel Augusto da Silveira Mesquita, Vice-Cônsul..	24- 8-45	1-12-47
	Ramiro R. de Magalhães Ribeiro, Auxiliar Contratado	7- 8-30	
	Darlindo Ferreira Lopes, Auxiliar Contratado.....	6- 9-34	
	Olavo Carvalho de Holanda, Auxiliar Contratado...	12- 7-35	
	Ladario Nahra Teles, Auxiliar Contratado.....	19- 2-44	
	Carlos A. Pereira Vale, Auxiliar Contratado.....	1- 9-46	
	Luciano Coelho de Castro, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	José Martins Alves, Auxiliar Contratado.....	1- 2-50	
ROMA (C).....	Ilmar Penna Marinho, Cônsul.....	1- 5-48	1- 5-48
	Rinaldo de Carvalho e Silva, Vice-Cônsul.....	28- 8-45	28- 6-49
	Geraldo de Carvalho Silos, Vice-Cônsul.....	9- 6-47	28-10-47
	Helio de Giacome, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Anna Maria Bertorello, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Belkiss Buccili, Auxiliar Contratado.....	1- 1-49	
	Jean Sarno, Auxiliar Contratado.....	1- 2-49	
	Haroldo Coimbra, Auxiliar Contratado.....		
	Anna Maria Piergile, Auxiliar Contratado.....		
	Elza Balliarini, Auxiliar Contratado.....		
	Eunice Braga, Auxiliar Contratado.....		
	Raymonde Conte Ruy Barbosa, Auxiliar Contratado		
ROSARIO (C).....	Geraldo Eulalio do Nascimento e Silva, Cônsul.....	14- 2-49	14- 2-49
	Antonio Carlos de Abreu e Silva, Vice-Cônsul.....	13- 8-49	13- 8-49
	Abel Iglesias, Auxiliar Contratado.....	5- 4-45	
	Pedro Hugo Fabricio Belloc, Auxiliar Contratado....	1- 1-47	

PÔSTO	NOME E CATEGORIA	NO EXTERIOR	NO PÔSTO
SÃO FRANCISCO (CG).....	Georges de Castro Rebello, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Humberto Esteban Medeo, Auxiliar Contratado.....	1-11-49	
	José Fabrino de Oliveira Baião, Cônsul Geral.....	2- 7-49	2- 7-49
	Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Cônsul Adjunto..	13-11-45	15- 7-48
	Frederico Meira de Vasconcellos, Vice-Cônsul.....	30- 8-48	30- 8-48
	Margaret Cluff Street, Auxiliar Contratado.....	1- 7-48	
SOUTHAMPTON (C).....	Antonino Ferrari de Campos, Auxiliar Contratado..	1- 9-45	
	Murillo Martins de Souza, Cônsul.....	6- 8-48	6- 8-48
	Pedro Fernando Machado Polzin, Vice-Cônsul.....	8- 4-47	8- 1-47
	Antonio Ribeiro dos Santos, Auxiliar Contratado....	1- 1-39	
TANGER (C).....	Cynthia Mary Tobia, Auxiliar Contratado.....		
	Mario Wright de Miranda Pacheco, Cônsul.....	13-11-48	13-11-48
	Eduardo Guerreiro Pinedo, Auxiliar Contratado....	1-11-49	
TORONTO (C).....	Alfredo Teixeira Valladão, Cônsul.....	29- 9-44	1- 2-49
	Paulo Valladarès, Vice-Cônsul.....	28- 6-49	28- 6-49
	Hona Gondor, Auxiliar Contratado.....	1-12-49	
VALPARAISO (CG).....	João Luiz de Guimarães Gomes, Cônsul Geral.....	16-11-49	16-11-49
	Ruy Moss de Mello Teixeira, Vice-Cônsul.....	18-10-48	1-11-49
	Adda Morales, Auxiliar Contratado.....	1- 1-57	
	Lelio Demoro, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
	Inês Romero, Auxiliar Contratado.....		
VIGO (C).....	Narcez de Lima Ferreira, Cônsul.....	11-12-46	11-12-46
	Fernando Dias Mela, Auxiliar Contratado.....	1- 1-47	
ZURIQUE (CG).....	Carlos Eugenio Catta-Preta, Cônsul Adjunto En- carregado do C. G.....	31- 5-46	31-5-48
	Arthur Pimenta Valente, Vice-Cônsul.....	9- 8-48	9-8-48
	Emmy Schadeg, Auxiliar Contratado.....	13- 1-40	
	Hanna Leissing, Auxiliar Contratado.....	1- 7-45	

N.º 10
CONSULADOS PRIVATIVOS

POSTO	NOME E CATEGORIA	DATA DA APRESEN- TAÇÃO
Alvear.....	Roque Degrazia, Cônsul, Padrão M..... J. Gutierrez Elizalde, Vice-Cônsul, Honorário.....	31-3-43 5-12-33
Artigas.....	Bernardino A. Machado, Cônsul, Padrão M..... Hatteros Poeta Pires, Vice-Cônsul, Honorário.....	30-11-37 17-11-33
Bela União.....	Pery Balbé, Cônsul, Padrão M.....	6-8-41
Caiena.....	Armando Moraes Barbosa de Amorim, Cônsul..... Luiz Gonzaga Pacheco, Vice-Cônsul, Honorário.....	2-7-46
Castilhos.....	Thomás Cirne Collares, Cônsul, Padrão M.....	21-5-45
Cobija.....	João Remigio Filgueiras, Cônsul, Padrão M..... Euryalo Juaçaba Machado, Vice-Cônsul, Honorário.....	10-8-39
Cochabamba.....	Lauro de Villeroy França, Cônsul, Padrão M..... Adalberto Tercius Lopes da Cruz, Vice-Cônsul, Honorário.....	10-8-46
Corrientes.....	Clovis Niderauer Portinho, Cônsul, Padrão M..... João Broll, Vice-Cônsul, Honorário.....	
Leticia.....	Luiz de Souza Martins, Cônsul, Padrão M..... José Bernardo Neves, Vice-Cônsul, Honorário.....	11-11-48
Mello.....	Jeronimo Teixeira de Oliveira, Cônsul, Padrão M..... José Pedro Serralta, Vice-Cônsul Honorário.....	28-5-46
Monte Caseros.....	Alexandre Dias da Costa, Cônsul, Padrão M..... Pedrilho Pinto de Carvalho, Vice-Cônsul, Honorário.....	1-11-49
Paissandú.....	João Jacintho Costa, Cônsul Padrão M..... Demócrito Beceiro, Vice-Cônsul, Honorário.....	18-8-39 26-6-37
Paso de Los Libres.....	Lino Correia da Silva, Cônsul Padrão M..... Carlos Maria Castell Junior, Vice-Cônsul, Honorário.....	14-8-47 12-5-38
Pedro Juan Caballero.....	Manoel Dias de Pinho, Cônsul Padrão M..... Antonio Carlos de Miranda Corrêa Junior Vice-Cônsul hono- rário.....	8-9-49
Posadas.....	Lucio Schiavo, Cônsul Padrão M..... Israel Rossi, Vice-Cônsul, Honorário.....	22-11-37 1-6-29

POSTO	NOME E CATEGORIA	DATA DA APRESEN- TAÇÃO
Rio Branco:.....	Hugo Bassedas Balbé, Cônsul, Padrão M..... Vinicius Amaro da Silveira, Vice-Cônsul, Honorário.....	28-4-48
Rivera:.....	José Gaspar Ferreira, Cônsul, Padrão M..... Deodoro Pedroso de Albuquerque, Vice-Cônsul, Honorário....	16 -8-47 18-10-59
Salto:.....	Antonio Freitas Valle, Cônsul, Padrão M..... João González Moraes, Vice-Cônsul, Honorário.....	2- 8-45 7-12-39
Santa Cruz de la Sierra....	Leônidas Borges de Oliveira, Cônsul, Padrão M..... José Plinio Pimentel Medavar, Vice-Cônsul, Honorário.	1-10-40
Santo Tomé:.....	Periandro Dornelles Motta, Cônsul, Padrão M.....	6-12-37

N.º 11

QUADRO DOS CONSULADOS E VICE-CONSULADOS HONORÁRIOS

CONSULADOS	CONSULES	VICE-CONSULES	AGENTES CONSULARES
Aalborg.....	Hamilton Paulino da Silva Pires.....	Niels Moller Kragh..... Carlos Rego da Silva.....	
Angra do Heroismo (.)		Jayme Arroyo y Barrios.....	
Bilbao (.).....	Jayme N. Heredia.....	Frederico José Heredia.....	
Bombaim.....	George Anders Ludvig Larsen.....		
Bridgetown.....	Benedito Santos Costa.....		
Cannes.....	Carlos Agostinho Gon- calves.....		
Caracas.....	Gregor Mc Gregor Peter.....		
Castries.....		William Porter Cart.....	
Charleston (.).....		Leonard Ernest Heal.....	T. A. Farrell.....
Colombo (.).....	Carlos Ayala Genes.....		
Concepcion.....		James Monks.....	
Coronel (.).....	Alfredo Parada Ortiz de Taranco.....		
Corunha.....	John Kirby Mc Donough.....	Harold Maxwell Young.....	
Dallas.....		Aristides de A. Campos.....	Emilio Closs.....
Encarnación (.).....	Alkindar Brasil de Arouca.....		
Guajaramirim.....	E. O. Temple Piers.....		
Halifax.....	Antonio Faustino Xavier.....		
Hong Kong.....		Jorge Avelar de M. Cor- rêa.....	Fernando Amorim de A. Castro
Horta (.).....			
Iquitos.....	Manuel Llerena.....	Guilherme R. Dávilla.....	
Lausanne.....	François Lugeon.....		
Loanda (.).....		Joaquim de Brito Filho.....	Fernando Costa de Fi- gueiredo
Málaga.....	José de Oliveira Almeida.....		
Manágua.....	Rafael Sevilla-Sacasa.....		
Melbourne (.).....		Reginald H. Sheppard.....	
Newcastle-on-Tyne.....	George Gamwell Hub- back. Welch.....		William Chartres Youll
Norfolk.....	Paulo Campos de Oliveira	Paulo de Oliveira Versiani Cunha.....	
Oran (.).....		Sydney Lasry.....	Hain Sananes.....
Ponta Delgada (.).....		Albano de Azevedo Oli- veira.....	
		Albano de Freitas da Silva	
Port Arthur.....	José Maria Delamare Garcia.....	James Joseph Flanagan Jr.....	Lawrence Mc Curley..
Puerto Mexico (.).....		Juan Morales Errea.....	John James Sparks.....
Punta Arenas (.).....		Alejandro C. Allen.....	
Reykjavik.....	Bergur Gardar Gislason.....		
Salvador.....	Antonio Lopes Pereira.....		
São João de Pôrto Rico.....	Waldemar Fernando Lee.....		

CONSULADOS	CONSULES	VICE-CONSULES	AGENTES CONSULARES
Santa Cruz de Tenerife.	Julio Bercedo Zarzosa....	José Trujillo Torres.....	
S. Vicente, Cabo Verde	Adriano Duarte Silva....	José Lopes da Silva.....	
São Sebastião.....	Modesto Escobosa Altuna		
Savannah (.).....		Henrique Oswaldo de Miranda.....	
Seattle (.).....		Ross Whitfield Sutherland.....	
S. João da Terra Nova.		George Bixon Williams.	John Stanislaus Fowler
Sevilha.....	Francisco Abascal Fernandes.....	Felipe Garcia de Pesquera y Noel.....	
Taucahuano (.).....		Eric Normen Coles Benfield.....	Miguel de Lange Koops.
Tunis (.).....		Michel Uzan.....	
Vancouver (.).....		Arthur Percival Watkins.	John William Prescott.

(.) — Vice-Consulados

ANEXO B — 7

N.º 12

MOVIMENTO DIPLOMÁTICO

APRESENTAÇÃO DE CREDENCIAIS DE CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS ESTRANGEIRAS EM 1949

- S.E. o Sr. Rafael Espaillet de la Mota, Embaixador da República Dominicana (18-1-1949).
- S.E. o Sr. Mohamed Sadek Abou Khadra Bey, Env. Ext. Min. Plenipotenciário do Egito (18-1-1949).
- S.E. o Sr. Knud Richard Thyberg, Env. Ext. Min. Plenipotenciário da Suécia (12-4-1949).
- S.E. o Sr. Dr. Tito Gutierrez Alfaro, Embaixador da Venezuela (3-5-1949).
- S.E. o Sr. Liberato Rodriguez, Embaixador do Paraguai (2-6-1949).
- S.E. o Sr. Jacques Léger, Env. Ext. Min. Plenipotenciário do Haiti (19-7-1949).
- S.E. o Sr. Hassandi Gaffery, Env. Ext. Min. Plenipotenciário do Irã (9-8-1949).
- S.E. o Sr. Fuad Carim, Embaixador da Turquia (13-9-1949).
- S.E. o Sr. Adrian Rotter, Env. Ext. Min. Plenipotenciário da Áustria (18-11-1949).
- S.E. o Sr. Pierre Rigaud, Env. Ext. e Min. Plenipotenciário do Haiti (6-12-49).
- S.E. o Sr. Ivan Arguello Gil, Enviado Ext. e Min. Plenipotenciário da Nicarágua (6-12-1949).
- S.E. o Sr. Gilbert Arvengas, Embaixador da França (13-12-1949).
- S.E. o Sr. José Antonio Moreno Gonzalez, Embaixador do Paraguai (13-12-1949).
- S.E. o Sr. T. Elink Schuurman, Env. Ext. Min. Plenipotenciário dos Países-Baixos (27-12-1949).

N.º 13

MOVIMENTO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO EM 1949

ESTADO E SÉDE	NOME E CARGO	DATA DO RECONHECIMENTO
	AMÉRICA (Estados Unidos da)	
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Robert Coleman Johnson Jr., Cônsul (*)..	21-11-1949
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Charles Wallace Adair Jr., Cônsul.....	5- 3-1949
	Stewart G. Anderson, Cônsul.....	12- 7-1949
	Livingston D. Watrous, Cônsul.....	12- 7-1949
	E. Bruce Ferguson, Vice-Cônsul.....	30- 4-1949
	Robert A. Christopher, Vice-Cônsul.....	30- 6-1949
	Susan Barbosa, Vice-Cônsul.....	5-10-1949
	Charles W. Anderson, Vice-Cônsul.....	5-10-1949
	Carl Biebers Jr., Vice-Cônsul (*).....	5- 7-1949
	Donald S. King, Vice-Cônsul (*).....	28- 7-1949
	John H. Haring, Vice-Cônsul.....	20-10-1949
MARANHÃO		
<i>S. Luiz</i>	Thomas Moses, Agente Consular.....	10- 7-1949
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	John N. Smith, Vice-Cônsul (*).....	28- 9-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Varnum Lansing Collins Junior, Cônsul...	5- 3-1949
	Henry Luther Pitts Junior, Vice-Cônsul...	5- 3-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Arthur W. Feldman, Vice-Cônsul.....	1- 9-1949
	William Briggs, Vice-Cônsul.....	22-10-1949
	John G. Gosset, Vice-Cônsul.....	22-10-1949
	Eldred D. Kuppinger, Cônsul.....	15- 6-1949
<i>Santos</i>	Julian C. Greenup, Cônsul Geral (*).....	8-12-1949
	ARGENTINA	
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Pedro Martín, Vice-Cônsul.....	15- 4-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Rio Grande</i>	Roberto A. Bruni, Cônsul encarregado....	15- 4-1949

(*) Reconhecimento Provisório.

ESTADO E SÉDE	NOME E CARGO	DATA DO RECONHECIMENTO
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Juan Olivieri, Cônsul-Adjunto (aus.).....	15- 1-1949
	ÁUSTRIA	
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Leo Seidler, Vice-Cônsul, honorário.....	15- 5-1949
	BÉLGICA	
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Armand Doneaux, Cônsul honorário (*)...	1- 2-1949
<i>São Paulo</i>	André Delvaux, Cônsul (*).....	1- 2-1949
	BOLÍVIA	
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Ramiro Barbaro di San Giorgio, Vice-Cônsul honorário.....	5-10-1949
	CHILE	
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Tulio Maquieira, Cônsul Geral.....	30- 5-1949
	COLOMBIA	
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Enrique Duarte, Cônsul Geral.....	5- 9-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Jesus Arango Cano, Cônsul Geral.....	5- 9-1949
	COSTA RICA	
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Klauss Hutt Chaverri, Vice-Cônsul honorário.....	20- 6-1949
	EQUADOR	
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Antonio José Lucio Paredes, Vice-Cônsul..	25- 2-1949

(*) Reconhecimento Provisório

ESTADO E SÉDE	NOME E CARGO	DATA DO RECONHECIMENTO
ESPANHA		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Carmelo Matesanz Rojo, Cônsul (*)	8-12-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	João Carlos Sant'Anna, Cônsul honorário.	5-10-1949
FRANÇA		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Jacques Clostermann, Cônsul.....	22-11-1949
GRÃ-BRETANHA		
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Artur James Evans, Cônsul (*).....	8-12-1949
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	William Henry James Chippendale, Vice-Cônsul.....	12-11-1949
PARÁ		
<i>Belém</i>	Jorge Marciel de Pontes Leite, Vice-Cônsul honorário.....	15- 4-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Norman Mayers, Cônsul Geral..... Christopher Kenney, Cônsul.....	25- 1-1949 16- 5-1949
ISLANDIA		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	John Kent Lutey, Cônsul honorário.....	10- 1-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Finn B. Arnesen, Cônsul honorário.....	30- 4-1949
ISRAEL		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Samuel Malamud, Cônsul honorário.....	5-10-1949

(*) Reconhecimento Provisório

ESTADO E SÉDE	NOME E CARGO	DATA DO RECONHECIMENTO
ITÁLIA		
AMAZONAS		
<i>Manáus</i>	Giuseppe Pagani Vulcani, Agente Consular.	30- 7-1949
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Giuseppe Setti, Cônsul.....	10- 6-1949
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>	Amadeo Grandi, Agente Consular.....	5- 8-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Rio Grande</i>	Angelo Raffaele Anselmo, Vice-Cônsul honorário.....	10- 2-1949
<i>Uruguaiana</i>	Biagio Limongi, Agente Consular (*).....	8-12-1949
SÃO PAULO		
<i>Jahu</i>	Giuseppe de Mori, Agente Consular (*)...	10-10-1949
<i>Piracicaba</i>	Mario Dedini, Agente Consular.....	16- 8-1949
<i>Ribeirão Preto</i>	Giuseppe Beschizza, Agente Consular (*)..	22- 7-1949
<i>Santos</i>	Ricciardi Giudi di Bagno, Vice-Cônsul....	15-10-1949
<i>São Carlos do Pinhal</i> ..	Alemanno Raffaelli, Agente Consular.....	16- 8-1949
LÍBANO		
GOIÁS		
<i>Anápolis</i>	Eduardo Chebab, Vice-Cônsul honorário..	8-12-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Abdalla A. Creidy, Vice-Cônsul honorário.	12-11-1949
PANAMÁ		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Homero Icaza Sánchez, Cônsul.....	5- 3-1949
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Anibal Victoriano Urbieto, Cônsul.....	10- 1-1949

(*) Reconhecimento Provisório.

ESTADO E SÉDE	NOME E CARGO	DATA DO RECONHECIMENTO
	PERU	
<i>Belém</i>	Amadeo Drinot Fuchs, Cônsul Geral.....	25- 4-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Medardo Franco Calle, Chanceler (*).....	15- 1-1949
	POLÔNIA	
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Aleksander Bodak, Cônsul.....	5- 4-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Jerzy Grudzinski, Cônsul Geral.....	20- 5-1949
	PORTUGAL	
AMAPÁ		
<i>Macapá</i>	Nunos Alvares Adrião de Bessa Lopes, Cônsul (*).....	19-12-1949
BAHIA		
<i>Salvador</i>	E. M. Fernandes Bugalho, Cônsul.....	12- 7-1949
PARÁ		
<i>Belém</i>	J. M. M. Ortim Bettencourt, Vice-Cônsul..	25-10-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Amilcar Lino Franco, Cônsul.....	15- 4-1949
	SUÉCIA	
PARÁ		
<i>Belém</i>	Anders Wissing Andersen, Cônsul honorário	30- 7-1949
	URUGUAI	
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Luís Tomás Morena Salvo, Vice-Cônsul honorário.....	30- 4-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Caxias</i>	Nery Eyherabide, Cônsul honorário.....	5- 3-1949

(*) Reconhecimento Provisório.

ESTADO E SÉDE	NOME E CARGO	DATA DO RECONHECIMENTO
	VENEZUELA	
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Luís Ignacio Sánchez T., Cônsul Geral...	12-11-1949
RIO BRANCO		
<i>Boa Vista</i>	Nicolás Ascanio Buroz, Vice-Cônsul (*)....	14-11-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Ambrosio Perera, Cônsul Geral (*).....	

(*) Reconhecimento Provisório

CORPO DIPLOMÁTICO ESTRANGEIRO

N.º 14

ANEXO — B — 9

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

S. Ex. o Sr. *Herschel V. Johnson*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
 Sr. *Clarence C. Brooks*, Conselheiro Econômico.
 Sr. General de Brigada *Reuben C. Hood, Jr.*, Adido de Aeronáutica.
 Sr. Capitão de Mar e Guerra *Willard A. Saunders*, Adido Naval.
 Sr. Tenente-Coronel *Art B. Miller Jr.*, Adido Militar.
 Sr. *Rolf L. Larson*, Adido. (Ausente).
 Sr. *Erwin P. Keeler*, Primeiro Secretário de Embaixada.
 Sr. *John B. Ocheltree*, Primeiro Secretário de Embaixada. (Ausente).
 Sr. *Sheldon Thomas*, Primeiro Secretário de Embaixada.
 Sr. *Claude W. Courand*, Primeiro Secretário de Embaixada. (Ausente).
 Sr. *Emerson I. Brown*, Adido.
 Sr. *Charles W. Adair, Jr.*, Primeiro Secretário de Embaixada.
 Sr. *Ernest J. Hall*, Adido Cultural.
 Sr. *Leo A. Gough*, Adido.
 Sr. *Henry S. Hammond*, Adido.
 Sr. *John T. Milliken*, Adido.
 Sr. *Robert B. Elwood*, Segundo Secretário de Embaixada.
 Sr. *David A. de Lima*, Adido.
 Sr. *Sterling I. Cottrell*, Adido.
 Sr. *Stewart G. Anderson*, Segundo Secretário de Embaixada.
 Sr. *Livingston D. Watrous*, Segundo Secretário de Embaixada.
 Sr. Coronel *Hamilton Disston South*, Adido Naval e de Aeronáutica Naval Adjunto.
 Sr. Tenente-Coronel *Donald L. Durfee*, Adido Militar Adjunto.
 Sr. Tenente-Coronel *Joseph W. Barron*, Adido de Aeronáutica Adjunto.
 Sr. Capitão de Fragata *James Mc Intosh Robertson*, Adido Naval e de Aeronáutica Naval Adjunto.

- Sr. Capitão *Christian F. Peterson*, Adido de Aeronáutica Adjunto.
Sr. *Hoyt N. Ware*, Adido.
Sr. *Henry E. Thomas, III*, Adido.
Sr. *Theodore J. Grant*, Adido.
Sr. *Robert H. Shields*, Adido Adjunto.
Sr. *Ned C. Fahs*, Adido Cultural Adjunto.
Sr. *Donald Stewart King*, Terceiro Secretário de Embaixada.
Sr. *John C. Amott*, Terceiro Secretário de Embaixada.
Sr. *Edward Bruce Ferguson*, Terceiro Secretário de Embaixada.
Sr. *Robert A. Christopher*, Terceiro Secretário de Embaixada.

REPÚBLICA ARGENTINA

- S. Ex. o Sr. Doutor *Juan I. Cooke*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Juan José Gregorio Lascano*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. Coronel *José Leon Solis*, Adido Militar.
Sr. Dr. *Javier T. Gallac*, Conselheiro.
Sr. *Henrick S. Wessels*, Conselheiro.
Sr. Dr. *Rodolfo Roberto Potente*, Conselheiro Econômico.
Sr. Capitão de Fragata *Alejandro Bras Harriott*, Adido Naval.
Sr. *Henrique Meunier*, Primeiro Secretário.
Sr. *Guillermo Oscar Spika Santillán*, Primeiro Secretário.
Sr. Dr. *Carlos Federico Cooke*, Segundo Secretário.
Sr. *Humberto Alonso Alemán*, Segundo Secretário.
(Nomeado).
Sr. *Rodolfo A. Romero*, Terceiro Secretário.
Sr. *Orlando Pazzi*, Terceiro Secretário.

AUSTRÁLIA

- Sr. *William Torance Doig*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. *Ric Prichard Throssell*, Segundo Secretário.

AUSTRIA

- S. Ex. o Sr. *Adrian Rotter*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Rudolf Ender*, Primeiro Secretário.
Sr. *Carl Schlesinger Chinatti*, Adido.

BÉLGICA

- S. Ex. o Sr. Barão *Kervyn de Meerendré*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário (Ausente).
Sr. *Carlos Van Bellinghen*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. *Edouard Grandry*, Primeiro Secretário.

BOLÍVIA

S. Ex. o Sr. Dr. *David Alvéstegui*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. *Jorge Escobari*, Primeiro Secretário.
Sr. Coronel *Jorge Antezana Villagrán*, Adido Militar e de Aeronáutica.
Sr. *Roberto Calzadilla Rojas*, Segundo Secretário.

CANADÁ

S. Ex. o Sr. *James Scott Macdonald*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. *William G. Stark*, Primeiro Secretário.
Sr. *Douglas W. Jackson*, Secretário Comercial.
Sr. *T. F. Harris*, Secretário Comercial Adjunto.
Sr. *David B. Wilson*, Terceiro Secretário.

CHILE

S. Ex. o Sr. *Oswaldo Vial*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. *Luiz Melo Lecaros*, Conselheiro.
Sr. *Luis Cubillos*, Conselheiro Comercial.
Sr. Coronel *Roger Soto Marín*, Adido Militar.
Sr. Comandante de Grupo *Horacio Barrientos*, Adido de Aeronáutica.
Sr. Capitão de Mar e Guerra *Claudio Vio Valdivieso*, Adido Naval.
Sr. *Victor Riosco*, Segundo Secretário.
Sr. *Luis A. Castellón*, Segundo Secretário.
Sr. Eng.º *Maximo Bastián*, Adido.

CHINA

S. Ex. o Sr. Dr. *Quo Tai-chi*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário (Ausente).
Sr. *Quo* (Ausente).
Sr. *Tan Pan Tuan*, Encarregado de Negócios Interino.
Sr. Dr. *Tzu Hsu*, Primeiro Secretário.
Sr. *Técheng Huang*, Segundo Secretário.
Sr. *Wang Ming Chang*, Terceiro Secretário.
Sr. *Wang Sze-tseng*, Terceiro Secretário.

COLÔMBIA

S. Ex. o Sr. Dr. *José Joaquin Castro Martinez*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário (Ausente).
Sr. Dr. *Alfonso Bonilla Aragón*, Encarregado de Negócio, interino.
Sr. *Julio Ortega Otálara*, Primeiro Secretário.
Sr. Tenente-Coronel *Jorge A. Tellez*, Adido Militar e de Aeronáutica.

COSTA RICA

Sr. *Luiz Dobles Sanchez*, Encarregado de Negócio Interino.

CUBA

S. Ex. o Sr. *Gabriel Landa*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Eugenio Taquechel y Villasana*, Ministro.
Sr. Dr. *Enrique Camejo Argudin*, Segundo Secretário.
Sr. *Mariano Escalona y Almeida*, Adido.

DINAMARCA

S. Ex. o Sr. *Otto Wadsted*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Knud Gylling*, Adido Comercial.

REPÚBLICA DOMINICANA

S. Ex. o Sr. *Rafael Espaillat de la Mota*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Simon Diaz Castellanos*, Ministro Conselheiro.
Sr. Coronel *Rafael A. Espaillat*, Adido Militar (Ausente).

EGITO

S. Ex. o Sr. *Mohamed Sadek Abou Kadra Bey*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *El-Karamani*, Primeiro Secretário.
Sr. *Naguib A. Kadri*, Terceiro Secretário.

EQUADOR

S. Ex. o Sr. *Luis Antonio Peñaherrera*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. *José Joaquim Silva*, Primeiro Secretário.
Sr. *Antonio José Lucio Paredes*, Terceiro Secretário.
Sr. *Demetrio Aguilera Malta*, Adido Cultural.

ESPAÑHA

S. Ex. o Sr. *José Rojas y Moreno*, Conde de *Casa Rojas*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. *José de Carcer y Lasance*, Ministro Conselheiro. (Ausente).
Sr. *Luis de Viñals y de Font*, Primeiro Secretário.
Sr. *Oscar Peña de Camus*, Primeiro Secretário, Encarregado dos Negócios Consulares.
Sr. *Jorge Taberna Latasa*, Segundo Secretário.
Sr. *Eduardo Callejo Garcia-Amado*, Terceiro Secretário.
Sr. Tenente-Coronel *Manuel Díez Alegría Gutierrez*, Adido Militar.
Sr. Capitão de Fragata *Leopoldo Boado Endeiza*, Adido Naval.
Sr. *José Manuel Muñoz de Miguel*, Adido Comercial.
Sr. *Manuel Augusto García Viñolas*, Adido Cultural.
Sr. *Román Escolotado Jimenez*, Adido de Imprensa.
Sr. *Horacio Torres de la Serna*, Adido de Agricultura.

FINLÂNDIA

S. Ex. o Sr. *Niilo Orasmaa*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Holger Lennart Sumelius*, Adido.

FRANÇA

- S. Ex. o Sr. *Gilbert Arvengas*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário. (Nomeado).
Sr. *François Brière*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. Coronel *Albert Buchalet*, Adido Militar, Naval e de Aeronáutica.
Sra. *Gabrielle Mineur*, Adido Cultural.
Sr. *Jules Campagne*, Conselheiro Comercial.
Sr. *Pierre Vulliod*, Adido Financeiro.
Sr. *Eugène Wernet*, Segundo Secretário.
Sr. *Louis Fougère*, Adido Comercial.
Sr. *Jean Français*, Adido.
Sr. *Paul Gignoux*, Adido Comercial.
Sr. *François Grangette*, Adido Comercial Adjunto.

GRÃ-BRETANHA

- S. Ex. Sir *Nevile Montagu Butler*, K.C.M.G., C.V.O., Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário. (Ausente).
Sir *Henry King*, K.B.E., Ministro (Comercial).
Sr. *G. P. Young*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. Capitão de Mar e Guerra *Ralph Campbell Musbury Duckworth*, C.B.E., R.N. Adido Naval.
Sr. General de Brigada *J. C. O'Dwyer*, Adido Militar.
Sr. Comodoro do Ar *David Walter Bayne*, Adido de Aeronáutica.
Sr. *Geoffrey Stow*, Primeiro Secretário.
Sr. *William Anthony Thomas Sowden*, M.B.E., Primeiro Secretário (Comercial).
Sr. *Leslie Mitchell*, Primeiro Secretário (Adido de Trabalho).
Sr. *K. Christofas*, Segundo Secretário.
Sr. Coronel Aviador *Dudley Sandry Garton Honer*, Adido de Aeronáutica Civil.
Sr. *N. D. T. Sutton*, Primeiro Secretário (Ausente).
Sr. *David Mc Ewen*, Segundo Secretário. !!
Sr. *Lionel P. Bridal*, Segundo Secretário (Comercial).
Sr. *K. R. Welbore Ker*, Segundo Secretário.
Sr. *Richard James Stratton*, Terceiro Secretário (Comercial).
Sr. *F. C. Hensby*, Adido.

GRÉCIA

- S.Ex. o Sr. *Dimitri Arghyropulis*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

GUATEMALA

- S. Ex. o Sr. *Francisco Guerra Morales*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. (Ausente).

HAITI

- S. Ex. o Sr. *Pierre Rigaud*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

ÍNDIA

- S. Ex. o Sr. *Minocheher Rustom Masani*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário (Ausente).
Sr. *Aftab Rai*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. *Anthony G. Menezes*, Primeiro Secretário.
Sr. *D. M. Anand*, Segundo Secretário (Informações).

IRÃ

- S. Ex. o Sr. *Hassanali Gaffary*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Mahmoud M. Fakhrai*, Primeiro Secretário.

ITÁLIA

- S. Ex. o Sr. Dr. *Mario Augusto Martini*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Luigi Silvestrelli di Toscanella*, Conselheiro.
Sr. Dr. *Eugenio Bonardelli*, Conselheiro de Emigração.
Sr. Brigadeiro do Ar *Mario Porru*, Adido de Aeronáutica, Militar e Naval.
Sr. Dr. *Elisio Ballerfina*, Conselheiro Comercial.
Sr. Dr. *Giorgio Bombassei Frascani di Vettor*, Primeiro Secretário.
Sr. Dr. *Giuseppe Walter Maccotta*, Segundo Secretário.
Sr. Dr. *Alfredo Stendardo*, Adido de Imprensa e Cultural.
Sr. Major-Aviador *Edmondo Carlucci*, Adido de Aeronáutica, Militar e Naval Adjunto.
Sr. Dr. *Felice Ghionda*, Terceiro Secretário.
Sr. Dr. *Giuseppe Setti*, Adido.

IUGOSLÁVIA

- S. Ex. o Sr. Dr. *Rajko Djermanovic*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Luka Belamaric*, Primeiro Secretário.
Sr. *Branko Dragovic*, Conselheiro Comercial.
Sr. *Jovan Kovacevic*, Adido.

LETÔNIA

- S. Ex. o Sr. Dr. *Peters Z. Olins*, Ministro Plenipotenciário e Encarregado de Negócios.
Sr. *Vilis Tomsons*, Secretário.

LÍBANO

- S. Ex. o Sr. *Joseph Saouda*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Najati Kabbani*, Conselheiro de Legação.

LITUÂNIA

- S. Ex. o Sr. Dr. *Casimir Grauzinis*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (Nomeado).
Sr. Dr. *Frikas Meieris*, Encarregado de Negócios.

MÉXICO

- S. Ex. o Sr. Dr. *Antonio Villalobos*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário (Ausente).
Sr. *Fernando Lagarde y Vigil*, Encarregado de Negócios interino.
Sr. Dr. *Héctor Blanco Melo*, Terceiro Secretário.
Sr. *Carlos J. de Alba Henríquez*, Adido de Agricultura (Ausente).

NICARÁGUA

- Sr. Ex. o Sr. *Ivan Argüello Gil*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Justino Sansón Balladares*, Conselheiro.

NORUEGA

- S. Ex. o Sr. *Torbjörn Leopold Seippel*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Ivar Melhuus*, Primeiro Secretário.
Sr. *Alf Syrdahl*, Secretário Comercial.
Sr. *Harald Slotfeldt*, Adido.

PAÍSES-BAIXOS

- S. Ex. o Sr. *B. Kleyn Molekamp*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Th. P. Bergsma*, Primeiro Secretário.
Sr. *George Elshove*, Primeiro Secretário Comercial.
Sr. *P. C. van Scherpenberg*, Adido de Emigração.
Sr. Engenheiro *H. Meyer*, Adido de Agricultura.
Sr. *G. A. M. J. Keyzer*, Adido.
Sr. *A. L. Serruys*, Adido.

PANAMÁ

- Sr. *Roque Javier Laurenza*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. Dr. *Homero Icaza Sánchez*, Adido.
Sr. *Luis G. Kaled*, Adido.

PARAGUAI

- S. Ex. o Sr. *Liberato Rodríguez*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Luis Ortega*, Conselheiro.
Sra. Dra. *Hita Cuellar*, Adido.
Snha. *Edith Ashwell*, Adido.

PERÚ

- S. Ex. o Sr. *Luís Fernán Cisneros*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
(Ausente).
Sr. Dr. *Carlos Valera*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. *Miguel Price*, Primeiro Secretário.
Sr. Dr. *Alejandro Guinassi L. de Romaña*, Primeiro Secretário.
Sr. Dr. *Felipe Livoni Larco*, Segundo Secretário.
Sr. *Juan Alayza*, Terceiro Secretário.

POLÔNIA

- S. Ex. o Sr. Prof. *Wojciech Wrzosek*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Euzebiusz Dworkin*, Primeiro Secretário.
Sr. *Czeslav Rybinski*, Segundo Secretário.
Sr. *Jerzy Sturm*, Adido Comercial.

PORTUGAL

- S. Ex. o Sr. Dr. *João Antonio de Bianchi*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Antonio Leite Cruz*, Primeiro Secretário.
Sr. Dr. *José Weinholtz de Bivar Brandeiro*, Conselheiro Comercial.
Sr. Dr. *José Luiz Charters Trigueiros de Aragão*, Terceiro Secretário.
Sr. *José Baptista da Costa*, Adido Financeiro.
Sr. Dr. *Herculano Vaz Serra Rebordão*, Adido de Imprensa.

SANTA-SÉ

- S. Ex. Monsenhor *Carlo Chiarlo*, Arcebispo Titular de *Amida*, Núncio Apostólico.
Monsenhor *Arbrosio Marchioni*, Auditor.
Reverendo *Paulo Mosconi*, Adido.

SÍRIA

- Sr. *Omar Abou-Richeh*, Encarregado de Negócios.
Sr. *Ihsan Marrache*, Secretário.

SUÉCIA

- S. Ex. o Sr. *Knut Richard Thyberg*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *Sten von Euler-Chelpin*, Conselheiro.
Sr. *Jan Killander*, Primeiro Secretário.
Sr. *Thor S. J. Bengtson*, Adido Comercial.
Sr. *Per Gudmund Herrlin*, Adido.

SUIÇA

- S. Ex. o Sr. *Charles Redard*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Fernad Bernoulli*, Conselheiro de Legação.
Sr. Dr. *Joseph Anton Graf*, Secretário de Legação.

TCHECOSLOVÁQUIA

- Sr. *Bruno Pitha*, Encarregado de Negócios, interino.
Sr. *Jan Rosa*, Adido Comercial.
Sr. *Gregorio Biller*, Adido Comercial Adjunto.

TURQUIA

- S. Ex. o Sr. *Fuad Carim*, Embaixador Extraordinário, e Plenipotenciário.
Sr. *Necmettin Tuncel*, Primeiro Secretário.
Sr. *Zubeyir Bensan*, Terceiro Secretário.

UNIÃO SUL AFRICANA

- S. Ex. o Sr. *Eugene Kevin Scallan*, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.
Sr. *R. J. Montgomery*, Secretário de Legação.
Sr. *A. W. van der Westhuizen Smit*, Terceiro Secretário.

URUGUAI

- S. Ex. o Sr. Dr. *Giordano B. Eccher*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Coronel *Armando R. Lerma*, Adido Militar e de Aeronáutica.
Sr. *Carlos A. Masanés*, Primeiro Secretário.
Sr. Capitão de Fragata *Gabriel Retamoso*, Adido Naval.
Sr. *Horacio Herrera Mendez*, Segundo Secretário.
Sr. Capitão de Fragata, *R. Mario Collazzo Pittaluga*, Secretário.
Sra. *Maria Celia Coppetti Rosáñez*, Adido Cultural.
Sr. *Eugenio Pérez Gorgoroso*, Adido.
Sr. *Bindo M. Corradi Bavio*, Adido Comercial.

VENEZUELA

- S. Ex. o Sr. Dr. *Tito Gutierrez Alfaro*, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.
Sr. Dr. *Oscar Aguilar*, Ministro Conselheiro.
Sr. Capitão de Fragata *Carlos A. Larrazábal*, Adido Naval.
Sr. Dr. *Emigdio Medina Rón*, Primeiro Secretário.

N.º 15

LISTA DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
AMÉRICA (ESTADOS UNIDOS DA)		
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Waldemar Pinheiro de Souza, Agente Consular.	
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Robett Coleman Johnson Jr. Cônsul (*).. Kenneth J. Yearms, Cônsul..... William W. Lanahan, Vice-Cônsul.....	21-11-1949 10- 6-1947 20- 1-1947
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Richard Abner Godfrey, Vice-Cônsul (*)..	9- 8-1947
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Erwin Palmer Keeler, Cônsul..... John B. Ocheltree, Cônsul..... Claude Courand, Cônsul (*)..... Charles Wallace Adair Jr., Cônsul..... Rudolph E. Cahn, Vice-Cônsul..... William Preston Rambo, Vice-Cônsul..... Jack E. Conner, Vice-Cônsul..... Stewart G. Anderson, Cônsul..... H. André Weisman, Vice-Cônsul..... Margaret P. Hays, Vice-Cônsul..... Donald J. Mr. Grath, Vice-Cônsul..... John C. Amott (*)..... Livingston D. Watrous, Cônsul..... E. Bruce Ferguson, Vice-Cônsul..... Robert A. Christopher, Vice-Cônsul..... Susan Barbosa, Vice-Cônsul..... Charles W. Anderson, Vice-Cônsul..... Carl Biebers Jr. Vice-Cônsul (*)..... Donald S. King, Vice-Cônsul (*)..... John H. Harring, Vice-Cônsul.....	30- 8-1947 20- 2-1948 15- 7-1948 5- 3-1949 5- 7-1946 20- 2-1947 30-11-1947 12- 7-1949 25- 6-1948 1-10-1947 30-10-1947 15-12-1947 12- 7-1949 30- 4-1949 30- 6-1949 5-10-1949 5-10-1949 5- 7-1949 28- 7-1949 20-10-1949
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>	Williams Beal, Vice-Cônsul.....	30- 9-1948
MARANHÃO		
<i>S. Luiz</i>	Thomas Moses, Agente Consular.....	10- 7-1949

(*) — Reconhecimento Provisório

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PARÁ		
<i>Belém</i>	George T. Colman, Cônsul..... John Aloysius Moran, Vice-Cônsul (*)....	30- 9-1948 2- 3-1948
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	George E. Miller, Cônsul..... John N. Smith, Vice-Cônsul (*).....	20- 2-1947 28- 9-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Varnum Lansing Collins Junior, Cônsul.... Richard H. Stephens, Vice-Cônsul..... Henry Luther Pitts Junior, Vice-Cônsul	5- 3-1949 20-10-1948 5- 3-1949
RIO GRANDE.....	E. C. Pfiffner, Agente consular honorário..	27- 2-1945
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>		
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Arthur Gerard Parsloe, Cônsul..... Luther A. Thomas, Vice-Cônsul.....	30- 6-1947 25- 9-1948
<i>São Paulo</i>	Julian C. Greenup, Cônsul Geral (*)..... Marc. L. Severe, Cônsul..... Sheldon Thomas, Cônsul..... Charles K. Ludewig, Cônsul..... Ray Henry Crane, Vice-Cônsul..... Frederick L. Royt, Vice-Cônsul..... Ralf. H. Masure, Vice-Cônsul..... Eldred D. Kuppinger, Cônsul..... Arthur W. Feldman, Vice-Cônsul..... William Briggs, Vice-Cônsul..... John G. Gosset, Vice-Cônsul.....	8-12-1949 10- 6-1947 20- 5-1948 20- 5-1948 30- 9-1946 25- 6-1948 10- 9-1948 15- 6-1949 1- 9-1949 22-10-1949 22-10-1949
ARGENTINA		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Cirilo Tubio Torrecilla, Cônsul..... Pedro Martín, Vice-Cônsul.....	15- 2-1946 15- 4-1949
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>	Luiz J. Montarcé, Cônsul.....	20- 4-1948

(*) — Reconhecimento Provisório

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
GUAPORÉ		
<i>Guajará-Mirim</i>		
MATO GROSSO		
<i>Corumbá</i>	Juan Olivieri (nomeado).....	
PARANÁ		
<i>Foz do Iguaçu</i>	Eduardo Ramón Biachi, Vice-Cônsul (*)..	5-11-1948
<i>Paranaguá</i>	Manuel V. Gómez, Cônsul encarregado.... Jorge Montes de Oca, Cônsul (ausente)...	10- 4-1947
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Andrés Santiago Stipanivic, Cônsul.....	10- 4-1947
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Itaqui</i>	Emilio Martinez, Vice-Cônsul.....	
<i>Jaguarão</i>		
<i>Livramento</i>		
<i>Porto Alegre</i>	Joaquim P. Ghía, Cônsul Geral..... Manuel Vicente Gómez, Cônsul Adjunto, (ausente).....	30- 8-1946 1- 8-1947
<i>Porto Lucena</i>	Carlos Adolfo Moretti, Vice-Cônsul.....	10- 6-1947
<i>Rio Grande</i>	Roberto A. Bruni, Cônsul encarregado....	15- 4-1949
<i>Santa Maria</i>		
<i>São Borja</i>	José Ramon Pesoa, Cônsul.....	30- 9-1947
<i>Uruguaiana</i>	Albano A. Larrea, Cônsul encarregado....	
SANTA CATARINA		
<i>São Francisco do Sul</i> ..	Rodolfo Benjamin Serigós, Cônsul.....	2- 2-1946
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Sebastião Peralta, Vice-Cônsul encarregado.	
<i>São Paulo</i>	Anselmo Borgonovo, Cônsul Geral (*).... Albano A. Larrea, Cônsul Adjunto (ausente) Romualdo O. Cadoppi, Cônsul Adjunto.... Juan Olivieri, Cônsul Adjunto (ausente).... Juan A. Caballero, Vice-Cônsul.....	10-12-1948 30- 9-1948 25- 6-1948 15- 1-1949 5- 4-1946

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
---------------	--------------------------	------------------------

ÁUSTRIA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Legação	
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Porto Alegre</i>	Rudolf Egger Moellwald, Cônsul honorário	
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>	Ferdinand Kunz, Cônsul honorário.....	30-11-1947
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Erich Mostny Kirchmeir, Cônsul honorário.	20- 5-1948
<i>Santos</i>	Leo Seidler, Vice-Cônsul honorário.....	16- 5-1949

BÉLGICA

AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Agésilau de Araújo, Cônsul honorário....	31- 1-42
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Arnoldo Widberger, Cônsul honorário....	29- 4-44
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Edgar Sá, Cônsul honorário.....	10-11-1947
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Embaixada.....	
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>		
MINAS GERAES		
<i>Belo Horizonte</i>	Jean Thiry, Cônsul honorário.....	5- 8-1930
PARÁ		
<i>Belém</i>	Cecil de Bastos Meira, Cônsul honorário..	10- 8-1947
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Idelfonso Correia Fontana, Cônsul hono- rário.....	30- 3-1948

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	L. Lacerda de Menezes, Cônsul honorário. Mário Gonçalves Pena, Vice-Cônsul hono- tário.....	29- 3-1933 29- 9-1936
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Porto Alegre</i>	Carlos Ebner, Cônsul honorário	30- 4-1947
<i>Rio Grande</i>	Armênio Aveline de Souza, Cônsul hono- rário.....	25-10-1948
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Armand Doneaux, Cônsul honorário (*)....	1- 2-1949
<i>São Paulo</i>	Maurice Emile Weckx, Cônsul..... André Delvaux, Cônsul (*).....	20-10-1946 1- 2-1949

BIRMANIA

A Embaixada da Grã-Bretanha está encarregada dos interesses birmaneses no Brasil.

BOLÍVIA

ACRE		
<i>Brasília</i>	Tufic Derzi, Vice-Cônsul honorário.....	31 -9-1943
ALAGOAS		
<i>Maceió</i>	Ezequiel P. da Silva Goulart, Cônsul hono- rário.....	8- 8-1923
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Alejandro Medina, Encarregado do Con- sulado	
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Otávio Americo de Freitas, Cônsul hono- rário.....	22- 9-1939
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	José G. Nogueira, Cônsul homnorário.....	

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Ruis H. de Yparraguire, Cônsul Geral honorário.....	29- 3-1933
<i>Vitória</i>	Orlando A. Guimarães, Cônsul honorário..	17-11-1931
GUAPORÉ		
<i>Guajará Mirim</i>	Enrique Saucedo, Cônsul.....	25-10-1948
<i>Porto Velho</i>	Roberto Guzmán Téllez, Cônsul.....	10- 8-1948
MARANHÃO		
<i>São Luiz</i>	Domingo de Freitas, Encarregado do Consulado.....	
MATO GROSSO		
<i>Cáceres</i>	Reyes Maldonado, Vice-Cônsul, honorário..	10-5-1948
<i>Campo Grande</i>	Jaime Ferreira de Vasconcellos.....	
<i>Corumbá</i>	Mário Suárez Landivar, Cônsul.....	20-11-1948
PARÁ		
<i>Belém</i>	Rafael Gutierrez G., Cônsul.....	
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Ramiro Barbaro di San Giorgio, Vice-Cônsul honorário.....	5-10-1949
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Luis Dias Lins, Cônsul honorário.....	27- 4-1937
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Porto Alegre</i>	Eduardo Secco Jr., Vice-Cônsul honorário..	31- 5-1938
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	René Baccarat, Cônsul honorário.....	30-12-1948
<i>São Paulo</i>	Aniceto Arce Paz, Cônsul-Geral.....	12- 2-1948
CANADÁ		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Clarence Van Tighem, Cônsul (ausente)...	
	Ronald C. Duncan (direção provisória).....	
	R. V. N. Gordon, Vice-Cônsul (nomeado)...	

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
---------------	--------------------------	------------------------

CHILE

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Embaixada.....	
	Victor Rioseco, Cônsul.....	30- 7-1947
	Antonio Leite Garcia, Cônsul honorário (*)	20-11-1947
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	Pedro Paulo Penido, Cônsul honorário....	30- 7-1947
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>	Carlos Lamas, Cônsul honorário.....	16- 5-1934
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Porto Alegre</i>	Gaston Coudeu Camalez, Cônsul honorário..	1-12-1945
SANTA CATARINA		
<i>São Francisco</i>	Celso de Moura Branco, Cônsul honorário..	
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Guilherme Steenbecker, Cônsul honorário..	10- 8-1948
<i>São Paulo</i>	Tulio Maquieira, Cônsul Geral.....	30- 6-1949

CHINA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Embaixada	

COLOMBIA

AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Enrique Duarte, Cônsul Geral.....	5- 9-1949
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Nilo Pedreira, Cônsul honorário.....	20- 9-1941
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Octavio Archila Montejo, Cônsul Geral honorário.....	17- 5-1939

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PARÁ		
<i>Belém</i>	Gretório Castaneda Aragón, Cônsul..... José de Freitas Sampaio e Castro, Vice Cônsul honorário.....	30- 7-1947 20- 5-1945
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Luiz Brito Bezerra de Melo, Cônsul hono- rário.....	19-10-1942
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Jesus Arango Cano, Cônsul Geral..... Oscar Paul Landmann, Cônsul honorário.. Eduardo Kahtuni, Chanceler honorário....	5- 9-1949 20-12-1946

COSTA RICA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	George Gareiss, Encarregado do Consulado. Juan Wencesláo Valenzuela Courrège, Vice- Cônsul honorário.....	 10- 5-1947
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Oswaldo Reis de Magalhães, Cônsul hono- rário..... Klauss Hutt Chaverri, Vice Cônsul hono- rário.....	6- 4-1935 20- 6-1949

CUBA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Eduardo Hernandez D'Abrigeon, Cônsul Geral..... Mariano Escalona y Almeida, Cônsul Ad- junto.....	25-10-1944

DINAMARCA

BAHIA		
<i>Salvador</i>	Svend Aage Nielsen, Cônsul honorário....	18- 6-1928
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Sivert Francisco Bartholdy, Cônsul hono- rário.....	11- 9-1933

ESTADO E SÊDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
MARANHÃO		
<i>São Luis</i>	João Alves Júnior-Pereira, Vice-Cônsul honorário.....	30- 9-1935
PARÁ		
<i>Belém</i>	Vicente João de Figueiredo Campos, Vice-Cônsul honorário.....	30- 9-1935
PARANÁ		
<i>Paranaguá</i>	Acrisio Guimarães, Vice-Cônsul honorário..	30- 9-1924
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Thomas Logan Griffith, Cônsul honorário.	10-10-1946
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Porto Alegre</i>	Hans Janus Olsen, Cônsul honorário.....	30- 3-1946
<i>Rio Grande</i>	Basil Harvey Lawson, Cônsul honorário...	20- 1-1948
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Rolf von Tangen Sivertsen, Cônsul honorário.....	20-10-1931
<i>São Paulo</i>	Adam Dietrich von Bulow, Cônsul honorário.....	28- 8-1947
	Bent Abrahamse, Vice-Cônsul honorário (*)	25- 9-1948

DOMINICANA (REPÚBLICA)

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço Consular na Embaixada	
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Ubaldo Franco Caiubi, Cônsul honorário...	31- 3-1938

EGITO

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Mahmoud Y. El-Karamani, Cônsul Geral encarregado.....	
	Mohamed Sadek Abou Khadra Bey, Cônsul Geral	

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
EQUADOR		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Antônio José Lúcio Paredes, Vice-Cônsul..	25- 2-1949
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Jayme Navarro Cárdenas, Cônsul Geral.... Luís Roberto Carvalho Franco, Vice Cônsul honorário	25- 6-1948
ESPANHA		
ALAGOAS		
<i>Maceió</i>	José A. Carpintero Simons, Vice Cônsul honorário.....	20-12-1943
<i>Manaus</i>		
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Gregório Izaga y Garay, Chanceler (*)....	10- 5-1944
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Embaixada.....	
MARANHÃO		
<i>São Luiz</i>		
MATO GROSSO		
<i>Corumbá</i>	Francisco Roca Mena, Vice-Cônsul hono- rário.....	11- 1-1941
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	José Quiroga Carballada, Vice Cônsul ho- norário.....	4- 4-1941
PARÁ		
<i>Belém</i>	José Maria Fernandez Freire, Vice-Cônsul honorário.....	20-12-1943

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Luiz Angel Ciruelos Diez, Vice-Cônsul honorário.....	3- 4-1923
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Manuel Pérez Vasquez, Vice-Cônsul honorário.....	23- 7-1940
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>	Carlos Galvão Filgueira, Vice-Cônsul.....	
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Bagé</i>	Pedro Gonzalez Zabaleta, Vice-Cônsul honorário.....	14- 2-1941
<i>Pôrto Alegre</i>	Alvaro Figueroa y Fernandez de Liencres, Cônsul.....	20-12-1948
<i>Santana do Livramento</i>	Joaquim Sans Albert, Vice-Cônsul honorário.....	13- 2-1941
<i>Uruguaiana</i>	Francisco Vicente Velo, Vice-Cônsul honorário.....	14- 2-1941
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>	Feliciano Veiga Vieites, Encarregado interino do Vice-Consulado (*).....	10- 5-1944
SÃO PAULO		
<i>Araçatuba</i>	Luiz Ares da Silva, Vice-Cônsul honorário..	10- 8-1948
<i>Campinas</i>	Laureano Bacelo Alonso, Vice-Cônsul honorário.....	12-11-1940
<i>Mococa</i>	Juan Costal Chavarria, Agente consular honorário.....	11- 1-1941
<i>Presidente Prudente</i>	Florianio Pardo Santamaria, Agente consular honorário.....	30-12-943
<i>Santo Anástácio</i>		
<i>Santos</i>	Rafael Morales Hernandez, Cônsul (*).... José Ozores Fernandes, Vic-Cônsul honorário.....	1- 4-1947 10- 2-1944
<i>São Carlos</i>		

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
<i>São Paulo</i>	Teodoro Varela Gil, Cônsul Geral..... Carmelo Matesans Rojo, Cônsul (*).....	30-10-1947 8-12-1939
<i>Sorocaba</i>	Demétrio Torrecila San Gil, Agente consular honorário.....	11- 9-1940

ESTONIA

DISTRITO FEDERAL

<i>D. F.</i>	Ferdinando Saukas, Cônsul Karl Ast, Adido
--------------------	--

FILIPINAS

A Embaixada dos Estados Unidos da América está encarregada dos interesses filipinos no Brasil.

FINLANDIA

BAHIA

<i>Salvador</i>	Aloisio Gama da Costa Santos, Vice-Cônsul honorário.....	10- 1-1925
-----------------------	--	------------

DISTRITO FEDERAL

<i>D. F.</i>	Serviço consular na Legação. Samuli Julius Aapro, Cônsul honorário....	10- 7-1948
--------------------	---	------------

PERNAMBUCO

<i>Recife</i>	Charles Atkinson, Vice-Cônsul honorário..	20-12-1948
---------------------	---	------------

RIO GRANDE DO SUL

<i>Pôrto Alegre</i>	João Carlos Sant'Anna, Cônsul honorário..	5-10-1949
---------------------------	---	-----------

SÃO PAULO

<i>Santos</i>	Olav Mossige, Cônsul honorário.....	20- 6-1947
<i>São Paulo</i>	Finn B. Arnesen, Cônsul honorário.....	11- 1-1941

FRANÇA

ALAGOAS

<i>Maceió</i>	Marie Claudius Girard, Agente consular..	20- 2-1947
---------------------	--	------------

AMAZONAS

<i>Manaus</i>	Raoul L. Weil, Agente consular.....	30- 6-1947
---------------------	-------------------------------------	------------

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Raymond Eugene Van der Hagen, Agente consular.....	25- 6-1948
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Bertrand Alphonse Boris, Agente consular.	20- 2-1947
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Jacques Clostermann, Cônsul.....	22-11-1949
	Simon de Quirielle, Vice-Cônsul (*).....	30-12-1946
	François Gabriel Blanchot, Vice-Cônsul	
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>	Alberto de Oliveira Santos, Agente consular	25- 6-1946
MARANHÃO		
<i>São Luiz</i>	Jeanne Hales, Agente consular.....	20- 1-1947
MATO GROSSO		
<i>Cuiabá</i>	Pierre Felix Biancardini, Agente consular..	20- 6-1947
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	Robert Levy, Agente consular honorário..	4- 9-1944
PARÁ		
<i>Belém</i>		
PARAÍBA		
<i>João Pessoa</i>	Célestin Marius Malzac Agente consular..	20- 2-1947
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Pierre Louis Deffès, Agente consular honorário.....	22-11-1944
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Etienne Durand, Cônsul.....	10- 5-1947
PIAUÍ		
<i>Parnaíba</i>	Roland Gabriel Jacob, Agente consular....	30- 6-1947
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>	Oswaldo Orlando Medeiros, Agente consular.	

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Pierre Martin, Cônsul.....	
<i>Rio Grande</i>	Pierre Parmentier, Agente consular.....	20- 4-1947
RIO DE JANEIRO		
<i>Campos</i>		
SANTA CATARINA		
<i>Joinville</i>		
<i>São Francisco</i>		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Robert Valeur, Cônsul Geral..... G. Mida Briot, Vice-Cônsul..... Pierre Patry, Vice-Cônsul.....	10- 3-1948
<i>Santos</i>		
GRÃ-BRETANHA		
ALAGOAS		
<i>Maceió</i>	Philip G. Nicholls, Vice-Cônsul honorário..	30-11-1942
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Percy John Turner, Vice-Cônsul honorário..	28- 8-1936
BAHIA		
<i>Ilhéus</i>	Charles H. Howe, Vice-Cônsul honorário (*)	27-11-1931
<i>Salvador</i>	Artur James Evans, Cônsul (*).....	8-12-1949
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	William Henry James Chippendale, Vice-Cônsul.....	12-11-1949
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Arthur Ponsomby, Cônsul (*).....	10-10-1947
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>	Leonard Haynes, Vice-Cônsul.....	23- 4-1941
MARANHÃO		
<i>São Luis</i>	Charles Vincent Reade, Vice-Cônsul hono- rário.....	20-12-1948

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
MATO GROSSO		
<i>Corumbá</i>		
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	Harold V. Walter, Vice-Cônsul honorário..	18-11-1957
<i>Morro Velho</i>	George Fisher Senior, Vice-Cônsul.....	7- 6-1946
PARÁ		
<i>Belém</i>	E. F. Wise. Cônsul.....	25- 8-1948
	Roberto Gauld, Vice-Cônsul.....	16-11-1945
	Jorge Marciel de Pontes Leite, Vice-Cônsul, honorário.....	15- 4-1949
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Harry Blas Gomm, Vice-Cônsul honorário..	15- 7-1944
<i>Paranaguá</i>		
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Gordon William Creighton, Cônsul.....	5- 8-1948
	Charles Reginald Gisdwood, Vice-Cônsul..	
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>	William James Scott, Vice-Cônsul honorário	25- 9-1948
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Alan Herschel Hamilton Gordon, Cônsul... W. J. Mac Laughlin, Vice-Cônsul.....	20-10-1948
<i>Rio Grande</i>	Vivian Wigg, Vice-Cônsul honorário.....	15- 5-1922
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>	Brereton Aird, Vice-Cônsul.....	30- 7-1948
<i>São Francisco</i>	Ronald O'Neil Addison, Vice-Cônsul ho- norário.....	29-12-1921
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Geoffrey Gladwyn Christian, Cônsul..... Haroldo Mac Cardell, Vice-Cônsul hono- rário.....	20-10-1946
		30- 9-1959
<i>São Paulo</i>	Norman Mayers, Cônsul Geral.....	25- 1-1949
	Christopher Kenney, Cônsul.....	16- 5-1949
	Clement Thompson Nash, Vice-Cônsul....	22- 6-1942
	Donald Robert Darling, Vice-Cônsul.....	20- 2-1947

ESTADO E SÊDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
SERGIPE		
<i>Aracaju</i>	Walter Cameron Donald, Agente consular honorário.....	20- 8-1946

GRÉCIA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Georges Jean Magoulas, Cônsul Geral, honorário.....	10-10-1946
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	Delio Tavares, Vice-Cônsul honorário.....	15- 1-1944
PARANÁ		
<i>Paranaguá</i>	João Savas Joanides, Vice-Cônsul honorário.....	29- 1-1921
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Alistair Jan Grant, Vice-Cônsul honorário..	31- 5-1927
<i>São Paulo</i>	João Deomedes Leonidas, Cônsul honorário.	10- 7-1946

GUATEMALA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Carlos Garcia Guimarães, Cônsul honorário Alfredo Kaufmann, Vice-Cônsul honorário.	10-12-1947 15- 4-1948
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Lincoln F. da Silva, Cônsul honorário.....	30- 3-1944
<i>São Paulo</i>	Ademar da Rocha Azevedo, Cônsul honorário.....	28- 8-1936

HAITI

ALAGOAS		
<i>Maceió</i>	Ivan I. Wolff, Cônsul honorário.....	29- 9-1934
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Luiz Morais Junior, Cônsul Geral honorario Artur Martins Sampaio, Vice-Cônsul honorário.....	18- 6-1919 25- 3-1935

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Edmundo H. Delcher Bastian, Cônsul honorário.....	9- 7-1921
RIO DE JANEIRO		
<i>Niterói</i>	William H. Stickney, Cônsul honorário....	31- 5-1938
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Paulo A. Orosimbo de Azevedo, Cônsul honorário.....	10- 4-1946

HONDURAS

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Manuel Soto de Pontes Camara, Cônsul Adjunto honorário.....	31- 7-1945
	Lauro Salles, Vice-Cônsul honorário.....	1- 4-1946
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	André Ortega, Cônsul honorário.....	8- 6-1946
	Vicente Amato Sobrinho, Vice-Cônsul honorário.....	

ÍNDIA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço Consular na Embaixada.....	

ISLÂNDIA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	John Kent Lutey, Cônsul honorário.....	10- 1-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Finn B. Arnesen, Cônsul honorário.....	30- 4-1949

ISRAEL

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Samuel Malamud, Cônsul honorário.....	5-10-1949

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
ITÁLIA		
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Giuseppe Pagani Vulcani, Agente consular	30- 7-1949
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Carlo Klauss, Vice-Cônsul (*).....	15- 6-1948
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Giuseppe Setti, Cônsul.....	10- 6-1949
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>		
MATO GROSSO		
<i>Campo Grande</i>		
<i>Corumbá</i>		
<i>Cuiabá</i>		
MINAS GERAIS		
<i>Barbacena</i>		
<i>Belo Horizonte</i>	Valério Valeriani, Cônsul.....	25- 8-1948
<i>Juiz de Fora</i>		
PARÁ		
<i>Belém</i>	Giorgio Braccialarghe, Vice-Cônsul (ausente) Aldo Urbinati, Encarregado do Vice-Consulado (*).....	30- 7-1947
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Pietro Nobili Vitelleschi, Cônsul Geral....	10- 1-1948
<i>Londrina</i>		
<i>Ponta Grossa</i>	Carlos Masini, Agente Consular.....	
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Giorgio Braccialarghe, Vice-Cônsul, Encarregado do Consulado (*)	

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>	Amedeo Grandi, Agente consular.....	5- 8-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Caxias do Sul</i>		
<i>Erechim</i>		
<i>Garibaldi</i>		
<i>Livramento</i>	Simone Gallo, Agente consular.....	
<i>Pelotas</i>		
<i>Pôrto Alegre</i>	Attilio Bollati, Cônsul Geral.....	2- 2-1946
<i>Rio Grande</i>	Angelo Raffaele Anselmo, Vice-Cônsul honorário.....	10- 2-1949
<i>Santa Vitória do Palmar Uruguaiana</i>	Biagio Limongi, Agente consular (*).....	8-12-1949
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>		
SÃO PAULO		
<i>Amparo</i>		
<i>Araraquara</i>		
<i>Bauru</i>		
<i>Bebedouro</i>		
<i>Botucatu</i>		
<i>Campinas</i>	Francesco Smergani, Vice-Cônsul.....	
<i>Franca</i>		
<i>Jaboticabal</i>		
<i>Jahu</i>	Giuseppe de Mori, Agente Consular (*).....	10-10-1949
<i>Mococa</i>		
<i>Piracicaba</i>	Mario Dedini, Agente consular.....	16- 8-1949
<i>Ribeirão Preto</i>	Giuseppe Beschizza, Agente consular (*).....	22- 7-1949
<i>Santos</i>	Ricciardi Guidi di Bagno, Vice-Cônsul.....	15-10-1949
<i>São Carlos do Pinhal</i> ...	Alemanno Raffaelli, Agente consular.....	16- 8-1949
<i>São Paulo</i>	Guilio Mombelli, Cônsul Geral.....	30- 7-1949
	Roberto de Cardona, Cônsul Adjunto (*).....	1- 10-1947
<i>Sorocaba</i>		
<i>Taquaritinga</i>		
<i>Taubaté</i>		

JAPÃO

A Legação da Suécia está encarregada dos interesses japoneses no Brasil.

LETÔNIA

SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Johan Gustaf Stal, Cônsul.....	7- 1-1933

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
LÍBANO		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Melhem Talhouk, Cônsul.....	10- 6-1947
GOIÁS		
<i>Anápolis</i>	Eduardo Chehab, Vice-Cônsul honorário...	8-12-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Abdalla A. Creidy, Vice-Cônsul honorário..	12-11-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Hector Klat, Cônsul Geral.....	10- 5-1947
	Miguel Nimer, Secretário.....	

LIECHTENSTEIN

A Legação da Suíça está encarregada dos interesses liechtensteinienses no Brasil.

LITUÂNIA		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Aleksandras Polisaitis, Cônsul.....	14- 5-1938

LUXEMBURGO		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Afonso Toledo Bandeira de Mello, Cônsul Geral honorário.....	6- 9-1938
	Nicolas Schaack, Cônsul honorário.....	10- 9-1948
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Nicolas Hientgen, Cônsul honorário.....	20- 3-1947

MÉXICO		
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Antonio Navarro Lucas, Cônsul honorário..	28- 2-1942
PARÁ		
<i>Belém</i>	Rodolfo Silva Santos Chermont, Cônsul honorário.....	25- 1-1945
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	João Dubeux, Cônsul honorário.....	15-10-1948
	Arnaldo da Fonte Dubeux, Vice-Cônsul honorário.....	10- 7-1948

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Brasiluso Lopes, Cônsul honorário.....	22-12-1941
<i>São Paulo</i>	Domingos Laurito, Cônsul honorário.....	18- 3-1942
MONACO		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Albino da Silva Bandeira, Cônsul Geral honorário.....	17- 3-1923
NICARÁGUA		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	José Mercedes Palma, Cônsul Geral honorário.....	20- 8-1941
	W. F. Bebión, Vice Cônsul honorário (*)....	10-12-1941
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Paulo Buarque de Macedo, Vice Cônsul honorário.....	
NORUEGA		
ALAGOAS		
<i>Maceió</i>	Roberto William Browning Paterson, Vice Cônsul honorário.....	23- 3-1918
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Ludvig A. Lorentzen Hoppe, Cônsul honorário.....	10- 1-1947
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Joseph Boris, Vice Cônsul honorario (*)...	29- 8-1944
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Legação.	
MARANHÃO		
<i>São Luis</i>	Amon J. P. Jessen, Vice Cônsul honorário..	20- 9-1947
PARÁ		
<i>Belém</i>	Peter Fretheim, Vice Cônsul honorário.....	28- 9-1925

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PARAÍBA		
<i>João Pessoa</i>	Einar Svendsen, Vice Cônsul honorário....	17- 7-1928
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	John William Ayres, Cônsul honorário.....	31- 1-1924
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Rio Grande</i>	Vivian Wigg, Vice Cônsul honorário.....	2-10-1945
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Olav Syrdhal, Cônsul honorário.....	10- 1-1947
	Erling Sigurd Barstad, Vice-Cônsul honorário.....	30- 8-1947
<i>São Paulo</i>	Pedro Gad, Cônsul Geral honorário.....	5- 8-1948
	Torleiv Kokkinn, Cônsul honorário.....	5- 8-1948
PAÍSES-BAIXOS		
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	G. R. Nealon, Cônsul honorário.....	18- 5-1939
BAHIA		
<i>Salvador</i>	M. Cerqueira Conde, Cônsul honorário....	13- 3-1931
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Joaquim da Costa e Souza, Cônsul honorário.....	28- 3-1901
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Legação.	
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>	Alcides Guimarães, Cônsul honorário.....	11-12-1928
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	Jan Bovendrop, Cônsul honorário.....	17- 9-1937
PARÁ		
<i>Belém</i>	José Dias da Costa Paes, Encarregado do Consulado honorário.....	26- 6-1948
PARAÍBA		
<i>João Pessoa</i>	O. A. von Sohsten, Cônsul honorário.....	20- 7-1937

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Wm. V. Muller, Cônsul honorário.....	30-10-1947
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	F. von Sohsten, Cônsul honorário.....	31- 3-1928
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	G. A. Menalda, Cônsul honorário.....	31-10-1925
<i>Rio Grande</i>	Vivian Wigg, Cônsul honorário.....	27-10-1931
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	A. P. J. du Prée, Cônsul honorário.....	12- 3-1929
<i>São Paulo</i>	Dirk Berkhout, Cônsul honorário.....	5- 6-1934
	S. H. Fuldauer, Vice-Cônsul honorário....	10- 4-1947
PANAMÁ		
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Francisco de Castro, Cônsul honorário.....	30- 7-1947
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Homero Icaza Sánchez, Cônsul.....	5- 2-1949
	Augusto de Castro Fonseca, Chanceler honorário (*).....	20- 1-1948
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Henrique Stockler, Vice-Cônsul honorário.	15- 4-1948
<i>São Paulo</i>	Cristiano Stockler das Neves, Cônsul honorário.....	30- 6-1944
	Cristiano Stockler das Neves Filho, Vice-Cônsul honorário.....	20- 4-1947
PARAGUAI		
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Prudencio Bareiro Garcia, Vice-Cônsul honorário (*).....	16- 6-1944
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Estonalo Polary Maia, Cônsul honorário...	11- 3-1930
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	José Mesquita Vera, Cônsul Geral.....	10- 9-1948

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
MATO GROSSO		
<i>Bela Vista</i>	Francisco Godoy, Cônsul honorário.....	20- 6-1941
<i>Campo Grande</i>	Cezar N. Alvarez, Cônsul.....	20-10-1947
<i>Corumbá</i>	Enrique Sanches, Cônsul.....	31- 3-1941
	Antonio Alonso Quintana, Cônsul.....	20- 2-1947
<i>Ponta Porã</i>	Ramon Gill Sanchez, Cônsul.....	25- 8-1948
<i>Pôrto Esperança</i>	José G. Lezcano, Vice-Cônsul.....	9- 6-1939
<i>Pôrto Murtinho</i>	Vicente Heriberto Florentin, Cônsul honorário.....	10- 4-1944
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Gustavo Adolfo Ruiz Arce, Cônsul honorário.....	10- 1-1948
<i>Foz do Iguaçu</i>	Guilherme Engel, Vice-Cônsul honorário..	20- 6-1946
<i>Pôrto Mendes</i>	Guillermo Alberto Larran, Vice-Cônsul honorário.....	29- 4-1946
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Adelmar Costa Carvalho, Cônsul honorário.	20- 6-1947
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Bagé</i>	Hector Andrés Salomoni, Cônsul honorário.	4- 2-1946
<i>Pôrto Alegre</i>	Lorenzo A. Rejala, Cônsul.....	22- 8-1942
	Gerhard Harl Julius Krause, Vice-Cônsul honorário.....	10- 4-1947
<i>Uruguaiana</i>	Carlos Rolando Vásquez, Cônsul honorário.	31-10-1944
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Anibal Victoriano Urbietta, Cônsul.....	10- 1-1949
<i>São Paulo</i>	Dionisio Gonzalez Torres, Cônsul Geral....	30-11-1947
PERU		
ACRE		
<i>Cruzeiro do Sul</i>	Antonio Sanchez Cerro, Cônsul.....	20- 5-1947
<i>Sena Madureira</i>	Santiago Padilla, Cônsul honorário (*)....	20-12-1948
AMAZONAS		
<i>Benjamin Constant</i>	Fortunato Mauro, Cônsul honorário.....	16- 8-1927
<i>Manaus</i>	Samuel Torres Videla, Cônsul Geral.....	11- 3-1940
<i>Tefé</i>	Alejandro Medina, Vice-Cônsul.....	11- 3-1940
BAHIA		
<i>Salvador</i>		

(*) — Reconhecimento provisório.

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	George Aczel, Cônsul Geral honorário.....	20- 7-1948
GUAPORÉ		
<i>Pôrto Velho</i>	Antonio Faustino Raposo, Encarregado do Consulado (*).....	20-11-1948
MATO GROSSO		
<i>Corumbá</i>		
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>		
PARÁ		
<i>Belém</i>	Amadeo Drinot Fuchs, Cônsul Geral.....	25- 4-1949
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>		
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>		
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Carlos Leguía Ross, Cônsul Geral..... Medardo Franco Calle, Chanceler (*).....	50-11-1947 15- 1-1949

POLÔNIA

<i>Curitibá</i>	Aleksander Bodak, Cônsul.....	5- 4-1949
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Jerzy Grudzinski, Cônsul Geral..... Franciszek Winnichi, Encarregado do Consulado (*).....	20- 5-1949 12- 2-1948

(*) — Reconhecimento provisório.

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PORTUGAL		
ALAGOAS		
<i>Maceió</i>	Manoel Afonso Viana, Vice-Cônsul honorário.....	31- 7-1917
AMAPÁ		
<i>Macapá</i>	Nuno Alvares Adrião de Bessa Lopes, Cônsul (*).	19-12-1949
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Moysés de Figueiredo Cruz, Vice-Cônsul honorário.....	6-10-1932
BAHIA		
<i>Ilhéus</i>		
<i>Salvador</i>	José dos S. S. Taveira, Cônsul (*)..... E. M. Fernandes Bugalho, Cônsul.....	25- 6-1946 12- 7-1949
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	José Weinholtz de Bivar Brandeiro, Cônsul Geral..... José Eduardo Menezes Rosa, Cônsul-Adjunto João José Deniz, Vice-Cônsul honorário....	30-11-1947 25- 8-1948 10- 8-1945
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>	Manoel M. Ramos Valente, Vice-Cônsul honorário.....	28- 8-1944
GOIÁS		
<i>Goiânia</i>		
GUAPORÉ		
<i>Pôrto Velho</i>		
MARANHÃO		
<i>São Luis</i>	Antonio da Silva Borges, Vice-Cônsul.....	20- 1-1947

(*) — Reconhecimento provisório.

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
MATO GROSSO		
<i>Campo Grande</i>		
<i>Corumbá</i>	Armando Inácio Pereira, Vice-Cônsul honorário.....	9-10-1917
<i>Cuiabá</i>		
<i>Três Lagoas</i>	Teotônio Mendes, Vice-Cônsul honorário...	20- 2-1926
MINAS GERAIS		
<i>Barbacena</i>		
<i>Belo Horizonte</i>	Fernando Manoel Ferreira Lobão de Carvalho, Cônsul.....	28- 8-1947
<i>Carangola</i>		
<i>Itajubá</i>		
<i>Juiz de Fora</i>	João Borges de Matos, Vice-Cônsul honorário.....	14- 5-1947
<i>Ponte Nova</i>		
<i>Uberaba</i>	Antonio Sebastião da Costa, Vice-Cônsul honorário.....	28- 1-1920
<i>Varginha</i>		
PARÁ		
<i>Belém</i>	Carlos Pericão de Almeida, Cônsul (*).... J. M. M. Ortim Bettencourt, Vice-Cônsul...	13- 3-1948 25-10-1949
<i>Bragança</i>	Alfredo Santos Miranda, Vice-Cônsul honorário.....	9- 9-1944
<i>Santarém</i>		
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>		
<i>Paranaguá</i>	João Batista Macedo de Oliveira, Vice-Cônsul.....	2- 6-1945
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Rodrigo Guilherme Alves Guerra, Cônsul..	30- 6-1948
PIAUI		
<i>Parnaíba</i>		
RIO GRANDE DO NORTE		
<i>Natal</i>	Antonio dos Santos Martins, Vice-Cônsul honorário.....	12- 1-1921

(*) — Reconhecimento provisório.

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Bagé</i>	Ernesto Augusto Rodrigues, Vice-Cônsul honorário.....	20-10-1945
<i>Jaguarão</i>	Francisco Joaquim da Silva, Vice-Cônsul honorário.....	14- 7-1945
<i>Pelotas</i>	Manoel Gomes Nobre, Vice-Cônsul.....	
<i>Pôrto Alegre</i>	Armando Ramos de Paula Coelho, Cônsul..	10- 4-1947
<i>Rio Grande</i>	Vasco Vieira da Fonseca, Cônsul honorário (*).....	30- 9-1948
<i>Santa Maria</i>	Antonio Pinto A. Correia, Vice-Cônsul...	14- 2-1946
RIO DE JANEIRO		
<i>Cabo Frio</i>	José Paes de Abreu, Vice-Cônsul honorário.	9-12-1931
<i>Campo</i>		
<i>Niterói</i>		
<i>Petrópolis</i>		
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>		
SÃO PAULO		
<i>Amparo</i>	João Marques dos Santos, Vice-Cônsul honorário.....	23-10-1917
<i>Araçatuba</i>		
<i>Bauru</i>	José da Silva Marta, Vice-Cônsul honorário	31-10-1928
<i>Bebedouro</i>	Amandio Miranda, Vice-Cônsul honorário.	23-10-1928
<i>Botucatu</i>	Delfim da Graça Cardoso, Vice-Cônsul honorário.....	26- 8-1933
<i>Campinas</i>	Secundino de Lima Monteiro, Vice-Cônsul honorário.....	18- 5-1923
<i>Jaboticabal</i>		
<i>Marília</i>		
<i>Presidente Venceslau</i>		
<i>Ribeirão Preto</i>	Manuel dos Santos Freire, Vice-Cônsul honorário.....	30- 9-1939
<i>S. José do Rio Preto</i> ..	Bento Abelaira Gomes, Vice-Cônsul (*)...	10- 5-1948
<i>Santos</i>	Antonio Alexandre da Rocha Fontes, Cônsul	10- 9-1948
	Francisco Leopoldino Ferreira da Silva, Vice-Cônsul honorário.....	28- 7-1939
	Jaime Dias Vicente, Chanceler.....	22-10-1941
<i>São Carlos</i>		
<i>São Paulo</i>	Amílcar Lino Franco, Cônsul.....	15- 4-1949
	Alvaro Soares Brandão, Vice-Cônsul honorário	17- 2-1944
	Frederico Rosa, Vice-Cônsul.....	30- 8-1948

(*) — Reconhecimento provisório.

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
<i>Taubaté</i>	Antonio Magalhães Bastos, Vice-Cônsul honorário.....	4- 2-1946
<i>Tupã</i>		
SERGIPE		
<i>Aracaju</i>	João Carneiro de Melo, Vice-Cônsul honorário.....	12- 5-1920
EL SALVADOR (REPÚBLICA DE)		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Ivo de Magalhães, Cônsul honorário.....	25-10-1944
PARÁ		
<i>Belém</i>		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Carlos Mejia Osorio, Cônsul Geral.....	12-11-1945
SÍRIA		
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	Sami El Khoury, Cônsul.....	10- 8-1947
	Farid Laham, Vice-Cônsul (*).....	25- 9-1948
SUÉCIA		
BAHIA		
<i>Ilhéus</i>	Alfred Gleig, Vice-Cônsul honorário.....	3- 8-1939
<i>Salvador</i>	Carl Didrick Christovam Brussell, Cônsul honorário.....	9- 6-1944
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	José Boris, Vice-Cônsul honorário.....	10- 1-1948
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Legação.	
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	Hans Peter Kierulff, Cônsul honorário....	10-12-1948

(*) — Reconhecimento provisório

ESTADO E SÉDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PARÁ		
<i>Belém</i>	Anders Wissing Andersen, Cônsul honorário	30- 7-1949
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	John Alfred Thom, Cônsul honorário.....	3-10-1945
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Frederick William Burton, Cônsul honorário	20- 5-1944
<i>Rio Grande</i>	Vivian Wigg, Cônsul honorário.....	29- 9-1944
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Gosta Torsten Helge Bodeck, Cônsul honorário.....	4- 2-1946
	Gustaf Efraim Natanael Holmberg, Vice-Cônsul honorário.....	4- 2-1946
<i>São Paulo</i>	Erik Forssell, Cônsul honorário.....	31-10-1941

SUÍÇA

BAHIA		
<i>Salvador</i>	Ernest Adolphe Holzmann, Cônsul honorário.....	20-11-1946
	Hans Schaer, Encarregado do Consulado (*)	5- 7-1948
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Legação. Frédéric Abbrecht, Vice-Cônsul.....	
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i>	Alberto Luescher, Agente consular honorário.....	30- 5-1942
PARANÁ		
<i>Curitiba</i>	Jakob Thommen, Cônsul honorário.....	20-11-1928
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Abraham Knobel, Agente consular honorário.....	
	Hans Nebiker, Gerente provisório do Consulado (*).....	5- 1-1948

(*) — Reconhecimento provisório.

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Johann Haeberlin, Cônsul honorário.....	10-11-1945
SANTA CATARINA		
<i>Florianópolis</i>	Ernesto Riggenbach, Vice-Cônsul honorário	3-11-1935
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Fritz Gut, Vice-Cônsul honorário.....	
<i>São Paulo</i>	Ephyse Darbellay, Cônsul.....	15- 5-1944

TCHECOSLOVÁQUIA

BAHIA		
<i>Salvador</i>	Alfredo Stern, enc. dos arquivos.....	
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço consular na Legação.	
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>		

TURQUIA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço Consular na Embaixada.	
	Afonso de Toledo Bandeira de Melo, Cônsul Geral honorário.....	7- 6-1941

UNIÃO DAS REPUBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

A Legação da Polônia está encarregada da proteção dos interesses soviéticos no Brasil

UNIÃO SUL AFRICANA

DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Serviço Consular na Legação.	
SÃO PAULO		
<i>São Paulo</i>	J. A. Chapman, Cônsul honorário.....	30-11-1947

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
URUGUAI		
ALAGOAS		
<i>Maceió</i>	Eudes Pinto Coelho da Paz, Vice-Cônsul honorário.....	
AMAZONAS		
<i>Manaus</i>	Juan B. Arduino, Cônsul honorário.....	4- 2-1946
BAHIA		
<i>Salvador</i>	Hector E. Medina, Cônsul honorário..... Luís Tomas Morena Salvo, Vice-Cônsul honorário.....	4- 2-1946 30- 4-1949
CEARÁ		
<i>Fortaleza</i>	Francisco Lorda Filho, Cônsul honorário..	30-10-1947
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	João José Cámpisteguy, Cônsul Geral..... Luiz Anaya Zubillaga, Cônsul..... Carlos W. Aliseris, Cônsul Adjunto..... Ricardo Peixoto, Vice-Cônsul honorário... Manuel Areosa, Adido, honorário..... Juan Carlos G. Fernandez, Vice-Cônsul honorário.....	1-11-1945 15-12-1948 20- 1-1944
ESPÍRITO SANTO		
<i>Vitória</i>	Emilio Mane, Cônsul honorário.....	17- 4-1948
MARANHÃO		
<i>São Luiz</i>		
MATO GROSSO		
<i>Corumbá</i>	José Alberto de Olarte, Vice-Cônsul honorário.....	10- 5-1948
<i>Pôrto Murinho</i>	Mozart Grosso, Cônsul honorário.....	5- 1-1933
MINAS GERAIS		
<i>Belo Horizonte</i> <i>Ouro Preto</i>	Alfredo Bastos, Cônsul honorário..... Eponina de Souza Ruas, Vice-Cônsul honorário.....	11- 2-1941
PARÁ		
<i>Belém</i>	José Noronha da Mota, Vice-Cônsul honorário.....	27- 5-1936

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
PARANÁ		
<i>Antonina</i>	Mozart Sarasola, Cônsul honorário.....	20- 4-1947
<i>Curitiba</i>	Lindolfo Sichero, Vice-Cônsul honorário...	16- 5-1953
<i>Paranaguá</i>	Francisco Eduardo Landó, Cônsul honorário.....	10- 1-1947
PERNAMBUCO		
<i>Recife</i>	Héctor Hernandez Molmsten, Cônsul honorário.....	25- 5-1937
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Bagé</i>	Omar Melgar, Cônsul honorário.....	
	Enrique F. Torres, Vice-Cônsul honorário..	15- 1-1944
<i>Barra do Quaraí</i>	Diogo Silvera Bresque, Cônsul honorário...	30-11-1946
<i>Cachoeira</i>	Ramón Tajés Rama, Cônsul honorário...	10- 3-1948
<i>Caxias</i>	Nery Eyherabide, Cônsul honorário.....	5- 3-1949
<i>Dom Pedrito</i>	Hector F. Garagorry, Cônsul honorário...	10- 3-1948
<i>Jaguarão</i>	Mateo Silvera, Cônsul honorário.....	20- 1-1947
<i>Passo Fundo</i>	Alberto G. Duarte, Cônsul honorário.....	20- 8-1947
<i>Pelotas</i>	Herman Catalá Moyano, Cônsul honorário. Amadeo Sá, Vice-Cônsul honorário.....	20-10-1944 3-11-1945
<i>Pôrto Alegre</i>	Miguel Vieyte, Cônsul Gêral..... Augusto Esteban F. Broeggemann, Cônsul honorário.....	20-10-1948 29- 9-1936
<i>Quaraí</i>	Augusto Coránbula, Vice-Cônsul honorário.	
<i>Rio Grande</i>	Roberto Paganini, Vice-Cônsul honorário..	16- 6-1951
<i>Rosário da Fronteira</i>		
<i>Santa Maria</i>	Angel López, Cônsul honorário.....	1- 8-1947
<i>Santa Vilória do Palmar</i>	Oscar Adalberto Amonte, Cônsul honorário.	20- 1-1947
<i>Santana do Livramento</i>	Juan Erramuspe Catalina, Cônsul honorário Luiz Pedro Irigoyen, Vice-Cônsul honorário.	20-12-1948 16- 1-1954
<i>São Gabriel</i>	Felipe Victora Aguiar, Cônsul honorário.....	20- 5-1944
<i>Uruguaiana</i>	Juan Miguel Soto, Cônsul honorário.....	25-10-1939

ESTADO E SEDE	NOME, CARGO E JURISDIÇÃO	DATA DO RECONHECIMENTO
RIO DE JANEIRO		
<i>Niterói</i>		
SANTA CATARINA		
<i>São Francisco do Sul</i> ..	Mario Robaina, Cônsul honorário.....	10- 9-1948
<i>Florianópolis</i>	Julio Nicolás Herrera, Cônsul honorário...	20- 1-1944
	Juan Carlos Ganzo Fernandez, Vice-Cônsul honorário.....	20- 2-1944
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>	Cecilio Iragaray, Cônsul.....	30-12-1927
<i>São Paulo</i>	Alfredo T. Ibarra, Cônsul.....	10- 1-1946
VENEZUELA		
DISTRITO FEDERAL		
<i>D. F.</i>	Luis Ignacio Sánchez T., Cônsul Geral....	12-11-1949
PARÁ		
<i>Belém</i>		
RIO BRANCO		
<i>Boa Vista</i>	Nicolás Ascanio Buroz, Vice-Cônsul (*)....	14-11-1949
RIO GRANDE DO SUL		
<i>Pôrto Alegre</i>	Francisco Esteves de Lima, Cônsul honorário.....	
SÃO PAULO		
<i>Santos</i>		
<i>São Paulo</i>	Ambrosio Perera, Cônsul Geral (*).....	18- 7-1949

(*) — Reconhecimento provisório

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Orçamento para 1949

VERBAS	FIXA	VARIÁVEL	TOTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1 — Pessoal.....	32.018.630	58.481.660	90.500.290
2 — Material.....	—	16.386.600	16.386.600
3 — Serviços e Encargos.....	—	46.878.226	46.878.226
4 — Obras, Equipamentos e Aquisições de Imóveis....	—	590.000	590.000
5 — Eventuais.....	—	25.000	25.000
TOTAIS.....	32.018.630	122.361.486	154.380.116

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	VERBA 1 — PESSOAL	Cr\$	Cr\$
	CONSIGNAÇÃO 1 — PESSOAL PERMANENTE		
01	<i>Pessoal Permanente:</i>		
	04 — Departamento de Administração		
	06 — Divisão do Pessoal:		
	79 — QUADRO PERMANENTE		
	Lei n. 284, de 28-10-1956. Decretos-leis ns. 971, de 14-10-38; 3.321, de 30-5-41; 3.707, de 14-10-41; 4.422, de 30-6-42; 5.018, de 2-12-42; 5.830, de 17-9-43 e 5.976, de 10-11-43; 6.759, de 31-7-44; 6.863, de 8-9-44; 7.246, de 16-1-45; 7.528, de 7-5-45; 7.544, de 11-5-45; 7.793, de 27-7-45; 8.025, de 2-10-45; 8.224, de 26-11-45; 8.243, de 28-11-45; 9.547, de 5-8-45; 9.847, de 9-9-46; Lei 144, de 21-4-947.		
	<i>Pessoal em comissão:</i>		
	1 Ministro de Estado.....	180.000,00	
	<i>Pessoal efetivo:</i>		
	Cargos isolados:		
	1 Consultor Jurídico CC 4.....	120.000,00	
	20 Consul Privativo M.....	1.459.200,00	

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	<i>Carreiras:</i>	Cr\$	Cr\$
	ARQUIVISTA:		
	1 classe H..... 30.960,00		
	3 classe G..... 78.120,00		
	5 classe F..... 114.000,00		
	10 classe E..... 206.400,00	429.480,00	
	ARQUIVOLOGISTA:		
	1 classe M..... 72.960,00		
	1 classe L..... 61.920,00		
	2 classe K..... 103.440,00		
	3 classe J..... 130.320,00		
	7 classe I..... 251.160,00	619.800,00	
	BIBLIOTECÁRIO:		
	1 classe M..... 72.960,00		
	1 classe L..... 61.920,00		
	1 classe K..... 51.720,00		
	2 classe J..... 86.880,00		
	4 classe I..... 143.520,00	417.000,00	
	BIBLIOTECÁRIO AUXILIAR:		
	1 classe H..... 30.960,00		
	1 classe G..... 26.040,00		
	1 classe F..... 22.800,00		
	4 classe E..... 82.560,00	162.360,00	
	DIPLOMATA:		
	29 classe N..... 2.516.040,00		
	54 classe M..... 3.939.840,00		
	85 classe L..... 5.263.200,00		
	110 classe K..... 5.689.200,00		
	120 classe J..... 5.212.800,00	22.621.080,00	
	DACTILÓGRAFO		
	5 classe G (Excedentes)..... 130.200,00		
	5 classe F..... 114.000,00		
	8 classe E..... 165.120,00		
	22 classe D..... 416.120,00	825.440,00	
	ESCRITURÁRIO		
	2 classe G..... 52.080,00		
	6 classe F..... 136.800,00		
	8 classe E..... 165.120,00	354.000,00	

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	GUARDA-LIVROS:	Cr\$	Cr\$
	1 classe G..... 26.040,00		
	1 classe F..... 22.800,00		
	1 classe E..... 20.640,00	69.480,00	
	Saldo da conta-corrente do Quadro.....	66.120,00	
		27.423.960,00	
	80 — QUADRO SUPLEMENTAR		
	Lei número 284, de 28/10/1936.		
	Decretos-leis números:		
	3.321, de 30/ 5/941		
	3.707, de 14/10/941		
	9.547, de 5/ 8/946		
	9.817, de 9/ 9/946		
	<i>Cargos isolados de provimento efetivo:</i>		
	CONSELHEIRO COMERCIAL:		
	8 classe M.....	583.680,00	
	ARQUIVISTA:		
	1 classe J.....	43.440,00	
	AUXILIAR DE CONSULADO .		
	17 classe N.....	1.474.920,00	
	FOTÓGRAFO		
	1 classe F.....	82.800,00	
	CLASSIFICADOR DE ARQUIVO ESPECIAL:		
	1 classe J.....	42.440,00	
	CONSULTOR TÉCNICO:		
	1 classe N.....	86.760,00	
	CONTABILISTA:		
	1 classe L.....	61.920,00	
	CONSERVADOR:		
	1 classe N.....	76.760,00	

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	REDATOR:	Cr\$	Cr\$
	2 classe N.....	173.520,00	
	1 classe L.....	61.920,00	
	2 classe K.....	103.440,00	
	2 classe J.....	86.880,00	
	TÉCNICO DE MATERIAL:		
	1 classe K.....	51.720,00	
	TÉCNICO DE ORÇAMENTO:		
	1 classe K.....	51.720,00	
	TÉCNICO DE PESSOAL:		
	1 classe K.....	51.720,00	
	<i>Carreiras:</i>		
	CONTÍNUO:		
	10 classe G.....	260.400,00	
	20 classe F.....	456.000,00	
	2 classe E.....	41.280,00	
	3 classe D.....	56.880,00	
	ELETRICISTA:		
	1 classe G.....	26.040,00	
	1 classe F.....	22.800,00	
	1 classe E.....	20.640,00	
	MOTORISTA:		
	2 classe G.....	52.080,00	
	1 classe F.....	22.800,00	
		3.943.560,00	
		27.423.960,00	
	TOTAL DO PESSOAL PERMANENTE.....	31.367.520,00	
	CONSIGNAÇÃO II — PESSOAL EXTRANUMERÁRIO		
04	CONTRATADOS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	06 — Divisão do Pessoal.....		
	a) Instituto Rio Branco.....	138.480,00	
	b) Missões Diplomáticas.....	2.551.900,00	
	c) Repartições Consulares.....	5.213.000,00	
			7.903.380,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
05	MENSALISTAS: Cr\$	Cr\$	Cr\$
	04 — Departamento de Administração:		
	06 — Divisão do Pessoal.....		4.407.600,00
06	DIARISTAS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	06 — Divisão do Pessoal.....		550.400,00
	TOTAL DO PESSOAL EXTRANUMERÁRIO.....		12.841.380,00
	CCONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS		
09	FUNÇÕES GRATIFICADAS:		
	01 — Secretaria de Estado..... 24.000,00		
	04 — Departamento de Administração:		
	1 Chefe de Departamento..... 13.200,00		
	1 Auxiliar do Chefe..... 5.400,00		
	1 Auxiliar do Chefe..... 5.400,00		
	1 Chefe da Divisão do Pessoal..... 7.800,00		
	1 Chefe da Divisão do Material..... 7.800,00		
	1 Chefe da Divisão do Orçamento..... 7.800,00		
	1 Chefe da Divisão de Comunicações e Ar- quivo..... 7.800,00		
	1 Chefe do Arquivo da Divisão de Comu- nicações..... 5.400,00		
	1 Superintendente da Administração do Edifício..... 7.800,00		
	1 Chefe de Portaria..... 6.000,00		
	1 Auxiliar de Portaria..... 4.200,00		
	1 Chefe do Serviço de Documentação..... 7.800,00		
	1 Chefe da Biblioteca do Serviço de Do- cumentação..... 5.400,00		
	1 Chefe da Mapoteca do Serviço de Do- cumentação..... 5.400,00		
	1 Chefe do Arquivo Histórico do Serviço de Documentação..... 5.400,00		
	1 Chefe do Serviço de Publicações do Ser- viço de Documentação..... 5.400,00		
	1 Chefe do Serviço de Informações..... 5.400,00		
	1 Secretário do Chefe da Divisão do Pessoal 4.200,00		
	1 Encarregado da Garage..... 5.400,00		
	05 — Departamento Político e Cultural:		
	1 Chefe do Departamento..... 20.400,00		
	1 Chefe da Divisão Política..... 10.400,00		
	1 Chefe da Divisão de Fontesiras..... 10.400,00		

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
	1 Chefe da Divisão Cultural.....	10.400,00	
	1 Chefe da Divisão do Cerimonial.....	10.400,00	
	1 Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais.....	10.400,00	
	06 — Departamento Econômico e Consular:		
	1 Chefe do Departamento.....	20.400,00	
	1 Chefe da Divisão Comercial.....	10.800,00	
	1 Chefe da Divisão Econômica.....	10.800,00	
	1 Chefe da Divisão Consular.....	10.800,00	
	1 Chefe da Divisão de Passaportes.....	10.800,00	
	1 Auxiliar do Chefe do Departamento.....	5.400,00	
	1 Auxiliar do Chefe do Departamento.....	3.000,00	
	07 — Instituto Rio Branco:		
	1 Diretor do Instituto.....	18.000,00	
	1 Secretário do Diretor.....	5.400,00	
	1 Chefe da Secretaria.....	6.600,00	321.400,00
14	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO:		
	04 — Departamento de Administração:		
	06 — Divisão do Pessoal.....		40.000.000,00
	10 — Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes	40.000,00	
17	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE:		
	04 — Departamento de Administração:		
	06 — Divisão do Pessoal.....	60.000,00	100.800,00
		100.000,00	40.422.200,00
	TOTAL DE VANTAGENS.....	40.522	200,00
	CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES		
22	AJUDA DE CUSTO:		
	04 — Departamento de Administração:		
	06 — Divisão do Pessoal.....		5.000.000,00
23	DIÁRIAS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	06 — Divisão do Pessoal.....		500.000,00
	TOTAL DE INDENIZAÇÕES.....		5.500.000,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	CONSIGNAÇÃO V — PESSOAL ADIDO E EM DISPONIBILIDADE	Cr\$	Cr\$
29	PESSOAL EM DISPONIBILIDADE:		
	04 — Departamento de Administração:		
06	— Divisão do Pessoal.....	229.710,00	
	TOTAL DO PESSOAL ADIDO E EM DISPONIBILIDADE	229.710,00	
	CONSIGNAÇÃO VII — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		
31	SUBSTITUIÇÕES:		
	04 — Departamento de Adminisreação:		
	06 — Divisão do Pessoal.....		30.000,00
32	DIFERENÇA DE VENCIMENTOS.....		9.480,00
	TOTAL DE OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL.....		39.480,00
		31.697.230,00	58.803.060,00
	TOTAL DA VERBA PESSOAL.....	90.5	00.290,00
	VERBA 2 — MATERIAL		
	CONSIGNAÇÃO I — MATERIAL PERMANENTE		
02	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS; AUTO-CAMINHÕES, CAMINHONETES, ÔNIBUS E AUTO-BOMBAS; MATERIAL FERROVIÁRIO DE TRAÇÃO E DE TRANSPORTES; TRATORES; EQUIPAMENTOS MECÂNICOS PARA ESTRADAS DE RODAGEM; MATERIAL PARA EXTINÇÃO DE INCENDIO; AVIÕES E ACESSÓRIOS; EMBARCAÇÕES, MATERIAL FLUTUANTE E DE DRAGAGENS; OUTRAS VIATURAS.		
	01 — Automóveis de passageiros:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....	72.600,00	72.600,00
05	LIVROS, FICHAS BIBLIOGRÁFICAS IMPRESSAS, DOCUMENTOS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS, DESTINADAS A BIBLIOTECAS OU COLEÇÕES:		
	04 — Departamento de Administração:		
	11 — Serviço de Documentação.....		250.000,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
04	MÁQUINAS, MOTORES, APARELHOS, SEUS ACESSÓRIOS; MATERIAL ELÉTRICO DE TELEFONIA, DE TELEGRAFIA, DE TELEVISÃO DE REFRIGERAÇÃO; MATERIAL FOTOGRÁFICO, MATERIAL CINEMATOGRAFICO E DE FILMAGEM; FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS:	Cr\$	Cr\$
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		32.000,00
09	MATERIAL DE ENSINO E EDUCAÇÃO; MATERIAL ARTÍSTICO; INSIGNIAS E BANDEIRAS; INSTRUMENTOS DE MÚSICA:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		60.000,00
13	MÓVEIS E ARTIGOS DE ORNAMENTAÇÃO; MÁQUINAS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO, BIBLIOTECA, LABORATÓRIO, GABINETE CIENTÍFICO OU TÉCNICO E PARA TRABALHOS DE CAMPO; APARELHOS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, REFEITÓRIO, DORMITÓRIO E ENFERMARIA; MATERIAL DE SERICICULTURA, INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SEDA.		
	04 — Departamento de Administração.		
	03 — Divisão do Material.....		100.000,00
	TOTAL DE MATERIAL PERMANENTE:.....		514.600,00
	CONSIGNAÇÃO II — MATERIAL DE CONSUMO		
17	ARTIGOS DE EXPEDIENTE, DESENHO, ENSINO E EDUCAÇÃO; ARTIGOS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO; FICHAS E LIVROS DE ESCRITURAÇÃO; IMPRESSOS E MATERIAL DE CLASSIFICAÇÃO, INCLUSIVE FICHAS BIBLIOGRÁFICAS E DE REFERÊNCIA:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material	Cr\$	
	a) Para aquisição no país.....	130.000,00	
	b) Para aquisição na forma do decreto número 19.731 de 28-2-31	700.000,00	830.000,00
	04 — Ancara.....	5.000,00	
	08 — Assunção.....	10.000,00	
	09 — Atenas.....	5.000,00	

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
14 —	Beirute.....	5.000,00	
16 —	Belgrado.....	5.000,00	
18 —	Berna.....	10.000,00	
19 —	Bogotá.....	10.000,00	
24 —	Bruxelas.....	5.000,00	
27 —	Buenos Aires.....	20.000,00	
32 —	Cairo.....	5.000,00	
33 —	Camberra.....	5.000,00	
35 —	Caracas.....	15.000,00	
41 —	Cidade do Vaticano.....	5.000,00	
44 —	Copenhague.....	5.000,00	
45 —	Costa Rica.....	5.000,00	
46 —	Estocolmo.....	11.500,00	
69 —	Guatemala.....	5.000,00	
72 —	Haia.....	10.000,00	
74 —	Havana.....	10.000,00	
76 —	Helsinki.....	5.000,00	
90 —	La Paz.....	10.000,00	
93 —	Lima.....	10.000,00	
94 —	Lisbôa.....	20.000,00	
97 —	Londres.....	30.000,00	
102 —	Madrid.....	10.000,00	
106 —	México.....	10.000,00	
110 —	Montevideu.....	20.000,00	
	Com. Cons. Emerg. para Defesa Pol. Continente.....	5.000,00	
112 —	Montreal Repartição Internacional do Tra-balho.....	3.000,00	
117 —	Nanquim.....	10.000,00	
118 —	Organização das Nações Unidas.....	5.000,00	
121 —	Oslo.....	5.000,00	
122 —	Ottawa.....	10.000,00	
126 —	Panamá.....	5.000,00	
128 —	Paris.....	18.000,00	
135 —	Pretoria.....	10.000,00	
136 —	Praga.....	4.000,00	
140 —	Quito.....	10.000,00	
145 —	Roma.....	16.000,00	
152 —	Santiago.....	10.000,00	
163 —	Teerã.....	10.000,00	
166 —	Trujillo.....	10.000,00	
168 —	União Panamericana.....	5.000,00	
172 —	Varsóvia.....	4.000,00	
173 —	Viena.....	8.500,00	
178 —	Washington.....	35.000,0	
	450.000,00		

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO		FIXA	VARIÁVEL
	Cr\$		Cr\$	Cr\$
	Para novas Missões di- plomáticas e possíveis aumentos.....			
	50.000,00	500.000,00		
	<i>Repartições consulares:</i>			
02 —	Alvear.....	2.500,00		
03 —	Amsterdam.....	9.000,00		
05 —	Antuérpia.....	10.000,00		
07 —	Artigas.....	2.500,00		
06 —	Argel.....	5.000,00		
08 —	Assunção.....	8.000,00		
15 —	Baía Blanca.....	7.000,00		
17 —	Barcelona.....	9.000,00		
19 —	Bela União.....	2.500,00		
20 —	Bordéus.....	5.000,00		
21 —	Boston.....	7.000,00		
27 —	Buenos Aires.....	21.000,00		
30 —	Cádiz.....	5.000,00		
31 —	Caena.....	2.000,00		
33 —	Calcutá.....	7.000,00		
34 —	Capetown.....	8.000,00		
36 —	Cardiff.....	8.000,00		
37 —	Castilho.....	2.000,00		
39 —	Chicago.....	10.000,00		
42 —	Cobija.....	2.500,00		
43 —	Cochabamba.....	2.500,00		
46 —	Corrientes.....	2.500,00		
50 —	Dacar.....	6.000,00		
52 —	Dublin.....	4.000,00		
60 —	Filadélfia.....	9.000,00		
62 —	Funchal.....	5.000,00		
64 —	Genebra.....	8.000,00		
65 —	Gênova.....	6.000,00		
66 —	Glasgow.....	7.000,00		
67 —	Gotemburgo.....	5.000,00		
75 —	Havre.....	5.000,00		
77 —	Houston.....	7.000,00		
91 —	Las Palmas.....	4.000,00		
92 —	Leticia.....	2.500,00		
94 —	Lisboa.....	12.000,00		
95 —	Liverpool.....	15.000,00		
96 —	Livorno.....	3.000,00		
97 —	Londres.....	22.000,00		
98 —	Los Angeles.....	6.000,00		
99 —	Lion.....	4.000,00		
102 —	Marselha.....	5.000,00		
105 —	Melo.....	2.500,00		
107 —	Miami.....	10.000,00		
108 —	Milão.....	5.000,00		
109 —	Monte Caseros.....	2.000,00		
110 —	Montevidéu.....	20.000,00		

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
	111 — Montreal.....	5.000,00	
	115 — Nápoles.....	5.000,00	
	116 — Norfolk.....	7.000,00	
	117 — Nova Orleans.....	10.000,00	
	118 — Nova York.....	34.000,00	
	125 — Paisandu.....	2.500,00	
	128 — Paris.....	14.000,00	
	129 — Paso de los Libres.....	2.500,00	
	130 — Pedro Juan Caballero...	2.500,00	
	132 — Port of Spain.....	5.000,00	
	133 — Pôrto.....	10.000,00	
	134 — Posadas.....	2.500,00	
	143 — Rio Branco.....	2.000,00	
	144 — Rivera.....	2.000,00	
	145 — Roma.....	5.000,00	
	146 — Rosário de Santa Fé...	5.000,00	
	150 — Salto.....	2.000,00	
	151 — Santa Cruz de la Sierra	2.000,00	
	153 — Santo Tomé.....	2.000,00	
	154 — São Francisco.....	12.000,00	
	156 — Shanghai.....	6.000,00	
	158 — Southampton.....	6.000,00	
	159 — Stambul.....	5.000,00	
	161 — Tanger.....	5.000,00	
	162 — Toronto.....	10.000,00	
	171 — Valparaíso.....	5.000,00	
	174 — Vigo.....	5.000,00	
	177 — Wellington.....	5.000,00	
	180 — Zurich.....	8.000,00	
	500.000,00		
	Para novos Consulados e possíveis aumentos....	50.000,00	550.000,00
	10 — Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.....	1.000,00	1.881.000,00
19	COMBUSTÍVEIS; MATERIAL DE LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA DE MÁ- QUINAS; MATERIAL PARA CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE MÁQUINAS E DE APARELHOS; SOBRESSALENTES DE MÁ- QUINAS E DE VIATURAS; ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO:		
	04 — Departamento de Administração:		
	05 — Divisão do Material.....		260.000,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
25	MATÉRIAS PRIMAS E PRODUTOS MANUFATURADOS OU SEMI-MANUFATURADOS DESTINADOS A QUALQUER TRANSFORMAÇÃO:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		50.000,00
26	PRODUTOS QUÍMICOS, BIOLÓGICOS, FARMACÊUTICOS E ODONTOLÓGICOS; ADUBOS EM GERAL E CORRETIVOS; INSETICIDAS E FUNGICIDAS; ARTIGOS CIRÚRGICOS E OUTROS DE USO NOS LABORATÓRIOS EM GERAL:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		24.900,00
28	VESTUÁRIOS, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS; ARTIGOS E PEÇAS ACESSÓRIAS; ROUPA DE CAMA, MESA E BANHO; TECIDOS E ARTEFATOS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		500.000,00
	TOTAL DE MATERIAL DE CONSUMO.....		2.715.000,00
	CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS		
29	ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, ARMAZENAGEM, CARRETOS, ESTIVAS E CAPATAZIAS; TRANSPORTE DE ENCOMENDAS, CARGAS E ANIMAIS; ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO DESTES E DE SEUS TRATADORES EM VIAGEM; SEGUROS DE TRANSPORTE:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		20.000,00
30	ÁGUA E ARTIGOS PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO; SERVIÇOS DE ASSEIO E HIGIENE; LAVAGEM E ENGOMAGEM DE ROUPAS; TAXAS DE ÁGUA, ESGOTO E LIXO;		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		120.000,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
31	ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS; FOROS; SEGUROS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	05 — Divisão de Material:		
	a) Missões diplomáticas:		
	03 — Ancara.....	143.000,00	
	09 — Atenas.....	132.000,00	
	14 — Beirute.....	110.000,00	
	16 — Belgrado.....	88.000,00	
	18 — Berna.....	156.000,00	
	19 — Bogotá.....	126.000,00	
	24 — Bruxelas.....	143.000,00	
	32 — Cairo.....	132.000,00	
	33 — Camberra.....	110.000,00	
	35 — Caracas.....	170.000,00	
	41 — Cidade do Vaticano....	165.000,00	
	45 — Costa Rica.....	77.000,00	
	46 — Estocolmo.....	132.000,00	
	69 — Guatemala.....	88.000,00	
	72 — Haia.....	121.000,00	
	74 — Havana.....	165.000,00	
	76 — Helsinki.....	121.000,00	
	90 — La Paz.....	132.000,00	
	94 — Lisboa.....	164.000,00	
	97 — Londres.....	330.000,00	
	106 — México.....	187.000,00	
	110 — Montevideu (Com. Cons. Emerg. Defesa Pol. Cont.).....	43.000,00	
	112 — Montreal (Repartição Internacioanl do Tra- balho).....	22.000,00	
	117 — Nanquim.....	165.000,00	
	118 — Organização das Nações Unidas.....	150.000,00	
	121 — Oslo.....	77.000,00	
	126 — Panamá.....	77.000,00	
	128 — Paris.....	165.000,00	
	135 — Pretoria.....	100.000,00	
	136 — Praga.....	66.000,00	
	140 — Quito.....	88.000,00	
	145 — Roma.....	203.000,00	
	163 — Teerã.....	143.000,00	
	166 — Trujillo.....	110.000,00	
	168 — União Panamericana....	137.000,00	
	172 — Varsóvia.....	120.000,00	
	173 — Viena.....	120.000,00	
	4.759.000,00		

SUB- CENSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
	Para novas Missões e diplomáticas e possíveis aumentos.....	939.000,00	
	Para sedes e bens móveis de Missões diplomáticas fechadas ou suprimidas.....	90.000,00 5.778.000,00	
	<i>b) Repartições Consulares:</i>		
02 —	Alvear.....	11.000,00	
03 —	Amsterdam.....	32.000,00	
05 —	Antuérpia.....	35.000,00	
06 —	Argel.....	33.000,00	
07 —	Artigas.....	11.000,00	
08 —	Assunção.....	44.000,00	
15 —	Baía Blanca.....	22.000,00	
17 —	Barcelona.....	33.000,00	
19 —	Bela União.....	11.000,00	
20 —	Bordéus.....	23.000,00	
21 —	Boston.....	43.000,00	
27 —	Buenos Aires.....	46.000,00	
30 —	Cádiz.....	15.000,00	
31 —	Caïena.....	16.000,00	
33 —	Calcutá.....	17.000,00	
34 —	Capetown.....	32.000,00	
36 —	Cardiff.....	28.000,00	
37 —	Castilho.....	11.000,00	
39 —	Chicago.....	50.000,00	
42 —	Cobija.....	13.000,00	
43 —	Cochabamba.....	18.000,00	
46 —	Corrientes.....	11.000,00	
50 —	Dacar.....	30.000,00	
52 —	Dublin.....	22.000,00	
60 —	Filadélfia.....	52.000,00	
62 —	Funchal.....	11.000,00	
64 —	Genebra.....	27.000,00	
65 —	Gênova.....	26.000,00	
66 —	Glasgow.....	33.000,00	
67 —	Gotemburgo.....	31.000,00	
75 —	Havre.....	20.000,00	
77 —	Houston.....	30.000,00	
91 —	Las Palmas.....	11.000,00	
92 —	Leticia.....	11.000,00	
94 —	Lisboa.....	36.000,00	
95 —	Liverpool.....	33.000,00	
96 —	Livorno.....	16.000,00	
97 —	Londres.....	115.000,00	
98 —	Los Angeles.....	38.000,00	
99 —	Lion.....	21.000,00	

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO		FIXA	VARIÁVEL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
	100 — Marselha.....	25.000,00		
	105 — Melo.....	11.000,00		
	107 — Miami.....	55.000,00		
	108 — Milão.....	20.000,00		
	109 — Monte Caseros.....	11.000,00		
	110 — Montevideu.....	88.000,00		
	111 — Montreal.....	38.000,00		
	115 — Nápoles.....	20.000,00		
	116 — Norfolk.....	33.000,00		
	117 — Nova Orleans.....	33.000,00		
	118 — Nova York.....	220.000,00		
	125 — Paisandu.....	11.000,00		
	128 — Paris.....	82.000,00		
	129 — Paso de los Libres.....	11.000,00		
	130 — Pedro Juan Caballero...	11.000,00		
	132 — Port of Spain.....	20.000,00		
	133 — Porto.....	41.000,00		
	134 — Posadas.....	11.000,00		
	143 — Rio Branco.....	11.000,00		
	144 — Rivera.....	11.000,00		
	145 — Roma.....	26.000,00		
	146 — Rosário de Santa Fé	22.000,00		
	150 — Salto.....	11.000,00		
	151 — Santa Cruz de la Sierra	36.000,00		
	153 — Santo Tomé.....	12.000,00		
	154 — São Francisco.....	44.000,00		
	156 — Shanghai.....	18.000,00		
	158 — Southampton.....	22.000,00		
	159 — Stambul.....	17.000,00		
	161 — Tanger.....	16.000,00		
	162 — Toronto.....	30.000,00		
	171 — Valparaíso.....	27.000,00		
	174 — Vigo.....	16.000,00		
	177 — Wellington.....	22.000,00		
	180 — Zurich.....	27.000,00		
		2.327.000,00		
	Para novos Consulados e possíveis aumentos de aluguel.....	56.000,00		
	Para sedes e bens imó- veis de Repartições con- sulares fechadas.....	100.000,00	2.983.000,00	2.983.000,00
32	ASSINATURAS DE ÓRGÃOS OFICIAIS			
	04 — Departamento de Administração:			
	05 — Divisão do Material.....			40.000,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
33	ASSINATURAS DE RECORTES DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		11.000,00
35	DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		56.000,00
37	ILUMINAÇÃO, FORÇA MOTRIZ E GÁS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		190.000,00
38	PUBLICAÇÕES; SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E DE ENCADERNAÇÃO; CLICHES:		
	04 — Departamento de Administração:		
	11 — Serviço de Documentação.....		350.000,00
40	LIGEIOS REPAROS, ADAPTAÇÕES, CONCERTOS E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:		
	01 — Adaptações, concertos e conservação de bens móveis:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....	500.000,00	
	02 — Ligeiros reparos, adaptações e con- servação de bens imóveis:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....	1.924.000,00	2.424.00,00
41	PASSAGENS, TRANSPORTE DE PESSOAL E DE SUAS BAGAGENS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material.....		85.000,00
42	TELEFONE, TELEFONEMAS, TELEGRAMAS, RADIOGRAMAS, PORTE POSTAL E ASSINATURA DE CAIXAS POSTAIS:		
	04 — Departamento de Administração:		
	03 — Divisão do Material:		
	a) Serviço Internacional.....	1.000.000,00	
	b) Serviço Nacional.....	90.000,00	1.090.000,00
	TOTAL DE DIVERSAS DESPESAS.....		11.136.900,00
	TOTAL DA VERBA MATERIAL.....		14.382.800,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
	VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS		
	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS		
02	SELEÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE PESSOAL:		
	02 — Aperfeiçoamento e especialização de pessoal:		754.400,00
06	07 — Instituto Rio Branco.....		
	AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES:		
	01 — Auxílios:		
	01 — Secretaria de Estado:		
	a) Câmara de Comércio Uruguaio- Brasileira.....	54.000,00	
	b) Auxílio ao Instituto Francês de Al- tos Estudos Bra- sileiros, anexo ao "Musée de l'Hom- me", de França, em Paris, desti- nado a trabalhos de publicações de manuscritos inéd- itos de grande in- terêsse para o Bra- sil.....	150.000,00	
	c) Comité Jurídico Interamericano...	800.000,00	
	d) Despesas de qual- quer natureza com o aperfeiçoamento e especialização no estrangeiro, de funcionários do Instituto Nacio- nal de Tecnologia.	330.000,00	1.334.000,00
	02 — Contribuições:		
	01 — Secretaria de Estado:		
	a) Associação Inter- nacional de Nor- mas Técnicas.....	20.000,00	

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
	b) Comissão Permanente dos Congressos Panamericanos de Estrada de Ferro.....	22.286,00	
	c) Comissão Brasileira de Fomento Interamericano...	60.000,00	
	d) Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (I. I. H. A.).....	468.000,00	
	e) Comité Central Permanente de Ópio.....	59.056,00	
	f) Comité Consultivo de Emergência para Defesa do Continente.....	157.300,00	
	g) Comissão Permanente Interamericana de Segurança Social.....	39.328,00	
	h) Conselho Interacional do Trigo...	13.000,00	
	i) Representação no Conselho Nacional de Pesquisas (Washington).....	120.000,00	
	j) Côte Permanente de Arbitragem (Haia).....	12.144,00	
	l) Instituto de Organização Racional do Trabalho	1.000,00	
	m) Instituto Interamericano de Estatística.....	120.120,00	
	n) Instituto Interamericano de Proteção à Infância....	26.00,00	
	o) Organização das Nações Unidas (ONU).....	10.792.210,00	
	p) Organização de Alimentação e Agricultura (AO)	1.690.000,00	
	q) Organização de Educação, Cultura e Ciência (UNESCO).....	2.346.045,00	

SUB- CENSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO		FIXA	VARIÁVEL
	Cr\$		Cr\$	Cr\$
	r) Organização In- ternacional de Aviação Civil (O ACI).....	1.699.568,00		
	s) Organização Me- teorológica Inter- nacional.....	35.640,00		
	t) Organização Mun- dial de Saúde....	1.202.500,00		
	u) Repartição Inte- ramericana de Te- lecomunicações....	8.870,00		
	v) Repartição Inter- nacional de Tarifas Aduaneiras.....	8.060,00		
	x) Repartição Inter- nacional do Tra- balho (BIT).....	2.441.309,00		
	y) Repartição Inter- nacional para Pro- teção da proprie- dade industrial... teção da proprie- dade industrial...	18.200,00 18.200,00		
	z) Repartição Inter- nacional para Pro- teção das obras Ar- tísticas e Literárias	18.200,00		
	aa) Repartição Sani- tária Panameri- cana.....	540.548,00		
	bb) Organização dos Estados Ameri- canos.....	2.300.928,00		
	cc) Ajuste para varia- ções de cotas....	50.000,00		
	dd) Instituto Inter- americano de Ciên- cias Agrônomicas de Turrialba....	374.000,00		
	ee) União Internacio- nal de Química...	13.160,00		
	ff) Comité Interame- ricano Perma- nente Anti-Acri- diano.....	77.356,00	25.234.826,00	26.568,826,00
10	CARACTERIZAÇÃO DE FRONTEIRAS:			
	11 — Comissões Mistas de Limites:			
	01 — Primeira Divisão:			

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
	a) Para custeio das despesas que forem realizadas, sujeitas à prestação de contas, nos termos dos Decretos ns. 21.266, de 8-4-932 e 24.485, de 28-6-934..... 4.064.000,00		
	02 — Segunda Divisão:		
	a) Para custeio das despesas que foram realizadas, sujeitas à prestação de contas, nos termos dos Decretos ns. 21.266, de 8-4-932 e 24.485, de 28-6-934..... 4.475.000,00		8.559.000,00
12	DILIGÊNCIAS, INVESTIGAÇÕES, SERVIÇOS DE CARÁTER SECRETO OU RESERVADO:		
	01 — Secretaria de Estado.		
	a) Despesas extraordinárias de caráter secreto ou reservado.... 1.000.000,00 b) Repatriação e socorros de brasileiros desvalidos no estrangeiro 500.000,00		1.500.000,00
20	INTERCÂMBIO CULTURAL:		
	01 — Secretaria de Estado:		
	a) Auxílios a Congressos e Conferência Culturais no Brasil, inclusive para atender às despesas resultantes de convênios culturais, bolsas escolares, abonos a professores e outras correlatas.....		3.336.000,00
26	PRÊMIOS, DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES E MEDALHAS:		
	01 — Secretaria de Estado:		
	a) Para insígnias e impressão de diplomas da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.....		50.000,00
28	RECEPÇÕES, EXCURSÕES, HOSPEDAGENS E HOMENAGENS:		
	01 — Secretaria de Estado:		
	a) Recepções, hospedagens e demais homenagens a serem prestadas a representantes dos governos estrangeiros e personalidades ilustres em visita ao Brasil.....		500.000,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
31	REPRESENTAÇÃO E PROPAGANDA NO EXTERIOR: 01 — Secretaria de Estado: a) Representação do Brasil em Congressos, Conferências e reuniões a realizarem-se no estrangeiro, bem como em tôdas aquelas a que comparecer, de conformidade com o art. 8.º do Decreto lei n. 1.565, de 5 de setembro de 1939, inclusive para a representação do do Brasil na Conferência da Sociedade Nacional de Previdência da Cegueira a realizar-se em Nova York..... 3.100.000,00 b) Para custeio de tôdas as despesas do Escritório do Conselheiro Comercial da Embaixada do Brasil em Washington..... 125.000,00 c) Para serviços de propaganda no Consulado do Brasil em Nova York..... 125.000,00 d) Preparo e impressão do Anuário "Brasil"..... 400.000,00 e) Novas Instalações ou reformas das instalações das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares 1.350.000,00	Cr\$	Cr\$
41	SALÁRIO-FAMÍLIA: 04 — Departamento de Administração: 06 — Divisão do Pessoal..... TOTAL DA VERBA 3..... VERBA 4 — OBRAS, EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS CONSIGNAÇÃO II — OBRAS ISOLADAS		510.000,00 46.878.226,00
04	PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DE OBRAS ISOLADAS E SUA FISCALIZAÇÃO: 01 — Secretaria de Estado..... TOTAL DA CONSIGNAÇÃO.....		250.000,00 250.000,00

SUB- CONSI- GNAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	FIXA	VARIÁVEL
		Cr\$	Cr\$
	CONSIGNAÇÃO III — CONJUNTOS DE OBRAS		
06	PROSSEGUIMENTO E CONCLUSÃO DE CONJUNTOS DE OBRAS E SUA FISCALIZAÇÃO:		
	01 — Secretaria de Estado.....		240.000,00
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO III.....		240.000,00
	CONSIGNAÇÃO IV — EQUIPAMENTOS		
07	INÍCIO DA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUA FISCALIZAÇÃO:		
	01 — Secretaria de Estado.....		100.000,00
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO IV.....		100.000,00
	TOTAL DA VERBA 4.....		590.000,00
	VERBA 5 — EVENTUAIS		
	CONSIGNAÇÃO I — DIVERSOS		
01	DESPESAS IMPREVISTAS NÃO CONSTANTES DAS TABELAS:		
	01 — Secretaria de Estado.....		25.000,00
	TOTAL DA VERBA 5.....		25.000,00

V - ANEXO C

LEIS

LEI N.º 607 — DE 6 DE JANEIRO
DE 1949

Altera a Carreira de Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

Col. das Lei, vol. I, pág. 7, D. O. de 10 de janeiro de 1949.

—
LEI N.º 605 — DE 5 DE JANEIRO
DE 1949

Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Col. das Leis, vol. I, pág. 5, D.O. de 14 de janeiro de 1949.

—
LEI N.º 622 — DE 6 DE ABRIL
DE 1949

Declara feriados nacionais os dias 1.º de janeiro, 1.º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

Col Leis, vol. III, pág. 37, D.O. de 13 de abril de 1949.

—
LEI N.º 682 — DE 26 DE ABRIL
DE 1949

Dispõe sobre a nomeação para cargos vagos da classe inicial da carreira de bibliotecário dos atuais bibliotecários auxiliares.

Col. Leis, vol. III, pág. 43, D.O. de 29 de abril de 1949.

—
LEI N.º 685 — DE 28 DE ABRIL
DE 1949

Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento da contribuição do Brasil à Corte Permanente de Arbitragem, em Haia.

Col. das Leis, vol. III, pág. 441, D.O. de 7 de maio de 1949.

LEI N.º 688 — DE 30 DE ABRIL
DE 1949

Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de contribuição do Brasil à Repartição Internacional de Trabalho.

Col. das Leis, vol. III, pág. 45, D.O. de 7 de maio de 1949.

—
LEI N.º 695 — DE 7 DE MAIO
DE 1949

Autoriza a abertura de crédito especial para pagamento das despesas com a viagem presidencial aos Estados Unidos da América do Norte.

Col. das Leis, vol. III, pág. 49, D.O. de 9 de maio de 1949.

—
LEI N.º 785 — DE 20 DE AGOSTO
DE 1949

Cria Escola Superior de Guerra e dá outras providências.

Col. das Leis, vol.

—
LEI N.º 797 — DE 29 DE AGOSTO
DE 1949

Autoriza abertura pelo Ministério das Relações Exteriores do crédito especial de Cr\$ 2.433.600,00, para pagamento de contribuições à Organização de Alimentação e Agricultura.

Col. das Leis, vol.

—
LEI N.º 806 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1949

Assegura contagem de tempo aos funcionários que obtiveram pronunciamento favorável da Comissão Revisora instituída pelo § 1 do artigo 18 da Constituição Federal de 16 de julho de 1944.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 818 — DE 18 DE SETEMBRO
DE 1949

Regula aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 849 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1949

Autoriza abertura de crédito especial para as despesas com a reforma do prédio do Brasil em Washington.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 873 — DE 16 DE OUTUBRO
DE 1949

Autoriza abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para atender a despesas realizadas em 1947.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 910 — DE 8 DE NOVEMBRO
DE 1949

Autoriza o poder executivo e, mediante reciprocidade, permitir as Missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, o exercício cumulativo das funções consulares.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 916 — DE 14 DE NOVEMBRO
DE 1949

Dispõe sobre preferência e promoção ou melhoria para servidores públicos que tenham tomado parte em operações de guerra.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 960 — DE 8 DE DEZEMBRO
DE 1949

Dispõe sobre a execução de serviço de aero-levantamento no território nacional.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 974 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1949

Concede abono de natal aos servidores da União.

Col. das Leis, vol.

LEI N.º 970 — DE 16 DE DEZEMBRO
DE 1949

Dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.

Col. das Leis, vol.

DECRETOS

DECRETO N.º 26.157 — DE 6 DE
JANEIRO DE 1949

Aprova a tabela de gratificação, a título de representação, de que trata o Decreto-lei n.º 9.202, de 26-4-46.

Col. das Leis, vol. II, pág. 155, D.O. de 7 de janeiro de 1949.

DECRETO N.º 26.161 — DE 8 DE
JANEIRO DE 1949

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para pagamento das despesas realizadas durante a visita do Governador-Geral do Canadá ao Brasil.

Col. das Leis, vol. II, pág. 158, D.O. de 8 de janeiro de 1949.

DECRETO N.º 26.160 — DE 8 DE
JANEIRO DE 1949

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.933.913,00, para atender a despesa com a Delegação brasileira à Conferência de Comércio e Emprêgo reunida em Havana.

Col. das Leis, vol. II, pág. 157, D.O. de 8 de janeiro de 1949.

DECRETO N.º 26.146 — DE 4 DE
JANEIRO DE 1949

Dispõe sobre a gratificação de representação no estrangeiro a servidores civis e militares da União.

Col. das Leis, vol. II, pág. 4, D.O. de 17 de janeiro de 1949.

DECRETO N.º 26.299 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1949

Dispõe sobre o período de trabalho nas Repartições públicas e Autarquias federais.

Col. das Leis, vol. II, pág. 222, D.O. de 2 de fevereiro de 1949. ...

DECRETO N.º 26.315 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1949

Autoriza a Sociedade Agro-Química-Industrial Limitada a explorar plantas entorpecentes de finalidades terapêuticas.

Col. das Leis, vol. II, pág. 231, D.O. de 8 de fevereiro de 1949.

DECRETO N.º 26.333 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1949

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial para pagamento de contribuição devida pelo Banco do Brasil ao Conselho Internacional de Trigo com sede em Washington.

Col. das Leis, vol. II, pág. 239, D.O. de 11 de fevereiro de 1949.

DECRETO N.º 26.334 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1949

Altera o Decreto n.º 21.737, de 30-VIII-46 que regula a concessão de auxílio para transporte, ajuda de custo e diárias aos funcionários diplomáticos e consulares.

Col. das Leis, vol. II, pág. 239, D.O. de 11 de fevereiro de 1949.

DECRETO N.º 26.335 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1949

Regulamenta a concessão de licença especial, prevista na lei n.º 283, de 24-5-48, a servidores do Ministério das Relações Exteriores lotados em postos no exterior.

Col. das Leis, vol. II, pág. 240, D.O. de 11 de fevereiro de 1949.

DECRETO N.º 26.336 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1949

Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11-3-42, bens pertencentes a Giulio Cesare Montagna, de nacionalidade italiana.

Col. das Leis, vol. II, pág. 240, D.O. de 11 de fevereiro de 1949.

DECRETO N.º 26.555 — DE 5 DE
ABRIL DE 1949

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para ocorrer aos pagamentos de despesas com a visita do Presidente da República Oriental do Uruguai ao Brasil e do Presidente da Bolívia a Corumbá.

Col. das Leis, vol. IV, pág. 5, D.O. de 7 de abril de 1949.

DECRETO N.º 26.623 — DE 3 DE
MAIO DE 1949

Dispõe sobre a substituição eventual do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

Col. das Leis, vol. IV, pág. 73, D.O. de 5 de maio de 1949.

DECRETO N.º 26.704 — DE 25 DE
MAIO DE 1949

Cria o Consulado Honorário do Brasil em Cannes, França.

Col. das Leis, vol. IV, pág. 129, D.O. de 28 de maio de 1949.

DECRETO N.º 26.729 — DE 1 DE
JUNHO DE 1949

Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11-3-42 os bens pertencentes a Teresa Peroni Lorenzo, de nacionalidade italiana.

Col. das Leis, vol. IV, pág. 139, D.O. de 3 de junho de 1949.

DECRETO N.º 26.730 — DE 1 DE
JUNHO DE 1949

Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4.166, de 11-3-42 os bens pertencentes a Nera Ponsiglione, de nacionalidade italiana.

Col. das Leis, vol. IV, pág. 139, D.O. de 3 de junho de 1949.

DECRETO N.º 26.749 — DE 6 DE
JUNHO DE 1949

Regulamenta o disposto na lei n.º 500 de 29-11-48, na parte referente aos funcionários públicos civis.

Col. das Leis, vol. IV, pág. 146, D.O. de 2 de julho de 1949.

DECRETO N.º 27.097 — DE 26 DE
AGOSTO DE 1949

Regulamenta o disposto na lei n.º 682, de 26-4-1949.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.353 — DE 20 DE
OUTUBRO DE 1949

Cria a Comissão de estudos relativos à navegação aérea internacional.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.357 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1949

Concede honras de Chefe de Estado ao Conselheiro Rui Barbosa.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.496 — DE 24 DE
NOVEMBRO DE 1949

Institui a "hora de verão" em todo o território nacional.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.512 — DE 28 DE
NOVEMBRO DE 1949

Reconhece o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil como órgão consultivo oficial.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.541 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1949

Aprova o regulamento para a execução do Regime de licença prévia de que trata a lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.555 — DE 6 DE
DEZEMBRO DE 1949

Dispõe sobre a gratificação de representação que cabe ao membro brasileiro eleito para o Comitê de Direito Internacional das Nações Unidas.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.585 — DE 14 DE
DEZEMBRO DE 1949

Cria e suprime Consulados de carreira.

Col. das Leis, vol.

DECRETO N.º 27.586 — DE 14 DE
DEZEMBRO DE 1949

Cria e suprime Consulados honorários.

Col. das Leis, vol.

CIRCULARES

As circulares cujos números seguem são de caráter reservado: 637, 638, 642, 648, 661, 677, 680, 682, 696, 717, 722, 724, 737, 741, 742, 758, 769, 770, 802, 805, 807, 808, 813, 814, 848, 849, 871, 880, 883, 887, 888, e, por isso, não são publicadas.

Circular n.º 629 — Às missões diplomáticas do Brasil na América. — DCI/512.71 — "Revista Brasileira de Medicina".

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas do Brasil na América e tem a honra de enviar, em separado, dez coleções da "Revista Brasileira de Medicina", para serem distribuídas às instituições médicas das respectivas jurisdições.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1949.

Circular n.º 630 — Às missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim. — DPp/558 — Levantamento estatístico do movimento imigratório.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e, a fim de atender a um pedido do Departamento Nacional de Imigração, tem a honra de solicitar-lhes que sempre façam constar dos vistos em passaportes a anotação da alínea do artigo 4.º, do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945, em que se enquadrar o interessado.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1949.

Circular n.º 631 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/7(42)(88)18 — Expulsão de Albino Marques Gaspar.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunica, para os devidos fins, às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos que, por Decreto de 27 de julho último, foi expulso do território nacional o alienígena Albino Marques Gaspar, de nacionalidade portuguesa, cuja fotografia, acompanhada de cópia fotostática dectiloscópica, segue anexa à presente Circular.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1949.

Circular n.º 632 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas Alfandegadas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafa

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o autógrafa abaixo mencionado:

James Joseph Flanagan Jr. — Vice Cônsul honorário do Brasil em Port Arthur — Texas — Estados Unidos da América.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1949.

Circular n.º 633 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/558 — Cassação e restabelecimento de permanências

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de Carreira e Privativos e informa de que o Departamento do Interior e da Justiça lhe comunicou: a) terem sido cassadas as seguintes permanências: de Richard Churchill Angell e Jane O'Brian Angell, por despacho de 17 de novembro de 1948; de Chaim Maier Malek, por despacho de 27 de outubro do mesmo ano, e de Felix Drimer e de sua esposa Elena Duarte Drimer, por despacho de 15 de dezembro findo; b) ter sido reestabelecida a autorização de permanência concedida a Marie Arthur Albert de Moustier, que ainda se beneficia dos dispositivos do artigo 37, do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1949.

Circular n.º 634 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPP/511.1 — Extravio de passaporte brasileiro de Isabel Chanesman

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de Carreira e Privativos e comunica, para os devidos fins, que se extraviou o passaporte brasileiro n.º 045.921, expedido pela Polícia do Distrito Federal em favor de Isabel Chanesman.

A Secretaria de Estado roga às Missões diplomáticas acima referidas que comuniquem êsse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditadas, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em questão.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1949.

Circular n.º 635 — Às Missões Diplomáticas — DPO/341.1 — Remessa de cópias de correspondência oficial a autoridades brasileiras

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e, havendo verificado que algumas dentre elas remetem diretamente a Autoridades brasileiras cópia de correspondência oficial dirigida à Secretaria, lembra-lhes que, de acôrdo com as normas em vigor (Manual de Serviço, Livro II, Cap. I, art. 39.º e parágrafo único), a correspondência destinada àquelas autoridades, ou que lhes possa interessar, deverá sempre transitar por intermédio da Secretaria de Estado, à qual cabe decidir sôbre a conveniência ou não do encaminhamento de tal expediente.

A única exceção a essa regra, aliás consignada nas disposições citadas, diz respeito a “casos urgentes e graves, que interessem à segurança e à saúde pública”. Ao verificar-se tal hipótese, deverão, mesmo assim, as Missões diplomáticas dar conhecimento de tal correspondência à Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1949.

Circular n.º 636 — Às Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a organismos internacionais. — DA/DO/338 — Emissão de saques de remuneração de pessoal

Urgente

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos internacionais e Repartições consulares e, atendendo a solicitação da Delegacia do Tesouro do Brasil em Nova York, comunica-lhe que não devem ser emitidos, antes de 6 de fevereiro próximo, saques de remuneração de pessoal, relativos ao mês de janeiro de 1949.

E', outrossim, recomendado que não sejam efetuados saques referentes a gratificação de encarregatura, independentemente de autorização prévia da Secretaria de Estado.

As recomendações acima são feitas em virtude da necessidade de proceder a Delegacia do Tesouro à preparação dos indispensáveis cálculos de fim de exercício nas folhas de pagamento e empenhos de despesas.

Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1949.

Circular n.º 639 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/511.1 — Extravio de passaporte brasileiro. Vamberto Lopes de Moraes

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, que se extraviou o passaporte brasileiro n.º 019277, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, em 3 de setembro de 1946, em favor do Doutor Vamberto Lopes de Moraes.

A Secretaria de Estado roga às Missões diplomáticas acima referidas que comuniquem êsse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditadas, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em aprêço.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1949.

Circular n.º 640 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/558 — Cassação de permanências. Alice Levy Leroy e Ermínio Gianatti

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e informa ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores comunicado a cassação, por despachos de 27 de novembro e 27 de dezembro de 1948, respectivamente, das permanências definitivas concedidas a Alice Levy Leroy, de nacionalidade francesa, e a Ermínio Gianatti, italiano.

Nestas condições, os referidos estrangeiros não se poderão beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1949.

Circular n.º 641 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/511.12 — Passaporte extraviado

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter-se extraviado em Mendoza, Argentina, o passaporte brasileiro modelo SE107, expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em abril de 1948.

As referidas Missões diplomáticas deverão comunicar êsse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditados, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em questão.

Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1949.

Circular n.º 643 — Às Missões diplomáticas e aos consulados de carreira e privativos. — DPp/7(00)(42)18 — Expulsão de Andrius Plentas

Para os devidos fins, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunica às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos ter sido expulso do território nacional, por decreto de 27 de fevereiro de 1948, o alienígena Andrius Plentas, de nacionalidade lituana, cuja fotografia e cópia fotostática dactiloscópica acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1949.

Circular n.º 644 — Às Missões diplomáticas e aos consulados de carreira e privativos. — DPp/7(00)(42)18 — Expulsão de Icek Rosenberg

Para os devidos fins, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunica às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos ter sido expulso do território nacional, por decreto datado de 3 de novembro de 1948, o alienígena Icek Rosenberg, de nacionalidade polonesa, cuja fotografia e cópia fotostática dactiloscópica acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1949.

Circular n.º 645 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/511.1 — Extravio de passaporte brasileiro. Carlos Matouk

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, que se extraviou o passaporte brasileiro n.º 037836, expedido pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em 19 de maio de 1948, em favor de Carlos Matouk.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores roga às Missões diplomáticas acima referidas que comuniquem esse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditados, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em questão.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1949.

Circular n.º 646 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas Alfandegadas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter-lhe, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1934, os autógrafos abaixo mencionados:

Hugo de Macedo — Cônsul do Brasil em Assunção — Paraguai;

Colmar Pereira de Cerqueira Daltro — Cônsul do Brasil em Houston, Estados Unidos da América;

Fernando Lardizábel — Cônsul honorário do Brasil em Tegucigalpa, República de Honduras.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1949.

Urgente

Circular n.º 647 — Às Missões diplomáticas e Consulados de carreira — DAE/312.4 Renovação dos contratos dos Auxiliares brasileiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Consulados de Carreira e tem a honra de comunicar-lhes que os contratos dos Auxiliares brasileiros deverão ser renovados a partir de 1.º de janeiro corrente, na nova base do aumento que lhes foi concedido pela Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

No que diz respeito aos Auxiliares contratados estrangeiros, o Itamarati estuda a possibilidade de conceder-lhes, também, melhoria de salários, devendo por enquanto, os seus respectivos contratos ser considerados automaticamente renovados, na base antiga, de acordo com o disposto no art. 397, § 2.º, da I.S. n.º 13, de 27 de abril de 1948.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 649 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições consulares. — DE/832.1(42)(00) — Licença prévia de importação Máquinas e ferramentas em geral

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições consulares e, com referência ao parágrafo 2.º da circular n.º 555, de 6 de agosto último, tem a honra de comunicar-lhes que, segundo critério fixado pela Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, a tolerância para diferenças de peso permitida para as importações de máquinas e aparelhos poderá ser tornada extensiva às ferramentas em geral que, como aquelas, sejam negociadas em base unitária e não na base de peso.

Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 650 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas Alfandegadas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. — DCn/403.(633) 601.34(04) — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos abaixo mencionados:

Horacio Sully de Souza — Cônsul Geral do Brasil em Montreal — Canadá:

Jorge Alberto de Seixas Corrêa — Secretário da Delegação do Brasil junto à Organização Internacional de Refugiados.

Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 651 — Às Missões encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPP/7(70e)(42)(18) — Expulsão de estrangeiro. Antanas Cernauskas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, que, por decreto de 13 de outubro de 1948, foi expulso do território nacional o alienígena Antanas Cernauskas, de nacionalidade lituana, cuja fotografia e cópia fotostática dactiloscópica acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 652 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Chrisji Hamburger

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e informa de que o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores comunicou ter sido cassada a autorização de permanência definitiva no país concedida a Chrisji Hamburger, de nacionalidade holandesa.

Segundo a mesma comunicação, a citada estrangeira, munida do passaporte n.º A/34.915, emitido nesta capital e visado em 4 de janeiro de 1947, embarcou com destino a Nova York a 2 de fevereiro de 1947.

Em tais condições a alienígena em questão não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 653 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/7(88)(42)18 — Expulsão do estrangeiro Walter Augusto Vaz

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica que, por decreto de 8 de março de 1947, com fundamento nos artigos 1.º e 2.º, n.º 1, letras b, e, e g do Decreto-lei n.º 479, de 8 de junho de 1938, foi expulso do território nacional o alienígena Walter Augusto Vaz, de nacionalidade portuguesa, cuja fotografia segue anexa à presente circular.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 654 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/7(95)(42)18 — Expulsão de estrangeiro Franco Mirosevic Pace

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica que, por decreto de 21 de julho de 1948, foi expulso do território nacional o alienígena Franco Mirosevic Pace, de nacionalidade iugoslava, cuja fotografia, acompanhada de cópia fotostática dactiloscópica, segue anexa à presente circular.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 655 — Às Aliândegas, Mesas de Rendas Alfandegadas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes:

Aldo de Castro Menezes — Cônsul do Brasil em Miami, Estados Unidos da América;

Carlos Sette Gomes Pereira — Cônsul, servindo junto à Missão Brasileira em Berlim, Alemanha.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 656 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPP/511.141 — Cassação de permanência definitiva. Jaime Wilfred Stevens

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica que o Departamento de Interior e da Justiça informou ter sido cassada, por despacho de 19 de janeiro último, a permanência definitiva concedida ao alienígena James Wilfred Stevens, de nacionalidade norte-americana.

Nessas condições, o citado estrangeiro não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 657 — Às Missões diplomáticas e aos consulados de carreira e privativos. — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Ramon Alberto Isla Casares

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver sido cassada, por despacho de 21 de janeiro último, a permanência definitiva concedida a Ramon Alberto Isla Casares, de nacionalidade argentina.

Nessas condições, o citado estrangeiro não poderá beneficiar-se dos dispositivos do artigo 37, do Decreto-lei n.º 7.967, de 17 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 658 — Às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos. — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Luciano Ovidio Catone Polla

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver sido cassada, por despacho de 21 de janeiro último, a permanência definitiva concedida ao alienígena Luciano Ovidio Catone Polla.

Nessas condições, o citado estrangeiro não poderá beneficiar-se dos dispositivos do artigo 37, do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 659 — Às Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações Brasileiras junto a organismos internacionais. — DCo/DP/331.2 — Horário de trabalho nas Repartições brasileiras no exterior

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta os Senhores Chefes de Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações brasileiras junto a Organismos internacionais e, em virtude de reclamações recebidas sobre o horário de trabalho extremamente curto de algumas Repartições brasileiras no

exterior, recomenda que o expediente de tôdas as Chancelarias seja dividido em dois turnos, pela manhã e à tarde, com intervalo para o almoço, totalizando cinco a seis horas de trabalho diário, no mínimo.

Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 660 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/558. 300.12 — Cassação de permanência. Giancarlo Regalia

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica que o Departamento do Interior e da Justiça informou ter sido cassada, por despacho de 20 de janeiro último, a permanência do alienígena Giancarlo Regalia.

Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 662 — Às Missões diplomáticas e aos consulados de carreira e privativos. — DPp/7(00)(42)18 — Expulsão de Andrzej Gil

Para os devidos fins, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunica às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos ter sido expulso do território nacional, por decreto datado de 29 de setembro de 1948, o alienígena Andrzej Gil, de nacionalidade russa, cuja fotografia e cópia fotostática acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 663 — Às Missões diplomáticas e aos consulados de carreira e privativos. — DPp/7(00)(42)18 — Expulsão de Dislaw Czeponiec ou Wladislau Czeponiec.

Para os devidos fins, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunica às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos ter sido expulso do território nacional, por decreto de 31 de agosto de 1948, o alienígena Dislaw Czeponiec ou Wladislau Czeponiec, de nacionalidade polonesa, cuja fotografia e cópia fotostática dactiloscópica acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 664 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/558 — Cassação de permanência

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e informa que o Departamento do Interior e da Justiça lhe comunicou ter sido cassada a permanência da alienígena Alzira dos Reis Monteiro, por despacho de 25 de janeiro do corrente ano.

Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 665 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPP/511.16 511.111 — Extravio de passaporte brasileiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, que se extraviou o passaporte brasileiro n.º 39.136, expedido pelo Serviço de Registro de Estrangeiros da Polícia do Estado de Minas Gerais em favor da Senhorinha Mary Elizabeth Ollivierre.

A Secretaria de Estado roga às Missões diplomáticas acima referidas que comuniquem esse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditadas, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em questão.

Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1949.

Circular n.º 666 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas Alfandegadas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. — DCn/403 — Remessa de autógrafo

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o autógrafo do Senhor François Lugeon, Cônsul honorário do Brasil em Lausanne.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1949.

Circular n.º 667 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPP/558 — Cassação de permanência. Marie Anne Warnotte

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter sido cassada a permanência da alienígena Marie Anne Warnotte, por despacho de 31 de janeiro de 1949, conforme informação do Departamento do Interior e da Justiça.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1949.

Circular n.º 668 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPP/511.16 511.111 — Extravio de passaporte brasileiro. Stella Maris Fabbri

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, que se extraviou o passaporte brasileiro n.º 47.052, expedido pela Polícia do Distrito Federal, em 15 de dezembro de 1948, em favor de Stella Maris Fabbri, solteira, menor, residente no Rio de Janeiro.

2. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores roga as Missões diplomáticas acima referidas que comuniquem esse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditadas, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em questão.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1949.

Circular n.º 669 — Às Missões diplomáticas e aos consulados de carreira e privativos. — DPp/7(41)(42)18 — Expulsão de Alejandro Lezona

Para os devidos fins, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunica às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos ter sido expulso do território nacional, por decreto de 6 de dezembro de 1947, o alienígena Alejandro Lezona, que também usa os nomes de Maurício Igarra, Alberto Lesson Estrada, John Stuart de Vasconcelos, ou ainda Alejandro Almagro, de nacionalidade argentina, cuja fotografia e cópia fotostática dactiloscópica acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1949.

Circular n.º 670 — Ao Corpo Diplomático — DC/922.92(00)(42) — Chapas diplomáticas

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta o Corpo Diplomático e informa que deverão ser substituídas, até 30 de abril próximo, as plaquetas indicativas do ano, nas chapas CD.

2. A substituição será feita na Garage do Ministério, das 10 às 16 horas, diariamente, exceto aos sábados.

Rio de Janeiro, em 9 de março de 1949.

Circular n.º 671 — Às Missões diplomáticas e Consulados de carreira. — DPp/511.12 — Stock de passaportes em 31 de dezembro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e solicita-lhes informar, com urgência, por via aérea, qual era a quantidade de passaportes que possuíam, discriminadamente por espécie, em 31 de dezembro de 1948.

2. Idêntica informação deverá ser enviada à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, pelo correio comum, no último dia de cada ano.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1949.

Urgente

Circular n.º 672 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/511.12 — Passaporte extraviado

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica que o passaporte a que se refere a Circular n.º 641 pertence ao Senhor Renato Mendes, ao qual o Consulado Geral em Valparaíso expediu o passaporte brasileiro n.º 017.726.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1949.

Circular n.º 673 — Às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e Privativos. — DPp/511.1 — Passaporte especial extraviado

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, ter-se extraviado o passaporte especial n.º 006.248, expedido em 8 de dezembro de 1948 por esta Secretaria de Estado em favor do Senhor Francisco de Assis Jarussi.

2. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores roga às Missões diplomáticas que êsse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditados, com a solicitação de lhes ser dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em apêço.

Rio de Janeiro, em 12 de março de 1949.

Circular n.º 674 — Às missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. DPp/558 — Cassação de permanências definitivas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de Carreira e privativos e informa ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores comunicado a cassação, por despachos de 4 de fevereiro último, das permanências definitivas concedidas aos portugueses Antônio Correia de Pinho e Joaquim Correia de Pinho e ao argentino José Perez Suarez.

2. Nestas condições, os referidos estrangeiros não se poderão beneficiar do disposto no artigo 37, do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 16 de março de 1949.

Circular n.º 675 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/7(00)(42)18 — Expulsão de Magdalena Latveniene Valentas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver sido expulsa do território nacional, por decreto de 27 de fevereiro último, a alienígena Magdalena Latveniene Valentas, de nacionalidade lituana, cuja fotografia e cópias fotostáticas dactiloscópicas acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 16 de março de 1949.

Circular n.º 676 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/7(00)(42)18 — Expulsão de Pedro Putatis

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver sido expulso do território nacional, por decreto de 8 de dezembro de 1948, o alienígena, Petras Puta ou Pedro Putatis, de nacionalidade lituana, cuja fotografia e cópia fotostáticas dactiloscópicas acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 16 de março de 1949.

Circular n.º 678 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/7(70)(42)18 — Expulsão de Gregório Sakun

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica para os devidos fins, ter sido expulso do território nacional, por decreto de 8 de dezembro de 1948, o alienígena Gregório Sakun, de nacionalidade russa, cuja fotografia e cópia fotostática dactiloscópica acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 16 de março de 1949.

Circular n.º 679 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições consulares — DE/801.22 — “Lista de Exportadores”

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições consulares e tem a honra de remeter-lhes, para fins de divulgação entre possíveis interessados, uma *Lista de Exportadores*, organizada pela Divisão Econômica da Secretaria de Estado, com elementos fornecidos pelo Conselho Federal de Comércio Exterior.

As autoridades consulares, ao fazerem a divulgação acima, esclarecerão que as transações comerciais com as firmas indicadas deverão ser realizadas pelos processos e com as garantias normais do comércio, não envolvendo a indicação das autoridades brasileiras qualquer responsabilidade por parte dessas últimas.

Rio de Janeiro, em 21 de março de 1949.

Circular n.º 681 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privados. — DPp/7(42)(88)18 — Expulsão de Albino Marques Gaspar

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privados, e comunica, para os devidos fins, ter sido expulso do território nacional, por decreto de 27 de julho de 1948, o alienígena Albino Marques Gaspar, de nacionalidade portuguesa, cuja fotografia acompanha a presente circular.

Rio de Janeiro, em 21 de março de 1949.

Circular n.º 683 — À Secretaria de Estado. — Sg/DA/331 — Estágio preliminar de treinamento de funcionários de carreira de Diplomata, classe “J”

O Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta atentamente os Senhores Chefes de Departamento, Divisão e Serviço e roga-lhes o obséquio de velarem pelo fiel e integral cumprimento das seguintes normas de serviço, as quais entram, desde já, em vigor:

I — Os funcionários que acabem de ser nomeados para o cargo inicial da carreira de “Diplomata” serão submetidos a um *estágio preliminar de treinamento*, por um período de oito meses, durante os quais servirão obrigatoriamente:

a) Um mês no *Arquivo*, onde se familiarizarão com o sistema de classificação decimal, distribuição do expediente, andamento da correspondência na Secretaria de Estado, métodos de trabalho e informações das Missões diplomáticas e Repartições consulares, organização de maços e classificadores, fichários, segurança do arquivo, conservação dos originais;

b) Um mês na *Divisão de Comunicações*, onde entrarão em contato com os métodos de numeração e expedição, movimento, registro e controle de malas diplomáticas, regime de guias;

c) Um mês no *Serviço de Telegramas da Divisão de Comunicações*, onde lhe serão ministradas instruções quanto aos sistemas de criptografia, códigos utilizados pelo Ministério das Relações Exteriores, métodos de

cifração, tratamento da correspondência telegráfica confidencial e secreta, garantia do sigilo das comunicações do Itamaraty;

d) Um mês na *Divisão Consular*, onde estudarão o regime de faturas consulares e comerciais, legislação em vigor sobre matéria consular, atos notariais, direitos aduaneiros, cobranças de emolumentos consulares, isenções, mapas trimestrais de embarcações e estampilhas, fixação da taxa cambial, despacho de embarcações e de aeronaves, lavratura de hipotecas, contratos e procurações;

e) Um mês na *Divisão de Passaportes*, onde adquirirão conhecimento e prática de execução dos dispositivos legais e regulamentos em vigor sobre a matéria, política imigratória do Brasil, restrições porventura existentes, critérios de seleção de correntes de imigrantes, tramitação do expediente, regime de “vistos”;

f) Um mês na *Divisão do Cerimonial*, onde serão instruídos sobre normas de protocolo e cortesia, correspondência diplomática, contato com os diplomatas estrangeiros, direitos e prerrogativas, dos diplomatas, normas do cerimonial de Estado;

g) Um mês no *Gabinete do Chefe do Departamento de Administração*, onde terão a oportunidade de observar o funcionamento da máquina administrativa do Ministério, lotação das repartições no exterior, problemas orçamentários, escrituração de verbas distribuídas à Delegacia do Tesouro, material padronizado da Casa Harrison & Sons, organização de inventários, utilização das verbas de “Aluguel de Casa” e “Expediente”, prestação de contas, planificação de carreiras administrativas, legislação de pessoal extra-numerário, concorrências públicas;

h) Um mês no *Gabinete do Secretário Geral*, onde terão uma visão de conjunto do funcionamento dos três Departamentos do Ministério, tratamento e encaminhamento das questões diplomáticas, métodos e processos da diplomacia brasileira.

II — Findo êsse estágio de oito meses, serão os funcionários designados para uma viagem, como correio diplomático, a Buenos Aires, Montevidéu, Assunção ou La Paz, de acôrdo com a escala organizada pela Divisão de Comunicações.

III — Durante o período de treinamento em cada Divisão ou Serviço, não deverão os novos Cônsules de Terceira Classe ficar adstritos a trabalhos fixos ou regulares; os Chefes respectivos designarão um funcionário experiente para orientar e guiar os estagiários de maneira a adquirirem êstes uma noção adequada, embora sumária, de tôdas as matérias de competência da Divisão ou Serviço;

IV — Uma vez expirado o período de treinamento em cada Divisão ou Serviço, o Chefe respectivo enviará à Divisão do Pessoal uma apreciação sumária das qualidades funcionais e pessoais reveladas pelos estagiários; tais elementos serão tomados em consideração quando do processo de confirmação dos funcionários em aprêço;

V — A execução do programa de treinamento delineado no item I ficará a cargo e sob a responsabilidade do Chefe da Divisão do Pessoal, na conformidade do incluso “Roteiro de Serviço”.

Rio de Janeiro, em 22 de março de 1949.

ROTEIRO DE SERVIÇO

Estágio preliminar de treinamento de Cônsules de Terceira Classe

Nome do Funcionário
Data de entrada em exercício
Período de estágio preliminar de treinamento (oito meses e meio)
.....

Designação (1)	Execução a cargo	Iniciais do funcionário
	da Divisão do Pessoal	
I — Arquivo	_____	_____
II — Comunicações	_____	_____
III — Serviço de Telegramas	_____	_____
IV — Divisão Consular	_____	_____
V — Divisão de Passaportes	_____	_____
VI — Divisão do Cerimonial	_____	_____
VII — Gabinete do Chefe do Departamento de Administração	_____	_____
VIII — Gabinete do Secretário Geral	_____	_____
IX — Correio Diplomático (2)	_____	_____

- (1) As designações de números I a VIII serão sempre feitas para um período de trinta dias.
(2) De acôrdo com a escala organizada pela Divisão de Comunicações.

Circular n.º 684 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/588 — Cassação de permanências definitivas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e informa ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores comunicado a cassação, por despachos de 18 e 23 de fevereiro último, respectivamente, das permanências definitivas concedidas a Jean Frenck, de nacionalidade francesa, e a Maria Deolinda da Conceição de Souza Magalhães, portuguesa.

Nessas condições, os citados estrangeiros não se poderão beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 22 de março de 1949.

Circular n.º 685 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos. — DPp/7(72)(42)18 — Expulsão de Alexandre Szestack

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica para os devidos fins ter sido expulso do território nacional, por decreto de 3 de novembro de 1948, o alienígena Alexandre Szestack, de nacionalidade polonesa, cuja fotografia e cópia fotostática dactiloscópica seguem anexas à presente circular.

Rio de Janeiro, em 23 de março de 1949.

Circular n.º 686 — Às Missões diplomáticas e aos Consulados de Carreira e privativos — DPp/592.51 — Perda de nacionalidade. Sophie Maeck

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver Sophie Maeck, natural da Rússia, filha de Joseph Sternfield e de Yetta Reisswasser, brasileira naturalizada, perdido essa nacionalidade por haver adquirido, voluntariamente, a cidadania norte americana.

Rio de Janeiro, em 23 de março de 1949.

Circular n.º 687 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanência Júlio Valente Simões

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter sido cassada, por despacho de 17 de fevereiro último, a permanência concedida ao alienígena Júlio Valente Simões, de nacionalidade portuguesa.

2. Nessas condições, o estrangeiro em questão não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 23 de março de 1949.

Circular n.º 688 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço Consular e Repartição consulares. — DE/558 832.1 (42) (00) — Regime de licença prévia Importações não licenciadas. Bagagem de passageiros. Amostras comerciais. Veículos de imigrantes.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e Repartições consulares e, com referência ao artigo 819 e seu parágrafo único, do *Manual de Serviço*, tem a honra de remeter-lhes, em anexo, para os fins convenientes, cópia do aviso n.º 150 da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A., de 15 de março de 1949, que dispõe sobre as importações não licenciadas, bagagem de passageiros e amostras comerciais.

2. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores comunica, outrossim, que, segundo critério fixado pela referida Carteira, aos veículos automotores usados e comprovadamente pertencentes a imigrantes, excetos automóveis de passageiros, será dispensado o mesmo tratamento assegurado no parágrafo 3.º da circular n.º 555, de 6 de agosto de 1948, às máquinas e ferramentas de uso individual.

Rio de Janeiro, em 26 de março de 1949.

Ministério/Circular n.º 688-26-3-49-Anexo único.

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO e IMPORTAÇÃO

Aviso n.º 150

Importação — Licença Prévia

A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. torna público que, carecendo de apoio legal a regularização "a posteriori" de documentos atinentes a importações efetivadas com inobservância de qualquer dos preceitos do Regulamento baixado com o Decreto n.º 24.697-A, de 23 de março de 1948, não considerará as solicitações que nesse sentido lhe venham a ser apresentadas, sejam quais forem as razões invocadas pelos interessados.

A esse respeito, recomenda à atenção do comércio em geral, e, particularmente, das firmas importadoras, o parágrafo 1.º do artigo 6.º do aludido Decreto, o qual dispõe que as mercadorias sujeitas ao regime de licença prévia que forem embarcadas sem observância das disposições legais serão consideradas contrabando, apreendidas e vendidas em leilão.

Por oportuno, esclarece ainda a Carteira :

a) quanto a bagagens de passageiros :

— que ao regime de licença prévia estão sujeitos, nos termos da Circular n.º 2, de 20-1-49, do Senhor Ministro da Fazenda, "os objetos, utensílios e instrumentos incluídos nas bagagens dos passageiros, que, pela sua quantidade ou qualidade, não possam ser considerados como efeitos de bagagem, pela legislação aduaneira, em se tratando de pessoas que venham para o Brasil ou regressem ao País depois de curta estada no estrangeiro, onde não fixaram residência:

b) quanto a amostras comerciais de pequeno valor, não dependentes de cobertura cambial :

— que, segundo decidiu a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, a conceituação de "pequeno valor", para os efeitos da isenção de licença prevista no artigo 3.º, letra e, do Decreto n.º 24.697-A, é adstrita ao limite máximo de 25.000 dólares ouro, norte-americanos, preço de aquisição, ou a equivalente em moeda de outro tipo.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1949. — *Hamílcar José do Amaral Bevilacqua*, Diretor. — *Virgílio Cantanhede Sobrinho*, Gerente.

Circular n.º 689 — *As Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos*
— DCn/502.51 — *Perda de nacionalidade Luís Alves de Lima*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumpre a as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver Luís Alves de Lima, natural de Botucatu, Estado de São Paulo, perdido a nacionalidade brasileira, por haver adquirido, voluntariamente, a nacionalidade norte-americana.

Rio de Janeiro, em 30 de março de 1949.

Circular n.º 690 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas Alfandegadas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. DCn/403
Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes :

Carlos Martins Thompson Flores — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Beirute, Líbano.

Alarico Silveira Júnior — ~~Terceiro~~ Secretário da Legação do Brasil em Beirute, Líbano.

Rio de Janeiro, em 30 de março de 1949.

Circular n.º 691 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas Alfandegadas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. —
DCn/403 — Remessa de autógrafos.

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o autógrafo abaixo mencionado :

Antônio Lopes Pereira — Cônsul Honorário do Brasil em São Salvador República de El Salvador.

Rio de Janeiro, em 30 de março de 1949.

Reservada

Circular n.º 692 — Às Missões diplomáticas, Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim. — DPP/511.141 — Salvo conduto a ser expedido pelas autoridades diplomáticas e consulares brasileiras aos técnicos e imigrantes alemães que não possuam passaporte regular

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica, para os devidos fins, que o Conselho de Imigração e Colonização, tendo em vista o pedido de autorização feito pela Legação em Belgrado, para que pudesse fornecer salvo-conduto válido para viagem e desembarque no Brasil, a diversos alemães, ex-prisioneiros de guerra da Iugoslávia, desejosos de se fixarem definitivamente em território nacional, e julgados pela Legação em Belgrado satisfatórios a tôdas as exigências da política imigratória do Brasil, mas que não podem apresentar passaporte devido à atual situação política da Alemanha, resolveu o seguinte:

I — Autorizar as Missões diplomáticas brasileiras encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar em Berlim a expedir salvo-conduto a alemães que a elas se apresentem, satisfazendo a tôdas as condições exigidas para a concessão de visto permanente, com exceção de passaporte regular;

II — Estabelecer as seguintes condições para reconhecimento de validade a salvo-conduto expedido com base nesta resolução :

a) Na ficha consular de qualificação, em vez de "Passaporte n.º . . .", deve ser consignado "Salvo-conduto N.º . . ."

b) A ficha consular será confeccionada numa via a mais, destinada, a acompanhar permanentemente o “salvo-conduto”, que deverá ser expedido segundo o modelo abaixo :

(Cartão do tamanho da ficha consular de qualificação, sob o título: “SALVO-CONDUTO N.º ...”

“Válido para o Brasil, de acôrdo com a Resolução n.º 154, de 27 de janeiro de 1949, do Conselho de Imigração e Colonização”).

c) Será consignada a classificação na forma do Modelo 6, do Decreto n.º 3.010, de 1938, bem como registrados, no verso, os elementos mínimos de identidade assim considerados a fotografia (tipo da ficha consular) e a impressão digital (polegar direito), colocadas ambas no alto e à esquerda.

O portador do “salvo-conduto apresentará, no ato de desembarque, juntamente com esse documento, três vias da ficha consular de qualificação. Uma vez conferidos os documentos pelas autoridades fiscais e registrado o desembarque no verso do salvo-conduto, uma das vias da ficha consular de qualificação será restituída ao alienígena e as outras duas seguirão seu destino normal.

Rio de Janeiro, em 31 de março de 1949.

*Circular n.º 693 — À Secretaria de Estado — SG-DPC-DEC-DA-352.12 —
Comissão de Organismo Internacionais*

O Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta os Senhores Chefes de Departamento, Divisão e Serviço e lhes comunica haver o Senhor Ministro de Estado resolvido reconstituir a Comissão de Organismos Internacionais (COI), que terá a seu cargo os assuntos relativos às Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) e respectivas agências especializadas.

2. A COI submeterá aos Chefes de DPC, DEC e DA, *ratione materiae*, as questões de sua competência.

3. Caberá, em particular, à COI :

I — providenciar sobre :

- a) a nomeação, a orientação e o controle das delegações permanentes;
- b) o pagamento de contribuições;
- c) a nomeação e as instruções das delegações às assembléias e conferências promovidas pelos organismos a seu cargo;

II — acompanhar os trabalhos dos organismos permanentes e das assembléias e conferências acima referidas, apreciando a matéria de fundo dos assuntos nelas tratados, inclusive os atos internacionais concluídos;

III — orientar o Arquivo, no referente aos assuntos da sua competência.

4. No desempenho das suas atribuições, a COI manterá íntima ligação com os serviços competentes do Itamarati e os órgãos técnicos dos outros setores da Administração.

5. Temporariamente, continuarão a ser tratados :

I — pelo DEC, as questões relativas à Organização Internacional de Refugiados;

II — pela DE, os assuntos concernentes à :

- a) Organização Internacional de Telecomunicações;
- b) Organização de Aviação Civil Internacional;

- c) Organização Intergovernamental Consultiva Marítima;
- d) Organização Internacional de Comércio;
- e) União Meteorológica Internacional;
- f) Banco Internacional de Reconstrução e Fomento;
- g) Fundo Monetário Internacional;
- h) Conselho Internacional Alimentar de Emergência (da FAO).

6. Relativamente aos organismos citados no parágrafo anterior, o DEC e a DE tomarão as providências indicadas no parágrafo 3, com exceção da alínea *b* do item I (pagamento de contribuições).

7. A DAI continuará a tratar da parte formal de todos os atos internacionais, bem como das providências relativas a conferências que não sejam organizadas pela ONU, OEA ou respectivas agências especializadas.

8. Em anexo à presente circular figuram os organismos internacionais cujos assuntos estão a cargo da COI, DEC e DE.

9. Ficam sem efeito as circulares ns. 582 e 608, respectivamente de 23 de setembro e 1.º de dezembro de 1948.

Rio de Janeiro, em 1.º de abril de 1949.
Ministério/Circular n.º 693-1-4-49 — Anexo único.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS A CARGO DA COI

NAÇÕES UNIDAS

Assembléia Geral

Comissões de processo :

Comissão geral;

Comissão de credenciais.

Comissões principais :

- 1.^a — Assuntos políticos e de segurança;
- 2.^a — Assuntos econômicos e financeiros;
- 3.^a — Assuntos sociais, humanitários e culturais;
- 4.^a — Assuntos de tutela;
- 5.^a — Assuntos administrativos e orçamentários;
- 6.^a — Assuntos jurídicos.

Comitês permanentes :

Comitê consultivo para os assuntos administrativos e orçamentários;
Comitê de contribuições.

Comissões especiais.

Conselho de Segurança

Comissão de Energia Atômica;
Comissão de Armamentos Tipo Clássico;
Comitê de Estado-Maior.

Conselho Econômico e Social

Comissões funcionais :

Comissão de assuntos econômicos e emprêgo;
Comissão de transportes e comunicações;
Comissão de estatística;

Comissão fiscal;
Comissão de população;
Comissão social;
Comissão dos direitos do homem;
Comissão da condição da mulher;
Comissão de entorpecentes.

Comissões regionais :

Comissão econômica para a Europa;
Comissão econômica para a Ásia e Extremo-Oriente;
Comissão econômica para a América Latina.

Conselho de Tutela

Côrte Internacional de Justiça

Secretariado

Agências especializadas ()*

Organização Internacional do Trabalho;
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura;
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, e Cultura;
Organização Mundial de Saúde;
União Postal Universal.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Conferência Interamericana

Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores
Comissão consultiva de Defesa

Conselho da Organização dos Estados Americanos

Conselho Interamericano Econômico e Social;
Conselho Interamericano de Jurisconsultos;
Comissão Jurídica Interamericana;

Conselho Cultural Interamericano
Comissão de Ação Cultural.

União Panamericana

Conferências especializadas

Organismos especializados

ORGANISMO INTERNACIONAL A CARGO DO DEPARTAMENTO
ECONÔMICO E CONSULAR

Organização Internacional de Refugiados

ORGANISMOS INTERNACIONAIS A CARGO DA DIVISÃO ECONÔMICA

Organização Internacional de Telecomunicações;
Organização de Aviação Civil Internacional;
Organização Intergovernamental Consultiva Marítima;
Organização Internacional de Comércio;
União Meteorológica Internacional;
Banco Internacional de Reconstrução e Fomento;
Fundo Monetário Internacional;
Conselho Internacional Alimentar de Emergência (da FAO).

(*) As demais agências especializadas da ONU estão a cargo de DEC e da DE, conforme a discriminação do presente anexo.

Circular n.º 694 — Às Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e Repartições consulares — DE/832.1 (42) (00) — Licença prévia de importação — Mercadorias negociáveis na base de unidades, dúzias, grossas, metros, litros, etc.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e Repartições consulares e, em aditamento à circular n.º 555, de 6 de agosto último, tem a honra de comunicar-lhes que, segundo critério fixado pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., nas licenças concedidas para mercadorias negociáveis em unidades, dúzias, grossas, metros, litros, etc., carece de importância a indicação do respectivo pêso. O controle, no caso, se fará pelo confronto da *quantidade* (unidade, dúzias, grossas, metros, litros, etc.) e *valor* reais da encomenda com as correspondentes indicações da licença.

2. Nos casos de simples alterações do valor da licença — muitas vezes autorizadas para corresponder a oscilações de cotação frequentes no comércio internacional — não cabe em hipótese alguma, a interpretação de que a providência possa justificar, implicitamente, majoração proporcional da quantidade da mercadoria. A quantidade só se altera através de menção expressa do novo “quantum” no documento adicional emitido.

Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1949.

Circular n.º 695 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/7 (72) (00) 02 — A política polonesa de reemigração. Problemas de assistência consular

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, de acordo com decisão do Conselho de Imigração e Colonização de 24 de fevereiro último, não deve ser concedido qualquer visto ao alienígena Stanislaw Dekerzewki, de nacionalidade polonesa, por ser o mesmo considerado elemento indesejável.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1949.

Circular n.º 697 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanências definitivas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério de Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despachos de 28 de fevereiro e 10 de março últimos respectivamente, das permanências definitivas concedidas a Juan Olaguivel Pedros, de nacionalidade espanhola, e Per Olof Carlsson, sueco.

2. Nestas condições, os referidos alienígenas não se poderão beneficiar do disposto no artigo 37 do decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1949.

*Circular n.º 698 — Às Missões diplomáticas e às Repartições Consulares —
DPP/511.16 — Extravio de passaporte diplomático*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e as Repartições consulares e comunica ter o Consulado do Brasil em Miami informado o extravio do passaporte diplomático n.º 000155, expedido pela Secretaria de Estado a 13 de março de 1946 em favor da Senhora Maria Aracy Amarantes Mendes Cadaxa.

2. A Secretaria de Estado roga às Missões diplomáticas que comuniquem êsse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditadas, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em questão.

Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1949.

Urgente

*Circular n.º 699 — Às Missões diplomáticas na América. — DAI/142.21 —
1.º Congresso Pan-americano de Engenharia*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas brasileiras na América e tem a honra de solicitar-lhes que transmitam aos Governos junto aos quais se acham acreditadas o convite para que se façam representar no 1.º Congresso Pan-americano de Engenharia, a realizar-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, de 8 a 24 de julho próximo. O referido certame é promovido pela União Sulamericana de Associações de Engenheiros (USAI) cujo Diretório tem atualmente sede no Rio de Janeiro. O programa e outras informações do Congresso seguem em anexo.

Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1949.

*Circular n.º 700 — às Missões diplomáticas na América. — DEC/DCn/558 —
I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas na América e tem a honra de informar que será realizada, na cidade de Goiânia, na 2.ª quinzena do corrente mês, a I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, cujo temário e regimento interno seguem em anexo.

2. Seu fim precípua é demonstrar a brasileiros e estrangeiros as reais possibilidades do Brasil Central, no que respeita ao desenvolvimento dos seus recursos naturais, à base da colonização por nacionais e alienígenas, tendo em vista a interiorização da Capital da República.

3. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores agradeceria que a realização da referida Conferência fôsse levada ao conhecimento das autoridades, direta ou indiretamente relacionadas com o seu objetivo, e da Imprensa local, bem como apreciaria informações sobre sua repercussão nos meios oficiais e jornalísticos do país.

Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1949.

*Circular n.º 701 — Às Aliândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais e Delegacias do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 —
Remessa de autógrafos*

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes :

Oswaldo Tavares — Cônsul do Brasil em Shanghai e

Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira — Vice-Cônsul do Brasil em Cape Town.

Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1949.

Urgente

*Circular n.º 702 — Às Missões diplomáticas e Consulares de carreira — SG/DC/430.
(42) (22) — Visita do Presidente da República aos Estados Unidos da América*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Consulares de carreira que Sua Excelência o Senhor General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, partirá de avião, no dia 15 de maio próximo, do Rio de Janeiro, para sua visita oficial aos Estados Unidos da América, a convite do Presidente Truman. Do programa acordado, consta uma permanência de três dias em Washington, quatro em Nova York e dois no vale do Tennessee para conhecer as grandes obras realizadas nessa região.

2. O Presidente Dutra viajará acompanhado de seu filho o Capitão João Dutra e Senhora, igualmente convidados pelo Presidente Truman. Por mar, com tempo para chegar a Washington antes do dia 18 de maio, seguirão o Ministro de Estado das Relações Exteriores, a Senhora e o Segundo Secretário Senhor Edmundo Pena Barbosa da Silva. As demais pessoas que comporão a comitiva presidencial serão: o Deputado Arthur de Sousa Costa, ex-Ministro da Fazenda; Senador José Ferreira de Souza, líder da U.D.N. no Senado; Professor José Pereira Lira, Secretário da Presidência da República; Capitão de Mar e Guerra Raul Reis, Sub-Chefe da Casa Militar da Presidência da República; Ministro Francisco d'Alamo Louzado, Chefe do Cerimonial da Presidência da República; Doutor Carlos Roberto de Aguiar Moreira, Secretário particular do Presidente; Capitão José Barreto de Assumpção e Capitão-Aviador Pedro Pessoa de Almeida, ajudante de ordens. O Capitão João Dutra servirá como oficial à disposição do Presidente. Incorporar-se-ão à comitiva, nos Estados Unidos da América, o Senhor Herschel V. Johnson, Embaixador desse país no Rio de Janeiro, especialmente convidado pelo Presidente Dutra, e o Doutor Maurício Nabuco, Embaixador do Brasil em Washington.

Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1949.

Circular n.º 703 — Às Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares — SG/DA/331.1 315.4 — Faltas não justificadas. Férias ordinárias

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares que, em decisão recente, o Departamento Administrativo do Serviço Público reiterou o critério de considerar como faltas não justificadas os dias em que o servidor

deixar de reassumir o exercício efetivo de suas funções, depois de haver gozado férias ordinárias.

2. A Secretaria de Estado pede para tal decisão a atenção dos funcionários em geral e muito especialmente a daqueles em serviço no exterior, os quais, no caso de obterem o favor de gozar no Brasil suas férias anuais, devem com antecipação reservar, com as companhias de navegação aérea, passagens para seu regresso ao posto.

3. Esta decisão é comunicada ao pessoal do Ministério das Relações Exteriores a fim tanto de evitar incômodos aos funcionários do Itamaraty como demonstrar a impossibilidade em que se encontra o Chefe da Divisão do Pessoal, no interesse do próprio funcionário, de prorrogar, por um dia que seja, a duração das férias.

Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1949.

Circular n.º 704 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular de carreira e privativos — DPP/7 (74) (42) 18 — Expulsão de Dimitrio Tkatchenko

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado haver sido expulso do território nacional, por decreto de 30 de junho de 1948, o alienígena Dimitrio Tkatchenko, de nacionalidade russa, cuja fotografia e cópias fotostáticas dactiloscópicas acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1949.

Circular n.º 705 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 — Extravio de passaporte brasileiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires informado que se extraviou o passaporte brasileiro n.º 015118, expedido em Assunção do Paraguai em julho de 1947 em favor de Luís Andreotti.

2. A Secretaria de Estado roga às Missões diplomáticas acima mencionadas que comuniquem esse extravio aos Governos junto aos quais estão acreditadas, com a solicitação de que lhes seja dado pronto aviso do eventual aparecimento do passaporte em aprêço.

Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1949.

Circular n.º 706 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.141 — Visto temporário para Felipe Mastrangelo

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica que não deve ser concedido visto ao italiano Felício Mastrangelo, por tratar-se de elemento indesejável, segundo informações do Ministério de Estado dos Negócios da Guerra.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1949.

*Circular n.º 707 — às Missões diplomáticas e Repartições consulares — DCn/406 —
Ficha biográfica dos Cônsules honorários e privativos*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Repartições consulares e roga providências no sentido de ser a inclusa ficha biográfica preenchida e devolvida, com a urgência possível, pelo pessoal dos Consulados e Vice-Consulados honorários e Consulados privativos que lhes forem subordinados.

Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1949.

*Circular n.º 708 — às Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e às
Repartições consulares — DE/DCn/863.2 (42) (00) — Comércio aéreo.
Legalização de faturas comerciais*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e as Repartições consulares e, tendo chegado ao seu conhecimento que alguns Consulados se estão eximindo de legalizar faturas comerciais referentes a volumes e encomendas, transportados por via aérea, deseja lembrar que a legalização dêsse documento é imprescindível à Fiscalização Bancária, sobretudo em tais casos, quando constitui a base para a remessa de fundos, destinados ao pagamento das mercadorias importadas.

Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1949.

*Circular n.º 709 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos
Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanência
definitiva. V. V. Stanciu*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 24 de março último, da permanência definitiva concedida ao alienígena V. V. Stanciu, de nacionalidade rumena.

2. Nessas condições, o referido estrangeiro não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1949.

*Circular n.º 710 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos
Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim —
DCn/522.23 (00) — Incorporação às fileiras do Exército*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e, de acordo com o aviso n.º 275-35, de 11

de abril corrente, do Ministério da Guerra, comunica que a Portaria n.º 147, de 14 de setembro de 1948, do mesmo Ministério, no inciso 13, dispensa de incorporação às fileiras do Exército os brasileiros residentes no exterior.

Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1949.

Circular n.º 711 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.141 7 (42) (96) 01 —
Não concessão de visto permanente. Ottavio Petragani

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado o indeferimento do pedido de autorização de permanência definitiva solicitada pelo alienígena Ottavio Petragani, de nacionalidade italiana.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições Consulares acima referidas não deverão conceder visto permanente ao referido estrangeiro.

Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1949.

Circular n.º 712 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/7 (72) (42) 18 — Expulsão de Jan Lach

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomática encarregada do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado haver sido expulso do território nacional, por decreto de 8 de dezembro de 1948, o alienígena Jan Lach, de nacionalidade polonesa, cujas cópias fotostáticas dactiloscópicas e fotografia acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1949.

Circular n.º 713 — às Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e aos Consulados de Carreira e privativos — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Yan Macgregor

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 28 de março último, da permanência definitiva concedida ao alienígena Yan Macgregor, de nacionalidade australiana.

2. Nestas condições, o referido estrangeiro não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1949.

Circular n.º 714 — às Missões diplomáticas e Consulados de carreira — DAS/315.11

— Posse de Chetes de Departamento

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Consulados de carreira e tem a honra de comunicar-lhes que, por decretos de 27 de abril, foram designados para chefiar os Departamento Político e Cultural e Econômico e Consular, respectivamente, os Ministros Rubens Ferreira de Mello e Moacyr Ribeiro Briggs, que tomaram posse de suas novas funções no dia 29 do mesmo mês.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1949.

Urgente

Circular n.º 715 — às Missões diplomáticas na América — DAI/641.1 692.5 (20) —

1.ª Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas na América e solicita-lhes que transmitam às Associações científicas constantes da relação anexa convite para que se façam representar na 1.ª Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 12 a 24 de setembro, e não mais em 15 de agosto, conforme deliberação do Conselho Nacional de Geografia.

2. Cada Missão se encarregará de transmitir o convite às Associações situadas no país junto a cujo Governo se achar acreditada.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1949.

Ministério/Circular n.º 715 de 2-5-49 — Anexo único.

ARGENTINA

Departamento de Geografia Humana de Facultad de Filosofia y Letras — Buenos Aires — Argentina.
Instituto de Estudios Geográficos de la Facultad de Filosofia y Letras — Tucuman — Argentina.
Instituto Geográfico Argentino
Flórida, 150 — Buenos Aires — Argentina.
Sociedad Argentina de Estudios Geográficos GAEA
Santa Fé, 1145 — Buenos Aires — Argentina.
Sociedad Geográfica Americana (Revista Geográfica Americana)
San Juan, 738 — Buenos Aires — Argentina.

BOLÍVIA

Sociedad Geográfica de La Paz — La Paz — Bolívia.
Sociedad Geográfica "Sucre"
Plaza 25 de Mayo — Sucre — Bolívia.

CANADÁ

Department of Geography
University of Toronto
273, Bloor Street West — Toronto — Canadá.
Canadian Geographical Society Ottawa — Canadá.
Société de Géographie de Montreal de Quebec
Avenue Viger, 535 — Montreal, 24 — Canadá.

CHILE

Instituto de Geografia — Universidad de Chile
República 517, Casilla 147 — Chile.
Sociedad Chilena de Historia y Geografia
Santiago de Chile.
Sociedad Linarense de Geografia
Casilla, 76 — Santiago — Chile.

COLÔMBIA

Academia de Ciências Geográficas
Apartado, 2584 — Bogotá — Colômbia.
Instituto Geográfico de Kumeerly
Kumeerly — Colômbia.
Sociedad Geográfica de Colômbia
Apartado, 2584 — Bogotá — Colômbia.

COSTA RICA

Sociedad de Geografia y Historia
Calle Central — Av. 12-14 — San José — Costa Rica.

CUBA

Sociedad Geográfica de Cuba — La Habana — Cuba.

REPÚBLICA DOMINICANA

Instituto Geográfico y Geológico — República Dominicana.

EQUADOR

Academia Nacional de Historia — Quito — Equador.

ESTADOS UNIDOS

American Geographical Society
Broadway at 156th. Street — New York — U. S. A.
The American Society for Professional Geographers
2003, Blair Blvd. — Nashville, 4 — Tennessee — U.S.A.
Association of American Geographers
Department of Geography — University of Chicago
Chicago, 37 — Illinois — U. S. A.
Association of Geographers

University of Cincinnati — Ohio — U.S.A.
Geographical Society of Philadelphia
200, Witherspoon Building — Philadelphia — U. S. A.
Institute of Geographical Explorations
Harvard University
2, Divinity Avenue — Cambridge, Mass. — U. S. A.
Manchester Geographical Society
16th. St. Mays Personage — Manchester 3 — U. S. A.
National Geographic Society
16th. and Sts., N. W. — Washington, D. C. — U.S.A.
National Research Council
Washington, D. C. — U. S. A.
Society of Woman Geographer — Washington — U. S. A.

GUATEMALA

Sociedad de Geografía y Historia
3.^a Avenida Sur, n.º 1 — Guatemala — Rep. de Guatemala.

HAÍTÍ

Société Haitienne d'Histoire et de Géographie
Port-au-Prince — Haïti.

HONDURAS

Sociedad de Geografía y Historia de Honduras
Tegucigalpa — Honduras.

MÉXICO

Academia Nacional de Historia y Geografía
México, D. F. — Rep. Mexicana.
Instituto de Geografía de la Universidad Nacional
San Ildefonso, 43 — México, D. F. — Rep. Mexicana.
Instituto de Historia, Geografía y Estadística
México, D. F. — Rep. Mexicana.
Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística
México, D. F. — Rep. Mexicana.

NICARAGUA

Academia de Geografía y Historia de Nicaragua
Managua — Nicaragua.

PERU

Centro de Geografía — Cuzco — Peru
Sociedad Geográfica de Lima — Lima — Peru
Sociedad Geológica del Peru.
Apartado, 2559 — Lima — Peru.

URUGUAI

Instituto Geológico del Uruguay
Montevideu — Uruguay.
Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay
Montevideu — Uruguay.
Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas de la Universidade de la
República
Montevideu — Uruguay.
Seccion de Investigaciones
Instituto de Estudios Superiores
Av. 18 de Júlio, 1824 — Uruguay.

VENEZUELA

Academia Nacional de História — Caracas — Venezuela
Sociedad Interamericana de Antropologia y Geografia
Caracas — Venezuela.

*Circular n.º 716 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, e Delegacias do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 —
Remessa de Autógrafos*

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes :

Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva — Cônsul do Brasil em Rosário — Argentina;

Ruy Moss de Mello Teixeira — Terceiro Secretário de Embaixada em Quito — Equador.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1949.

Circular n.º 718 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Emilie Dorain

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 29 de março último, da permanência definitiva concedida à alienígena Emilie Dorain, de nacionalidade francesa.

2. Nessas condições, a referida estrangeira não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37, do decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1949.

Circular n.º 719 — às Missões diplomáticas, consulados de carreiras e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Isenção de visto consular à tripulação de aeronaves comerciais estrangeiras. Remessa de Resolução do C.I.C.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e remete, em anexo, a Resolução, n.º 155, aprovada pelo Conselho de Imigração e Colonização, em sessão de 17 de março de 1949, relativa à isenção de vistos consulares aos tripulantes de aeronaves comerciais estrangeiras.

Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1949.

Ministério/Circular n.º 719 de 6-5-49 — Anexo único.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 155

O Conselho de Imigração e Colonização atendendo à solicitação de empresas aéreas que trafegam em território nacional e, tendo em vista o despacho exarado em sessão de 13 de novembro de 1947 referente ao projeto de "Acôrdo sobre Transporte Aéreos entre o Brasil e Espanha,

RESOLVE :

— Tornar extensiva aos tripulantes de aeronaves comerciais estrangeiras engajadas no tráfego aéreo regular e pertencentes a empresas devidamente autorizadas a funcionar no país, a isenção do visto consular desde que :

- a) sejam portadores de passaportes válidos,
- b) possuam documento de identidade, fornecido pela empresa, em que esteja consignado o posto e função do tripulante,
- c) a aeronave apresente as autoridades competentes do primeiro aeroporto de escala, em território nacional, o rol completo da respectiva tripulação, devidamente visado pela autoridade consular, conforme o disposto no artigo 196 § 2 do decreto n.º 3.010 de 20-8-1938 e artigo 3 item I, do decreto-lei n.º 8.853 de 24-1-1946.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1949. — *Dulphé Pinheiro Machado*. — *José de Oliveira Marques*. — *Cel. Armando Vilanova Pereira de Vasconcellos*. — *Capitão de Mar e Guerra Nelson Simas de Souza*. — *Major Geraldo de Menezes Côrtes*. — *Aníbal Martins Alonso*. — *Durval de Magalhães Lima*. — *Moacyr Ribeiro Briggs*. — *Adrião Caminha Filho*.

RESERVADA :

Circular n.º 720 — às Missões diplomáticas, Consulados de carreiras e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Salvo conduto a ser expedido pelas autoridades diplomáticas e consulares brasileiras aos técnicos e imigrantes nacionais dos países que se acham a leste da "cortina de ferro"

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e remete, em anexo, a Resolução reservada n.º 156, de 25 de abril de 1949, aprovada pelo Conselho de Imigração e Colonização

2. As consultas à Secretaria de Estado, a que se refere o item 1.º da Resolução anexa, deverão ser feitas com rigorosa observância da citada Resolução, particularmente no que concerne às convicções políticas, identidade e capacidade técnica do alienígena.

Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1949.

Ministério/Circular n.º 720 de 6-5-49 — Anexo único.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

RESERVADA :

Resolução n.º 156

O Conselho de Imigração e Colonização tendo em vista um pedido de autorização para concessão de vistos a tchecos e húngaros que, apesar de não serem portadores de passaportes do País de origem, provam contudo "bom comportamento político e social e comprovada capacidade técnica" e razões semelhantes às que nortearam a expedição da Resolução n.º 154 — Reservada — *Resolve*, em aditamento a esta Resolução :

1. Autorizar o Ministério das Relações Exteriores a conceder, em cada caso que ocorrer, permissão para que seja aplicado o disposto na Resolução n.º 154 — reservada — a nacionais dos países que se acham a leste da "cortina de ferro".

2. Recomendar que, se houver passaporte para estrangeiro no País em que estiver a representação diplomática brasileira este deverá ser preferível ao "salvo-conduto".

3. Recomendar um cuidado especial na aplicação da concessão de que trata o item I desta Resolução, especialmente, no que se refere a convicções políticas e identidade do alienígena.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1949. — *Dulpe Pinheiro Machado*. — *Francisco Fernandes Leite*. — Cel. *Armando Vilanova Pereira de Vasconcellos*. — Major *Geraldo de Menezes Côrtes* — Relator. — *Durval de Magalhães Lima*. — *Moacyr Ribeiro Briggs*. — Capitão de Mar e Guerra *Nelson Simas de Souza*. — *Aníbal Martins Alonso*.

Circular n.º 721 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPe/558 — Cassação de permanência definitiva, Perseo Carlo Rossi

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 12 de abril último, da permanência definitiva concedida ao alienígena Perseo Carlo Rossi, de nacionalidade italiana.

2. Nessas condições, o referido estrangeiro não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37, do decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1949.

Urgente

Circular n.º 723 — às Missões diplomáticas no continente americano — DPP/511.141
— Facilidades de visto para os Delegados ao 1.º Congresso
pan-americano de Engenharia

A Secretaria de Estado cumprimenta as Missões diplomáticas no continente americano e comunica-lhes, solicitando transmissão imediata aos Consulados de carreira no país, que estão autorizadas a conceder vistos em passaportes, classificando-os na letra *b*, artigo 7.º e dispensando a exibição de atestado policial e das provas referidas nos incisos II e III do artigo 13, do Decreto-lei 7.967, aos Delegados ao 1.º Congresso Pan-americano de Engenharia, a inaugurar-se no Rio de Janeiro em 8 de julho próximo, desde que os mesmos apresentem, os vistos, cartas de recomendação da Associação de Engenheiros, ou de entidade análoga, dos países que virão representar.

Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1949.

Circular n.º 725 — às Aliândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 —
Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes :

Pedro Franklin de Almeida Lima — Cônsul Adjunto do Brasil em Barcelona, Espanha;

Fernando de Murtinho Braga — Segundo Secretário da Legação do Brasil em Oslo, Noruega;

Paulo Valladares — Vice-Cônsul do Brasil em Toronto, Canadá;

Luiz Gonzaga Pacheco — Vice-Cônsul do Brasil em Toronto, Canadá; Guiana Francesa.

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1949.

Circular n.º 726 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreiras e privativos — DPP/511.1 — Extravio de passaporte especial brasileiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, o extravio do passaporte especial brasileiro número 003074, expedido pela Secretaria de Estado em dezembro de 1945 ao Senhor Nahum Benhmen Sirotsky.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições Consulares acima referidas devem proceder de acôrdo com o disposto no artigo 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1949.

Circular n.º 727 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403

Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes :

Abelardo Bretanha Bueno do Prado — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Viena, Áustria;

Manoel Bento Casado — Cônsul do Brasil em Milão, Itália;

Sérgio Armando Frazão — Segundo Secretário da Legação do Brasil em Viena, Áustria;

Francisco de Assis Grieco — Terceiro Secretário, Encarregado do Serviço Consular da Legação do Brasil em Viena, Áustria.

Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1949.

Circular n.º 728 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Stephan Epure

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 22 de abril último, da permanência definitiva concedida ao alienígena Stephan Epure, de nacionalidade rumena.

2. Nessas condições, o referido estrangeiro não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1949.

URGENTE

Circular n.º 729 — às Missões diplomáticas brasileira na América — DAI/115 — 2.º Congresso Pan-americano de Serviço Social

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas brasileiras na América e comunica-lhes que deverá realizar-se no Rio de Janeiro, de 2 a 9 de julho próximo, o 2.º Congresso Pan-americano de Serviço Social. Trata-se de um congresso que, apesar de sua natureza particular merece a simpatia e o apoio do Governo brasileiro.

2. O Comité Organizador tem o seguinte enderêço : Avenida 13 de maio, 23, 12.º andar, sala 1.240, Rio, cabendo a presidência do mesmo à Senhora Stela de Faro.

Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1949.

Circular n.º 730 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 — Extravio de passaporte brasileiro. Vamberto Lopes de Moraes

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e, em aditamento à Circular n.º 639, de 15 de janeiro último, comunica ter o Consulado Geral do Brasil em Londres informado haver sido encontrado o passaporte comum n.º 019.277, expedido em favor do Doutor Vamberto Lopes de Moraes.

Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1949.

Circular n.º 731 — às Missões diplomáticas, consulados de carreira, e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DCn/558 — 1.ª Conferência de Imigração e Colonização

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, os Consulados de carreira e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes que, às 16 horas do dia 30 de abril próximo passado, em Goiânia, Estado de Goiás, foi inaugurada a 1.ª Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, com a presença de representantes do Governo Federal, dos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e do Território do Acre, representantes diplomáticos da Bélgica, Estados Unidos da América, Holanda, Portugal, Nunciatura Apostólica, e membros da Organização Internacional de Refugiados.

2. No decorrer da mencionada Conferência, foram submetidos a discussão das comissões especiais cêrca de 71 teses, voltando-se a atenção dos delegados no sentido da criação de um órgão único para cuidar do problema da imigração no Brasil.

Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1949.

Circular n.º 732 — às Missões diplomáticas e Repartições consulares — DA/317.1 Elogios a funcionários removidos

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Repartições consulares e pede sua atenção para a circunstância de serem desnecessários os ofícios de despedida habitualmente enviados por ocasião do desligamento de funcionários removido para outro posto.

2. As apreciações sobre as qualidades, positivas ou negativas, reveladas pelos funcionários já constam obrigatoriamente do "Boletim de Merecimento", emitido em agosto de cada ano, na conformidade do disposto no artigo 2.º do Decreto n.º 24.363, de 21 de janeiro de 1948.

3. A praxe atual, que a Secretaria de Estado estimaria ver abolida, implica em dualidade de ação e tende a tornar formais e convencionais julgamentos de que a administração necessita para a judiciosa apuração do merecimento dos funcionários diplomáticos e consulares.

4. A supressão dos ofícios a que se refere o parágrafo 1.º não eximirá, entretanto as Missões diplomáticas e Repartições consulares, da obrigação de manterem a Secretaria de Estado devidamente informada a respeito de fatos e circunstâncias que devam normalmente figurar nos assentamentos individuais dos servidores deste Ministério.

Rio de Janeiro, em 18 de maio de 1949.

*Circular n.º 733 — às Missões diplomáticas brasileiras no exterior —
DEC/DPP/602.5 (00) 602.52 (00) — Legislação sobre
nacionalidade e naturalização*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas brasileiras e, para atender ao pedido do Conselho de Imigração e Colonização, solicita a remessa da legislação vigente em suas respectivas jurisdições sobre nacionalidade e naturalização.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1949.

*Circular n.º 734 — às Alfândegas, mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 —
Remessa de autógrafos*

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades conllares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o autógrafo abaixo mencionado :

Armindo Branco Mendes Cadaxa — Vice-Cônsul do Brasil em Port of Spain, (Trinidad).

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1949.

*Circular n.º 735 — às Alfândegas, mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, e Delegacias do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 —
Remessa de autógrafos*

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes :

Itajuba de Almeida Rodrigues — Vice-Cônsul do Brasil em Filadélfia, Estados Unidos da América;

Niels Moller Kragh — Vice-Cônsul honorário do Brasil em Aalborg, Dinamarca.

Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1949.

Circular n.º 736 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos consulados de carreira e privativos — DPP/511.1 — Extravio de passaporte brasileiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira de privativos e comunica, para os devidos fins, ter a Embaixada do Brasil em Madrid informado o extravio, naquela cidade, do passaporte comum n.º 010968, expedido pelo Consulado Geral do Brasil em Lisboa a 8 de junho de 1946 em favor da Senhora Rosina Fernández de la Quintana de Gourdon Shaw, esposa do cidadão brasileiro André de Gourdon Shaw.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições Consulares acima referidas devem proceder de acôrdo com o disposto no artigo 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1949.

Circular n.º 738 — às Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares — G/DAE/315.4 — Férias ordinárias

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares e, em aditamento à Circular n.º 703, de 13 de abril de 1949, deseja esclarecer que compete aos chefes dessas repartições velar pela estrita observância dos dispositivos regulamentares relativos às férias ordinárias, as quais, em hipótese alguma poderão estender-se por mais de vinte dias.

2. No caso de funcionários autorizados a gozarem suas férias fora do posto em que estão lotados, as datas da respectiva partida e regresso deverão ser imediatamente comunicadas à Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1949.

Circular n.º 739 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/511.1 — Extravio de passaporte especial brasileiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, ter a Embaixada do Brasil em Washington informado o extravio do passaporte especial brasileiro número 006800, expedido pela Secretaria de Estado em 13 do corrente, ao Senhor Carlos Alberto Dunshee de Abranches.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições Consulares acima referidas devem proceder de acôrdo com o disposto no artigo 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1949.

URGENTE — RESERVADA

Circular n.º 740 — às Missões diplomáticas, aos consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Salvo-conduto a ser expedido pelas autoridades diplomáticas e consulares brasileiras

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Salvo-conduto a ser de maio último, remete-lhes a inclusa cópia da Resolução n.º 154, reservada, do Conselho de Imigração e Colonização, que está consubstanciada na Circular reservada n.º 692, de 31 de março de 1949.

Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1949.

Ministério/Circular N.º 740 de 25-5-49 — Anexo único.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 154

(Reservada)

1. O Conselho de Imigração e Colonização, tendo em vista o pedido de autorização feito pela Legação brasileira em Belgrado, para que pudesse fornecer salvo-conduto válido para viagem e desembarque no Brasil, a diversos alemães, ex-prisioneiros de guerra na Iugoslávia, desejosos de se fixarem definitivamente no nosso País e julgados pela Legação satisfatórios a tôdas as exigências de nossa política

imigratória mas não podem apresentar passaporte devido à atual situação política da Alemanha; e

Considerando que a legislação em vigor, tal como já foi salientado na Resolução n.º 133 deste Conselho é omissa em relação ao assunto, problema de após-guerra, o Conselho de Imigração e Colonização, usando das atribuições que lhe confere o artigo 96 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945,

RESOLVE :

I — Autorizar a Legação brasileira em Belgrado e, a critério do Ministério das Relações Exteriores, outras representações diplomáticas, a expedir salvo-conduto a alemães que a elas se apresentem satisfazendo a todas as condições exigidas para a concessão de visto “permanente”, com exceção de passaporte regular;

II — Estabelecer as seguintes condições para reconhecimento de validade a salvo-conduto expedido com base nesta resolução :

1.º Na ficha consular de qualificação, em vez de “Passaporte n.º ” deve ser consignado : “Salvo-conduto n.º ”.

2.º A ficha consular será confeccionada numa via a mais, destinada a acompanhar permanentemente o “salvo-conduto” expedido segundo o modelo abaixo.

3.º Em cartão do tamanho da ficha consular de qualificação, sob o título :

“Salvo-conduto n.º ”

“Válido para o Brasil, de acordo com a Resolução n.º 154 de 27 de janeiro do Conselho de Imigração e Colonização”,

será consignada a classificação na forma do Modelo 6 do Decreto n.º 3.010 de 20 de agosto de 1938, bem como registrados, no verso, os elementos mínimos de identidade, assim considerados a fotografia (tipo da ficha consular) e a impressão digital (polegar direito), colocadas ambas no alto e à esquerda.

4.º O portador do salvo-conduto apresentará, no ato do desembarque, juntamente com o documento do item 3.º supra três vias da ficha consular de qualificação. Uma vez conferidos os documentos pelas autoridades fiscais e registrado o desembarque no verso do “salvo-conduto”, uma das vias da ficha consular de qualificação será devolvida ao alienígena e as outras duas seguirão o destino normal.

III — Recomendar às autoridades encarregadas da fiscalização da entrada de estrangeiros no território nacional que aceitem, como bons e valiosos os documentos emitidos com fundamentos e na forma prescrita por esta Resolução.

IV — As repartições encarregadas do registro de estrangeiros, nesta Capital, nos Estados e Territórios, farão os registros dos portadores do documento em apreço de conformidade com a legislação vigente, louvando-se nos dizeres da ficha e do salvo-conduto, anotando no prontuário do estrangeiro ter sido o seu registro feito de conformidade com esta resolução.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1949. — *Dulpe Pinheiro Machado*. — *José de Oliveira Marques*. — Cap. de Mar e Guerra *Nelson S. de Souza*. — Cel. *Armando V. P. de Vasconcellos*. — Major *Geraldo de M. Côrtes* — Relator. — *Anibal Martins Alonso*. — *Durval de Magalhães Lima*. — *Moacyr Ribeiro Briggs*. — *Adrião Caminha Filho*.

Circular n.º 743 — às Missões diplomáticas na América — DC/DPp/558 —

I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas na América e, em aditamento à circular n.º 700, tem a honra de informar que se encerrou no dia 7 do presente mês a I Conferência Brasileira de Imigração

e Colonização, cuja repercussão se fez sentir nas esferas político-administrativas e privadas de todo o país, relacionadas com os objetivos do referido conclave.

2. A imprensa dedicou especial atenção ao desenrolar da Conferência, tendo sido publicados artigos, comentários e críticas com as mais diversas apreciações.

3. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores envia às Missões diplomáticas na América, em anexo, os 9 Boletins informativos da Conferência, publicados em caráter provisório, e agradecerá que fôsem os mesmos levados ao conhecimento das autoridades, direta ou indiretamente relacionadas com assuntos de imigração e colonização, bem como da Imprensa local, a fim de que possam ser informadas, segundo a solicitação da circular mencionada, sobre a repercussão da Conferência nos meios oficiais e jornalísticos do país.

Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1949.

*Circular n.º 744 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 511.111 —
Extravio de passaportes brasileiros*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, o extravio dos seguintes passaportes brasileiros:

N.º 049797, expedido pelo Departamento Federal de Segurança Pública em 7 de março último à Senhora Helena Pereira de Carvalho;

N.º 008945, expedido pelo Departamento Federal de Segurança Pública em 18 de janeiro de 1946 ao Senhor Antônio dos Santos Carriço;

N.º 003099, diplomático, pertencente ao Conselheiro Comercial da Embaixada do Brasil em Washington, Senhor Eurico Penteado.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições Consulares, acima referidas, devem proceder de acordo com o disposto no artigo 1.251 do Manual do Serviço.

Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1949.

Circular n.º 745 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Szulim Gecik

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 12 do corrente, da permanência definitiva no país concedida a Szulim Gecik, de nacionalidade francesa.

2. Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1949.

*Circular n.º 746 — às Missões diplomáticas — DCI/591.1 591.1 (00) —
Revistas sobre eletricidade*

A Secretaria de Estado cumprimenta as Missões diplomáticas e solicita-lhes o obséquio de remeter, com a possível urgência, uma relação de publicações e revistas técnicas que tratem de eletricidade.

Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1949.

Circular n.º 747 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consúlados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/511.141 550.4 — Vistos em passaportes. Profissões regulamentadas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consúlados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e transmite-lhes, em anexo, a fim de explanar o item 5) da Circular n.º 589, de 6 de outubro de 1948, a “Informação” aprovada em 23 de maio último pelo Conselho de Imigração e Colonização, na qual se enumeram as profissões que estão, atualmente, regulamentadas no Brasil e cuja permissão de exercício está subordinada à habilitação dos profissionais perante os órgãos competentes.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1949.

Ministério/Circular n.º 747 de 7-6-49 — Anexo único.

INFORMAÇÃO

Atendendo ao pedido feito pelo representante do Ministério das Relações Exteriores, no sentido de serem definidas quais as profissões que, atualmente, estão regulamentadas, para que a Divisão de Passaportes possa esclarecer os Consúlados no Exterior, o Conselho de Imigração e Colonização informa :

1. Os empregados ou simples operários, que, embora especializados, não tenham preparo técnico apreciável de tal forma que mereçam a classificação legal de “técnicos de grau médio”, especificados no item 2 desta informação, podem exercer livremente suas profissões. Além disso, também não se incluem entre as profissões regulamentadas ou auxiliares de profissionais do ramo de engenharia, arquitetura e agrimensura, comumente chamados de “encarregado”, “mestre”, “seccionista”, “verificador”, “aferidor”, “medidor”, “montador” e “instalador”.

2. As profissões cuja regulamentação interessa ao alienígena que as deseja exercer desde sua chegada ao Brasil são :

a) No ramo de engenharia, arquitetura e agrimensura (Decreto número 23.569, de 11 de dezembro de 1933 e Decreto-lei número 8.620, de 10 de janeiro de 1946).

(1) Formados em Escolas de ensino superior :

Engenheiros aeronáutico, agrônomo, arquiteto, civil, eletricista, geógrafo, industrial, mecânico-eletricista metalúrgico de minas, naval, químico e urbanístico, bem como os arquitetos.

(2) Técnico de grau médio :

Desenhista técnicos cartográfico, topográfico e de obras de arte, de máquinas e de eletrotécnica, de arquitetura e de móveis, de tecidos, de construção naval e de construção aeronáutica; eletrotécnico e os técnicos em agrimensura, em construção aeronáutica, em construção de pontes e estradas, em decoração de interiores, em edificações, em geologia, em mineração, em mecânica e em metalurgia.

(3) Construtores navais.

b) No ramo de saúde :

(1) De farmácia (Decreto n.º 19.606, de 19-1-1931; Decreto número 20.377, de 8-9-1931; e Decreto n.º 20.931, de 11-1-1932).

(2) De medicina (Decreto n.º 20.931, de 11-1-1932; e Decreto número 24.241, de 15-5-1934, art. 232).

(3) De odontologia (Decreto n.º 20.931, de 11-1-1932).

(4) De optometrista (Decreto n.º 20.931, de 11-1-1932).

(5) De parteira (Decreto n.º 20.931, de 11-1-1932).

(6) De massagista (Decreto n.º 20.931, de 11-1-1932).

(7) De enfermeira (Decreto n.º 20.109, de 15-6-1931 e, 20.931 de 11-1-1932).

(8) De Veterinária (Decretos ns. 20.931, de 11-1-1932 e 23.133, de 9-9-1933; Decreto n.º 24.281, de 22-5-1934).

c) Diversos :

(1) De contadoria (Decreto n.º 20.158, de 30-5-1931, alterado pelo Decreto n.º 20.479. Decreto n.º 21.033, de 8-2-1933 e, Decreto n.º 21.382, de 23-1-1933; Decreto-lei n.º 9.710, de 3-9-1946; Decreto-lei n.º 9.295, de 27-5-1946).

(2) De agronomia (Decreto n.º 23.196, de 12-10-1933; Decreto n.º 24.562, de 3-7-1934).

(3) De advocacia (Decreto n.º 24.044, de 26-3-1934; Decreto número 20.784, de 14-12-1931; Decreto n.º 24.631, de 9-7-1934 e, Decreto-lei n.º 510, de 22-9-1937).

(4) De química (Decreto n.º 24.693, de 12-7-1934).

3. O Art. 141 — § 14 da Constituição, estabelece :

“Art. 141 — A Constituição assegura aos brasileiros, e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes :

“§ 14 — E livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer”.

4. O Art. 161 da Constituição estabelece :

“Art. 161 — A lei regulará o exercício das profissões liberais e a revalidação de diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino”.

5. De acôrdo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 5.452, de 1-5-1943 que “consolida as leis do trabalho”, são consideradas profissões liberais as de:

Advogado

Médico

Odontologista

Médico veterinário

Farmacêutico

Engenheiros (civis, de minas, mecânicos, eletricitas, industriais, arquitetos e agrônomos).

Químicos (químicos-industriais, químicos-industriais-agrícolas e engenheiros químicos).

Parteiro

Economista atuário

Contabilista

Professôres (privados)

Escritor

Autor teatral

Compositores artísticos, musicais e plásticos.

6. Ver Anexo único sôbre revalidação de diplomas.

7. Os alienígenas de profissões citadas nos itens 2 e 5 desta informação devem ser alertados de que o exercício das mesmas, no Brasil, dependerá de habilitação perante o órgão competente.

Caso haja alienígenas interessados em poder exercer estas profissões tão logo desembarquem, deve o Consulado fazer uma consulta objetiva dando todos os detalhes relativos à identidade do estrangeiro e comprobatórios de sua capacidade profissional para que possa haver pronunciamento prévio por parte dos órgãos competentes, do qual será dado conhecimento ao Consulado interessado para os desejados efeitos.

Relator — Geraldo de Menezes Côrtes.

Nota: Aprovada por unanimidade na sessão de 23 de maio de 1949.

*Circular n.º 748 — às Missões diplomáticas do Brasil — DCI/642.6 (00) —
Remessa do "Mês Cultural"*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas do Brasil e tem a honra de solicitar a atenção das mesmas para o artigo 672 do Manual de Serviço, que determina o envio regular do "Mês Cultural".

2. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores encarece às Missões diplomáticas a necessidade de ser cumprido aquêlê dispositivo, dado o grande empenho em desenvolver os serviços da Divisão Cultural, para o que solicita não só informações sôbre o movimento intelectual no exterior como sugestões tendentes a incrementar a difusão cultural do Brasil.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1949.

*Circular n.º 749 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 —
Remessa de autógrafos*

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o seguinte autógrafo :

Aluizio de Magalhães — Cônsul do Brasil em Bordéus — França.

Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1949.

*Circular n.º 750 — às Missões diplomáticas, consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/511.141 — Estrangeiros
em viagem contínua*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e envia-lhes, em anexo, o texto da Resolução n.º 157, do Conselho de Imigração e Colonização, pela qual foi interpretado o § 1.º, do artigo 15.º, do Decreto-lei número 7.967, de 18 de setembro de 1945, relativo à estada no Brasil dos estrangeiros que por êle transitam em viagem contínua.

2. O referido texto deverá ser comunicado às companhias de navegação e de transportes aéreos, às quais interessa, em particular, o conhecimento das disposições contidas no incisos III e V.

Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1949.

Ministério/Circular n.º 750 de 9-6-49 — Anexo único.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 157

Tendo em vista diversas consultas sobre o período de estada dos estrangeiros que escalam o território nacional em viagem contínua, o qual não está determinado no dispositivo legal que regula a matéria (art. 15, § 1.º do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945); e

Considerando que a melhor forma de definir esse prazo assenta na obrigação que tem o estrangeiro de apresentar-se a registro dentro de oito dias úteis contados de sua entrada no país, como prevê o artigo 30 da lei citada;

Atendendo, entretanto, a que na fixação do período de estada dos estrangeiros, compreendido no artigo 15, § 1.º, impõe-se a conveniência de evitar que os mesmos, burlando a fiscalização, venham a permanecer em território nacional na situação de clandestinos ou de alienígenas que não reuniriam condições de admissibilidade no país;

O Conselho de Imigração e Colonização resolve :

I — A estada dos estrangeiros em viagem contínua, a que se refere o artigo 15 § 1.º do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945, poderá ser tolerada até o oitavo dia corrido, a partir da chegada do transporte.

II — No caso de permanência superior a oito dias do mesmo transporte que conduz o estrangeiro em viagem contínua, poderá o Diretor da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras prorrogar o prazo previsto no item I desta Resolução.

III — No momento do desembarque, em anexo à lista de passageiros, a empresa transportadora entregará a autoridade policial de fiscalização uma relação dos que passam em viagem contínua, com a declaração, em cada caso, do dia do reembarque e da espécie do transporte;

IV — Os passaportes ou documentos equivalentes ficarão em poder da autoridade policial que os restituirá no momento do reembarque, considerados, assim, os passageiros como impedidos de permanecer no país;

V — Sempre que algum dos passageiros beneficiados pelo prazo de viagem contínua deixar de comparecer ao reembarque, a autoridade policial, além de responsabilizar a companhia se lhe couber a culpa, intima-lo-á a retirar-se imediatamente do território nacional, aplicando-lhe, no caso de não ser atendida, as medidas determinadas na legislação em vigor para expulsão de estrangeiros.

Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1949. — *Dulphe Pinheiro Machado*. — *José de Oliveira Marques*. — Cel. *Armando Vilanova P. de Vasconcellos*. — Cte. *Nelson Simas de Souza*. — *José Caracas*. — Major *Geraldo de Meneses Côrtes*. — *Anibal Martins Alonso* — Relator. — *Durval de Magalhães Lima*. — *Orlando Arruda*. — *Adrião Caminha Filho*. — *Paulo Fender* — p. p. C. V. *Saboya*.

Circular n.º 751 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e Privativos — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Bachir Raphael Naayem

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 16 de maio último, da permanência definitiva no país concedida a Bachir Raphael Naayem, de nacionalidade iraquiana.

2. Nessas condições o referido oalienígena não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1949.

Circular n.º 752 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, e Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535, da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os autógrafos seguintes :

David Moretsohn — Cônsul Geral do Brasil em Nova Orleans, Estados Unidos da América;

Carlos da Ponte-Ribeiro Eiras — Primeiro Secretário, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Havana, Cuba.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1949.

Circular n.º 753 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/511.16 — Extravio de passaportes comuns

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver a Secretaria de Estado do Interior e Segurança Pública do Estado de Goiás informado o extravio de dez passaportes comuns, de números 3.051 a 3.060, que estavam em seu poder.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições consulares acima referidas deverão proceder de acordo com o disposto no artigo 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1949.

URGENTE

Circular n.º 754 — às Missões diplomáticas — DE/832.1 (42) (00) — Solicita a remessa de legislação sobre importação e exportação

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e, a fim de atender a um pedido da Carteira de Exportação e Importação

tação do Banco do Brasil S. A., solicita-lhes o obséquio de remeterem, em duplicata e com a possível brevidade, a legislação relativa às restrições nas importações e exportações vigente nos países em que estejam acreditadas, bem como a que se refere aos órgãos encarregados do controle e fiscalização das mencionadas restrições.

2. Outrossim, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores muito agradecerá às Missões diplomáticas o envio de sugestões que julgarem oportunas sobre o assunto.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1949.

Circular n.º 755 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403
Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o seguinte autógrafo:

Ruy Pinheiro Guimarães — Cônsul Geral do Brasil em Antuérpia — Bélgica.
Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1949.

Circular n.º 756 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 511.14 (243) — Extravio de passaporte comum. Belmira Lopez de Mendiburo

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, o extravio do passaporte comum n.º 049330, expedido a 5 de maio último pelo Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires à Senhora Belmira Lopez de Mendiburo, residente na província de Buenos Aires.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições Consulares acima referidas deverão proceder de acordo com o disposto no artigo 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1949.

Circular n.º 757 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 —
Extravio de passaportes brasileiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, ter o Consulado Geral do Brasil em Montevideo informado o extravio dos passaportes brasileiros de números 023462 e 023737, expe-

didos por aquela Repartição Consular em 10 de dezembro de 1947 e 31 de janeiro último, respectivamente, às senhoras Emília Estella Gerasi de Fabini e Edith Nunes Dolinski.

2. Nessas condições as Missões diplomáticas e os Consulados acima mencionados deverão proceder de acôrdo com o disposto no artigo 1.251 do Manual do Serviço.

Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1949.

*Circular n.º 759 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 —
Remessa de autógrafos*

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o seguinte autógrafo :

André Teixeira de Mesquita — Terceiro Secretário da Legação do Brasil no Cairo — Egito.

Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1949.

URGENTE

*Circular n.º 760 — às Missões diplomáticas na América — DAI/152.21 —
1.º Congresso Pan-americano de Engenharia*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas brasileiras na América e, com referência à Circular n.º 699, de 8 de abril passado, tem a honra de solicitar-lhes que insistam junto aos respectivos Governos para que enviem delegações oficiais ao 1.º Congresso Pan-americano de Engenharia, já oficializado pelo Govêrno brasileiro. Reitera, portanto, o pedido de transmitir o convite, formulado na mencionada Circular.

Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1949.

Circular n.º 761 — às Missões diplomáticas, Repartições Consulares e à Missão Militar em Berlim — DPp/DCn/511.141 377.11 — Emolumentos consulares sôbre vistos de retôrno

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, Repartições consulares e Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes que o Conselho de Imigração e Colonização baixou, em 24 de maio último, uma Resolução, que tomou o n.º 158, segundo a qual os vistos de retôrno, a que se referem o art. 37 e seu § único do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945, estão sujeitos à percepção de emolumentos consulares no valor de Cr\$ 5,00 ouro.

2. Nessas condições, as Repartições referidas passarão a cobrar aquela taxa. a partir da data em que receberem a presente Circular.

Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1949.

Circular n.º 762 — às Missões diplomáticas — DCL/542.6 — Lista das instituições culturais e científicas do Rio de Janeiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e tem a honra de remeter-lhes a anexa lista de instituições culturais e científicas do Rio de Janeiro, acompanhada dos respectivos endereços.

Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1949.

Ministério/Circular n.º 762 — 23-6-49 — Anexo único.

REPERTÓRIO DA DIVISÃO CULTURAL

Instituições culturais e científicas do Rio de Janeiro. (*)

- 1 — Academia Brasileira de Ciências (fundada em 1916) — Rua do Rosário, 134, 1.º andar.
- 2 — Academia Brasileira de Filologia — Avenida Graça Aranha, 182, 5.º andar.
- 3 — Academia Brasileira de História das Ciências — Rua Doze de Maio, 173.
- 4 — Academia Brasileira de Letras (fundada em 1896) — Avenida Presidente Wilson, 203.
- 5 — Academia Brasileira de Medicina Militar — Rua Moncorvo Filho, 20.
- 6 — Academia Brasileira de Música — Avenida Graça Aranha 57, 12º andar.
- 7 — Academia Carioca de Letras (fundada em 1929) — Avenida Augusto Severo, 4, (Silogeu).
- 8 — Academia Nacional de Farmácia — Avenida Rio Branco, 181.
- 9 — Academia Nacional de Medicina (fundada em 1829) — Avenida Augusto Severo, 4 (Silogeu).
- 10 — Ação Católica Brasileira — Rua México, 11, 16º andar.
- 11 — Aero Clube do Brasil — Rua Álvaro Alvim, 31.
- 12 — Arquivo Nacional (fundado em 1838) — Praça da República, 26.
- 13 — Associação dos Artistas Brasileiros — Avenida Rio Branco, 185.
- 14 — Associação Brasileira de Desenho — Avenida Graça Aranha 19, 2.º andar.
- 15 — Associação Brasileira de Educação (fundada em 1924) — Avenida Rio Branco, 91.
- 16 — Associação Brasileira de Escritores — Rua Santa Luzia, 305.
- 17 — Associação Brasileira de Farmacêuticos — Avenida Rio Branco, 181. 16º andar.
- 18 — Associação Brasileira de Homeopatia — Rua Sete de Setembro, 223, 7º andar.
- 19 — Associação Brasileira de Odontologia — Avenida Rio Branco, 277.
- 20 — Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (fundada em 1908) — Rua Araújo Pôrto Alegre, 71.
- 21 — Associação Brasileira de Rádio — Avenida Presidente Franklin Roosevelt, 126-B.
- 22 — Associação de Cultura Franco-Brasileira (Alliance Française) Rua Erasmo Braga, 277, 3.º andar.
- 23 — Associação de Geógrafos Brasileiros — Praça Getúlio Vargas, 14, 5.º andar.
- 24 — Associação do Ministério Público do Distrito Federal — Rua Buenos Aires, 70 — 6.º andar.

- 25 — Associação Química do Brasil — Rua Senador Dantas, 19.
- 26 — Associação dos Serviços Cíveis do Brasil — Rua Pedro Lessa, 27, 2.º andar.
- 27 — Biblioteca Militar — Rua Marcílio Dias.
- 28 — Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores — Avenida Marechal Floriano, 196.
- 29 — Biblioteca do Mosteiro de São Bento.
- 30 — Biblioteca Municipal — Avenida Presidente Vargas, 1.261.
- 31 — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (fundada em 1810) — Avenida Rio Branco, 219-39.
- 32 — Biblioteca do Observatório Nacional — Rua General Bruce, 586.
- 33 — Casa de Castro Alves (***).
- 34 — Casa do Estudante do Brasil — Rua Santa Luzia, 305.
- 35 — Casa de Rui Barbosa (fundada em 1924) — Rua São Clemente, 134.
- 36 — Centro Dom Vital (***).
- 37 — Centro de Estudos de Medicina Social — Avenida Graça Aranha, 185 — 5.º andar.
- 38 — Centro de Estudos Médicos — Rua Pedro Lessa, 27.
- 39 — Centro de Estudos de Fisiologia da Policlínica Geral — Avenida Nilo Peçanha, 38.
- 40 — Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro (***).
- 41 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas — Estrada Rio-São Paulo, Universidade Rural.
- 42 — Clube de Engenharia (fundado em 1880) — Rua do Passeio, 90.
- 43 — Clube Esperantista Brasileiro — Praça da República, 54, 1.º andar.
- 44 — Clube dos Advogados — Rua Buenos Aires, 70.
- 45 — Clube Positivista — Rua São José, 84.
- 46 — Clube Militar — Avenida Rio Branco.
- 47 — Colégio Brasileiro de Cirurgiões — Avenida Augusto Severo, 4 (Silogeu).
- 48 — Coligação Católica Brasileira (***).
- 49 — Comissão de Aproximação Intelectual Belgo-Brasileira e Luxemburguesa (**).
- 50 — Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (extinta).
- 51 — Confederação Católica Brasileira de Educação (***).
- 52 — Conselho Nacional de Educação — Rua da Imprensa, 16 (Palácio da Educação).
- 53 — Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (***).
- 54 — Conservatório Brasileiro de Música — Avenida Graça Aranha, 57, 12.º andar.
- 55 — Cruzada Espiritualista — Rua da Conceição, 19.
- 56 — Cruzada Nacional de Educação (***).
- 57 — Cultura Artística do Rio de Janeiro — Largo da Carioca, 5.
- 58 — Federação das Academias de Letras — Avenida Rio Branco, 117, 4.º andar.
- 59 — Federação Brasileira de Homeopatia — Rua Sete de Setembro, 118, 2.º andar.
- 60 — Federação Nacional das Sociedades de Educação — Avenida Rio Branco, 117.
- 61 — Fundação Graça Aranha (***).
- 62 — Grêmio Floriano Peixoto — Rua Senhor dos Passos, 83.
- 63 — Instituto de Administração Científica — Rua Araújo Porto Alegre, 71.
- 64 — Instituto Agrícola Brasileiro (***).
- 65 — Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura — Rua Dona Mariana, 16 (**).

- 66 — Instituto de Biologia Animal — Largo da Misericórdia.
- 67 — Instituto Brasil-Estados Unidos (fundado em 1937) Rua México, 90.
- 68 — Instituto Brasil-Canadá — Rua Araújo Pôrto Alegre, 56, 6.º andar. (**).
- 69 — Instituto Brasil-Cuba — Rua Uruguaiana, 104 (**).
- 70 — Instituto Brasil-Colômbia — Rua Senador Vergueiro, 80 (**).
- 71 — Instituto Brasil-Ecuador — Praia de Botafogo, 356 (**).
- 72 — Instituto Brasil-Holanda — Avenida Rio Branco, 277, 18.º andar (**).
- 73 — Instituto Brasil-México — Rua Sete de Setembro, 183 (**).
- 74 — Instituto Brasil-Noruega — Rua da Glória, 32 (**).
- 75 — Instituto Brasil-Paraguai — Avenida Atlântica, 272, 8.º andar (**).
- 76 — Instituto Brasil-Venezuela — Rua Valparaíso, 36 (**).
- 77 — Instituto Brasileiro-Chileno de Cultura — Rua Ribeiro de Almeida, 36 (**).
- 78 — Instituto Brasileiro de Cultura (fundado em 1939) — Avenida Presidente Wilson, 210, 14.º andar.
- 79 — Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) — Rua Marechal Floriano, 196 (Itamarati).
- 80 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (fundado em 1934) — Avenida Franklin Roosevelt, 166.
- 81 — Instituto Brasileira de História da Arte — Rua Araújo Pôrto Alegre, 71, 7.º andar.
- 82 — Instituto Brasileiro de História da Medicina — Avenida Nilo Peçanha, 38.
- 83 — Instituto Brasileiro de Microbiologia — Rua da Assembléia, 70.
- 84 — Instituto Brasileiro de Urologia — Rua Treze de Maio, 37.
- 85 — Instituto Brasileiro-Uruguaio de Cultura — Rua México, 90 (**).
- 86 — Instituto Católico de Direito Comparado — Rua São Clemente, 240.
- 87 — Instituto Central de Arquitetos — Rua da Quitanda, 21.
- 88 — Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas — Rua do Senado, 253 2.º andar.
- 89 — Instituto de Engenharia Militar — Rua Sete de Setembro, 183 — 2.º andar.
- 90 — Instituto de Estudos Brasileiros (fundado em 1938) — Avenida Rio Branco, 138.
- 91 — Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto — Rua Senador Dantas, 118-C (**).
- 92 — Instituto Hahnemaniano do Brasil — Rua Sete de Setembro, 219.
- 93 — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1938) — Avenida Augusto Severo, 4 (Silogeu).
- 94 — Instituto de História e Geografia Militar do Brasil — Praça da República, Palácio da Guerra.
- 95 — Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária — Rua do Ouvidor, 169 (**).
- 96 — Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura (**) (***).
- 97 — Instituto Interaliado de Alta Cultura — Av. Franklin Roosevelt, 137, (**).
- 98 — Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (**) (***).
- 99 — Instituto Militar de Biologia — Rua Licínio Cardoso, 102.
- 100 — Instituto Nacional de Ciências Políticas (extinto).
- 101 — Instituto Nacional de Cinema Educativo — Praça da República, 141 A.
- 102 — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (fundado em 1938) — Rua da Imprensa, 16 (Palácio da Educação).

- 103 — Instituto Nacional do Livro — Avenida Rio Branco, 219-39.
- 104 — Instituto Nacional de Tecnologia (***).
- 105 — Instituto Naval de Biologia — Rua César Zama, 61.
- 106 — Instituto de Neuro-biologia — Avenida Venceslau Braz, 63.
- 107 — Instituto de Neurologia da Universidade do Brasil — Avenida Venceslau Braz, 95.
- 108 — Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (fundado em 1843) — Rua Dom Manuel, 27-45.
- 109 — Instituto da Ordem dos Economistas — Rua Araújo Pôrto Alegre, 56.
- 110 — Instituto Osvaldo Cruz (fundado em 1900) — Estrada do Manguinhos (Estação de Carlos Chagas).
- 111 — Instituto Politécnico Brasileiro — Largo de São Francisco.
- 112 — Instituto de Professôras (***).
- 113 — Instituto de Psiquiatria — Avenida Venceslau Braz, 71.
- 114 — Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil — Rua Mariz e Barros, 775.
- 115 — Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura (**) (***).
- 116 — Instituto Varnhagen (***).
- 117 — Instituto de Zootecnia — Largo da Misericórdia.
- 118 — Liceu Literário Português (fundado em 1868) — Rua Senador Dantas, 104 a 120 (**).
- 119 — Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (***).
- 120 — Liga Brasileira de Higiene Mental — Praça Getúlio Vargas, 2.
- 121 — Liga de Defesa Nacional — Avenida Augusto Severo, 4 (Silogeu).
- 122 — Museu Histórico Nacional (fundado em 1822) — Avenida Presidente Wilson.
- 123 — Museu Nacional (fundado em 1818) — Quinta da Boa Vista.
- 124 — Museu Simoens da Silva — Rua Visconde de Silva, 111.
- 125 — Museu Nacional de Belas Artes — Avenida Rio Branco, 199.
- 126 — Museu Naval — Cais dos Mineiros.
- 127 — Pen-Club do Brasil — Praia do Flamengo, 172, 10.º andar.
- 128 — Real Gabinete Português de Leitura (fundado em 1837) — Rua Luís de Camões, 30 (**).
- 129 — Serviço do Patrimônio Histórico Nacional — Rua da Imprensa, 16 (Palácio da Educação).
- 130 — Sociedade dos Amadores Brasileiros de ex-libris (SABEL) — Rua Chile, 27, loja.
- 131 — Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres — Avenida Rio Branco, 117.
- 132 — Sociedade dos Artistas e Amigos das Belas-Artes — Avenida Rio Branco, 118.
- 133 — Sociedade dos Artistas Nacionais — Rua Araújo Pôrto Alegre, 70.
- 134 — Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro (***).
- 135 — Sociedade Boliviano-Brasileiro de Cultura — Avenida Pasteur, 184 (**).
- 136 — Sociedade Brasileira de Alergia — Avenida Nilo Peçanha, 38.
- 137 — Sociedade Brasileira de Anestesiologia — Rua Sacadura Cabral, 178.
- 138 — Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia — Avenida Presidente Antônio Carlos, 40, 4.º andar.
- 139 — Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) — Avenida Almirante Barroso, 97.
- 140 — Sociedade Brasileira de Belas-Artes — Rua Araújo Pôrto Alegre, 70.

- 141 — Sociedade Brasileira de Cardiologia (***).
- 142 — Sociedade Brasileira de Criminologia (***).
- 143 — Sociedade Brasileira de Críticos Teatrais (***).
- 144 — Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — Avenida Graça Aranha, 327, 5.º andar (**).
- 145 — Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia — Rua Santa Luzia, 206.
- 146 — Sociedade Brasileira de Direito Internacional — Avenida Marechal Floriano, 196 (Palácio Itamarati).
- 147 — Sociedade Brasileira de Economia Política — Avenida Graça Aranha, 182.
- 148 — Sociedade Brasileira de Estatística — Avenida Franklin Roosevelt, 166.
- 149 — Sociedade Brasileira de Filosofia — Praça da República, 54.
- 150 — Sociedade Brasileira de Gastro-Enterologia e Nutrição (***).
- 151 — Sociedade Brasileira de Geografia (fundada em 1883) — Praça da República, 54.
- 152 — Sociedade Brasileira de Ginecologia (***).
- 153 — Sociedade Brasileira de Higiene — Rua Santa Luzia, 798.
- 154 — Sociedade Brasileira de Leprologia (***).
- 155 — Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária — Avenida Mem de Sá, 197.
- 156 — Sociedade Brasileira das Nações Unidas — Rua México, 3, 10.º andar (**).
- 157 — Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal — Avenida Venceslau Braz, 95.
- 158 — Sociedade Brasileira de Oftalmologia (***).
- 159 — Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia ((***)).
- 160 — Sociedade Brasileira de Oto-rino-laringologia — Praça da Cruz Vermelha, 12.
- 161 — Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (***).
- 162 — Sociedade Brasileira de Pediatria (***).
- 163 — Sociedade Brasileira de Proctologia — Avenida Rio Branco, 128, 10.º andar.
- 164 — Sociedade Brasileira de Química (***).
- 165 — Sociedade Brasileira de Tuberculose (***).
- 166 — Sociedade Brasileira de Urologia (***).
- 167 — Sociedade Capistrano de Abreu (***).
- 168 — Sociedade Carlos Gomes — Rua Araújo Pôrto Alegre, 36.
- 169 — Sociedade Cine-Educativa Brasileira (***).
- 170 — Sociedade Cultural Catulo Cearense (***).
- 171 — Sociedade Felipe de Oliveira (fundada em 1923) — Avenida Mem de Sá, 261.
- 172 — Sociedade dos Homens de Letras do Brasil — Avenida Almirante Barroso, 94.
- 173 — Sociedade Médica de São Lucas — Rua Rodrigo Silva, 3.
- 174 — Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (fundada em 1886) — Avenida Mem de Sá, 197.
- 175 — Sociedade Nacional de Agricultura — Caminho de Maria Angu, 480.
- 176 — Sociedade Propagadora das Belas Artes — Avenida Rio Branco, 174.
- 177 — Sociedade de Protologia do Rio de Janeiro — Avenida Nilo Peçanha, 38 10.º andar.
- 178 — Sociedade Teosófica Brasileira — Rua do Rosário, 149, sobrado.

- 179 — União Brasileira de Compositores — Rua Visconde de Inhaúma, 134, 7.º andar.
- 180 — União Sul-americana de Associações de Engenheiros — Rua Araújo Pôrto Alegre, 64, 4.º andar.

(*) A presente lista é baseada, em parte, na publicação do Ministério da Educação; "Instituições Culturais e de Educação Superior do Brasil", da autoria do professor Ernesto de Sousa Campos. Foram consultadas várias outras fontes.

(**) Instituições de intercâmbio cultural entre o Brasil e outros países.

(***) Faltam as indicações complementares.

Circular n.º 763 — à Secretaria de Estado, Missões Diplomáticas, Delegacias junto a Organismos Internacionais e Repartições Consulares — SG/319 — Artigos, comentários e entrevistas de funcionários do Ministério das Relações Exteriores

A Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores solicita aos Senhores Chefes de Missões Diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições Consulares e aos Senhores Chefes de Departamento, Divisão e Serviço da Secretaria de Estado velarem pela estrita observância do artigo 295 do "Manual de Serviço", segundo o qual "é vedado aos funcionários da carreira de Diplomata publicar, com assinatura própria ou pseudônimo, qualquer comentário ou apreciação de fatos de história contemporânea, bem como conceder entrevistas à imprensa ou publicar artigos que versem matéria política ou diplomática atual, sem prévia autorização da Secretaria de Estado, quando no Brasil, e do Chefe da Missão diplomática ou Repartição consular, quando no exterior".

2. Essa autorização, que também se faz mister para a publicação de comentários relativos a assuntos da economia interna do Ministério das Relações Exteriores, competirá, no Brasil, ao Secretário Geral do Itamaraty, ou mediante delegação sua, *ratione materiae*, aos Chefes de Departamento.

3. Trata-se de norma de há muito adotada, cujo acerto e necessidade seria supérfluo encarecer. A ela de bom grado se têm submetido os funcionários do Itamaraty, chamados, nessa qualidade, à direção de órgãos subordinados diretamente à Presidência da República, como o Conselho Federal do Comércio Exterior, quando expendem considerações ligadas, mediata ou imediatamente, à ação política, econômica, cultural e imigratória do Brasil no exterior.

Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1949.

Circular n.º 764 — à Secretaria de Estado, Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições Consulares — SG/DA/303.3 — Verbas do Itamaraty. Compressão de despesas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições Consulares e solicita sua atenção para o teor do *memorandum*, dirigido, em 25 de junho corrente, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Secretário Geral do Itamaraty, em que se recomendam medidas tendentes a uma rigorosa compressão de despesas:

"Não quero que passe uma semana do meu regresso ao Itamaraty sem dizer-lhe quanto apreciei o acerto e a lealdade com que Vossa Excelência, durante minha ausência, dirigiu o Ministério das Relações Exteriores.

2. Ao iniciar-se o segundo semestre de 1949, ocorre-me, entretanto, o dever de pedir sua atenção e a dos demais chefes da Casa para a necessi-

dade de comprir despesas. Bem sei haver-se feito muito nesse sentido. E, entretanto, indispensável fazer mais.

3. O Delegado do Tesouro do Brasil em Nova York demonstrou-me e a Sua Excelência o Senhor Presidente da República o estado deficitário das diversas verbas distribuídas àquela repartição e, coisa ainda mais grave, a alarmante diminuição da receita em dólares, que tanto é produto de menor arrecadação quanto da circunstância de estar em vários países bloqueada a renda obtida pelos Consulados.

4. Nestas condições, faz-se imperativo tomar as seguintes medidas, cuja atenta execução muito recomendo a Vossa Excelência :

I) deixar de substituir, sempre que fôr possível, os funcionários removidos de postos no exterior para a Secretaria de Estado, pois a verba de representação a ser gasta no segundo semestre em ritmo igual ao do primeiro, não chegaria a bastar para os pagamentos do mês de novembro;

II) ser paga aos funcionários autorizados a vir gozar férias extraordinárias exclusivamente o preço da passagem direta de seu pôsto ao Rio de Janeiro, procedendo-se, desde já, a um reajustamento relativamente àqueles que, no corrente exercício, receberam auxílio excessivo;

III) diminuir ao mínimo indispensável a representação do Brasil em reuniões internacionais e deixar de comparecer a feiras e exposições;

IV) não autorizar a substituição de contratados que por qualquer motivo hajam deixado o serviço em nossas repartições no exterior;

V) não prover os Consulados Gerais e Consulados cuja supressão ou rebaixamento de classe esteja a ser contemplada até que chegue a término o estudo que se processa atualmente a respeito;

VI) economizar, a todo custo, nas verbas de Material.

4. Pode Vossa Excelência estar certo de que não me escapam as necessidades de permanentemente dispor o Itamaraty de recursos apropriados muito superiores àqueles que lhe são hoje atribuídos. Meu esforço, por consegui-los tem sido diuturno. Mas a passageira quadra que nos toca atravessar é seria e todos temos o dever, ainda que apenas com um grão de areia, de contribuir para aliviá-la”.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1949. — *Raul Fernandes.*

Circular n.º 765 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Riccardo Freda

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho, de 1.º do corrente da permanência definitiva no país concedida a Riccardo Freda, de nacionalidade italiana.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1949.

Circular n.º 766 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Maria Canale

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Departamento do Interior informado a cassação, por despacho de 31 de maio último, da permanência definitiva no país concedida a Maria Canale, de nacionalidade italiana.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1949.

Circular n.º 767 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/7(42)(70e) 18 — Expulsão de estrangeiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado haverem sido expulsos do território nacional, por decreto de 10 de novembro de 1948, os alienígenas Vladas Kuzmickas, Maria Kurkenyte Kusmickas e Withold Swiecz, de nacionalidade lituana, cujas fotografias e cópias fotostáticas dactiloscópicas acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1949.

Circular n.º 768 — Às Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/55 — Cassação de permanência definitiva. Carol Kieling

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica ter o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 23 de maio último, da permanência definitiva no país concedida a Carol Kieling, apátrida.

Nessas condições, o referido apátrida não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1949.

Circular n.º 771 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 — Extravio de passaportes brasileiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, ter a Legação do Brasil em Pretória informado o extravio dos passaportes comuns em branco, de números 023.249, 023.250 e 023.253, componentes do "stock" do Consulado Geral do Brasil em Capetown e que foram subtraídos àquela Repartição consular por um empregado subalterno da mesma.

Nessas condições, as Missões diplomáticas e as Repartições consulares acima mencionadas deverão proceder conforme o disposto no art. 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1949.

Circular n.º 772 — Às Alfândegas, mesas de rendas, estações aduaneiras de importação aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. — DCC/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, o seguinte autógrafo:

Armando Braga Rui Barbosa — Cônsul do Brasil em Nápolis, Itália.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1949.

Circular n.º 773 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Fernando Luís Petrino

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 10 de junho último, da permanência definitiva em território nacional concedida a Fernando Luís Petrino, de nacionalidade argentina.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1949.

Circular n.º 774 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, Delegacias do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCN/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores tem a honra de remeter, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, os seguintes autógrafos:

Perilo Gomes — Cônsul do Brasil no Havre, França;

Benno Oscar Strunck — Cônsul do Brasil em Dublin, Irlanda.

Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1949.

Circular n.º 775 — Às Missões diplomáticas, repartições consulares e Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/511.141 — Consultas à Secretaria de Estado sobre vistos em passaportes

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, as Repartições consulares e a Missão Militar Brasileira em Berlim e solicita-lhes, com empenho, que, ao formularem consultas à Secretaria de Estado sobre concessão de vistos, de qualquer espécie, a alienígenas, observem as disposições do art. 1.333 do Manual de Serviço.

E' encarecida, principalmente, a necessidade de as autoridades consulares emitirem suas opiniões pessoais sobre os candidatos a ingresso no Brasil, medida cujo escopo é habilitar a Secretaria de Estado a formar um juízo, tanto quanto possível exato e fundamentado sobre o mérito dos pedidos.

Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1949.

Circular n.º 776 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Germaine Louise Quinegagne

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 20 de junho último, da permanência definitiva no Brasil concedida à alienígena Germaine Louise Quinegagne, de nacionalidade francesa.

Nessas condições, a referida estrangeira não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1949.

Circular n.º 777 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Imigração. Mudança de profissão

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e a Missão Militar Brasileira em Berlim e solicita-lhes, tendo em vista uma representação que lhe foi dirigida pelo Conselho de Imigração e Colonização, segundo a qual grande número de estrangeiros tem ingressado no país com a falsa qualificação de agricultores, façam cumprir com rigor as recomendações contidas nas letras a) a f) das Instruções do Conselho de Imigração e Colonização, publicadas no "Diário Oficial" de 12 de março de 1948, notadamente no que se refere à comprovação da verdadeira profissão dos candidatos a vistos.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1949.

Circular n.º 778 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Karl Schwindt

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 20 de junho último, da permanência definitiva ao Brasil concedida ao estrangeiro Karl Schwindt, de nacionalidade austríaca.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1949.

Circular n.º 779 — As Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/511.16 — Extravio de passaporte brasileiro. Geruza Araújo

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Consulado Geral do Brasil em Montevideu anunciado o extravio, na Argentina, do passaporte comum n.º 023.545, expedido em 19 de março de 1948 à Senhorinha Geruza Araújo pelo referido Consulado Geral.

Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no art. 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro em 15 de julho de 1949.

Circular n.º 780 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, Delegacias do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Argeu de Segadas Machado Guimarães — Cônsul Geral do Brasil em Barcelona, Espanha ;

Jurandir Carlos Barroso — Cônsul Adjunto do Brasil em Paris, França ;

Manuel Emílio Pereira Guilhon — Cônsul Adjunto do Brasil em Nova York, Estados Unidos da América e

Guillermo Roessing D'Avilla — Vice-Cônsul honorário do Brasil em Iquitos.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1949.

Circular n.º 781 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e repartições Consulares — DE/DCn/832.1 (42)(00) 845.15 (42)(00) — Regime de licença prévia. Importações de automóveis promovidas por particulares

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições consulares e, para os devidos fins, tem a honra de comunicar-lhes que, de acordo com novo critério adotado pela Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, a letra c do item 1.º do § 2.º da Circular n.º 549, de 23 de julho de 1948, passa a ter a seguinte redação :

c) capacidade para provar, perante autoridade consular brasileira no país de procedência do automóvel, a sua posse e efetiva utilização por prazo não inferior a três meses até a data do embarque.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores recomenda às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições consulares o máximo rigor na observação dos prazos a que se referem os itens 1.º e 2.º do § 2.º da referida circular.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1949.

Circular n.º 782 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/502.51 — Perda de nacionalidade brasileira

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado terem perdido a nacionalidade brasileira as seguintes pessoas :

a) Oscar Ferreira, por decreto de 20 de abril último, nascido na cidade de São Carlos no Estado de São Paulo, a 7 de abril de 1913, por haver adquirido, voluntariamente, a nacionalidade portuguesa.

b) Antônio Jerônimo Machado, por decreto de 11 de maio último, nascido no Distrito Federal a 24 de abril de 1888, por haver adquirido, voluntariamente, a nacionalidade alemã.

c) Ali Awad Tahan, por decreto de 27 de maio último, nascido em Entre Rios, Estado do Rio de Janeiro, a 23 de abril de 1921, por haver adquirido, voluntariamente, a nacionalidade síria.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1949.

Circular n.º 783 — Às Missões diplomáticas, repartições Consulares e Missão Militar em Berlim — DPp/DCn/511.141 377.11 — Emolumentos consulares sobre vistos de retorno

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, as Repartições consulares e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes, em aditamento à Circular n.º 761, de 23 de junho último, que a menção relativa à tabela de emolumentos consulares pela cobrança dos vistos de retorno deverá ser feita, abreviadamente, da seguinte forma:

Res. 158 CIC.

Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1949.

Circular n.º 784 — Às Missões diplomáticas, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Vistos em passaportes Tratadores de animais

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes, para os devidos efeitos, que o Conselho de Imigração e Colonização decidiu, em sessão de 12 de maio último, que os tratadores de animais, que venham ao Brasil acompanhando gado de raça, deverão ser considerados como técnicos e, nessa qualidade, classificados na letra c) do art. 8.º do Decreto-lei n.º 7.967, para os fins de obtenção de vistos em seus passaportes.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1949.

Circular n.º 785 — Às Missões diplomáticas, repartições Consulares e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Classificação de vistos em passaportes estrangeiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, as Repartições consulares e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes que, a partir do recebimento da presente Circular, todos os vistos em passaportes estrangeiros deverão ser classificados de acordo com os correspondentes artigos do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Dessa forma, fica sem efeito a determinação contida na Circular telegráfica n.º 519, de 30 de abril de 1948, na parte referente à classificação dos vistos de trânsito, turismo e temporários.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1949.

Circular n.º 786 — Às Missões diplomáticas e repartições Consulares e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DCn/923.12 (42) (00) — Jurisdição consular

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores solicita às Missões diplomáticas e Repartições consulares e à Missão Militar Brasileira em Berlim que enviem, com a possível brevidade, as sugestões, devidamente fundamentadas, que lhes ocor-

rerem sobre a conveniência de alterações à Portaria sobre jurisdição consular, cuja cópia foi remetida com a Circular n.º 620, de 15 de dezembro do ano próximo findo.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ciente de que os trabalhos desta natureza devem ser periodicamente revistos, agradece antecipadamente a cooperação que vier a receber sobre o assunto.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1949.

Circular n.º 787 — As Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos DPp/511.16 511.111 — Extravio de passaportes brasileiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Consulado Geral do Brasil no Pôrto anunciado o extravio, em Lisboa, dos seguintes passaportes comuns, expedidos pela Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Departamento Federal de Segurança Pública:

- a) n.º 051.362, de 12 de abril de 1949, portador Otávio Pereira Leite.
- b) n.º 051.315, da mesma data, portadora Alice Figueira Leite.
- c) n.º 052.047, de 9 de maio último, portadora Teresinha Ferreira Leite.
- d) n.º 052.049, de 9 de maio último, portadora Edméa Ferreira Leite.

Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acôrdo com o que dispõe o art. 1.251, do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1949.

Circular n.º 788 — As Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes:

Antônio Carlos de Abreu e Silva — Vice-Cônsul do Brasil em Rosário, Argentina;
Jerônimo Teixeira de Oliveira — Cônsul Privativo do Brasil em Melo, Uruguai;
Georg Anders Ludvig Larsen — Cônsul honorário do Brasil em Bridgetown, Barbados;
Roberto Dueñas Braga — Vice-Cônsul honorário em Cardiff — Gales — Grã-Bretanha.

Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1949.

Circular n.º 789 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço Consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Svatopluk e Vera Malinsky

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado que foi cassada, por despacho de 11 de

julho último, a permanência definitiva no Brasil concedida aos estrangeiros Svato-pluk e Vera Malinsky, de nacionalidade tchecoslovaca.

Nessas condições, os referidos alienígenas não se poderão beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938.

Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1949.

Circular n.º 790 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço Consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/7 (74)(42) 18 — Expulsão de estrangeiro. Salomão Staretz

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado que foi expulso do território nacional, por decreto de 12 de abril de 1948, o alienígena Salomão Staretz, de nacionalidade russa, cujas cópias fotostáticas dactiloscópicas e fotografias acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1949.

Circular n.º 791 — Às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/511.111 511.64 (600) — Extravio de passaporte brasileiro. Aarão Jacob Alves

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver o Secretário da Segurança Pública do Estado de Pernambuco informado que se extraviou em Fortaleza, Estado do Ceará, o passaporte comum número 057.227, expedido em 19 de julho do ano em curso pela Chefia de Polícia de Belém do Pará ao estudante Aarão Jacob Alves, membro da Embaixada de Confraternização Universitária que se dirige à Europa.

Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no art. 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949.

Circular n.º 792 — Às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos DPp/511.16 — Extravio de passaporte especial. Amauri de Medeiros Filho

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica haver o Consulado Geral do Brasil em Nova York informado que se extraviou o passaporte especial n.º 004.984, expedido em 6 de agosto de 1948 pela Secretaria de Estado ao Senhor Amauri de Medeiros Filho, titular de uma bolsa de estudos concedida pelo Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos da América.

Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no art. 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949.

Circular n.º 793 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço Consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Felipe Costa Contreiras

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e priva-

tivos e comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores anunciado que foi cassada, por despacho de 15 de julho último, a permanência definitiva no Brasil, concedida ao estrangeiro Filipe Costa Contreiras, de nacionalidade portuguesa.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1949.

Circular n.º 795 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/511.16 511.111 — Extravio de passaporte brasileiro. Estela Maris Fabbri

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e, com referência à Circular n.º 668, de 3 de março último, comunica, para os devidos fins, haver sido encontrado pelo Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires e recolhido à Secretaria de Estado o passaporte comum n.º 047.042, expedido em favor de Estela Maris Fabbri.

Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1949.

Circular n.º 796 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacias Fiscais, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos dos seguintes funcionários:

Carlos Meissner Júnior — Cônsul do Brasil em Francfort-sobre-o Meno, Alemanha;

Francisco José Novais Coelho — Terceiro Secretário, Encarregado do Serviço Consular da Legação do Brasil em Praga, Tchecoslováquia.

Mário Calabria — Cônsul Adjunto do Brasil em Francfort-sobre-o Meno, Alemanha.

Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1949.

Circular n.º 797 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPp/7 (74) (42) 18 — Expulsão de estrangeiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado que foi expulso do território nacional, por decreto de 6 de abril último, o alienígena Aleksander Pawlenko ou Matkowsky Nicolai Emilianovich, de nacionalidade russa, cujas fotografias e cópias fotostáticas dactiloscópicas acompanham a presente circular.

Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1949.

Circular n.º 798 — às Missões diplomáticas DCo/451 — Malas diplomáticas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e, reiterando os termos da Circular n.º 616, de 11 de dezembro de 1948, solicita-lhes a restituição, com a possível urgência, das malas diplomáticas de couro e de lona, que se encontrem nas Chancelarias, devendo apenas ser conservado um reduzido estoque de umas e outras para os casos de caráter urgente, na forma do disposto nos arts. 187, 188 e 189, do “Manual de Serviço”.

Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1949.

Circular n.º 799 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Narbal Costa — Cônsul Adjunto, no Consulado Geral do Brasil em Nova York; Estados Unidos da América;

Abel Augusto Iglesias — Vice-Cônsul, interino, do Brasil em Rosário, Argentina.

Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1949.

Circular n.º 800 — às Missões diplomáticas na América — DAI/641.1 692.5 (20) — 1.ª Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as missões diplomáticas na América e tem a honra de remeter-lhes, em anexo, dois exemplares do Programa da 1.ª Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 12 a 24 de setembro próximo.

2. Cada Missão se encarregará de remeter o Programa ao Governo junto ao qual se achar acreditada.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1949.

Circular n.º 801 — às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 511.111 — Extravio de passaportes brasileiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica o extravio dos seguintes passaportes brasileiros :

a) Passaporte comum n.º 024352, expedido pela Legação do Brasil na Guatemala em 20 de maio de 1948, em favor de Jeronymo Dias Ribeiro Júnior, extraviado em território mexicano;

b) Passaporte comum n.º 051895, expedido pela Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Distrito Federal, a 3 de maio do ano em curso, em favor de Mário Mendonça Carneiro da Cunha, extraviado na Itália.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no art. 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1949.

Circular-urgente n.º 803 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições Consulares — DE/DCn/832.1 (42) (00) — Regime de licença prévia. Importações liquidáveis em libras esterlinas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e Repartições consulares e, para os devidos fins, tem a honra de comunicar-lhes que a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., passou a consignar nas licenças prévias de importações liquidáveis em libras esterlinas uma cláusula que condiciona a validade da licença à declaração pelos exportadores, nas faturas comerciais, de que essa forma de pagamento mereceu a aprovação do Banco da Inglaterra.

2. Nessas condições, deverão as autoridades consulares verificar sempre, com cuidado, se foi cumprida a mencionada cláusula.

Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1949.

Circular n.º 804 — às Missões diplomáticas na América — DC1/540.36 — Remete discos

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas na América e tem a honra de remeter-lhes, em volume separado, dois albums de discos do poema sinfônico “André de Leão e o Demonio de Cabelo encarnado”, de Hekel Tavares.

Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1949.

Circular n.º 806 — às Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições Consulares — DA/346 — Utilização de cartas-telegramas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares e solicita o obséquio de sua atenção para as seguintes considerações que visam a um melhor aproveitamento das cartas-telegramas na correspondência do Ministério das Relações Exteriores.

2. Cumpre, em primeiro lugar, observar que toda CT é, em princípio, expedida em lugar de um telegrama e não de um ofício. A idéia que presidiu à sua criação foi a de economia nas dotações orçamentárias concedidas para as comunicações telegráficas do Itamaraty. O próprio estilo em que se recomenda sejam redigidas as CCTT torna essa forma de correspondência inadequada para o tratamento exaustivo de certos assuntos políticos, econômicos, culturais ou administrativos.

3. A CT deve ser utilizada sempre que se trate de comunicação de relativa urgência sobre matéria que exija ação ou providências da Secretaria de Estado ou de informações de interesse imediato de que o Itamaraty necessite para a formulação ou execução de sua política exterior.

4. A Secretaria de Estado vem recebendo diariamente inúmeras cartas-telegramas que estão longe de enquadrar-se nos casos acima especificados. Remetem-se constantemente dados e informações fragmentários que, por demasiado vagos e imprecisos, não poderiam servir de base ao estudo pormenorizado do problema geral com que se possam relacionar. Perde-se, desta maneira, a visão de conjunto sem a qual se torna impossível a apreciação judiciosa de determinadas questões e acontecimentos.

5. A Secretaria de Estado recomenda, assim, que, sempre que possível, sejam tais elementos condensados em ofícios aéreos em que se exponham, analisem e interpretem as informações da competência de cada setor de atividade da repartição.

6. A Secretaria de Estado não deseja que a presente recomendação venha, de maneira alguma, reduzir ou prejudicar o volume de informações que lhe são regularmente fornecidas pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares. Seu pensamento é tão-somente melhor ordená-las e sistematizá-las, o que as tornará um elemento imprescindível ao perfeito funcionamento dos diferentes serviços do Itamaraty.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1949.

Circular n.º 809 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/7 (56) (42) 18 — Expulsão de estrangeiro. Hisao Ykehara e Tsunao Ykehara

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica que, por decreto de 8 de fevereiro de 1947, lavrado na conformidade do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 479, de 8 de junho de 1938, foram expulsos do território nacional os alienígenas Hisao Ykehara e Tsunao Ykehara, ambos de nacionalidade japonesa, cujas fotografias e individuais dactiloscópicas seguem anexas à presente circular.

Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1949.

Circular n.º 810 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/7 (00) (42) 18 — Expulsão de estrangeiros

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado que foram expulsos do território nacional os alienígenas Ivan Kos, de nacionalidade ucraniana, Sergusz e Czestny, de nacionalidade russa, Adolfo Luz, de nacionalidade húngara e Nuchym Nuta Warszawisk, de nacionalidade polonesa, os dois primeiros por decreto de 26 de fevereiro último e os demais por decretos de 13 de abril e 7 de março do ano em curso, respectivamente.

2. Em anexo à presente Circular seguem as fotografias e cópias fotostáticas dactiloscópicas dos referidos estrangeiros.

Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1949.

Circular n.º 811 — às Missões diplomáticas — DPo/DC/602. (00) — Fichário de governos

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores recomenda as Missões diplomáticas brasileiras o cumprimento do disposto no artigo 576 do Manual de Serviço, a fim de manter em dia o fichário de Governos organizado pela Divisão Política.

2. Com o intuito de atualizar os dados existentes, neste momento, a Secretaria de Estado roga às Missões diplomáticas o obséquio de remeterem, em bilhete verbal, por via aérea, a lista completa dos governos junto aos quais estão acreditadas, inclusive Presidentes dos diversos Poderes do Estado, Ministros e Vice-Ministros de

Estado, Secretário Geral dos Ministérios de Negócios Estrangeiros, Chefes dos Estados Maiores do Exército, Marinha e Forças Aéreas, bem como outras altas autoridades que ocupam cargos especiais nos respectivos governos.

3. Nos países de línguas exóticas, os nomes dessas autoridades deverão ser escritos segundo a transcrição em caracteres latinos geralmente adotada.

Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1949.

Circular n.º 812 — às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/511.16 511.11 — Extravio de passaporte diplomático. Geraldo de Carvalho Silos, Vice-Cônsul do Brasil em Genebra

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e comunica para os devidos fins, haver a Legação do Brasil em Berna informado que se extraviou o passaporte diplomático n.º 002.126, concedido pela Secretaria de Estado ao Senhor Geraldo de Carvalho Silos, Vice-Cônsul do Brasil em Genebra.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no artigo 1.251 do "Manual de Serviço".

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1949.

Circular n.º 815 — às Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes:

Antônio Camillo de Oliveira — Embaixador do Brasil no México, México;

Jorge Olinto de Oliveira — Cônsul Geral do Brasil em Montevidéu, Uruguai e

Ruy Barreto — Segundo Secretário da Embaixada do Brasil no México, México.

Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1949.

Circular n.º 816 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Mahmoud Sleimen Hassan

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 24 de agosto último, da permanência definitiva no país, concedida a Mahmoud Sleimen Hassan, de nacionalidade síria.

2. Nessa condição, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1949.

Circular n.º 817 — às Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DC/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Paulo Germano Hasslocher — Ministro Plenipotenciário do Brasil no Panamá, Panamá;

Sérgio Corrêa da Costa — Cônsul do Brasil em Los Angeles, Estados Unidos da América;

Antônio Houaiss — Terceiro Secretário, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Ciudad Trujillo, República Dominicana e

Carlos Agostinho Gonçalves — Cônsul Honorário do Brasil em Caracas, Venezuela.

Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1949.

Circular n.º 818 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira, privativos e honorários — DCn/370.11 — Observância do disposto no § único, art. 535, da Consolidação Consular

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e honorários e recomenda-lhes a fiel observância do disposto no parágrafo único do art. 535 da Consolidação Consular, segundo o qual, em todos os documentos expedidos ou legalizados pelos funcionários diplomáticos encarregados do serviço consular, ou pelos agentes consulares, devem figurar, à máquina de escrever ou por carimbo que não seja o de chancela, os nomes das pessoas que os firmaram.

Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1949.

Circular n.º 819 — Aos Senhores Chefes de Departamento, Divisão ou Serviço — DCo/346 300.12 — Papel de minuta para cartas-telegramas

O Secretário Geral, interino, do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta os Senhores Chefes de Departamento, Divisão ou Serviço e, a fim de evitar freqüentes confusões entre minutas de telegramas e de cartas-telegramas, solicita-lhes o obséquio da sua contribuição, no sentido de que os funcionários que trabalham sob suas ordens utilizem, exclusivamente, na redação de cartas-telegramas o papel modelo S. E. 9, de que dispõe, em estoque, a Arrecadação do Itamaraty.

Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1949.

Circular n.º 820 — às Missões diplomáticas — DPo/DCo/601. (00) 901. (00) 620. (00) 630. (00) — Remessa de relatórios políticos e militares

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e, com referência ao artigo 581, do Manual de Serviço, que determina o envio mensal, em original e duas cópias, de um relatório sobre assuntos políticos e outro sobre assuntos militares, navais e aeronáuticos, solicita-lhes o obséquio de

remeterem os mesmos, por mala aérea, na primeira semana de cada mês, a fim de não perderem atualidade as informações neles contidas.

2. Se a Missão não tiver mala aérea, poderá enviar uma das cópias dos referidos relatórios por sobrecarta aérea, sempre que o assunto não for de natureza confidencial.

Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1949.

URGENTE

Circular n.º 821 — às Missões diplomáticas e Repartições Consulares — DE/DCn/832.1 (42) (00) 845.15 (42) (00) — Regime de licença prévia. Importação de automóveis

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Repartições consulares e, com referência à Instrução de Serviço n.º 11, de 17 de agosto próximo passado, tem a honra de comunicar-lhes haver o Ministério da Fazenda, por circular n.º 23, de 14 do corrente mês, resolvido que o disposto na circular n.º 19, daquele Ministério, só se aplica aos automóveis adquiridos posteriormente a 4 de setembro de 1949.

2. Assim sendo, as autoridades consulares deverão aplicar os dispositivos regulamentares anteriores à referida Instrução de Serviço na legalização de documentos de embarque de automóveis que tiverem sido adquiridos antes de 4 de setembro do ano em curso.

Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1949.

Circular n.º 822 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/511. 16 511.111 511.12 300.12 — Passaporte extraviado, Múcio Marques Gontijo

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomática encarregadas de serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes haver a Embaixada do Brasil em Madrid informado do extravio, em Irun, do passaporte comum n.º 56701, expedido pela Polícia de Belo-Horizonte, em 18 de julho último, a favor de Múcio Marques Gontijo.

2. Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no artigo 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1949.

Circular n.º 823 — às Missões diplomáticas, Repartições Consulares e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/511.141 — Vistos em passaportes. Preenchimento de formulários de pedidos de vistos e de fichas de qualificação

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, as Repartições consulares e a Missão Militar Brasileira em Berlim e recomenda-lhes sejam fielmente observadas as instruções abaixo, relativas ao preenchimento dos formulários de pedidos de vistos em passaportes estrangeiros e das fichas consulares de qualificação:

1.º) Todos os quesitos dos formulários e das fichas devem ser cuidadosamente respondidos, notadamente os que se referem à profissão, religião e origem étnica;

2.º) A profissão mencionada deve ser aquela que o alienígena pretenda, efetivamente, vir a exercer no Brasil;

3.º) A citada profissão deve figurar perfeitamente caracterizada, sendo vedadas as declarações vagas, tais como trabalhador, operário, artífice, técnico e semelhantes, que não definem o ramo de atividade do imigrante;

4.º) Em se tratando de *vistos de trânsito*, deve ser indicado o país para o qual o alienígena se destina;

5.º) Quando o visto tiver sido concedido mediante autorização superior, deve essa circunstância ser mencionada, indicando-se a data e a origem do documento de autorização;

6.º) Na concessão de *vistos de retorno* devem constar dos formulários e fichas de qualificação o número da carteira modelo 19, a Repartição que a expediu e a data em que o alienígena partiu do Brasil para o exterior;

7.º) Todos os vistos, sem exceção, deverão ser classificados segundo os respectivos artigos do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1949.

*Circular n.º 824 — Aos Senhores Chefes de Departamento, Divisão ou Serviço —
DCo/341 — Informações e despachos em memorandos*

O Secretário Geral, interino, do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta os Senhores Chefes de Departamento, Divisão e Serviço e solicita-lhes o obséquio de sua contribuição, a fim de que seja cumprido o disposto no item III, do art. 272, do "Manual de Serviço", no sentido de que as informações, encaminhamentos de despachos sejam apostos na mesma folha dos memorandos ou no seu verso, guardada a entrelinha dupla e observada a maior economia de espaço, evitando-se, assim, quaisquer anotações nas margens.

Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1949.

Circular n.º 825 — às Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Josias Carneiro Leão — Secretário, Encarregado do Serviço Consular da Legação em Estocolmo, Suécia;

Manoel Dias de Pinho — Cônsul Privativo do Brasil em Pedro Juan Caballero, Paraguai e

Carlos Zaiapa — Cônsul Honorário do Brasil em Sydney, Austrália.

Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1949.

Circular n.º 826 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1939, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Lino Corrêa Silva — Cônsul Privativo do Brasil em Paso de los Libres, Argentina;

Lúcio P. Schiavo — Cônsul Privativo do Brasil em Posadas, Argentina;

Periandro Dornelles Motta — Cônsul Privativo do Brasil em Santo Tomé, Argentina;

Roque Degrazia — Cônsul Privativo do Brasil em Alvear, Argentina; ;

João Gutierrez Elizalde — Vice-Cônsul Honorário do Brasil em Alvear, Argentina;

Israel Rossi — Vice-Cônsul Honorário do Brasil em Posadas, Argentina;

Pedrilho Pinto de Carvalho — Vice-Cônsul Honorário, Encarregado do Consulado Privativo do Brasil em Monte Caseros, Argentina, e

Carlos Maria Cartell Junior — Vice-Cônsul Honorário do Brasil em Paso de los Libres, Argentina.

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1949.

Circular n.º 827 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. John Clement Durand

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e informa, para os devidos fins, o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores comunicado a cassação, por despacho de 1 de setembro último, da permanência definitiva, no Brasil, concedida ao estrangeiro John Clement Durand, de nacionalidade britânica.

2. Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1949.

Circular n.º 828 — às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegação do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Modestino Deloy Gibbon — Vice-Cônsul Encarregado do Consulado do Brasil em Assunção, Paraguai;

Jeronymo Teixeira de Oliveira — Cônsul Privativo do Brasil em Mello, Uruguai;
José Gaspar Ferreira — Cônsul Privativo do Brasil em Rivera, Uruguai;
João Broll — Vice-Cônsul Honorário do Brasil em Corrientes, Argentina, e
Aristides de Almeida Campos — Vice-Cônsul Honorário do Brasil em Encarnação, Paraguai.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1949.

URGENTE

*Circular n.º 829 — às Missões diplomáticas e Repartições Consulares —
DE/DCn/832.1 (42) (00) — Prorrogação do regime de licença
prévia de importação e exportação*

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Repartições consulares e, para os devidos fins, tem a honra de comunicar-lhe que, pela Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, publicada no "Diário Oficial" de 5-1-49, foi prorrogada pelo prazo de dois anos, com modificações, a vigência da Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948, que subordinou ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior.

2. A Secretaria de Estado remete, em anexo, o texto da Lei n.º 842, a qual deverá ser regulamentada no prazo de 60 dias da data de sua publicação no "Diário Oficial".

Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1949.

Ministério/Circular n.º 829 de 11-10-49 — Anexo único.

LEI N.º 842, DE 4 DE OUTUBRO DE 1949

"Prorroga o prazo da Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948, que subordinou ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior".

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º E' prorrogado pelo prazo de dois (2) anos, com as modificações constantes desta, a vigência da Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948, já dilatada pela Lei n.º 752, de 30 de junho de 1949.

Art. 2.º Limitada pela conveniência da moeda de pagamento e pela possibilidade de serem produzidas no país, em igualdade de características tecnológicas e condições satisfatórias de preço, serão sempre concedidas licença prévia e prioridade cambial para importação, nas quantidades necessárias ao regular abastecimento do país, das mercadorias compreendidas nas categorias abaixo indicadas :

- a) combustíveis e lubrificantes;
- b) gêneros alimentícios de primeira necessidade;
- c) cimento e os produtos necessários para obras e serviços públicos;
- d) aparelhos científicos e hospitalares;

- e) matérias primas, máquinas e equipamento para a indústria nacional;
- f) material ferroviário e chassis de veículos para carga e transporte coletivos, e todos os pertences e sobressalentes, observado, porém, quanto aos respectivos pneumáticos e câmaras de ar, o disposto na letra b, do artigo 6.º da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947;
- g) papel e todo o material, inclusive máquinas, destinadas à impressão de livros;
- h) material específico de reposição e consumo para o cinema e para o rádio, desde que importado para seu uso exclusivo, pelas firmas produtoras de filmes nacionais ou laboratórios de filmagem, pelas firmas possuidoras de estações de rádio emissoras e pela indústria nacional de rádio transmissão;
- i) aparelhos, complementos e acessórios destinados a realizar a prevenção contra acidentes no trabalho, isoladamente, ou adaptados a máquinas ou engenhos.

§ 1.º Serão sempre concedidas licença prévia e prioridade cambial para a importação de papel destinado a impressão de jornais e revistas, e considerado e considerado indispensável ao pleno consumo nacional. Da mesma maneira será concedida licença prévia para a importação de tintas, flans, blankets ou flex para rotativas, ligas de metal para linotipia e estereotipia, chapas e materiais para fotogravura, linotipos, e tipos, máquinas, peças e acessórios para imprensa desde que importados para uso exclusivo das empresas editoras de revistas e jornais.

§ 2.º Cabe ao órgão executor desta Lei determinar a distribuição das importações dos produtos referidos no parágrafo anterior, pelos países que, em equivalência de preços e qualidade, maior conveniência oferecerem quanto à moeda de pagamento.

§ 3.º Será conservada a prevalência cronológica das licenças concedidas, quando não utilizadas por falta de cambiais.

Art. 3.º E' excluída do regime de licença prévia a importação dos seguintes produtos :

- a) leite em emulsão ou em pó para alimentação infantil;
- b) medicamentos e matérias primas destinadas à indústria farmacêutica, considerados indispensáveis ao abastecimento do mercado nacional pelo Ministério da Educação e Saúde, que organizará uma relação de tais produtos, enviando-a ao órgão incumbido de exercer o controle da importação e exportação;
- c) arame farpado, inseticidas e fungicidas, adubos, sementes, mudas de plantas, animais de raças finas, máquinas e peças sobressalentes e outros instrumentos destinados a agricultura e à industrialização de produtos agropecuários e minerais, considerados indispensáveis ao país pelo Ministério da Agricultura, que organizará uma relação de tais mercadorias, encaminhando-a ao órgão executor desta Lei;
- d) de mapas, livros, jornais, revistas e publicações similares que tratem de matéria técnica, científica, religiosa, didática ou literária, redigidas em língua estrangeira, assim como obras impressas em Portugal, em português, quando de autores lusos ou brasileiros;
- e) para aviões, respectivas peças e acessórios; motores de avião e seus pertences, e ferramentas para uns e outros;
- f) os artigos que não dependam de cobertura cambial, destinados ao uso próprio das Missões diplomáticas e Repartições Consulares de carreira e seus funcionários desde que os respectivos governos dispensem idêntico tratamento à representações brasileiras e seus funcionários.

Parágrafo único. Será também concedida prioridade cambial para a importação dos produtos a que se refere este artigo.

Art. 4.º Os artigos trazidos do exterior por passageiros e que forem classificados como bagagem pela legislação aduaneira em vigor estão isentos de licença prévia.

§ 1.º Os que não mereçam essa classificação e se encontrem desacompanhados de licença serão apreendidos pelas repartições aduaneiras e vendidos em leilão, não constituindo o fato, entretanto, crime de contrabando definido no artigo 334 do Código Penal.

§ 2.º Os bens, máquinas e instrumentos da profissão do imigrante técnico, trazidos, sem necessidade de cobertura cambial, para serem utilizados no país, pessoalmente ou por empresa de que faça parte, independem de licença prévia.

Art. 5.º As licenças para exportação somente poderão ser negadas se ocorrer uma das seguintes hipóteses:

- a) quando o pagamento tenha de ser efetuado em moeda não arbitrável, ou cuja aceitação seja considerada inconveniente, a fim de evitar congelados de divisas;
- b) quando se tornar necessária a formação de estoques para garantia de suprimento do mercado interno;
- c) para assegurar a execução de obrigações decorrentes de acordos internacionais.

Art. 6.º São excluídos do regime de licença prévia de exportação desde que seu pagamento se efetue em moeda de curso internacional os seguintes produtos: café, cêras de carnaúba e ouricuri; madeira beneficiada, serrada e compensada; algodão, milho, agave, mate, chá, cacau, tapicoca, diamantes e outras pedras preciosas e semi-preciosas lapidadas ou não; castanhas, frutos oleaginosos e respectivos óleos e resíduos; couros e peles; fumo e suas manufaturas; caroa, piaçava, frutas frescas, em doce, passa ou conserva; tecidos e fios de algodão, de lã, de seda e de rayon; materiais refratários (tijolos, peças e cimento refratário); laminados de ferro e aço; máquinas, balanças, cristais de rocha, mica, carbonados; louças e vidros para qualquer fim, inclusive isoladores, louças sanitárias e azulejos; minérios de ferro, artigos de cutelaria, tambores de aço, materiais cerâmicos de terra cota e os de grés; conservas de pescado e de legumes.

Parágrafo único. Periódicamente, o Poder Executivo, mediante decreto, organizará relações de outros artigos de produção nacional, cuja exportação se possa efetuar independentemente de licença prévia.

Art. 7.º Os pedidos de licença prévia para importação serão solucionados no prazo máximo de trinta (30) dias e os para exportação dentro de vinte (20) dias, contados da data de seu recebimento.

Parágrafo único. Não estão sujeitos a essa disposição os pedidos de licença para importação liquidáveis em moedas escassas cuja solução se processará em cada trimestre, observados os limites de que trata o artigo 11.

Art. 8.º Para custeio das despesas decorrentes da execução desta Lei, é autorizada a cobrança das seguintes taxas: licenças até o valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) — isentas; de mais de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) até Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) — Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros); de mais de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) — Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros); de mais de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros); Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros); de mais de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) — por mil do valor da licença.

Art. 9.º Os beneficiários da licença prévia, que não a utilizarem dentro do prazo concedido até 80% (oitenta por cento) do respectivo valor, incidirão na

multa de 5% (cinco por cento) sobre a parte não utilizada, a menos que comprovem haver a falta decorrido de motivos alheios, à sua vontade.

§ 1.º Também ficarão sujeitos à multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) os que fizerem declarações falsas, destinadas a induzirem a erro, que os favoreça, na apreciação de seus pedidos de licença prévia.

§ 2.º Essas multas serão impostas pela Diretoria das Rendas Internas, em virtude de representação do órgão incumbido de executar a presente Lei, cabendo recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, para o Ministro da Fazenda.

§ 3.º O produto das multas efetivamente arrecadadas será recolhido ao Tesouro Nacional, como renda eventual da União.

Art. 10. É obrigatória a divulgação das licenças prévias concedidas, mediante publicação no *Diário Oficial* da União, as da capital da República e Estados do Rio de Janeiro e São Paulo dentro do prazo de 30 (trinta) dias, e as dos demais Estados e Territórios, no de 60 (sessenta) dias, discriminando-se na publicação o nome do beneficiário, a mercadoria, sua quantidade ou peso, valor em cruzeiros e em moeda estrangeira, procedência e destino.

Art. 11. Periódicamente, o Poder Executivo, por intermédio do Ministro da Fazenda, poderá fixar o limite dentro do qual deverão ser concedidas as licenças de importação em moeda escassa.

Art. 12. Não poderão servir em qualquer órgão incumbido do controle das licenças prévias pessoas que, sob qualquer aspecto, ou a qualquer título, participem da direção, administração, ou dos conselhos fiscais de empresas direta ou indiretamente interessadas no comércio de importação ou exportação.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias e estabelecerá os critérios gerais para concessão das licenças.

§ 1.º As normas, que nesse Regulamento venham a ser estabelecidas, somente por decreto do Poder Executivo poderão ser modificadas.

§ 2.º As instruções que forem expedidas para cumprimento dêsse Regulamento serão publicadas no *Diário Oficial*.

Art. 14. São intransferíveis as licenças de importação, que devem declarar, além do que o Regulamento determine, a espécie, qualidade e valor da mercadoria, o país de origem, a espécie da moeda e o nome do portador.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

Publicada no "Diário Oficial" — Seção I — de 5 de outubro de 1949.

Circular n.º 830 — às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DDP/558 — Cassação de permanência definitiva. Ian Macgregor

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado de que, por despacho de 6 de agosto de 1949, foi revogado o

ato de 23 de março de 1949, que determinara a cassação de permanência definitiva do estrangeiro Ian Macgregor, de nacionalidade australiana.

2. Nessas condições, o referido alienígena voltará a se beneficiar do disposto no artigo 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1949.

Circular n.º 831 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de Carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Maria Angélica Nievas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 20 de setembro último, da permanência definitiva, no país, concedida a Maria Angélica Nievas, de nacionalidade argentina, em 15 de setembro de 1945.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1949.

Circular n.º 832 — Às Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Aníbal de Sabóia Lima — Ministro do Brasil em Oslo, Noruega ;

Paulo Leão de Moura — Cônsul Adjunto do Brasil em Boston, Estados Unidos da América, e

Edward Otis Temple Piers — Cônsul honorário do Brasil em Halifax, Estados Unidos da América.

Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1949.

Circular n.º 833 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Ennio Lotti e Olga Gagzia Lotti

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 21 de agosto último, da permanência definitiva no país, concedida a Ennio Lotti e Olga Gagzia Lotti, de nacionalidade italiana.

Nessas condições, os referidos alienígenas não poderão beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1949.

Circular n.º 834 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Thomas e Emilie Faistaner

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação da permanência definitiva no país concedida a Tomás Faistaner e Emilie Faistaner, de nacionalidade austríaca.

Nessas condições, os referidos alienígenas não poderão beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1949.

Circular n.º 835 — As Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Rinaldo de Carvalho e Silva — Vice-Cônsul do Brasil em Roma, Itália;

Bernardino de Azevedo Machado — Cônsul Privativo do Brasil em Artigas, Uruguai;

Hugo Bassedas Balvé — Cônsul Privativo do Brasil em Rio Branco, Uruguai;

Juan Miguel Piñol Llauredó — Cônsul honorário do Brasil em Tarragona, Espanha;

José Venâncio Sanchez — Vice-Cônsul honorário do Brasil em Concepción, Paraguai.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1949.

Circular n.º 836 — As Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Paulo Germano Hasslocher — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil no Panamá, Panamá, e

Geraldo de Carvalho Silos — Vice-Cônsul do Brasil em Genebra, Suíça.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1949.

Circular n.º 837 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DDP/558 — Cassação de permanência definitiva. Manuel Francisco Barroca Júnior

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado a cassação, por despacho de 19 de setembro último, da permanência definitiva no país, concedida a Manuel Francisco Barroca Júnior, de nacionalidade portuguesa.

Outrossim, informa o mencionado Departamento que, segundo comunicação feita pelo Serviço de Registro de Estrangeiros desta Capital, o aludido estrangeiro embarcou para Portugal, a bordo do vapor "Highland Chieftain", aos 18 de dezembro de 1948, com visto n.º 10.952, de 22 de novembro do mesmo ano.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1949.

Circular n.º 838 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DDP/511.16 511.111 — Passaporte brasileiro extraviado

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes haver o Consulado Geral em Barcelona informado do extravio, em Gibraltar, do passaporte comum n.º 044.722, expedido pela Polícia de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 1949, a favor de Valdomiro Bartolini Blanco.

Nessas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no art. 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1949.

Circular n.º 839 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DDP/7 (72)(42) 18 — Expulsão de estrangeiro. Stefan Baron

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica que, por decreto de 5 de julho do corrente ano, lavrado na conformidade do disposto nos arts. 1.º e 2.º, n.º 1, do Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938, combinado com o art. 1.º do Decreto-lei n.º 479, de 8 de junho de 1938, foi expulso do território nacional o alienígena Stefan Baron, de nacionalidade polonesa, cujas fotografias e individuais dactiloscópicas seguem anexas à presente circular.

Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1949.

Circular n.º 840 — As Missões diplomáticas — COI/DA/603.2 (00) — Organização dos Ministérios das Relações Exteriores

A Secretaria de Estado cumprimenta as Missões diplomáticas e, para fins de atualização do Arquivo, solicita-lhes o obséquio de remeterem; em triplicata com a possível urgência, a legislação relativa à organização do Ministério das Relações Exteriores dos países em que estejam acreditadas, assim como o esquema de sua estrutura.

Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1949.

Circular n.º 841 — As Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades brasileiras, de acôrdo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Modesto Escobosa Altuna — Cônsul honorário do Brasil em São Sebastião, Espanha ;

Alfredo Parada Ortiz de Taranco — Cônsul honorário do Brasil em Corunha, Espanha ;

Jaime Arroyo y Barrio — Vice-Cônsul honorário do Brasil em Bilbáo, Espanha e

Carlos Monteiro da Silva — Auxiliar-Contratado do Consulado Geral do Brasil em Antuérpia, Bélgica.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1949.

Circular n.º 842 — As Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Luciano Lordsleem — Cônsul Adjunto do Brasil em Lisboa, Portugal, e

Sérgio Correia da Costa — Cônsul do Brasil em Los Angeles, Estados Unidos da América.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1949.

Circular n.º 843 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de Carreira e privativos — DCn/7 (42) (00) 02 — Navios com regalias de paquete, para fins de repatriação

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e, com referência ao parágrafo único do art. 761, do Manual de Serviço, tem a honra de enviar-lhes, em anexo, cópia da relação dos navios que tocam em portos brasileiros e gozam das regalias de paquete.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1949.

**RELAÇÃO DOS NAVIOS ESTRANGEIROS QUE, NOS PORTOS, BRASILEIROS, GOZAM DAS
REGALIAS DE "PAQUETE" NA FORMA DOS §§ 1.º e 2.º, DO ART. 5.º DO DECRETO-LEI
N.º 5.406, DE 14 DE ABRIL DE 1943**

VAPORES	TONELAGEM	NACIONALIDADE	AGENTES	CIRCULARES
Davis.....	3 770,75	Inglêsa	Lamport & Holt Line Limited.....	29, de 22- 5-47
Delius.....	3 748,85	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Delane.....	3 743,97	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Defoe.....	6 133,47	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Balfe.....	3 225,27	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Dobrett.....	3 795,91	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Lalande.....	4 635,41	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Millais.....	4 738,43	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Memling.....	4 757,81	»	» » » » »	29, de 22- 5-47
Hubert.....	2 353,74	»	The Booth Steamship Co. Ltd.....	10, de 20- 1-48
Pachitea.....	2 123	Panamenha	» » » » »	10, de 20- 1-48
Horda.....	2 835	Norueguêsa	Southern Cross Line.....	21, de 26- 2-48
Sygnæ.....	2 850	»	» » » » »	21, de 26- 2-48
Eidanger.....	2 841	»	» » » » »	21, de 26- 2-48
Grenanger.....	2 841	»	» » » » »	21, de 26- 2-48
Murillo.....	4 906,24	Inglêsa	Lamport & Holt Line Limited.....	25, de 2- 4-48
Dryden.....	6 991,91	»	» » » » »	25, de 2- 4-48
Le Lavandou.....	4 380	Francêsa	Cia. Comercial e Marítima S. A.....	32, de 1- 6-48
Descado.....	5 772,77	Inglêsa	Royal Mail Agencies (Brasil) Limited.....	46, de 23- 8-48
Darro.....	5 724,85	»	Royal Mail Agencies (Brasil) Limited.....	46, de 23- 8-48
Drina.....	5 783,64	»	Royal Mail Agencies (Brasil) Limited.....	46, de 23- 8-48
Durango.....	5 785,62	»	Royal Mail Agencies (Brasil) Limited.....	46, de 23- 8-48
Byron.....	4 066,67	»	Lamport & Holt Navegação S. A.....	49, de 27- 9-48
Lassell.....	4 452,05	»	» » » » »	49, de 27- 9-48
Bronte.....	3 064,21	»	» » » » »	49, de 27- 9-48
Sheridan.....	2 237,54	»	» » » » »	49, de 27- 9-48
Falkanger.....	3 230	Norueguêsa	Agência Marítima Norlines Ltda.....	63, de 15-12-48
Siranger.....	2 854	»	» » » » »	63, de 15-12-48
Ravnanger.....	2 830	»	» » » » »	63, de 15-12-48
Villar.....	4 563	Inglêsa	Lamport & Holt Line Limited.....	1, de 3- 1-49

VAPORES	TONELAGEM	NACIONALIDADE	AGENTES	CIRCULARES
Vianna.....	4548	Inglêsa	Lamport & Holt Line Limiteda.....	1, de 3— 1-49
Jutahy.....	2 123	»	» » » » »	1, de 3— 1-49
Belgrano.....	2 848	Norueguêsa	Agência Marítima Norlines Ltda.....	2, de 10- 1-49
Palma.....	2 123	»	» » » » »	2, de 10- 1-49
Bursa.....	2 166	»	» » » » »	2, de 10- 1-49
Carina.....	2 123	»	» » » » »	2, de 10- 1-49
Bandeirante.....	2 122	»	» » » » »	3, de 7- 2-49
Cometa.....	2 962	»	» » » » »	4, de 16- 2-49
Crux.....	4 978	»	» » » » »	4, de 16- 2-49
Bra-Kar.....	3 000	»	» » » » »	4, de 16- 2-49
Astri.....	1 366	Sueca	Agência Marítima Laurits Lachmann S. A.....	5, de 14- 3-49
Del Campo.....	2 850	Americana	American Steamship Agencies, Inc.....	8, de 7- 4-49
Del Mar.....	5 543	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Del Monte.....	2 851	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Del Norte.....	5 543	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Del Ouro.....	2 835	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Del Rio.....	2 836	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Del Sol.....	4 886	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Del Sul.....	5 543	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Del Viento.....	4 913	»	» » » » »	8, de 7- 4-49
Agnete.....	1 269,95	Dinamarquesa	Agência Marítima Intermare Ltd.....	19, de 23- 6-49
Herdis.....	3 789	»	» » » » »	19, de 23- 6-49
Olga S.....	3 305	»	» » » » »	19, de 23- 6-49
Kirsten.....	1 270,97	»	» » » » »	19, de 23- 6-49
Gerd.....	1 408	»	» » » » »	19, de 23- 6-49
Tekia.....	1 261	»	» » » » »	19, de 23- 6-49
Thyra S.....	972	»	» » » » »	19, de 23- 6-49
Mormacpine.....	4 549	Americana	Moore-Mac Cormack (Navegação) S. A.	25, de 6- 8-49
Mormacelm.....	4 549	»	» » » » »	25, de 6- 8-49
Mormacoak.....	4 562	»	» » » » »	25, de 6- 8-49
Mormscswon.....	4 344	»	» » » » »	25, de 6- 8-49

VISTO

D. R. A. — Scret. 19-9-49 — OLÍMPIO GODINHO DRUMOND

D. R. A. — 20-9-49 — SYLVIO GUILLON DE MIRANDA GÓES — Secretário.

Circular n.º 844 — Às Altândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Jorge d'Escragrolle Taunay — Segundo Secretário, Encarregado do Serviço Consular na Legação do Brasil em Copenhague, Dinamarca e

Ruy Moss de Melo Teixeira — Vice-Cônsul do Brasil em Valparaíso, Chile.

Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1949.

Circular n.º 845 — Às Missões diplomáticas, Repartições consulares e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Vistos em passaportes. Preenchimento de formulários de pedidos de vistos e de fichas de qualificação

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, as Repartições consulares e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes que, tendo em vista que o art. 80 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945, isenta os portadores de títulos de registro permanente (carteira modelo 19) da apresentação de fichas de qualificação, — o item 6.º da Circular n.º 823, de 28 de setembro do corrente ano, passa a ter a seguinte redação :

“6.º) Na concessão de vistos de retorno devem constar dos formulários o número da carteira modelo 19, a Repartição que a expediu e a data em que o alienígena partiu do Brasil para o exterior”.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1949.

Circular n.º 846 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.13 (22) — Passaporte extraviado. Antônio Vieira de Melo

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, que, segundo comunicação recebida do Consulado Geral em Nova York, se extraviou o passaporte especial n.º 007.226, concedido ao Senhor Antônio Vieira de Melo, Diretor da Agência Nacional.

Nestas condições, as Missões diplomáticas deverão proceder de acôrdo com o disposto no art. 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1949.

Circular n.º 847 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreiras na Europa e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/658. (00) 511.141 — Concessão de vistos a imigrantes recomendados pelo “Instituto para Migrações Associadas” sob o patrocínio da Soberana Ordem de Malta

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira na Europa e a Missão Militar Brasileira em Berlim e roga tomarem em especial consideração os candidatos à imigração para o Brasil portadores de recomendação fornecida pelo

“Instituto para Migrações Associadas”, com sede em Roma e sob o patrocínio da Soberana Ordem de Malta.

Essa recomendação não prejudica, entretanto, as disposições legais em vigor em matéria de imigração, nem dispensa o candidato da apresentação dos documentos exigidos para a concessão de vistos em passaportes.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1949.

Circular n.º 850 — Às Missões diplomáticas, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.141 — Emissão de novos passaportes tchecos

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e, para atender a uma solicitação da Legação da Tchecoslováquia nesta Capital, comunica-lhes que o Ministério do Interior da Tchecoslováquia resolveu criar novos tipos de passaportes comuns, especiais, oficiais e diplomáticos, sendo que os atuais somente serão considerados válidos até o dia 30 de novembro corrente, data em que, segundo informa a referida Missão diplomática, terminará o prazo para a troca dos passaportes antigos.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 851 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Ciro Fernandez y Fernandez

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento de Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 12 de outubro próximo passado, da permanência definitiva no país concedida ao alienígena Ciro Fernandez y Fernandez, de nacionalidade cubana.

Nessas condições, os referidos alienígenas não poderão beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 852 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Icek e Sônia Frydman

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento de Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 17 de outubro próximo passado, da permanência definitiva no país concedida aos alienígenas Icek e Sônia Frydman, ambos de nacionalidade polonesa.

Nessas condições, os referidos estrangeiros não poderão beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 853 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. João Jaime Vieira

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 5 de outubro próximo passado, da permanência definitiva no Brasil concedida ao estrangeiro João Jaime Vieira, de nacionalidade portuguesa.

Nessas condições, o referido alienígena não se poderá beneficiar do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 854 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Paulo Gaetano Fiamberti e esposa

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 5 de outubro próximo passado, da permanência definitiva no país concedida aos estrangeiros Paulo Gaetano Fiamberti e sua esposa Maria Itália Calvi Fiamberti, ambos de nacionalidade italiana.

Nessas condições, os referidos alienígenas não poderão beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 855 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/511.16 — Passaporte brasileiro extraviado

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes haver o Consulado Geral do Brasil em Montevideú informado que se extraviou o passaporte comum n.º 023.489, expedido, pelo mesmo Consulado Geral, em 17 de janeiro de 1948, em favor da Senhora Maria Ester Grosso Burnch.

Nessas condições as missões diplomáticas deverão proceder de acordo com o disposto no artigo 1.251 do Manual de Serviço.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 856 — As Alfândegas, Mesas de Rendas, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo

com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Mário Santos — Primeiro Secretário na Legação em Camberra, Austrália, e

Artur Percival Watkins — Vice-Cônsul honorário do Brasil em Vancouver, Canadá.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 857 — As Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Krikor Gulludjian

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 17 de outubro próximo passado, da permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Krikor Gulludjian, de nacionalidade libanesa.

Nessas condições, os referidos alienígenas não poderão beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1949.

Circular n.º 858 — Ao Corpo Diplomático Estrangeiro — DCn/475.4 — Relação dos Cônsules estrangeiros

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta, e solicita-lhe o obséquio de enviar, com a possível urgência, as alterações porventura verificadas na relação dos Cônsules desse país no Brasil, a fim de que sejam consignadas na "Lista do Corpo Consular Estrangeiro", a ser publicada em 1.º de janeiro próximo.

Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1949.

Circular n.º 859 — As Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Luís de Fero Júnior — Embaixador do Brasil em Lima, Peru ;

Lauro Müller Neto — Encarregado do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Lima, Peru e

Geraldo de Carvalho Sôlos — Vice-Cônsul do Brasil em Roma, Itália.

Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1949.

Circular n.º 860 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Permanência definitiva. Icek Rosenberg

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado de que, por decreto de 12 de outubro do ano em curso, foi revogado o ato de 3 de novembro de 1948 que determinou a expulsão do território nacional do estrangeiro Icek Rosenberg, de nacionalidade polonesa.

Nessas condições, o referido alienígena voltará a beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1949.

Circular n.º 861 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Permanência definitiva. Zeferino Ferreira de Sousa

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado de que, por decreto de 12 de outubro do ano em curso, foi revogado o ato de 24 de agosto de 1914 que determinou a expulsão do território nacional do estrangeiro Zeferino Ferreira de Sousa de nacionalidade portuguesa.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1949.

Circular n.º 862 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Fernando Ferrão de Oliveira

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 12 de outubro próximo findo, da permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Fernando Ferrão de Oliveira, de nacionalidade portuguesa.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1949.

Circular n.º 863 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva, Eugene Gaston Dubois

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 17 de outubro último,

da permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Eugene Gaston Dubois, de nacionalidade suíça.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1949.

Circular n.º 864 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Lejzer Jankiel Zalberg

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 19 de outubro próximo findo, da permanência definitiva no país concedido ao estrangeiro Lejzer Jankiel Zalberg, de nacionalidade polonesa.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1949.

Circular n.º 865 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Chifra Cytermann Wasjmark

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 13 de outubro próximo findo, da permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Chifra Cytermann Wasjmark, de nacionalidade francesa.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1949.

Circular n.º 866 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Josee Engelberg

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 13 de outubro próximo findo, da permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Josee Engelberg, de nacionalidade americana.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1949.

Circular n.º 867 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Permanência definitiva. Vladas Kuzmickas e Maria Kurkenyte Kuzmickas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado de que, por decreto de 12 de outubro do ano em curso, foram revogados os atos de 10 de novembro de 1948 que determinaram a expulsão do território nacional dos estrangeiros Vladas Kuzmickas e Maria Kurkenyte Kuzmickas, ambos de nacionalidade lituana.

Nessas condições, os referidos alienígenas voltarão a beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1949.

Circular n.º 868 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Vagn Straarup Thomsen

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 12 de outubro próximo findo, da permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Vagn Straarup Thomsen, de nacionalidade dinamarquesa.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1949.

Circular n.º 869 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DP/558 — Cassação de permanência definitiva. Raymond Joseph Letouzé

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 20 de outubro próximo findo, de permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Raymond Joseph Letouzé, de nacionalidade francesa.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1949.

Circular n.º 872 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Permanência definitiva. Lautaro Paulo Pereira ou Pablo Lautaro Pereyra

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins,

haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado de que, por decreto de 3 do corrente mês, foi revogado o ato de 20 de fevereiro de 1930 que determinou a expulsão do território nacional do alienígena Lautaro Paulo Pereira ou Pablo Lautaro Pereyra, de nacionalidade argentina.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1949.

Circular n.º 873 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPp/558 — Cassação de permanência definitiva. Arje Kleinsinger

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado da cassação, por despacho de 24 de outubro próximo findo, da permanência definitiva no país concedida ao estrangeiro Arje Kleinsinger, de nacionalidade israelita.

Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no art. 37 do Decreto-lei n.º 7.967, de 18 de novembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 1.º de dezembro de 1949.

Circular n.º 874 — Às Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter o autógrafo seguinte :

Carlos Agostinho Gonçalves — Cônsul honorário do Brasil em Caracas, Venezuela.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1949.

Circular n.º 875 — Às Delegacias Fiscais — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Delegacia Fiscal e, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acordo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter-lhe os autógrafos seguintes :

Aníbal de Sabóia Lima — Ministro do Brasil em Oslo, Noruega ;

Argeu de Segadas Machado Guimarães — Cônsul Geral do Brasil em Barcelona, Espanha ;

Pedro Franklin de Almeida Lima — Cônsul Adjunto do Brasil em Barcelona, Espanha ;

Sérgio Correia da Costa — Cônsul do Brasil em Los Angeles, Estados Unidos da América ;

Jorge d'Escragnoille Taunay — Segundo Secretário, Encarregado do Serviço Consular na Legação do Brasil em Copenhague, Dinamarca ;

Rui Moss de Melo Teixeira — Vice-Cônsul do Brasil em Valparaíso, Chile ;
Josias Carneiro Leão — Segundo Secretário, Encarregado do Serviço Consular na Legação do Brasil em Estocolmo, Suécia ;
Luís de Almeida Nogueira Pôrto — Cônsul Adjunto do Brasil em Barcelona, Espanha ;
João Cabral de Melo Neto — Vice-Cônsul do Brasil em Barcelona, Espanha e
Jurandir Carlos Barroso — Cônsul Adjunto do Brasil em Paris, França.
Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1949.

Circular n.º 876 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPe/511.141 550.4 — Vistos em passaportes. Profissões regulamentadas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e comunica-lhes que a "Informação" do Conselho de Imigração e Colonização, a que faz referência a Circular n.º 747, de 7 de junho último, não implica a revogação do dispositivo expresso na letra f) das "Instruções" do referido Conselho, publicadas no "Diário Oficial" de 12 de março de 1948, segundo o qual sòmente se concederão vistos aos "técnicos de grau médio e superior, cujas atividades interessem, diretamente, à produção".

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1949.

Circular n.º 877 — Às Delegacias Fiscais — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Delegacia Fiscal e, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o art. 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Luís de Faro Júnior — Embaixador do Brasil em Lima, Peru, e

Lauro Müller Neto — Terceiro Secretário, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Lima, Peru.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1949.

Circular n.º 878 — Às Missões diplomáticas e aos Consulados de carreira e privativos DPe/511.16 — Extravio de passaporte. Antonieta Maria Mac Dowell da Costa

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e os Consulados de carreira e privativos e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Consulado Geral em Paris informado o extravio do passaporte comum n.º 058.557, expedido em 19 de julho do ano em curso, pelo Departamento Federal de Segurança Pública do Rio de Janeiro em favor de Antonieta Maria Mac Dowell da Costa.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1949.

Circular n.º 879 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, aos Consulados de carreira e privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/7 (56) (42) — Expulsão do estrangeiro. Hatsutaro Akutso

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica que, por decreto de 30 de agosto do corrente ano, lavrado na conformidade do disposto no art. 2.º, inciso 2, do Decreto-lei n.º 479, de 8 de junho de 1938, combinado com o art. 1.º do Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938, foi expulso do território nacional o alienígena Hatsutaro Akutso, de nacionalidade japonesa, cujas fotografias e individuais dactiloscópicas seguem anexas à presente circular.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1949.

Circular n.º 881 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e Repartições Consulares. — DE/832.1 (42) (00) — Praso de validade das licenças de importação. Prorrogação por motivos de greve

A Secretaria de Estados das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do Serviço consular e Repartições consulares e, para os devidos fins, tem a honra de comunicar-lhes que as licenças de importação, que tiverem vencidos seus prazos de validade sem ensejo de serem aproveitadas, devido a movimentos grevistas de portuários ou industriários, poderão ter seus prazos de utilização dilatados, a critério da autoridade consular, por período equivalente ao da greve, acrescido, no máximo, de 10 (dez) dias. A prorrogação por maior praso dependerá de consulta prévia à Secretaria de Estado.

As autoridades consulares, entretanto, deverão sempre verificar se a greve foi o motivo real da demora dos embarques e, em cada caso, anotar o fato na respectiva fatura consular ou conhecimento aéreo, na relação quinzenal para a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., e dar conhecimento imediato do mesmo diretamente à Diretoria de Rendas Aduaneiras, nesta Capital.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1949.

Circular n.º 882 — Às Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e aos Consulados de carreira e privativos — DPP/612.12 (00) 511.1 — Apresentação de atestado de vacinação anti-variólica pelos candidatos a visto

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e agradecerá a observância dos artigos 30 e 31 do Decreto n.º 3.010, de 20 de agosto de 1938, que determinam a apresentação, pelos candidatos a vistos permanentes, temporários e de trânsito, de atestado de vacinação anti-variólica, passado por médico de confiança da autoridade consular, além dos demais documentos exigidos por lei.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1949.

URGENTE

Circular n.º 884 — Às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares — DE/DC/832.1 (42) (00) — Regime de licença prévia de importação e exportação

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Repartições consulares e, para os devidos fins, tem a honra de remeter-lhes o texto do Decreto n.º 27.541, de 3 de dezembro de 1949, e de seu Regulamento,

publicados no "Diário Oficial" de 7-12-949, relativos à execução do regime de licença prévia, de que trata a Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949.

Na forma do disposto no artigo 6.º do referido Regulamento, ficam isentos de licença de importação a bagagem de passageiros enumerada no artigo 818 do *Manual de Serviço*, e mais os móveis, objetos de adorno, e quadros de adorno, tapetes, cortinas e, em unidade, refrigeradores, vitrolas com ou sem disco, rádios, máquinas de lavar roupa e automóveis. Quanto a esses últimos objetos, somente serão considerados como bagagem se usados e pertencentes a passageiros que tenham residido no exterior pelo menos 12 meses, hajam transferido residência para o Brasil, provada tal circunstância com documentação hábil.

Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1949.

DECRETO N.º 27.541 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1949

Aprova o Regulamento para execução do regime de licença prévia, de que trata a Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 13 da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, decreta :

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento para execução da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, assinado pelos Ministros de Estado dos Negócios da Fazenda, das Relações Exteriores, da Educação e Saúde, da Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º O órgão executor do regime estabelecido na precitada lei é a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A.

Art. 3.º E' mantida a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior instituída pelo Decreto n.º 24.697-A, de 23 de março de 1948, com a constituição e as atribuições fixadas no Regulamento aprovado por este decreto.

Parágrafo único. Os componentes da mencionada Comissão não farão jús a qualquer remuneração ou vantagem, considerando-se de natureza relevante os serviços a ela prestados.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Guilherme da Silveira.

Raul Fernandes.

Daniel de Carvalho.

Clemente Mariani.

Honório Monteiro

Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 27.541, de 3 de dezembro de 1949, para execução do regime de licença prévia de que trata a Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949.

CAPÍTULO I

DO REGIME DE LICENÇA PRÉVIA

Art. 1.º Na forma do disposto na Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949, e neste Regulamento, permanece subordinado ao regime de licença prévia o intercâmbio comercial com o exterior, cabendo privativamente à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. a concessão de licenças de importação e de exportação.

Parágrafo único. Das decisões da Carteira caberá recurso para o Ministro da Fazenda.

Art. 2.º Serão sempre concedidas licença prévia e prioridade cambial para importação, nas quantidades necessárias ao regular abastecimento do mercado interno, das mercadorias compreendidas nas categorias abaixo, com as restrições que se fizerem necessárias em decorrência da moeda de pagamento e da possibilidade de serem produzidas no País em igualdade de características tecnológicas e condições satisfatórias de preço :

- a) combustíveis e lubrificantes ;
- b) gêneros alimentícios de primeira necessidade ;
- c) cimento e produtos necessários à execução de obras e serviços públicos ;
- d) aparelhos científicos e hospitalares ;
- e) matérias primas, máquinas e equipamento para a indústria nacional ;
- f) material ferroviário e chassis de veículos para carga e transportes coletivos, respectivos pertences e sobressalentes, observado quanto a pneumáticos e câmaras de ar o disposto na letra b do art. 6.º da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947 ;
- g) papel e todo material, inclusive máquinas, destinados a impressão de livros ;
- h) papel destinado à impressão de jornais e revistas ; tintas, flans, blankets ou flex para rotativas, ligas de metal para linotipia e estereotipia, chapas e materiais para fotogravura, linotipos e tipos, máquinas, peças e acessórios para imprensa, desde que importados para uso exclusivo das empresas editoras de revistas e jornais ;
- i) material específico de reposição e consumo para cinema e rádio, desde que importado, para uso exclusivo, pelas firmas produtoras de filmes nacionais ou laboratórios de filmagem, pelas firmas possuidoras de estações de rádio-emissoras e pela indústria nacional de rádio-transmissão ;
- j) aparelhos, complementos e acessórios destinados a realizar prevenção contra acidentes no trabalho, isoladamente ou adaptados a máquinas ou engenhos.

Parágrafo único. Será conservada a prevalência cronológica das licenças quando não utilizadas por falta de cambiais.

Art. 3.º E' excluída do regime de licença prévia a importação dos seguintes produtos :

- a) leite em emulsão ou em pó para alimentação infantil, observadas as condições exigidas na especificação anexa a este Regulamento ;
- b) medicamentos e matérias primas destinadas à indústria farmacêutica, conforme relação organizada pelo Ministério da Educação e Saúde ;
- c) arame farpado, inseticidas e fungicidas, adubos, sementes, mudas de plantas, animais de raças finas, máquinas e peças sobressalentes e outros instrumentos destinados à agricultura e à industrialização de produtos agropecuários e minerais, conforme relação organizada pelo Ministério da Agricultura, observado quanto a acessórios de borracha o disposto na letra b do art. 6.º da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947 ;

d) mapas, livros, jornais, revistas e publicações similares, que tratem de matéria técnica, científica, religiosa, didática ou literária, redigidos em língua estrangeiras, assim como obras impressas em Portugal, em português, quando de autores lusos ou brasileiros;

e) motores, peças e acessórios para aviões, inclusive ferramentas específicas, desde que autorizada pelo Ministério da Aeronáutica e observado quanto a acessórios de borracha o disposto na letra *b* do art. 6.º da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947.

§ 1.º As relações de que tratam as letras *b* e *c* deste artigo serão enviadas à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. na penúltima quinzena de cada semestre, para vigorarem no semestre seguinte.

§ 2.º Será concedida prioridade cambial para importação dos produtos a que se refere este artigo.

§ 3.º Para os efeitos do disposto no art. 9.º, letra *b*, habilitar-se-ão os interessados, trimestralmente e no prazo que lhes for fixado, ao rateio da cota estabelecida na forma do mesmo art. 9.º.

§ 4.º Para produzir efeitos perante os Consulados brasileiros e as Repartições alfandegárias, a Carteira de Câmbio fornecerá a cada interessado mais duas vias no "Pedido de Câmbio".

Art. 4.º São também excluídas do regime de licença prévia as importações de produtos e mercadorias de qualquer natureza adquiridos pelo Governo, por intermédio dos diversos Ministérios, sob autorização do Presidente da República.

Art. 5.º Ficam isentos de licença prévia de importação, desde que independam de cobertura cambial:

a) os artigos destinados ao uso próprio das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares de carreira e seus funcionários, sempre que os respectivos governos dispensem idêntico tratamento às Representações brasileiras e seus funcionários;

b) os bens, máquinas e instrumentos da profissão do imigrante técnico, trazidos para serem utilizados no país, pessoalmente ou por empresa de que faça parte.

Art. 6.º Ficam ainda isentos de licença prévia de importação os artigos trazidos do exterior por passageiros e que forem classificados como bagagem pela legislação aduaneira em vigor.

Parágrafo único. Os artigos que não mereçam classificação de bagagem e se encontrem desacompanhados de licença serão apreendidos pelas repartições aduaneiras e vendidos em leilão, não constituindo o fato, entretanto, crime de contrabando (art. 334 do Código Penal).

Art. 7.º As licenças de exportação somente poderão ser negadas nos seguintes casos:

a) quando para pagamento em moeda não arbitrável, ou cuja aceitação seja considerada inconveniente, a fim de evitar congelados de divisas;

b) quando se tornar necessária a formação de estoques para garantia de suprimento do mercado interno;

c) para assegurar a execução de obrigações decorrentes de acordos internacionais.

Art. 8.º Ficam excluídos do regime de licença prévia de exportação, desde que o seu pagamento se efetue em moeda arbitrável, os seguintes artigos de produção nacional: café, ceras de carnaúba e ouricuri; madeira beneficiada, serrada e compensada: algodão, milho, agave, mate, chá, cacau, tapioca, diamante e outras pedras preciosas e semi-preciosas lapidadas ou não; castanhas, frutos oleaginosos e respectivos óleos e resíduos; couros e peles; fumo e suas manufaturas; caroá, piaçava, frutas frescas, em doce, passa ou conserva; tecidos e fios de algodão, de lã de sêda e de raion; materiais refratários (tijolos, peças e cimento refratário); laminados de ferro e aço; máquinas, balanças, cristais de rocha,

d) país de origem, de procedência e o porto de descarga;

e) aplicação que terá o produto;

micá, carbonados, louças e vidros para qualquer fim, inclusive isoladores, louças sanitárias e azulejos, minérios de ferro, artigos de cutelaria, tambores de aço, materiais cerâmicos de terra-cota e os de grés; conservas de pescado e de legumes.

Parágrafo único. Mediante decreto, o Executivo poderá excluir do regime de licença prévia de exportação outros artigos de produção nacional.

Art. 9.º Por intermédio do Ministro da Fazenda, o Poder Executivo baseado no orçamento de câmbio organizado pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A., indicará, semestralmente:

a) à Carteira de Exportação e Importação a verba dentro da qual poderão ser concedidas as licenças de importação em moedas escassas;

b) à Carteira de Câmbio o limite destinado à concessão de câmbio para importações excluídas do regime de licença prévia, nos termos do art. 3.º.

Art. 10. Os pedidos de licença prévia para importação serão solucionados no prazo máximo de 30 (trinta) dias e os para exportação dentro de 20 (vinte) dias, contados da data de seu recebimento pela Carteira.

§ 1.º Contarão prazo a partir da data de seu recebimento na Sede da Carteira os pedidos de licença que aí tenham que ser solucionados.

§ 2.º Não estão sujeitos à disposição deste artigo os pedidos de licença para importações liquidáveis em moedas escassas, os quais serão solucionados em cada trimestre, com observância dos limites de que trata o art. 9.º.

Art. 11. Ficam os beneficiários de licenças obrigados a comprovar documentadamente perante a Carteira, no máximo até 30 (trinta) dias após o respectivo vencimento, a utilização total ou parcial das licenças obtidas.

Art. 12. As licenças cuja utilização até 80% (oitenta por cento) do respectivo valor não tenha sido comprovada nos termos do art. 11 sujeitarão seus beneficiários à multa de 5% (cinco por cento) sobre a parte não utilizada, a menos que demonstrem com documento hábil haver a falta decorrido de motivos alheios a sua vontade.

Art. 13. Ficarão igualmente sujeitos à multa, de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), os que fizeram declarações falsas, destinadas a induzir em erro que direta ou indiretamente os favoreça na apreciação de seus pedidos de licença.

Art. 14. As multas de que trata os arts. 12 e 13 serão impostas pela Diretoria das Rendas Internas, mediante representação da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., cabendo recurso no prazo de 20 (vinte) dias para o Ministro da Fazenda.

§ 1.º O produto das multas efetivamente arrecadadas será recolhido ao Tesouro Nacional como renda eventual da União.

§ 2.º Os casos omissos no processamento dessas multas serão resolvidos de acordo com a legislação do imposto de consumo.

Art. 15. Feita, dentro dos 20 (vinte) últimos dias da vigência da licença, comprovação satisfatória das circunstâncias a que alude o art. 12, *in fine*, e desde que subsistam as conveniências da economia nacional que prevaleciam ao tempo da emissão, poderá a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., a pedido do beneficiário, prorrogar o prazo de validade da licença.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, como de adiamento de embarque à última hora verificado, acolherá a Carteira pedido de revalidação da licença formulado até 10 (dez) dias após o seu vencimento.

Art. 16. Salvo a hipótese prevista no art. 6.º, parágrafo único, as mercadorias sujeitas ao regime de licença prévia que chegarem ao porto de destino à revelia das autoridades consulares, sem observância das disposições deste Regulamento, serão consideradas contrabando, apreendidas e vendidas em leilão, na forma da legislação em vigor.

Art. 17. As autoridades que deixarem de observar as determinações deste Regulamento, embaraçando o embarque de mercadorias não sujeitas ao regime de licença prévia ou facilitando o das sujeitas ao regime sem o preenchimento das formalidades exigidas, serão passíveis de punição por falta grave, apurada em processo regular.

Art. 18. A Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, baseada nos estudos elaborados pelos órgãos especializados da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., poderá sugerir as alterações que julgar convenientes ao regime e estabelecerá os critérios gerais para solução dos pedidos de licença, tendo em vista :

- a) as obrigações decorrentes de acordos internacionais;
- b) o abastecimento do mercado interno;
- c) o incremento das exportações, no sentido da conveniência nacional;
- d) a melhor utilização dos recursos disponíveis no exterior e destinados à importação de mercadorias;
- e) facilitar a importação de produtos essenciais, mundialmente escassos;
- f) restringir a importação de artigos não essenciais ou que, embora essenciais, sejam produzidos no País em condições satisfatórias de qualidade e preço.

Parágrafo único. Tratando-se de produto cuja economia esteja subordinada a órgão especializado, os pontos de vista desse órgão serão considerados pela Comissão, quando tiver de pronunciar-se sobre o critério a ser adotado relativamente à exportação ou importação do referido produto.

Art. 19. A Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior terá a seguinte constituição :

a) Presidente : o Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., que será substituído, nos seus impedimentos, pelo mais antigo dos membros da Comissão.

b) Membros natos :

- 1) Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A.
- 2) Diretor-Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior.
- 3) Chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda.
- 4) Chefe do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores.
- 5) Diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- 6) Assessor Técnico da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., sem direito a voto.

c) Membros designados :

- 1) Pelo Ministro da Agricultura, um representante do Ministério da Agricultura.
- 2) Pelos presidentes dos órgãos máximos das classes respectivas, um representante da Indústria, um representante do Comércio e um representante das atividades agropecuárias.

§ 1.º A Comissão poderá funcionar com a presença do presidente, ou seu substituto, e quatro membros.

§ 2.º O presidente da Comissão terá um assistente de sua livre escolha, ao qual será abonada uma gratificação mensal, a título de representação, fixada pelo presidente do Banco do Brasil S. A.

CAPÍTULO II

DA EXPORTAÇÃO

Art. 20. Os pedidos de licença de exportação deverão ser apresentados à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. em formulário próprio, contendo as indicações seguintes :

- a) nome e endereço do exportador ;
- b) nome e endereço do importador ;
- c) nome e endereço do produtor ou fabricante ;
- d) porto de embarque e país de destino ;
- e) data da encomenda do exterior ;
- f) especificação do produto, com indicação do peso líquido em quilos e do valor comercial em cruzeiros e em moeda estrangeira ;
- g) composição do produto, com indicação do país de procedência das matérias primas ;

Parágrafo único. Cada pedido deverá ser instruído com comprovante da encomenda do exterior.

Art. 21. As licenças de exportação terão prazo de validade, para embarque, estipulado de acôrdo com a natureza e as condições de fornecimento dos produtos, sendo emitidas em 3 (três) vias, das quais uma se destinará à Fiscalização Bancária e as outras à repartição aduaneira competente.

Art. 22. Tratando-se de produtos sujeitos ao regime, a licença prévia será documento indispensável à Fiscalização Bancária para expedição da "guia de embarque", que, juntamente com a licença, será exigida para o despacho alfandegário.

§ 1.º Ao efetuar o despacho, a repartição aduaneira anotará, em uma das vias da licença — que, em seguida, devolverá à Carteira — o nome do navio, a data do embarque e a quantidade de mercadorias embarcada.

§ 2.º Nos casos de embarques parcelados serão feitas nas licenças as devidas anotações permanecendo tais documentos válidos pelo saldo.

Art. 23. Em caso de despacho de produto excluído do regime de licença prévia na forma do art. 8.º, a repartição alfandegária fornecerá à Carteira uma das vias da "guia de exportação", autenticada, para fins estatísticos (art. 7.º, incisos b e c, e art. 18, incisos a e b).

Art. 24. A transferência da licença de exportação dependerá de anuência da Carteira, mediante substituição do documento.

Art. 25. Quando se tratar de produtos, para consumo de bordo, bem assim de donativos, de bagagem de passageiros ou de amostras de produtos nacionais sem valor comercial, a licença consistirá em "visto" aposto pela Carteira nas "guias de embarque".

CAPÍTULO III

DA IMPORTAÇÃO

Art. 26. Os pedidos de licença de importação deverão ser apresentados à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. em formulário próprio, contendo as indicações seguintes :

- a) nome e endereço do importador ;
- b) nome e endereço do consignatário ;
- c) nome e endereço da pessoa, firma ou entidade que empregará o produto ;

f) especificação rigorosa do produto, inclusive pêsô líquido em quilos e valor aproximado — CIF — em moeda estrangeira e nacional;

g) número do produto (de acordo com a "Classificação de Mercadorias" do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda);

h) dados sobre o consumo anterior (importações e aquisições no mercado interno) da pessoa, firma ou entidade que empregará o produto, bem como seu estoque na data do pedido;

i) condições do fornecimento (se de uma vez ou parceladamente);

j) forma de pagamento (se por meio de abertura de um único crédito, ou de vários, correspondentes a embarques parcelados, ou se contra saque a vista, a prazo ou mediante remessa posterior).

Parágrafo único. Poderão deixar de indicar o porto de descarga os pedidos de licença referentes a importação de gasolina, querosene, óleos refinados, combustíveis para motores de combustão interna e para fornos ou caldeiras a vapor, óleos iluminantes para fabricação de gás e para lamparinas de mecha e óleos lubrificantes simples, compostos e emulsivos.

Art. 27. As licenças de importação terão prazo de validade, para embarque, estipulado de acordo com a natureza e as condições de fornecimento dos produtos, sendo emitidas em 5 (cinco) vias, que se destinam a apresentação: a primeira, pelo exportador, à autoridade consular competente para a legalização dos documentos de embarque; a segunda, pelo importador, à repartição alfandegária do porto de descarga; a terceira e a quarta, ainda pelo importador, à Fiscalização Bancária; a última via constituirá documento do interessado.

§ 1.º Sempre que se tratar de produtos sujeitos ao regime, a licença de importação será documento indispensável: à autoridade consular, para legalização dos documentos de embarque; à repartição alfandegária, para o processo do despacho; e à Fiscalização Bancária, para autorização da compra de câmbio.

§ 2.º Cumprirá às autoridades consulares consignar, nas faturas que lhes forem apresentadas para legalização, os números das respectivas licenças, e remeter à carteira, quinzenalmente, relação dessas licenças.

§ 3.º Nos casos de embarques parcelados serão feitas nas licenças as devidas anotações, assim pelas autoridades consulares como pelas aduaneiras, permanecendo tais documentos válidos pelo saldo.

Art. 28. As licenças de importação são intransferíveis.

Art. 29. A validade das licenças de importação referentes a máquinas e equipamentos usados — recondicionados ou não — ficará subordinada à apresentação de certificado de técnico considerado moral e profissionalmente idôneo pela autoridade consular. Dêsse certificado deverá constar, sem restrições, que a maquinaria inspecionada não é obsoleta e se encontra em condições inteiramente satisfatórias de funcionamento.

Parágrafo único. Os certificados deverão ser apresentados em 3 (três) vias, das quais deverá uma ser conservada no arquivo da repartição consular; outra remetida à Carteira de Exportação do Banco do Brasil S.A. e a restante anexada à primeira via da fatura consular.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Os órgãos do Poder Público, as entidades autárquicas e as organizações particulares prestarão as informações que a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. solicitar para a execução do regime de licença prévia.

Art. 31. Os órgãos responsáveis pelo abastecimento nas diversas regiões do País e as instituições a que se subordine qualquer setor de produção nacional deverão comunicar à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. as anormalidades verificadas ou previstas no suprimento do mercado interno.

Art. 32. Não poderão servir em qualquer órgão incumbido do controle das licenças prévias pessoas que, sob qualquer aspecto ou a qualquer título, participem da direção, administração ou dos conselhos fiscais de empresas direta ou indiretamente interessadas no comércio de importação e exportação.

Art. 33. As licenças concedidas serão publicadas no *Diário Oficial*, as da Capital da República e dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo dentro do prazo de 30 (trinta) dias e as dos demais Estados e Territórios no de 60 (sessenta) dias, indicando-se na publicação o nome do beneficiário, a mercadoria, sua quantidade ou peso, valor em cruzeiros e em moeda estrangeira, procedência ou destino.

Art. 34. Para custeio das despesas decorrentes da execução deste Regulamento, fica a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. autorizada a cobrar dos interessados taxa nas seguintes bases: licenças até o valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) — isentas; de mais de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) até Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) — Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros); de mais de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) até Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) — Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros); de mais de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) — Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros); de mais de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) — um por mil do valor da licença.

Art. 35. As normas estabelecidas neste Regulamento somente por decreto do Executivo poderão ser modificadas.

Art. 36. Cabe ao Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. a expedição das instruções para execução deste Regulamento, as quais serão publicadas no *Diário Oficial*.

Art. 37. Compete à Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior solucionar os casos omissos e as dúvidas que surgirem na execução deste Regulamento.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1949

EURICO G. DUTRA.
Guilherme da Silveira.
Raul Fernandes.
Daniel de Carvalho.
Clemente Mariani.
Honório Monteiro

Especificação a que alude o inciso "A" do art. 3.º do Regulamento baixado com o Decreto n.º 27.541, de 3 de dezembro de 1949.

Compreende-se como "leite em emulsão": leite *in natura*, sujeito apenas a esterilização; e, como "leite em pó para alimentação infantil": leite em pó produzido especialmente para esse fim, devendo o produto:

a) apresentar estado de pureza absoluta, sob o ponto de vista bacteriológico, de acordo com os padrões estabelecidos pela legislação brasileira;

b) vir acondicionado em embalagem original, hermética e inviolável, pronta para venda a varejo.

Não gozam, pois, da isenção prevista no inciso "a" do artigo 3.º do Regulamento baixado com o Decreto n.º 27.541, de 3 de dezembro de 1949, por serem alimentos de uso geral:

1. leite condensado;

2. leite evaporado;

3. leite em pó integral não modificado e não acidificado, com as seguintes características de composição: gordura — de 26 a 28%; proteínas — de 25,5 a 27,5%; lactose — de 37,5 a 39%; sais — de 5 a 7%; água — de 1,5 a 3%

(Publicado no "*Diário Oficial*" Seção I, de 7 de dezembro de 1949).

Circular n.º 885 — Às Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter o seguinte autógrafo :

João Luís Guimarães Gomes — Cônsul Geral do Brasil em Valparaíso, Chile.
Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1949.

Circular n.º 886 — Às Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os autógrafos seguintes :

Paulo Demoro — Embaixador do Brasil em La Paz, Bolívia;
Leonidas Borges de Oliveira — Cônsul Privativo do Brasil em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia;
Alkindar Brasil de Arouca — Cônsul honorário do Brasil em Guajaramirin, Bolívia e
José Plínio Pimentel Medawar — Vice-Cônsul honorário do Brasil em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1949.

Circular n.º 889 — As Missões Diplomáticas, salvo Assunção, Buenos Aires e Montevideu — DCo/451 — Malas diplomáticas aéreas

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e, a fim de melhor disciplinar o regime de malas diplomáticas aéreas, recomenda-lhes que, em caso algum, sejam essas malas expedidas, a partir de 1.º de janeiro de 1950, sem o prévio pagamento do respectivo frete ou porte, que deverá sempre correr pela verba própria, sujeita a prestação trimestral de contas, na forma regulamentar. Acontece, atualmente, que várias Missões expedem suas malas à Secretaria de Estado na injustificada presunção de um transporte gratuito oferecido pelas companhias de navegação aérea, quando na realidade, as despesas correspondentes são eventualmente levadas a débito do Ministério das Relações Exteriores.

2. Cada Missão diplomática disporá, no próximo exercício financeiro, de recursos adequados para êsse fim, ficando, desta maneira, vedada a remessa "collect" à Secretaria de Estado ou o pagamento de frete ou porte pela verba de "Expediente".

3. As malas diplomáticas aéreas deverão sempre que possível, ser remetidas diretamente à Secretaria de Estado, evitando-se fique sobrecarregada a dotação distribuída a outra Missão.

4. Na utilização das malas diplomáticas aéreas, deverá ser rigorosamente observado o disposto no parágrafo único do artigo 194, do "Manual de Serviço", quanto à remessa de quaisquer volumes ou sobrecartas estranhos ao serviço oficial.

Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1949.

Circular n.º 890 — As Missões Diplomáticas Encarregadas do Serviço Consular, aos Consulados de Carreira e Privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Ermínio Gianatti

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e lhes comunica, para os devidos fins, haver o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informado de que, por despacho de 29 de novembro último, foi revogado o ato de 27 de dezembro de 1948 que determinou a cassação da permanência definitiva concedida ao estrangeiro Ermínio Gianatti, de nacionalidade italiana.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1949.

Circular n.º 891 — As Missões Diplomáticas Encarregadas do Serviço Consular, aos Consulados de Carreira e Privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Antonio Starrabba

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e tem a honra de comunicar-lhes que o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informou de que, por despacho de 12 de novembro próximo passado, foi cassada a permanência definitiva no país, concedida ao estrangeiro Antônio Starrabba, de nacionalidade italiana.

2. Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no artigo 37 do Decreto-lei 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1949.

Circular n.º 892 — As Missões Diplomáticas Encarregadas do Serviço Consular, aos Consulados de carreira e Privativos e à Missão Militar Brasileira em Berlim — DPP/558 — Cassação de permanência definitiva. Philippe Frédéric François Rosin

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular, os Consulados de carreira e privativos e a Missão Militar Brasileira em Berlim e tem a honra de comunicar-lhes que o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores informou de que, por despacho de 18 de novembro próximo passado, foi cassada a permanência definitiva no país, concedida ao estrangeiro Philippe Frédéric François Rosin, de nacionalidade francesa.

2. Nessas condições, o referido alienígena não poderá beneficiar-se do disposto no artigo 37 do Decreto-lei 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1949.

Circular n.º 893 — Às Alfândegas, Mesas de Renda, Estações Aduaneiras de Importação Aérea, Banco do Brasil, Departamento Nacional de Imigração, Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York — DCn/403 — Remessa de autógrafos

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, para fins de legalização de documentos firmados pelas autoridades consulares brasileiras, de acôrdo com o artigo 535 da Consolidação Consular, aprovada pelo Decreto n.º 360, de 3 de outubro de 1935, tem a honra de remeter os seguintes autógrafos :

Edgar Bandeira Fraga de Castro — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Praga, Tchecoslováquia e

Francisco José Novaes Coelho — Terceiro Secretário, Encarregado do Serviço Consular da Legação do Brasil em Praga, Tchecoslováquia.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1949.

Circular n.º 894 — Ao Corpo Diplomático — DC/922.92(00)(42) — Emplacamento

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta os Senhores Chefes de Missão e lhes roga o obséquio de, com a possível brevidade, enviarem a êsse Ministério os automóveis portadores de chapas diplomáticas, para satisfazerem os requisitos do emplacamento no ano entrante.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1949.

URGENTE

Circular n.º 895 — Às Missões Diplomáticas e Reparações Consulares — DE/DCn/832.1(42)(00) — Regime de licença prévia de importação e exportação

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas e Repartições consulares e, em aditamento à Circular n.º 884, de 13 do corrente, comunica-lhes que, para a legalização de faturas consulares referentes a embarque de mercadorias excluídas do regime de licença prévia de importação, deverá ser sempre exigida a apresentação, pelo interessado, da via de "Pedido de Câmbio", expedida pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., nos termos do disposto no § 4.º do artigo 3.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 27.541, de 3 dêste mês.

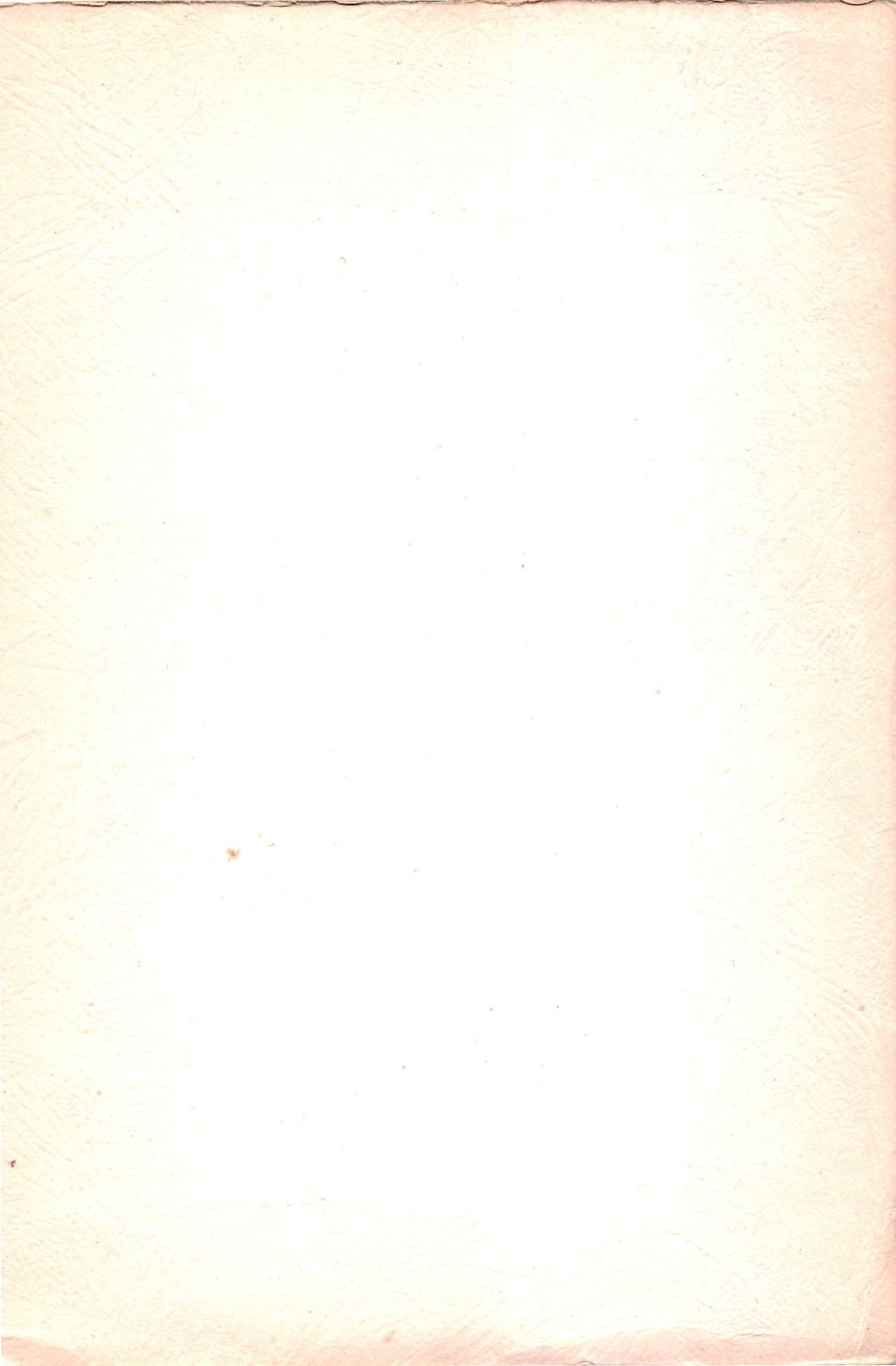
Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1949.

RESERVADO

Circular n.º 896 — Às Missões Diplomáticas Encarregadas do Serviço Consular e aos Consulados de Carreira e Privativos — DPP/511.141 — Não concessão de visto a Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores cumprimenta as Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular e os Consulados de carreira e privativos e, à vista das informações prestadas pela Divisão de Polícia Política e Social, do Departamento Federal de Segurança Pública, sobre os antecedentes do cidadão português Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro, ex-professor da Faculdade Nacional de Filosofia desta Capital, recomenda-lhes não conceder ao alienígena em causa visto de qualquer espécie para o Brasil.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1949.



Depart. de Imp. Nacional ---